

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**César Alessandro Sagrillo Figueiredo**

**O IMPACTO DA CRISE DO SOCIALISMO NOS  
PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL**

**Porto Alegre  
2013**

**César Alessandro Sagrillo Figueiredo**

# **O IMPACTO DA CRISE DO SOCIALISMO NOS PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito para obtenção do título de Doutor em  
Ciências Políticas.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre  
2013**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

## **O IMPACTO DA CRISE DO SOCIALISMO NOS PARTIDOS COMUNISTAS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Políticas.

Aprovada em 04 de Abril de 2013.

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador (UFRGS)

---

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira (UFRGS)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir uma tese de doutorado é também terminar um ciclo acadêmico, que inicia-se com a graduação, mestrado e, neste momento, fechando com o doutorado. Entre as pessoas que devo agradecimento primeiramente a minha família. Posteriormente, amigos que sempre estiveram junto comigo me auxiliando neste processo, entre esses, especialmente ao Geovani Machado, bem como, as colegas da UFRGS Patrícia Cardoso e a Michele Silva, pelos incontáveis, apoios, leituras e discussões dos meus textos, desde a graduação até este momento. E, no plano partidário, aos amigos e militantes históricos pecebistas Regina Abraão e Domigos Tódero, por abrir as suas fontes de pesquisa documentais e pessoais.

Também tenho muita gratidão a um conjunto de professores abnegados, que muito auxiliaram à minha formação na UFRGS, instituição que oportunizou meus estudos durante todo esse processo formativo. Entre esses, destaco alguns professores que foram importante no meu desenvolvimento acadêmico, como o prof<sup>o</sup> Carlos Arturi, com quem tive aulas respectivamente na graduação, mestrado e doutorado, assim como, as prof<sup>as</sup> Maria Isabel Noll e Mercedes Cánepa. Enfatizo que muitos dos questionamentos que fomentaram o meu projeto de doutorado original foi produto da banca de mestrado, a qual esses três professores compuseram, dando sugestões e estímulos para a continuidade do meu trabalho. Quanto a atual etapa, foi de grande importância à condução do meu orientador o prof<sup>o</sup> Paulo Visentini, primeiramente, abrindo a oportunidade de ampliar o meu tema a partir de um diálogo entre as questões nacionais e internacionais; sem dúvida, sou muito grato ao professor Visentini, justamente, pelo fato dele ter me despertado para este recorte analítico, indicando-me bibliografias pertinentes para o andamento deste tema.

Ainda, agradeço a banca de qualificação pela boa acolhida da minha tese, pelas sugestões, bem como, pelas críticas construtivas que me proporcionaram dar um salto de qualidade na elaboração final deste projeto. Destacando a prof<sup>a</sup> Analúcia Pereira, uma vez que utilizei muito de suas referências bibliográficas, contribuindo para a moldura internacional do meu trabalho; e, também, ao prof<sup>o</sup> Luis Gustavo Grohmann, que inclusive entrevistei, servindo como fonte de pesquisa. Finalizando, tenho muito reconhecimento pelo PPG Ciência Política da UFRGS, pela sempre excelente acolhida, e, principalmente, pelo seu impecável corpo docente.

O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se formam seu programa e sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos e, em alguns casos, da biografia política de uma individualidade singular. Portanto, a moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou “realisticamente”, dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. Mas será que esta massa é constituída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existência através dos quais uma massa de partido manifesta sua vontade? Evidentemente será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos [...] (GRAMSCI, 2007, p. 87).

## RESUMO:

A presente tese tem como objetivo fundamental o estudo da influência das questões nacionais e internacionais nos partidos comunistas no Brasil e, principalmente, o impacto que teve nestes partidos a crise do socialismo, a queda do muro de Berlim, o fim da Albânia e o colapso da URSS. Entre as questões estudadas destacam-se o equilíbrio tenso entre os condicionantes nacionais e internacionais que fomentaram a existência de dois PC's no Brasil, sendo ambos internacionalmente reconhecidos. Em face desta fissura que houve, teremos a bifurcação do reflexo desses modelos internacionais no campo da esquerda brasileira, dando caracterização distinta acerca da própria estratégia de socialismo a ser seguido: se reforma ou revolução. Neste processo examinam-se, especialmente, o período de 1985 a 2006, ou seja, do início da Nova República no Brasil, com a legalização dos PC's até a conclusão do mandato de Lula, primeiro presidente de esquerda eleito. Para tanto, analisa-se a linha tático-estratégica dos comunistas em consonância, primeiramente com o PMDB; e, posteriormente, a desvinculação do PCdoB, desta frente tática; associando-se oportunamente ao PT. Com a crise do socialismo que assolou o Leste europeu, cumpre destacar, por conseguinte, o impacto que teve este *débâcle*, mais enfaticamente, nas hostes do PCB fomentando a construção do PPS; e, refletindo, mais adiante, na trajetória distinta que essas duas agremiações tiveram ao longo da década de 90 e 2000. No tocante ao PCdoB, implica examinar como se processou essa crise do socialismo neste partido e, conseqüentemente, o seu repensar e o aprofundamento desta organização na seara política nacional, desapegando-se dos aludidos modelos internacionais. Trata-se de um trabalho de reconstituição histórica em que, além das fontes bibliográficas e dos resultados eleitorais, faz-se uso, principalmente, da documentação partidária do período tratado.

Palavras Chaves: Crise do Socialismo; Partidos Comunistas; Eleições; Redemocratização no Brasil.

## **ABSTRACT:**

This thesis aims fundamentally to study the influence of national and international issues in the communist parties in Brazil, and especially the impact caused in these parties by the crisis of socialism, the fall of the Berlin Wall, the end of Albania and the collapse of USSR. Among the studied issues there are included the tense balance between national and international conditions that fostered the existence of two PCs in Brazil, both been internationally recognized. Given this crack that happened, we split the reflex of these international models in the field of Brazilian left, giving distinct characterization about the own strategy of socialism to be followed: if reform or revolution. In this process there are examined, especially the period from 1985 to 2006, ie the beginning of the New Republic in Brazil, with the legalization of PCs until the completion of the mandate of Lula, first leftist president elected. For this, we analyze the strategic-tactical line of the communists in consonance, firstly with PMDB, and then untying with PCdoB, ahead of this tactic; associating to PT. With the crisis of socialism that swept Eastern Europe, are noteworthy, therefore, that the impact had this debacle, most emphatically, in the hosts of PCB encouraging the construction of the PPS, and reflecting further on the path that these two distinct associations had throughout the 90s and 2000. Regarding the Pcdob, it implies the we examine how this crisis of socialism occurred in this party and hence its rethinking and the deepening of this organization in national politics, letting go of the alleged international models. It is a work of historical reconstruction where, in addition to bibliographic sources and election results, it uses mainly the party documentation of the treated period.

Keywords: Crisis of Socialism, Communist Parties, Elections; redemocratization in Braz

## RÉSUMÉ :

Notre thèse a comme objectif fondamental l'étude de l'influence des questions nationales et internationales sur les partis communistes au Brésil et principalement, l'incidence qu'ont eu dans ces partis, la crise du socialisme, la chute du mur de Berlin, la fin de l'Albanie et l'effondrement de l'URSS. Parmi les questions étudiées, il se détache l'équilibre tendu entre les conditions nationales et internationales qui ont suscité l'existence de deux PCs au Brésil, étant tous les deux reconnus internationalement. En raison de cette cassure, nous avons une bifurcation du réflexe de ces modèles internationaux dans le champ de la gauche brésilienne, donnant une caractérisation distincte à propos de la stratégie du socialisme à suivre, à savoir : la réforme ou la révolution. Dans ce processus, nous examinons la période 1985-2006, soit du début de la Nouvelle République au Brésil avec la législation des PCs, jusqu'à la conclusion du mandat du président Lula, premier président de gauche élu. Par conséquent, nous analyserons la ligne tactico-stratégique des communistes en concordance, premièrement avec le PMDB ; puis postérieurement, la séparation du PCdoB, de ce front tactique ; s'associant opportunément au PT. Avec la crise du socialisme qui a dévasté l'Europe de l'Est, nous notons pour conséquences, l'impact qu'a eu cette débâcle, plus marquante, pour les troupes du PCB alimentant la construction du PPS ; et, se reflétant, plus en avant, sur la trajectoire distincte que ces deux groupes ont eu au cours de la décennie de 1990 et 2000. Vis-à-vis du PCdoB, il est nécessaire d'examiner comme si la crise du socialisme avait eu lieu dans le parti et par conséquent, le réexamen et l'approfondissement de cette organisation dans la sphère politique nationale, en se détachant des modèles internationaux. Il s'agit d'un travail de reconstitution historique qui, au-delà des sources bibliographiques et des résultats électoraux, utilise principalement la documentation partisane de la période traitée.

Mots-clés : crise du socialisme, partis communistes, élections, redémocratisation au Brésil.



## LISTA DE SIGLAS

**ANL** – Aliança Nacional Libertadora  
**ALN** – Aliança Libertado Nacional  
**AP** – Ação Popular  
**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional  
**BOC** – Bloco Operário e Camponês  
**CC** – Comitê Central  
**CEBRAP** - Centro Brasileiro de Pesquisa  
**CEI** – Comunidades de Estado Independentes  
**CGT** – Central Geral dos Trabalhadores  
**CUT** – Central Única dos Trabalhadores  
**DI-GB** – Dissidência Comunista da Guanabara  
**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
**IC** – Internacional Comunista  
**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
**MDB** – Movimento Democrático Nacional  
**MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
**NEP** - Nova Política Econômica  
**PC's** – Partidos Comunistas  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PCBR** – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
**PCCh** – Partido Comunista Chines  
**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil  
**PCR** – Partido Comunista Revolucionário  
**PCUS** – Partido Comunista da União Soviética  
**PDC** - Partido Democrata Cristão  
**PDS** – Partido Democrático Social  
**PL** – Partido Libertador  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**POSRD** - Partido Operário Socialdemocrata Russo  
**PPS** – Partido Popular Socialista  
**PR** - Partido Republicano  
**PRC** – Partido Revolucionário Comunista  
**PRN** – Partido da Reconstrução Nacional

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade

**PSTU** – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional

**PTA** – Partido do Trabalho da Albânia

**PV** – Partido Verde

**UDN** – União Democrática Nacional

**ULPD** - União pela liberdade e pelos Direitos do Povo

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**URSS** – União das Repúblicas Socialista Soviética

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> –GRAUS DE AUTONOMIA DO ESTADO EM DISTINTAS CONFIGURAÇÃO ESTATAIS.....	34
<b>QUADRO 2</b> - TAREFAS DA ESTRATÉGIA E DA TÁTICA.....	49
<b>QUADRO 3</b> - SÍNTESE DO PERÍODO.....	59
<b>QUADRO 4</b> - SÍNTESE DO PPS – EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA.....	198
<b>QUADRO 5</b> : PARTIDOS DE OPOSIÇÃO AO 1º GOVERNO FHC.....	225
<b>QUADRO 06</b> - SÍNTESE DO PCDOB – EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA.....	238

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>PARTE 1 – DISCUSSÕES DAS MATRIZES TEÓRICAS E PRIMEIRA FASE DA CISÃO DOS COMUNISTAS NO BRASIL</b> .....	22
<b>CAP 1 – Marco Teórico: Discussões Conceituais Acerca da Crise do Leste Europeu e Estudos de Partido de Concepção Marxista-Leninista</b> .....	23
1.1- Reflexões Iniciais sobre o colapso da União Soviética: Características formativas.....	23
1.2- Concepções Teóricas de Partidos Marxista-Leninistas.....	36
1.3- Partido Comunista no Brasil: Discussões conceituais sobre a questão nacional e do Internacional.....	50
<b>CAP 2 – Os Comunistas Brasileiros na sua Última Clandestinidade</b> .....	64
2.1- O Governo Jango e os antecedentes do Golpe Militar.....	64
2.2 - PCB: Opção pela luta armada ou reforma- O exemplo cubano.....	71
2.2.1 - A Linha tático-estratégica do PCB <i>versus</i> as suas dissidências.....	77
2.3 – PCdoB: A concepção Chinesa - Guerra Popular Prolongada.....	82
2.3.1 – Guerrilha do Araguaia: O epílogo do maoísmo.....	88
2.4 – O ajuste da linha tático-estratégico do PC’s na virada dos nos 1970.....	93
2.5 – A URSS e o final da <i>détente</i> .....	99
2.5 – Conclusão.....	103
<b>PARTE 2 – AS METAMORFOSES NO COMUNISMO SOVIÉTICO E A RECEPÇÃO NOS PC’s BRASILEIROS</b> .....	106
<b>CAP. 3 – Os PCs e a Nova República</b> .....	107
3.1 – Década de 80 a crise do Leste Europeu: <i>Perestroika</i> e <i>Glasnost</i> .....	107
3.2 – Os PC’s: Entre a redemocratização brasileira e os reflexos da <i>Perestroika</i> .....	118
3.2.1 – PCB: a Legalidade e a <i>Perestroika</i> .....	123
3.2.2 – O PCdoB: a Crítica à <i>Perestroika</i> e construção de um Projeto Político.....	133
3.3 – A eleição de 1989 – A Nação, os Partidos e as Alianças dos Comunistas.....	142
3.4 – Conclusão.....	146
<b>CAP 4 – A Crise do Socialismo e o PCB</b> .....	149
4.1- O Colapso do socialismo real.....	149
4.2 – Brasil: Uma nova ordem nacional e os PC’s.....	155
4.2.1 – IX Congresso do PCB: entre os reflexos da conjuntura nacional e internacional.....	158
4.3 – O Golpe final e o fim da URSS.....	163
4.3.1 – O derradeiro X Congresso.....	168
4.4 – PPS <i>versus</i> PCB: o surgimento de um novo partido?.....	173
4.4.1- PCB: a tentativa de reconstrução partidária.....	177
4.4.2 – PPS: ambivalência do legado comunista.....	190
4.5– Conclusão.....	199
<b>CAP 5 – O PCdoB e (Re)Afirmação do Marxismo</b> .....	202
5.1 – A Recepção da Crise do Socialismo pelo PCdoB.....	202
5.2. – A Albânia: o último farol do socialismo que se apagou.....	207
5.3 – O VIII Congresso do PCdoB e as novas mudanças partidárias.....	213
5.3.1 – A (re)afirmação do marxismo-leninismo e o <i>Programa Socialista</i> .....	218

5.4 - As lutas da década de 90 e a sua inserção nacional.....	224
5.5 – O PCdoB e os anos Lula.....	232
5.6 – Conclusão.....	239
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>243</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>250</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>269</b>

## INTRODUÇÃO

Qual o significado histórico de 1989, o ano em que ocorreu o colapso do comunismo no Leste europeu, repentina e presumidamente de forma irrevogável, antecipando o colapso do regime existente na União Soviética e a ruptura de sua estrutura multinacional? É jogo perigoso dar um diagnóstico instantâneo, quase tão perigoso quanto à profecia instantânea (HOBSBAWM, 1993, p. 93).

No transcurso das experiências políticas e formas de regimes durante o séc. XX, é dito que um dos fatos mais marcantes foi o ciclo que se estendeu da Revolução de Outubro de 1917 até a crise do Leste europeu, com a sua queda. Tal delimitador histórico condicionou Hobsbawm a definir em sua obra como o breve século XX (2008). Estes elementos que compuseram o nosso século foram sentidos, obviamente, com igual intensidade no Brasil, mais especificamente nos partidos comunistas no país, em virtude destes serem tributários das matrizes teóricas e práticas do marxismo-leninismo. Portanto, esta tese tem como seu objeto o **estudo da posição dos Partidos Comunistas do Brasil diante da crise do socialismo**. Ainda, estas questões relativas à posição dos partidos comunistas durante e no momento do impacto da crise do socialismo, ligam-se com a conjuntura nacional singular do Brasil no período, pois vivíamos um momento de reconstrução da democracia e, finalmente, a legalidade dos partidos comunistas, ou seja, vivia-se o limite entre a alvorada dos PC's no Brasil e a *débâcle* de suas matrizes no plano internacional.

No tocante ao Brasil, muito se falou da forma que foi implementada, no transcurso da transição democrática, a (re)construção dos partidos políticos no pós-bipartidarismo; no entanto, podemos dizer que algumas questões ou lacunas ficam candentes em virtude da natureza específica dos partidos comunistas, pois o PCB e o PCdoB, justamente, detêm um caráter internacional, assim como, uma política de influência externa. Portanto, este projeto insere-se no estudo do PCB e do PCdoB no processo imediato à redemocratização política, principalmente, no contexto das respostas que estes partidos deram, ou tentaram dar, face à crise do socialismo e a tentativa de sedimentação partidária.

A literatura da ciência política discutiu intensamente sobre o tema da crise do socialismo, partidos comunistas, Leste europeu, dando indicativo que esta é uma agenda de pesquisa datada em virtude da elaboração e recepção de novas correntes de pesquisas. Assim como, devemos considerar que este foi um tema muito debatido, principalmente na área da

historiografia, no que concerne a respeito da influência da crise do Leste europeu para a agonia final do PCB, dando destaque sobremaneira para os elementos exógenos da *débâcle* deste partido. Destarte, torna-se inspirador quando suscita o diálogo com outro partido também marxista-leninista brasileiro, o PCdoB. Ou seja, sobre este tema – crise do socialismo *versus* partidos comunistas - muito se tem dito, porém algumas explicações não coadunam-se quando comparadas com o PCdoB, uma vez que este partido, também tributário das premissas do marxismo-leninismo, não refluíu politicamente, pelo contrário, ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, cresceu ampliando a sua representatividade em diversas instâncias políticas.

Reiterando, quanto ao tema proposto, pode-se dizer que há certo consenso na academia a respeito do peso desmedido aos elementos relativos à crise do socialismo real para justificar a extinção partidária do PCB (PANDOLFI, 1995). Concordamos com tal peso explicativo, mas também deve-se avaliar que há outros elementos que explicam o clímax vivenciado por esses dois partidos no imediato ao bipartidarismo, tais como, além das características exógenas ao Brasil, a forma de recepção das diversas crises do comunismo internacional no seio da esquerda brasileira ao longo da existência destes partidos, fato este que fez gerar a situação *sui generis* do Brasil ter dois partidos comunistas, sendo ambos internacionalmente reconhecidos. Ainda, quanto aos elementos endógenos, devemos considerar a dupla militância dos comunistas nas instâncias partidárias do MDB-PMDB, em face da clandestinidade imposta pelo período da ditadura militar.

Portanto, face à matriz formativa, processo evolutivo e conjuntura internacional heterogênea e complexa, foi gerado um quadro político partidário extremamente singular na seara da esquerda no Brasil. Os PC's neste quadro, ao mesmo tempo em que tentaram dar respostas para o processo que caminhava o Brasil no contexto da redemocratização, também, precisaram discutir a respeito da *Perestroika*, *Glasnost* e, finalmente, a queda do muro de Berlim e o fim da URSS. Nessas circunstâncias, construímos os seguintes questionamentos que motivaram a investigação da presente tese: 1) **Como explicar a extinção do PCB na década de 90, ao mesmo tempo em que houve um ascenso do PCdoB na seara política nacional?** 2) **Quais foram os caminhos percorridos dos comunistas – PCB e PCdoB - após o fim do socialismo real?**

Tais questionamentos e observações sugerem como hipótese que os partidos comunistas durante o seu curso político sofreram influências teóricas tanto da esfera internacional, quanto nacional, e que essas influências foram responsáveis não somente pela secção da seara dos comunistas, mas também pelas sucessivas respostas que estes partidos

tentaram dar no transcurso da sua vida política no Brasil. Ainda, quanto especificamente a influência da crise do socialismo, supomos que esta crise foi muito mais incisiva para com o PCB, justamente em face que este partido ser o fiel tributário da política do PCUS, sendo que o processo de erosão partidária já vinha ocorrendo em virtude do longuíssimo tempo de clandestinidade fomentado pela ditadura militar. No caso do PCdoB, cremos que as sequelas da crise do socialismo foram mitigadas justamente pelo não endossamento do modelo soviético, fato este que isentou, num primeiro momento, este partido de sofrer os abalos do desmoronamento do Leste europeu, sendo que a posteriori, igualmente, teria que rever a sua linha política tributária da III internacional e buscar uma readequação mais incisiva na política nacional, a despeito dos modelos políticos. Também, consideramos as características internas partidárias, e neste sentido, as particularidades organizacionais de cada partido que fomentou secções, clivagens, bem como, unidades na condução da política partidária.

No tocante ao tema, podemos dizer que no campo da ciência política, tratam-se estes partidos apenas como partidos do passado ou pertencente a um período que já fora por demais estudado; no entanto, justificamos que há outros elementos a serem aludidos, assim como, outras lacunas que merecem ser melhor trabalhadas, como por exemplo:

Quanto ao PCB:

No que tange aos estudos partidários e representações, focando a década de 1980, há um excessivo e natural estudo a respeito do fenômeno partidário novo que surgia – o PT – desbotando e refluindo os estudos do campo dos partidos comunistas. Assim, os estudos que focam a redemocratização partidária carecem de estudos sobre o PCB, justamente por que este partido, até o processo de reconstrução e legalização, em 1985, ainda encontrava-se clandestino dentro do PMDB e, posteriormente, no período imediato à legalização, apresentava um quadro deficitário em termos de representatividade.

Com relação ao PCdoB:

Há um déficit significativo de estudos sobre este partido no campo acadêmico. Geralmente, quando este partido é focado, o relevo desenvolve-se basicamente sobre a memória da Guerrilha do Araguaia (SOUZA, 2006). Assim mesmo, estes trabalhos estão integrados aos discursos políticos sessentistas de luta armada, encarando esta organização partidária apenas como um racha do PCB, assim como, tantas outras organizações do período da luta armada na década de 1960 (FERREIRA & AARÃO REIS FILHO, 2007; GORENDER, 1987).

Também, não há nenhum trabalho relacionando estes dois partidos, talvez justamente pelo demérito com o PCdoB como objeto de estudo, por entender que o PCB é o histórico partido



de 1922, enquadrando assim o PCdoB apenas na categoria de racha político. Quanto ao estudo relacional e comparativo destes dois partidos nesta tese, justifica-se pela seguinte abordagem:

Discussões à parte sobre o motivo da cisão partidária, esta fissura levou a disputa pelo nome, legado e história; sendo que, estes partidos teceram acusações mútuas de stalinistas e reformistas. Também, e mais importante, a disputa pelo campo partidário, cada um se intitulado como o legítimo e autêntico partido da classe operária. Ou seja, percebemos que estes partidos se mantiveram em constante debate e conflito identitário, estendendo estas rusgas programáticas para os problemas candentes da política nacional, assim como, as discussões com o alinhamento internacional. Portanto, consideramos que um estudo desfocado deste aspecto binário - PCB/PCdoB - peca por simplificar tanto a conjuntura nacional, como a correlação de forças no campo da esquerda e as alianças táticas; além dos alinhamentos internacionais que os PC's nacionais eram tributários (FIGUEIREDO, 2009).

Ainda, quanto ao recorte temporal, a fim de responder as questões propostas, daremos uma maior ênfase ao período de 1985 a 2006, pelos seguintes motivos: 1) Conforme já enfatizado, foi o período de legalização partidária e a alvorada da Nova República no Brasil; ou seja, o momento que ambos os PC's deixaram a clandestinidade e a dupla militância no PMDB para imprimir uma tentativa de reconstrução partidária. 2) No tocante ao fechamento do período de estudo, no reportamos ao texto de André Marengo dos Santos, *Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada* (2007), no qual o autor afirma que um ciclo de quarenta anos separa o colapso das instituições poliárquicas no Brasil, do processo de consolidação nova democracia no Brasil (p. 73). Marengo afirma que a vitória do governo Lula e a seqüência completa do seu mandato atestam a passagem para a poliarquia (p. 85). Ou seja, segundo o autor a consolidação se completa no momento em que um oponente, de fato, do regime conseguir completar o seu mandato e, mais desafiador ainda, o fato deste presidente ser uma liderança de um partido de esquerda, que em sua origem, procurou desafiar o *establishment*. Logo, a vitória e o exercício completo do governo Lula encerram algumas considerações de fundamental importância para a esquerda e, especialmente, para os partidos comunistas: 2.1) a vitória tática dos partidos comunistas que apostaram eleger um presidente de esquerda; 2.2) a vitória simbólica de eleger um operário, embora este egresso da classe trabalhadora não fosse de um partido comunista; e, por fim, 2.3) a vitória real da consolidação das instituições poliárquicas, que representou, portanto, o fim completo do período de arbítrio que procurou ceifar os projetos dos partidos comunistas no Brasil durante décadas.

Quanto aos objetivos, seguimos as palavras de Marco Aurélio Garcia (1988) sobre os trabalhos a respeito da esquerda, indicando os seguintes caminhos: 1) esboçar um quadro sócio-político na qual ela se desenvolve; 2) colocar a história da esquerda dentro das ideias sociais e políticas e 3) finalmente, conferir a esta história nacional uma moldura internacional. Assim, seguindo as sugestões e a fim de poder operacionalizar o trabalho e responder aos questionamentos propostos, será necessário construirmos os seguintes objetivos com o intuito de examinar quais os (des)caminhos dos comunistas na política partidária no Brasil. Para tanto, torna-se importante:

- 1) Examinar como se processou a secção dos comunistas na década de 1960, o que gerou o paradoxo do Brasil ter dois partidos comunistas e ambos serem reconhecidos internacionalmente, disputando o legado de ser o legítimo herdeiro do histórico partido de 1922.
- 2) Verificar qual foi a recepção da política de crise e desmoronamento da URSS na segunda metade da década 80 e início dos anos 90, assim como a percepção, crítica e transmutação para instâncias partidárias, na medida em que esta linha política criticava muitos dogmas da própria estrutura organizativa dos PC's. Igualmente, torna-se fundamental para este trabalho estudarmos detalhadamente o fim do chamado socialismo real e o impacto nas organizações comunistas.
- 3) Compreender como os comunistas no Brasil se reorientaram após a crise do Leste europeu. Para tanto, este estudo visa estudar, principalmente, o desmoronamento do legado do PCB e como se deu o debate para a construção do PPS no imediato a *débâcle* do socialismo, bem como a tentativa de (re)construção partidária de ambos os partidos. Também, pretendemos analisar a recondução da linha tático-estratégica do PCdoB dentro dos marcos do marxismo-leninismo ao longo da década de 90 e a sua evolução nas urnas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, pois visa à reconstituição histórica procurando examinar comparativamente os PC's, com maior ênfase, entre 1985 até 2006, ou seja, desde o período de legalização partidária, passando pela crise do socialismo, agonia do PCB, construção do PPS e o repensar do PCdoB. Para a consecução desta tese, trabalharemos com as bibliografias referentes aos elementos mais significativos do contexto internacional e nacional que busquem aludir as questões propostas neste projeto. Para tanto, nos valem das seguintes fontes documentais, classificadas nas seguintes categorias: 1) documentos partidários, privilegiando as resoluções e teses congressuais; 2) *sites* da *internet* do próprio partido; 3) livros biográficos do período, produzidos pelos próprios atores políticos; 4) dados eleitorais das sucessivas eleições; 5)

materiais em geral da mídia impressa, mais especificamente, comentários e notas a respeito dos pleitos eleitorais que serão citados; e, 6) fontes bibliográficas diversas que foram divididas entre livros que retratam o período e materiais produzidos diretamente pela academia (teses e dissertações).

Referente à produção bibliográfica, destacamos a existência de uma profusão de documentos partidários, os quais dão subsídios instrumentais para a análise dos objetivos propostos. Sendo que, devemos ponderar que tais materiais sofrem o reflexo, obviamente, das diretrizes políticas que estes partidos pretendiam implementar no Brasil, ou seja, carregavam a essência ideológica partidária do período analisado. Ainda, no tocante ao material bibliográfico referente ao PCdoB, consideramos que esta agremiação possui uma séria defasagem na academia enquanto objeto de estudo, quando comparado com o PCB, justamente pelo estigma deste partido ao seu aludido passado stalinista e também, como já enfatizado, pela simplificação de associá-lo como sendo mais um racha sessentista do PCB, incluso na mesma produção acadêmica que as demais dissidências do PCB, adepta da luta armada da década de 60, relegando este partido, a uma pífia produção na academia. Tal defasagem, por conseguinte, implica na necessidade de ter que subsidiar as discussões do PCdoB ao longo da tese, quase que exclusivamente, com as fontes primárias produzidas pelo próprio partido em seus documentos e livros editados.

Além destas referências bibliográficas, nos utilizaremos de entrevistas com os militantes destes partidos (PCB e PCdoB) que tiveram participação ativa ao longo do período estudado. Estas entrevistas servirão como instrumento de diálogo com a bibliografia consultada, a fim de construir nexos e interpretações concernentes à pesquisa proposta.

Como instrumento de técnica de pesquisa que melhor subsidia o exame da documentação, optamos pela técnica de análise de conteúdo, a qual segundo Bardin (1977, p. 32) é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”. Baseado no trabalho de Bardin - no que concerne a análise documental - Trivinõs sugere a divisão em três etapas: 1) pré-análise – organização do material; 2) descrição analítica – os procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são básicos nesta instância do estudo; e, por fim, 3) interpretação referencial - no qual se constrói a reflexão em conjunto com o material empírico. (TRIVINÕS, 1987, p. 161-162). Nesta perspectiva, Trivinõs aponta que a inferência da interpretação destes materiais abre-se para as seguintes análises: 1) conteúdo manifesto: “pode orientar para conclusões apoiadas em

dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia da realidade negativas para o indivíduo e a sociedade”; e, 2) conteúdo latente: “o segundo abre perspectivas, sem excluir informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. Das características dos fenômenos sociais que se analisam [...]”; tornado este conteúdo, portanto, em algo “dinâmico, estrutural e histórico” (Idem, p. 162). Em síntese, segundo Bardin (1977, p.44) “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

A presente tese está inserida no processo explicativo das respostas que os partidos comunistas no Brasil, em face da crise vivida pelo chamado socialismo real, tentaram dar para conseguir se equilibrar no quadro político nacional. A fim de agregar elementos ao estudo precisamos, primeiramente, enfatizar que o PCB, assim como o PCdoB, viveram grande parte da sua trajetória num dilema, através de um duplo filtro interpretativo sobre a linha política partidária mais justa a ser seguida: 1) Um filtro focava as diretrizes do socialismo internacional e 2) o outro filtro tentava (de)codificar a realidade brasileira, a fim de extrair políticas concernentes. Dito de outra maneira, os filtros corrigiam a interpretação da realidade à luz do partido, ou seja, da direção partidária. Não podemos esquecer alguns elementos de peso que ampliavam este dilema, como por exemplo, o fato de que a URSS saía do final da segunda guerra mundial extremamente prestigiada como a segunda maior potência do mundo, aquilatando, assim, a visão internacional do partido. E, no plano nacional, tendo que dar respostas às contínuas tentativas de legalidade partidária e dos sucessivos processos de redemocratização brasileira, vide período Vargas e ditadura militar.

Ainda, do ponto de vista teórico que melhor subsidie esta tese, necessitamos discutir a respeito da concepção de partido marxista-leninista, especialmente, procurando a caracterização da sua forma de organização e funcionamento (centralismo democrático) e as noções sistematicamente recorrentes de estratégia e tática, procurando dialogar estas questões específicas na conjuntura política nacional e internacional.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma revisão teórica focalizando, fundamentalmente: 1) o processo inicial da formação da URSS e os motivos que condicionaram o colapso do socialismo; 2) questões relativas ao entendimento do funcionamento de partidos marxista-leninista e, finalmente, 3) descrição a respeito do processo de nascimento do PCB no Brasil, bem como, os motivos da primeira cisão partidária em virtude das questões nacionais e internacionais.

O segundo capítulo trabalhará dentro de uma perspectiva que aborde os comunistas na sua última clandestinidade sob o impacto do golpe militar, em que serão analisados os

seguintes momentos: 1) As discussões seguidas pela direção do PCB acatando a linha do PCUS em confronto com a base do partido, que optam pelo exemplo da revolução cubana; 2) abordagens acerca da concepção chinesa do PCdoB e a dificuldade da aplicação maoísta no Brasil; e, por fim, 3) A revisão da linha tático-estratégica dos PC's após o advento da luta armada, mitigada pelos desdobramentos do Leste europeu.

O terceiro capítulo terá como marco a legalidade do PC's e o advento da perestroika, no qual pretendemos: 1) examinar os desdobramento da política soviética e acomodação dentro do PCB; 2) a crítica do PCdoB no tocante a matriz soviética e a tentativa de início de um novo projeto político; finalizando, 3) enfocaremos o advento da eleição de 1989 e a nova correlação de forças que se estabelece na esquerda brasileira.

No quarto capítulo debateremos acerca do epílogo final do socialismo real, ou melhor dizendo, do aparato burocrático do Leste europeu. Neste aspecto veremos: 1) O desdobramento desta crise no congresso final do PCB; 2) o processo de reconstrução e radicalidade do PCB na década de 90 e 2000; e, 3) a transformação e o abandono da práxis marxista-leninista pelo PPS e o seu ascenso nas urnas.

No quinto capítulo enfocaremos o PCdoB na crise do socialismo nos seguintes aspectos: 1) Como se processou a crítica ao fim do aparato soviético; 2) a necessidade deste partido ter que repensar/reafirmar a concepção marxista-leninista de partido e, finalmente, 3) o incremento político do PCdoB mesmo com o fim do socialismo real nos anos Lula.

# **PARTE 1 – DISCUSSÕES DAS MATRIZES TEÓRICAS E PRIMEIRA FASE DA CISÃO DOS COMUNISTAS NO BRASIL**

# **CAPÍTULO 1 - MARCO TEÓRICO: DISCUSSÕES CONCEITUAIS ACERCA DA CRISE DO LESTE EUROPEU E ESTUDOS DE PARTIDO DE CONCEPÇÃO MARXISTA-LENINISTA**

Somente no quadro global de todo um conjunto social e estatal (**e, frequentemente, também como interferências internacionais<sup>1</sup>**) é que resultará a história de um determinado partido, por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque seu aspecto característico (GRAMSCI, 2007, p. 87).

## **INTRODUÇÃO**

Como já destacamos na introdução, nosso referencial teórico abordará, fundamentalmente, três questões que consideramos essenciais para os objetivos da presente tese. Primeiramente, faremos uma breve caracterização da gênese do modelo da União Soviética, com foco nos estudos da construção do Estado soviético até as primeiras fissuras que corroboraram para a sua futura queda. No próximo item, procuramos examinar algumas questões relativas à concepção teórica específica dos partidos marxista-leninistas, realçando neste contexto, algumas características fundamentais de seu mecanismo de operacionalização como o centralismo democrático, assim como, as noções de estratégia e tática. Finalmente, faremos ainda referência ao surgimento do PCB, em 1922; do mesmo modo, enfatizaremos acerca da influência da dualidade entre o nacionalismo e o internacionalismo na consecução da linha tático-estratégica partidária.

### **1.1- REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O COLAPSO DA UNIÃO SOVIÉTICA: CARACTERÍSTICAS FORMATIVAS**

No tocante à literatura marxista, compreende-se que o socialismo – como estágio inferior ao comunismo e superior ao capitalismo - iniciar-se-ia onde as forças produtivas do

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

capitalismo estivessem mais adiantadas; portanto, esperava-se o seu desenlace nos países centrais e não em um país agrário e atrasado como a Rússia<sup>2</sup>. A Rússia, entre o final do século XIX e início do sec. XX, era um dos países mais atrasados da Europa, vivendo ainda, em algumas regiões, sob o em regime de semi-feudalidade e servidão. Quanto ao proletariado, havia uma parcela incipiente que mantinha ligações com suas velhas aldeias e costumes tradicionais; levando uma vida miserável e sem direitos trabalhistas: terreno fértil para as ideias marxistas. E, no que tange à burguesia, esta era concentrada nos poucos centros urbanos mais desenvolvidos. Ou seja, o salto histórico improvável - do feudalismo ao socialismo - estaria aquém da capacidade da Rússia (GETZLER, 1985). Mas, a história não se processou de acordo com o espectro do marxismo *ipsis litteris*, desafiando-o e, talvez por isso, segundo os seus críticos, dando os primeiros passos para uma futura dificuldade de um Estado socialista.

Ainda, no tocante à distância entre o capitalismo mais avançado em algumas regiões da Europa e a “atrasada” Rússia, torna-se importante registrar que a sua incipiente e concentrada indústria era fruto do capital externo, ou seja, financiamento de outros países: “França ocupava o primeiro lugar com 34%, a Inglaterra vinha em seguida com 24 % e, após, a Alemanha com 21 %. A Bélgica com 15% e os Estados Unidos com 5%” (COEHN, 1989, p. 16-17). Devemos, ainda, enfatizar que o processo que culminou no sucesso da revolução na Rússia não foi apenas um salto abrupto da história, mas fora fruto, obviamente, do amadurecimento das contradições de uma de conjuntura política singular tanto no plano interno, quanto no âmbito externo em que se inseria uma “atrasada” Rússia.

Quanto aos aspectos da luta empreendida na construção do socialismo, este foi um processo de, no mínimo, 20 anos: desde o início da fundação do Partido Operário Social-democrata Russo (POSRD), em 1898, até a Revolução de Outubro de 1917. Neste conjunto de eventos e rupturas com o *establishment* russo, registra-se, primeiramente: 1) a revolução liberalizante de 1905, o qual rendeu os primeiros “afrouxamentos” com a autocracia czarista; e, 2) principalmente, as consequência do desgaste da I Guerra Mundial, uma vez que a Rússia, embora mais empobrecida que as demais nações imperialistas, também participara da luta. Como consequência da guerra, a indústria voltara o seu parque fabril para a batalha, deixando

---

<sup>2</sup> De acordo com Lênin em, *Que fazer?* (1979c, p. 98), no qual o autor enfatizava a avançada etapa na luta de classes da Alemanha, no período, em comparação com outros países, especialmente, a Rússia: “Há que fazer justiça aos operários alemães, por terem aproveitado, com rara inteligência, as vantagens da sua situação. Pela primeira vez desde que o movimento operário existe, a luta é conduzida metodologicamente nas suas três direções, coordenadas e ligadas entre si: teórica, política e econômica-prática (resistência aos capitalistas). É neste ataque, concêntrico por assim dizer, que reside precisamente a força e a invencibilidade do movimento alemão.



de fornecer insumos para o campo e, como decorrência disto, o campo acaba não podendo abastecer a cidade: “Tal situação faz com que tanto operário quanto camponês percam o *élan* com a guerra e passem a ter consciência de que esta não lhes traria vantagens ou melhores condições” (RIBEIRO, 1989, p. 31). Soma-se a estes fatos, o papel pífio do exército russo no campo de combate.

Portanto, podemos sumarizar os seguintes condicionantes que ocasionaram o fermento para a revolução comunista: no âmbito interno, 1) degeneração das forças produtivas da incipiente burguesia, ocasionando um estrangulamento econômico e caos na distribuição de mercadorias; e, 2) respostas imediatas dadas pelos bolcheviques, sob a liderança de Lênin, que souberam conduzir, mais precisamente, saltar a frente da teoria marxista e construir, na práxis, o socialismo. Quanto ao âmbito externo, 1) a ocorrência da I Guerra Mundial, - ação militar internacional que além de ser um dos fatores principais da asfixia da economia russa, também, dava o combustível para as mais acirradas discussões no seio do marxismo internacional. Sem pretender ampliar a explanação acerca da intersecção entre Revolução de Outubro e a influência dos desdobramentos da I Guerra Mundial, o que torna-se importante é registrarmos a política acertada leninista, que soube capturar as contradições tanto econômicas, quanto políticas e militares, além de capitanear os bolcheviques na tomada de poder, construindo a URSS:

A vitória da insurreição de outubro deveu-se principalmente à convergência objetiva dos movimentos sociais de camponeses e operários. Os soldados ofereceram um sólido apoio. A agitação entre as nacionalidades não-russos completava o quadro. Os movimentos eram determinados por reivindicações claras e precisas: paz, terra, pão, autonomia para as nacionalidades não-russas, controle sobre a produção (AARÃO REIS FILHO, 1985, p. 71).

Porém, o assalto ao poder pelos soviets fora pago com um preço alto, pois no imediato à revolução, a URSS foi açoitada por vários sacrifícios, tanto por parte da contrarrevolução interna, quanto por parte dos aliados que infligiram uma pesada ofensiva militar. Isto posto, o socorro internacional não chegava, fracassavam também outras tentativas de revoluções socialistas na Europa; logo, a União Soviética ficava isolada - reinava o caos, com a economia em frangalhos, e a parca indústria encontrava-se arrasada -; tais situações acabariam por gerar o denominado comunismo de guerra: “As necessidades prementes causadas pela intervenção aliada e pela guerra civil determinam, nessa situação, que a reorganização das atividades produtivas tome forma de militarização do trabalho e economia” (RIBEIRO, 1989, p.53). Assim, a partir deste conjunto de acontecimentos e com a

necessidade de reconstrução do país sob o espectro do comunismo de guerra, o partido comunista capitaneava o processo de reconstrução do Estado; fato este que condicionou um latente engessamento do Estado, uma vez que os bolcheviques já dominavam a máquina estatal: “A ditadura bolchevique do proletariado se transformara assim em ‘ditadura da ideia de proletariado’, personificada por uma ‘minúscula minoria’ – o partido -, que controlava todas as classes da sociedade” (GETZLER, 1985, p. 71). Segundo Rosa Luxemburgo, no imediato à Revolução Russa, já apontava os descaminhos da URSS.

[...] Com o sufocamento da vida política em todo o país, mesmo a vida dos soviets não poderá escapar de uma paralisia cada vez mais ampla. Sem eleições gerais, liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, livre luta de opiniões em todas as instituições públicas, a vida se apaga, endurece e como único elemento ativo resta a burocracia. A vida pública adormece gradativamente, algumas dezenas de líderes partidários de energia inexaurível e animados por um idealismo sem limites dirigem e governam; entre eles, a orientação efetiva está em mãos de um punhado de cabeças superiores; e uma elite de operários, de tempo em tempos, é convocada para aplaudir os discursos dos líderes, votar unanimemente resoluções pré-fabricadas – no fundo, portanto, um predomínio de grupos -, uma ditadura de um punhado de políticos, ou seja, ditadura no sentido burguês, no sentido de dominação jacobina (LUXEMBURGO apud GETZLER, 1985, p. 62-63).

Em face dos acontecimentos, podemos sintetizar que os seguintes fatores causaram dificuldades objetivas ao nascente país, dando a ele as características de um Estado hipertrofiado, quais sejam: 1) as velhas concepções ainda pré-capitalistas que ocasionavam um sério ônus à nova estrutura política que se formava, mais especificamente, no tocante ao caos econômico que parecia insolúvel<sup>3</sup>; 2) o antigo patriarcalismo tribal asiático, agora transmutado nas figuras das eminências do partido, amalgamavam-se na burocracia do Estado, engessando-o já em seu nascedouro<sup>4</sup>. Soma-se a esse fator de atraso, também, 3) o isolamento da União Soviética já em seu processo de gênese; e, 4) as constantes agressões externas dos países capitalista mais avançados, que tentaram a todo o momento, uma ofensiva

<sup>3</sup> Segundo Vizentini (1989, p. 62): “A situação da Rússia soviética em 1921 era desesperadora. A produção alimentar representava apenas 40 % da de 1913 e a industrial encontrava-se em um quarto, atingindo apenas 15% na geração de eletricidade e 2,5% no setor de aço. A economia achava-se literalmente paralisada [...]. A maior parte do parque industrial havia sido arrasada pela luta ou pela sabotagem (90% do território chegou a estar ocupado por forças estrangeiras e pela contrarrevolução). A fome atingia vastas regiões do país, causando sete milhões de mortes [...]. A isto deve-se acrescentar os quatro milhões de mortos na I Guerra Mundial e um milhão na guerra civil”.

<sup>4</sup>Nas palavras de Johnstone (1985, p. 138): “No fim de sua vida, Lênin reconheceu que ‘o aparelho estatal’ soviético representa em máximo grau uma sobrevivência do aparelho passado e foi o que, menos do que outro, sofreu sérias modificações. Foi apenas polido na superfície, mas o resto permaneceu um típico resíduo do nosso velho aparelho estatal”.

contra a União Soviética. Nas palavras de Robert Kurz (1992), enfatizando um sombrio legado:

O caráter especial, recuperador, de um processo capitalista básico exigia um regime que tinha que ser mais absolutista que o absolutismo e ter uma economia de guerra mais acentuada do que na própria situação de guerra. A ideologia do ethos de trabalho “protestante”, a militarização da sociedade e a economia de comando estatista de um mercado “planejado” petrificaram-se, o verniz que se passara por cima da reprodução social solidificou-se e tornou-se a mortalha de todo o progresso a longo prazo. (KURZ, 1992, p. 62).

De acordo com o próprio Lênin em sua obra, *As tarefas imediatas do poder soviético*, (1979d), a respeito das dificuldades da nascente URSS, em face do confronto com as demais nações capitalistas no imediato após a I Guerra Mundial:

[...] A precariedade da paz é determinada pelo fato de que no Leste é que possuem uma enorme força militar, pode triunfar de um momento para o outro o partido militar, tentado pela momentânea fraqueza da Rússia e impelido pelos capitalistas, que odeiam o socialismo e estão ávidos de rapinas.[...]

É claro que, defendida por uma proteção tão insegura, a nossa República Socialista Soviética se encontra numa situação internacional absolutamente crítica e extraordinariamente precária. É necessária uma extrema tensão de todas as nossas forças para aproveitar a trégua que nos foi concedida por uma confluência de circunstâncias, para curar as graves feridas que a guerra trouxe a todo o organismo social da Rússia e para elevar o nível econômico do país, sem o que nem sequer se pode falar de uma elevação minimamente séria da capacidade defensiva (Idem, p. 560-561).

Com a tentativa de tentar recuperar a economia, Lênin lançou a Nova Política Econômica – NEP, com as seguintes características: 1) por um lado, reintroduzia a moeda e o sistema bancário (estatal), o trabalho assalariado, o comércio interno privado; e, 2) por outro lado, mantinha as nacionalizações das grandes empresas, empregando métodos capitalistas de competição, bem como, o monopólio do comércio exterior (VIZENTINI, 1989, p.65). Além deste quadro difícil, Lênin morre, em 1924. Após disputas internas na máquina do partido, ascende vitorioso o dirigente Stalin. No XIV Congresso, em 1925, Stalin formaliza a teoria do socialismo num só país; e, este mesmo Congresso completou a identificação do Partido com o Estado, fazendo com que Stalin concretizasse a sua vitória (Idem, p. 75). Podemos dizer, portanto, que este “verniz petrificado” teve o seu apogeu e se cristalizou no período de liderança de Stalin, dirigente máximo da URSS após a morte de Lênin. Contudo, devemos realçar que essas contradições foram reflexos, principalmente, da guerra civil, em que houve

os seguintes indicadores – “a classe operária desintegra-se: de cerca de 3 milhões, em 1917, passa a 1.240.000 pessoas em 1921, menos da metade. Os melhores elementos foram deslocados para o exército, a administração estatal ou o partido” (AARÃO REIS FILHO, 1985, p. 89). Ainda, quanto a figura de Stalin e ao tão aludido conceito de stalinismo, Luís Fernandes em seu livro, *O enigma do socialismo: Um balanço crítico das principais teorias marxistas e Ocidentais*, (2000) explicita o seguinte:

“No âmbito da soviétologia Ocidental, os teóricos do totalitarismo sempre haviam sustentado a natureza liberticida do socialismo [...]. Para estes, o desenvolvimento antidemocrático das sociedades de tipo soviético era consequência inevitável do próprio projeto socialista (tanto na sua versão marxista quanto leninista), e os fundamentos do totalitarismo haviam sido lançados já nos primórdios da revolução Soviética. Essa abordagem compôs o discurso oficial da administração norte-americana no transcurso da Guerra Fria. Em oposição a este enfoque, um número cada vez maior de autores marxistas, passou a contra argumentar que a origem da evolução antidemocrática no Leste residia, na verdade, na prevalência de uma concepção político-ideológica estranha e/ou oposta tanto ao marxismo quanto ao impulso emancipador original da revolução soviética: o stalinismo”. (Idem, p.147-148).

Fernandes enfatiza os seguintes períodos de desenvolvimento do conceito stalinismo:

1) Num primeiro período, foi formulado inicialmente por Trotsky em meados dos anos 30; desta forma: “da sua formulação na década de 30 até meados dos anos 50, a utilização do conceito de stalinismo ficou, basicamente, restrita a pequenos círculos marxistas dissidentes (Idem, p. 148-149); 2) posteriormente, “entre meados das décadas de 50 e 80, sua difusão se ampliou enormemente sob o impacto das críticas formuladas a Stálin no ‘Relatório Secreto’ de Krushev ao XX Congresso do PCUS, em 1956, e a política de ‘desestalinização’ que se lhe seguiu” (Idem, p.149); e, 3) finalmente, “o termo stalinismo alcançou o auge da sua influência e difusão na segunda metade dos anos 80, quando, na sequência da *Perestroika* de Gorbachev, ele foi incorporado [...] para caracterizar o ‘modelo’ que havia presidido todo o seu desenvolvimento anterior” (Idem, p. 150).

Assim sendo, o longo período dirigido por Stálin e o seu modo de fazer política, doravante denominado de stalinismo, foi internalizado por seus congêneres do Leste europeu que adotavam o mesmo estilo político: tendo estes argumentos reforçados a partir de Kruchev e da oposição capitalista no Ocidente. Devemos realçar que nem todo o período de existência da URSS e do aparato do Leste europeu foi calcado em cima das máximas do modelo stalinista; mas, com certeza, este modelo denominado stalinismo foi um período bem marcante dentro da experiência do socialismo real. Ainda, embora todas as críticas a Stalin,

bem como as denúncias de morte e dos expurgos atribuídos a ele, por seus principais opositores, em nome do partido, torna-se importante registrar os seguintes aspectos durante o período socialista, liderado por Stalin, que contrastavam com as severas críticas atribuídas ao dirigente soviético: 1) A população da URSS estava realmente empenhada em sair do caos econômico e social, tal fato implicava na ânsia do povo em colaborar com a política deste Estado, no sentido de reconstrução nacional; 2) O capitalismo, com a crise de 1929, amargara uma grande perda, fazendo com que o socialismo fosse o grande farol do desenvolvimento, e; 3) Stalin era uma figura popular<sup>5</sup>. Sob este último aspecto, Vizontini (1989, p. 96) endossa, fazendo uma ressalva: “Geralmente a popularidade de Stalin é apontada como decorrência do culto à personalidade. Sobre isto é preciso notar que qualquer culto só é eficaz na medida em que cumpre um papel social concreto”. Ou seja, ponderando acerca da exacerbação do conceito de stalinismo:

O stalinismo não se explica pelo socialismo, mas pelas características russas, pela dureza das condições histórico-sociais em que a coletivização e a industrialização tiveram de ser realizadas, e também, em grande medida, pela conjuntura internacional, tanto pela hostilidade externa como pelo isolamento e a falta de apoio para vencer o atraso do país [...] qualquer análise que deixe de buscar seu embasamento nas condições sociais e históricas concretas estará fadada a reproduzir o maniqueísmo que critica no stalinismo (Idem, p. 95).

Em síntese, podemos dizer que a matriz do pensamento da URSS fora marxista-leninista; no entanto, o *ethos* tornou-se uma prática engendrada pela maquinaria de guerra política e ideológica, assim como, pelas pressões internas e externa, causando assim grandes consequências a longo prazo. Entre as diversas razões elencadas, conforme já enfatizado, em virtude das dificuldades históricas e econômicas; contudo, cumpre, ainda, sublinharmos este polêmico culto à personalidade atribuída a Stalin. Sendo que, esta máxima era aplicada, igualmente, aos demais dirigentes dos partidos comunistas ao redor do mundo, vide o exemplo do PCB na figura mítica de Luiz Carlos Prestes, o grande cavaleiro da esperança e, no caso do PCdoB, em relação a João Amazonas (cap.5).

---

<sup>5</sup> Sobre o apoio da população soviética e a simpatia por Stalin, Hobsbawm (2008, P. 373) explicita: “A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante. E para milhões de habitantes das aldeias para os quais, mesmo nos tempos mais difíceis, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novos horizontes, a fuga das trevas e da ignorância para cidade, a luz e progresso, sem falar em avanço pessoal e carreiras, a defesa da nova sociedade era inteiramente convincente”.

Ainda, além dessas contradições, a União Soviética contou com sucessivas crises econômicas que, justamente, reforçavam a ideia de um Estado hipertrofiado: Em síntese, 1) falhas no seu nascente modelo econômico, especificamente, na tentativa de aplicação do NEP- Nova Proposta Econômica e 2) Problemas decorrentes de uma coletivização forçada. (AARÃO REIS FILHO, 2002a). No entanto, no que concerne a matriz deficitária econômica, esta só iria começar a ser modificada mais adiante – década de 30 - com a aplicação dos planos quinquenais. Essas falhas objetivas nas diretrizes econômicas, obviamente, não iriam passar despercebidas por críticos do processo socialista na União Soviética:

A URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de estado um caráter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) as novas formas de repartição, da natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação duma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, torna-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo [...] (TROTSKY, 1977, p. 252).

Apesar das críticas explícitas de Trotsky acerca da natureza da URSS, é importante ressaltar que a sua interpretação dentro das correntes marxistas anti-stalinistas era uma posição centrista, ou seja, enquanto as interpretações de “direita” e de “esquerda” negavam a natureza socialista, as de Trotsky enfatizavam o seguinte delineamento: 1) “a URSS sob o domínio de Stalin não deixa de ser socialista<sup>6</sup>, em virtude da herança constituída pelas transformações estruturais econômicas e sociais realizadas pelo poder soviético no período de Lênin” (SALVADORI, 1988, p. 308); e, 2) “embora no plano das superestruturas e das técnicas de domínio político o stalinismo tenha realizado uma profunda distorção, de tal monta que se torna uma verdadeira ‘traição’ em relação às finalidades de uma revolução proletária” (Idem, p. 308). Convém registrar que estes apontamentos legariam uma série de discussões no plano do marxismo internacional a respeito do caráter do modelo soviético, considerando-a uma revolução traída, em que “a chave da interpretação de Trotsky se apoiou na convicção de que, a partir do momento em que não conseguira se tornar permanente e se internacionalizar, a revolução tivera como destino ser traída por Stalin [...] e por aquela burocracia” (Idem, 311).

---

<sup>6</sup> Grifo nosso.

Debates teóricos a parte, de fato, a estrutura da União Soviética contraia-se mais ainda no período de Stalin. No entanto, outros fatores seriam determinantes para esta moldura política se atrofiar consideravelmente, principalmente, o advento da Segunda Guerra Mundial. Sem pretender adentrar nos pormenores desta guerra, convém, no entanto, registrar que a URSS fora afetada por esta contenda, tornando-se palco de inúmeras batalhas e, obviamente, arrasando novamente o seu parque industrial. Além deste fato, a população, a exemplo da I Guerra mundial, foi seriamente atingida, fazendo com que o povo soviético unisse esforços para combater o nazismo; uma vez que tinham o conhecimento do que significava para a sua nação perder a guerra para Hitler<sup>7</sup>. De acordo com Vizentini (1989, p. 139) “a URSS não apenas sobreviveu, como foi ainda a nação que desempenhou o papel militar mais importante na derrota do III Reich”. A URSS emergia vitoriosa – no **plano interno**, trazia para junto de si uma massa de trabalhadores dispostos a reconstruir o país em escombros, agora reativados com sentimentos patrióticos; - no **plano externo**, a URSS emergia como a segunda grande potência internacional, discutindo de igual para igual a divisão das áreas de influências do mundo. Tais aspectos, com o fim do conflito, acarretarão os seguintes desdobramentos políticos: 1) acirramento de um comunismo de caserna como definira Kurz (1992); 2) o acúmulo de força da URSS em face da vitória contra o eixo nazifascista - diversos países passaram a ser parceiros militares e econômicos: Polônia, Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia; 3) divisão geopolítica do mundo entre capitalismo e comunismo; o que mais tarde tornou-se combustível para o que convencionou a denominar de guerra fria e 4) avanço da corrida nuclear entre URSS e Estados Unidos, acarretando gastos muito superiores numa constante economia de guerra. Quanto a Guerra Fria:

A peculiaridade da Guerra fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os

---

<sup>7</sup> Neste aspecto, Aarão Reis Filho (1983, p. 53-54) enfatiza: “A URSS virou a guerra em primeiro e principal lugar graças à resistência de seus povos. Tratava-se de uma luta pela sobrevivência. Desde o início do conflito, os nazistas não deixaram nenhuma margem de dúvida: vinham não apenas para esmagar o Estado soviético e matar os comunistas, mas para destruir fisicamente a maioria dos russos e não-russos. O restante seria convertido a um regime de semiescravidão. Previa-se a deportação de 30 milhões de pessoas e sua substituição por colonos alemães”.

EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 2008, p. 224).

Embora fragilizada pela Segunda Guerra Mundial, a União Soviética mantém os seus planos de modelo quinquenal<sup>8</sup>. Tais planos dão o tônus para o processo de reconstrução da economia soviética; contudo, enfatizamos que a matriz desses planos se assentava na indústria pesada, justamente em virtude do aludido comunismo de caserna deixando deficitárias as áreas dos bens de consumo (KURZ, 1992). Segundo AARÃO REIS FILHO (2002a, p. 175), os gastos militares aumentaram 45 % entre 1950 e 1952, contrastando com o parco aumento de 15 % das despesas totais do mesmo período. Quanto aos demais países que tornaram-se comunistas após o fim da II Guerra Mundial, todos eles – com pequenas variações – seguiram este modelo irradiado pela matriz URSS: “Em todos eles, encontramos sistemas políticos unipartidários com estruturas de autoridades altamente centralizadas; [...] economias centrais planejadas pelo Estado; e, até mesmo, relíquia mais óbvia da herança stalinista, líderes supremos de forte perfil” (HOBSBAWM, 2008, p. 385). Segundo este autor, o Leste europeu formava um todo monolítico liderado pela URSS; sendo que, este bloco compacto perdurou até a morte de Stalin, em 1953, apresentando logo após, na XX Conferência do PCUS, em 1956, uma primeira fissura, ou seja, com o início do desmoronamento do bloco socialista (Idem, p.386-387). Nesse caso, embora o modelo denominado socialismo real no Leste europeu perdurasse, ainda, por longas décadas, o monólito começava a rachar com a polémica dos crimes atribuídos a Stalin<sup>9</sup>.

Grosso modo, podemos dizer que este modelo, especificamente, esta experiência do socialismo real criado na URSS e irradiado para os outros países da Leste europeu, fora fruto das próprias contradições de uma sociedade atrasada e pré-capitalista, com exceção da Alemanha. Tais déficits históricos, associado a uma conjuntura externa específica (guerras, bloqueios e invasões), condicionaram esta forma de experiência socialista com um Estado coercitivo e centralizador. No que concerne ao “modo de produção”, este denominado

---

<sup>8</sup> Quanto às baixas da URSS na II Guerra Mundial: “O país sofrera perdas humanas e materiais que o debilitariam por muitos anos – mais de vinte milhões de mortos, os quais, adicionados aos inválidos e desaparecidos, representavam a perda de metade de população economicamente ativa (os soviéticos mortos constituíram quase 50% do total de perdas humanas da guerra). Cerca de 2/3 da economia do país estava arrasada” (VIZENTINI, 1989, p. 142).

<sup>9</sup> Em linhas gerais, “O XX Congresso do PCUS (1956) oficializou a desestalinização e teorizou a diversidade de caminhos para o socialismo, inclusive com possibilidade de transição pacífica, a qual visava a facilitar as alianças políticas nos países do Terceiro Mundo. A desestalinização, por seu turno, criava um clima de incerteza política ao reconhecer o pluralismo de vias ao socialismo e ao solapar a legitimidade das lideranças das Democracias Populares do leste europeu” (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 248).



socialismo real, buscou romper com a dicotomia de classe do capitalismo: proletário *versus* burguesia; e o seu produto: a expropriação do trabalho excedente através da mais valia<sup>10</sup>; no entanto, criou uma nova configuração: exército de trabalhadores, a serviço do Estado – e não de uma classe, ou seja, criou-se uma situação *sui generis*: uma ditadura do proletariado; porém, não dirigida pelo proletariado. Segundo Luis Fernandes:

Ao invés de rumar para uma comunidade autogerida, via a dissolução progressiva do poder autônomo do estado através da generalização de mecanismo de democracia direta e participativa (conforme concebido pela teoria marxiana no século XIX), a materialização histórica do socialismo no século XX acabou assumindo a forma política de um dirigismo fortemente centralizado e destacado das forças sociais que haviam dado origem. (FERNANDES, 2000, P. 176-177).

Ainda, conforme já enfatizado, de acordo com a teoria marxiana, o socialismo seria uma passagem entre o capitalismo e o comunismo, dito de outra forma, não um modo de produção específico, mas uma primeira etapa de transição histórica para uma sociedade sem classes (comunismo). Logo, poderíamos sugerir que o sistema construído na URSS e no Leste europeu, assim como, os seus congêneres nos outros continentes, foi uma experiência de um projeto político que fora denominado de socialismo real, embora possuísse pontos convergentes com as ideias de Marx e Engels, principalmente, no tocante a abolição da propriedade privada; no entanto, não conseguiu transformar o proletariado em classe dominante (classe para si). Segundo Fernandes, o grande “enigma” que se coloca é o das formas altamente concentradas e impermeáveis ao controle social, assumidas pelo poder do Estado nas experiências socialistas do século XX, quando comparado com os escritos de Marx. Partindo do princípio que as proposições mais concretas de Marx sobre a estrutura do poder político dos trabalhadores no socialismo estão referidas na experiência da Comuna de Paris, Fernandes estrutura essas experiências sob a perspectiva de dois eixos propostos: 1) “o primeiro foi da substituição das estruturas burocráticas altamente concentradas e centralizadas montadas no período absolutista (e preservadas pela sociedade capitalista) por novos mecanismos administrativos assentados sob forte participação e controle social” (Idem, p. 177); e, 2) “o segundo eixo foi o da configuração de um novo sistema de poder [...] As principais medidas [...] foram a concentração dos poderes executivos e legislativos na mesma

---

<sup>10</sup> Segundo Quintaneiro em, *Um Toque de Clássicos: Marx, Weber e Durkheim*, (1996, p. 88): “Marx distingue o *tempo de trabalho necessário* – que é aquele durante o qual se dá a reprodução do trabalhador – do período em que a atividade produtiva não cria valor para o trabalhador – o *tempo de trabalho excedente*. No capitalismo, esse trabalho excedente assume a forma de mais-valia. A taxa de mais-valia é a expressão ‘do grau de exploração da força de trabalho pelo capital’”.

‘corporação de trabalho’ (a comuna)”. (Idem, p. 177-178). Com o intuito de construir distinções, o autor elaborou o seguinte quadro:

**QUADRO 1: GRAUS DE AUTONOMIA DO ESTADO EM DISTINTAS CONFIGURAÇÃO ESTATAIS**

	<b>CAPITALISMO</b>	<b>SOCIALISMO (PROJETO)</b>	<b>SOCIALISMO REAL</b>
Forma Política Dominante	Democracia Representativa	Democracia Direta	Dirigismo Partidário
Princípio Ordenador	Mercado (Política Econômica)	Comunidade Democrática	Mobilização Unitária
Grau de Autonomia do Estado	Relativa	Baixa Decrescente	Elevada

Criado a partir de: FERNANDES, 2000, p. 175.

A partir das constatações acima, verificamos que, de fato, há divergências do socialismo real, quando comparados com os princípios das Comunas. Mediante este enfoque, segundo Fernandes, devemos considerar a estratégia de passagem ao socialismo como um projeto no campo do “ideal” elaborado por Marx; no entanto, conforme verificado, o socialismo real foi moldado de acordo com os desdobramentos e contradições das conjunturas políticas de cada momento, ou seja, criando um sistema político gestado historicamente de maneira heterodoxa. Assim sendo, o autor sugere não buscar compreender o “real” pelo confronto negativo do modelo “ideal”, mas sim capturar os elementos que melhor caracterizam este sistema político denominado socialismo real, a fim de elaborar os conceitos concernentes deste modelo. Obviamente, torna-se importante frisar que este modelo marxista primava por um confronto com o mundo capitalista (anti-sistêmico), implicando numa bipolaridade política desde a sua gênese e, principalmente, no pós-guerra.

Ainda, no tocante a esta nova ordem mundial bipolar, que se estabeleceu no imediato a última grande guerra, além da divisão geopolítica, como já enfatizada, também sedimentou mais fortemente a ruptura ideológica: comunismo *versus* capitalismo. No entanto, enfatizamos que a formação desta nova ordem se estabeleceu em vários momentos: 1) primeiramente, com a **conferência de Yalta**, em 1945, onde “Churchil, Roosevelt e Stalin promoveram, concretamente, um acordo de que os países limítrofes com a URSS na Europa não deveriam possuir governos anti-soviéticos, como forma de garantir suas fronteiras ocidentais” (VIZENTINI, 2000, p. 198); e, 2) posteriormente, através da Doutrina Truman e o lançamento do Plano Marshall, em 1947, respectivamente: 2.a) **Doutrina Truman**: “defendia o auxílio do EUA aos ‘povos livres’ que fossem ameaçados pela agressão totalitária [...] reforçava a noção *divisão do mundo* [...] ao mesmo tempo em que lançava uma verdadeira

cruzada do ‘mundo livre’ contra seu inimigo” (Idem, p. 201); e, 2.b) **Plano Marshall**: . “concedia empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos EUA [...] as nações beneficiárias deveriam abrir suas economias aos investimentos americanos” (Idem, p. 201). Viveu-se neste período a denominada *Pax Americana*, ou seja, a supremacia dos EUA no terreno militar como os senhores da nova ordem mundial, - não podemos esquecer que as bombas atômicas lançadas no Japão constituíram um elemento definidor no jogo de forças, segundo Vizentini, neste sentido, a Guerra representava *tanto um conflito quanto um sistema*<sup>11</sup>. Ou seja, “ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalista, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial” (Idem, 204), fazendo com que os países que compunham o seu bloco se direcionassem em consonância adotando esta política.

Num segundo momento (dos anos 50 para 60), a partir de um “aparente” equilíbrio nuclear entre as duas grandes potências, houve um período de *détente* (distensão), que seria uma relativa coexistência pacífica a partir da segunda metade da década de 50, refletindo inclusive nos programas dos partidos comunistas ao redor do mundo: “O estabelecimento da coexistência pacífica e, posteriormente, o impacto da desestalinização produziram um relaxamento das relações entre as duas superpotências no Hemisfério Norte” (Idem, p. 208) Embora vivendo em uma *détente* não devemos esquecer que o mundo vivia no calor da Guerra Fria, para tanto o alvo estratégico do imperialismo já estava apontado desde o fim da II Guerra:

A lógica estratégica (por fim, vitoriosa) que originou este conjunto de medidas foi abertamente formulada pelo chefe do gabinete de Planejamento Político do Departamento de Estado norte-americano, George Kennan, ainda em 1947: ‘Confrontar os russos com um constante contra poder em todos os pontos em que dão sinais de invasão dos interesses de um mundo estável e pacífico’ para, a longo prazo ‘quebrar a unidade e a eficácia do partido como instrumento político’, o que poderia mudar a Rússia soviética ‘ de um dia para o outro, de uma das mais fortes para uma das mais fracas e mais deploráveis sociedades (KENNAN, 1947 apud FERNANDES, 2000, p. 197).

Portanto, os condicionantes políticos da Guerra Fria já estavam esquematizados, o EUA através do lastro econômico que detinha poderia desenvolver uma série de medidas a fim de tensionar e provocar fissuras no seu oponente. Sendo que, no tocante a corrida armamentista, esta irá funcionar como um regulador de um sistema internacional em transição

---

<sup>11</sup> Grifos do autor.

e convulsionado por rupturas revolucionárias, imposto, obviamente, pela economia dominante (VIZENTINI, 2000, p. 225) Ainda, convém destacar que no pós II Guerra mundial, a URSS irá integrar as suas relações econômicas com mais intensidade aos demais países do capitalismo avançado no que tange a acordos comerciais, situação esta que causará certos dissabores. Soma-se a isso, conforme já explicitado, o processo de desestalinização, a partir de 1956, que irá enfraquecer a URSS junto aos seus aliados: 1) tanto no plano interno (Leste europeu), com afrouxamento e uma melhor “oxigenação” das demandas nacionalistas sem tanta repressão como no período de Stalin; e, 2) quanto no plano externo, PC’s de outros países que não se alinharam a Moscou em virtude da não aceitação da coexistência pacífica, passam a partir de 1956 a serem opositores aos soviéticos. Em síntese, a URSS pisava com passos céleres num terreno pantanoso, e que, em longo prazo, iria fatalmente lhe engolir.

Para os objetivos desta tese, o que importa reter neste subtítulo são os seguintes aspectos: 1) que a União Soviética, assim como os demais países da Leste europeu, enquadram-se no denominado socialismo real que perdurou como modelo político por várias décadas; e, 2) que houve vários condicionantes que definiram o fim do socialismo na União soviética; no entanto, asseveramos que sem buscar os elementos internos e políticos condicionantes da sua gênese, pouco se poderá elucidar sobre os reais motivos que levaram ao colapso do socialismo no último quarto de século, mais especificamente, o fim da União Soviética e todo o aparato burocrático construído durante décadas. No que tange às questões específicas relativas ao colapso final do regime da União Soviética no transcurso dos anos 80, retomaremos (cap. 3) estes apontamentos iniciados neste subtítulo com a finalidade de especificar alguns elementos que consideramos fundamentais para a compreensão do processo, em especial no que diz respeito à *Glasnost* e *Perestroika*, afetando assim, sobremaneira, tanto a União Soviética quanto os rumos do Leste europeu e os partidos marxistas ao redor do mundo, entre esses o PCB e PCdoB.

## **1.2- CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE PARTIDOS MARXISTA-LENINISTAS**

Nesta unidade estaremos apresentando algumas características dos Partidos Comunistas, ou seja, partidos marxista-leninistas. Para tanto, cabe discutir porque a definição específica de partido marxista-leninista. No que tange a este enfoque, algumas questões pertinentes estão no cerne dos próprios textos de Marx e Lênin. Primeiramente, devemos argumentar que para Marx a ideia de partido não estava, ainda, acabada; pode-se dizer que a este respeito o seu conceito estava um tanto difuso com a ideia de classe e os círculos

operários. Para Gramsci (2007, p. 119) “o conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, conspiração secretas de pequenos grupos, organização jornalística”. Sendo que, a formulação para partido quem elaborou foi Lênin, e esta formulação desenvolveu-se alicerçada na teoria em consonância com a luta empreendida, ou seja, através das experiências reais: “No que concerne à configuração institucional-organizativa do poder político proletário, Lênin recuperou, quase que literalmente, todas as proposições marxianas referenciadas na experiência da Comuna de Paris” (FERNANDES, 2000, p. 182). Portanto, torna-se condição *sine qua non*, o entendimento da obra de Lênin; a fim de um melhor direcionamento na literatura leniniana, Mercedes Cánepa em seu texto, *Partido político operário: Marx e Lênin* (1988, p.29) sugere o seu estudo na seguinte cronologia: 1) período anterior à revolução de 1905; 2) período compreendido entre 1905 e 1917; e, 3) período posterior à tomada de poder.

Assim, devemos enfatizar, primeiramente, que o texto de Lênin na obra, *Que Fazer?*, (1979c) reporta-se ao período anterior da revolução de 1905, em 1902, e “é em geral considerada a obra básica para a compreensão da concepção leninista do partido” (CÁNEPA, 1988, p.29). Ainda, no tocante a esta obra convém explicitar que Lênin estava empenhado na busca de uma concepção particular de partido de vanguarda, que buscava responder a duas questões: 1) as dificuldades organizativas em face da opressão da autocracia russa que perseguia os socialdemocratas; e, 2) procurava diferenciar-se, principalmente, da política dos trade-unionistas, a qual considerava como uma expressão da luta econômica e não da luta de classe: “a política trade-unionista, isto é, a aspiração comum a todos os operários a conseguir do Estado estas ou aquelas medidas susceptíveis e remediar os males inerentes à sua situação, mas que ainda não acabam com essa situação, isto é, não acabam com a submissão do trabalho ao capital” (LÊNIN, 1979c, p. 109-110).

Desta forma, Lênin esforçava-se em buscar construir um partido, melhor dizendo, uma vanguarda revolucionária que estivesse acima das questões específicas da luta econômica. Igualmente, tinha noção, de acordo com a acepção marxista, que a tomada de consciência do proletariado somente seria impulsionada quando advinda do exterior: “A consciência política da classe não pode ser levada aos operários senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões” (Idem, 135). Neste sentido, Lênin buscava construir um partido mais avançado, acima da luta econômica com o intuito de, na medida do possível, imprimir sempre um caráter político à luta. Este partido seria composto por uma vanguarda organizada, temperados na luta de classe, e que tinha entre

suas diretrizes, ser o portador de uma consciência mais avançada e propagandista da luta a ser empreendida:

[...] Nós devemos assumir a tarefa de organizar uma ampla luta política, sob a direção de nosso partido, e tão multiforme que todos os setores da oposição possam prestar e prestem efetivamente a esta luta, assim como ao nosso partido, a ajuda de que forem capazes. Nós devemos fazer dos militantes práticos sociais-democratas, chefes políticos capazes de dirigir todas as manifestações desta luta multiforme, que saibam, no momento necessário, ‘ditar um programa positivo de ação’ aos estudantes em agitação, aos *zemtsi* descontentes, aos membros indignados das seitas, aos professores primários lesados nos seus interesses, etc.

[...] E para ministrar aos operários conhecimentos políticos verdadeiros, vivos, que abarquem todos os aspectos, é necessário que tenhamos ‘homens nossos’, sociais-democratas, em toda parte, em todas as camadas sociais, em todas as posições que permitam conhecer as molas internas do nosso mecanismo estatal. E precisamos destes homens, não só para a propaganda e a agitação, mas ainda, e, sobretudo, para a organização (Idem, p. 140-141).

Nesta visão renovada, Lênin aludia a uma construção partidária que implicava em uma organização revolucionária profissional, com militantes empenhados na luta política em clara distinção dos velhos círculos trade-unionistas. Enfatizava, portanto, que esta organização deveria ter um caráter de clandestinidade, justamente em face da opressão desmedida da autocracia russa, ou seja, sem deixar este partido refém da polícia política. E nesta perspectiva cabia ao novo partido fazer a ligação do legal e do ilegal, dito de outra forma, através da ligação dos militantes profissionais com a camada mais esclarecida do proletariado, sem que estes militantes profissionais ficassem descobertos ou apanhados pela repressão czarista; assim sendo, propunha construir um corpo unificado, compacto e orgânico do partido.

Um pequeno núcleo bem unido, composto pelos operários mais seguros, mais experientes e mais bem temperados, com delegados nos principais bairros, e em rigorosa ligação clandestina com a organização revolucionária poderá perfeitamente, com o mais amplo concurso da massa e sem nenhuma regulamentação, realizar todas as funções que competem a uma organização sindical e, além disso, realizá-las precisamente da maneira desejável para a social-democracia (Idem, p. 163).

No tocante a delegação de poderes atribuída a um núcleo dirigente coeso, Lênin enfatizava a importância da coesão deste grupo na consecução da tarefa revolucionária; ainda, ponderando acerca das possíveis críticas de um centralismo extremado, demonstrava como esse centralismo cumpre o seu papel político no transcurso da luta:

[...] a concentração de todas as funções clandestinas nas mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa, de maneira alguma, que estes últimos “pensarão por todos” que a multidão não seja uma parte ativa no movimento. Pelo contrário, a multidão fará surgir do seu seio um número cada vez maior de revolucionários profissionais [...]. A centralização das funções clandestinas da organização não implica, de maneira alguma, a centralização de todas as funções do movimento [...] A centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários não debilitará, antes reforçará a amplitude e o conteúdo da atividade de uma grande quantidade de outras organizações destinadas ao grande público e, por consequência, o menos regulamentada e menos clandestina possível. (Idem, p.167-168).

Torna-se pertinente destacar, que esta concepção de partido de vanguarda se cristalizará como um modelo partidário e será difundida aos demais partidos que adotarem a forma de marxismo-leninismo como instrumento de organização, principalmente, após a III Internacional<sup>12</sup>. Também, podemos ressaltar que estas concepções – na maioria das vezes altamente centralizadas - fomentaram muito as próprias degenerações no seio do marxismo internacional e, obviamente, a URSS seria o ente propulsor e legitimador deste modelo partidário. Não esquecendo que, conforme enfatizado no subtítulo anterior, nos países do leste europeu o partido assume a forma de um ente “máximo” através de seus mecanismos de coesão exacerbada e de forte coerção interna. Porém, tais contradições promovidas com ímpeto por Stalin, foram advertidas por Lênin antes de morrer<sup>13</sup>.

Convém registrar para maiores esclarecimentos que Lênin compunha o POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo, fundado em 1898. Sendo que, em 1903, depois do II Congresso deste partido, e em face do debate do texto *Que Fazer?* o POSDR divide-se: 1) bolcheviques, a maioria liderado por Lênin e 2) Mencheviques, a minoria. Ainda, no tocante a relação partido-vanguarda, este conceito transmuta-se em partido-massa entre 1905 e 1907, justamente em face da Revolução de 1905, que apresentava uma condição de maior liberdade na Rússia: “No período da revolução de 1905-1907, o partido passou de poucos milhares de inscritos para mais de trinta mil [...], e alcançou depois o ponto culminante de quase 150.000 inscritos, representados no V Congresso, de maio de 1907” (JOHNSTONE, 1988, p. 33). Ou

<sup>12</sup> Segundo Johnstone (1988, p. 13) “Diferentemente da Segunda Internacional, que tinha previsto e favorecido a formação em cada país de um único partido operário, que compreende-se todas as várias componentes socialistas, a Terceira Internacional – em suas vinte e uma condições para a admissão – insistia em ‘uma completa ruptura com o reformismo e as políticas ‘centrista’, e com os dirigentes que com elas se identificassem [...]. Os velhos programas social-democratas deviam ser substituídos por outros, mais especificamente comunistas”.

<sup>13</sup> Nas palavras de Johnstone (1985, p. 139) : “Menos de uma semana antes, em seu famoso testamento, disse que estava preocupado com o “imenso poder” concentrado nas mãos de Stálin. Propunha ao Partido que ‘pensasse em uma maneira de afastar Stálin’ do cargo de secretário-geral, para o qual fora eleito naquele mesmo ano de 1922”.

seja, sob a direção de Lênin o partido conseguia atrair uma maior parcela de militância, demonstrando, assim, o acerto da flexibilidade tática partidária em períodos de maior abertura, apoiando inclusive a Duma.

Neste curso da política Russa, ora uma autocracia czarista e autoritária, ora tendo uma maior abertura política liberalizante e burguesa, equilibrava-se sobre um fio tênue e polêmico, as discussões do centralismo democrático, respectivamente, ora mais centralizado, ora mais democrático. Obviamente que esta caracterização do centralismo era motivo de inúmeras rugas, não somente no seio do POSDR, assim como, em outras organizações filiadas na II Internacional<sup>14</sup>. No entanto, esta dualidade entre centralismo e democracia, começara a ser respondida em 1905 na Conferência de Tammerfors, ocasião em que, segundo Johnstone, o termo centralismo democrático aparece pela primeira vez; sendo que, em 1906, Lênin formulou a definição clássica de centralismo democrático:

A resolução do CC<sup>15</sup> é errada no conteúdo e entra em choque com o estatuto do partido. O princípio do centralismo democrático e da autonomia das instâncias periféricas significa precisamente plena liberdade de crítica em qualquer instância, na condição de que não viole a unidade na ação concreta, bem como a inadmissibilidade de qualquer crítica que prejudique ou dificulte a unidade em uma ação decidida pelo partido (Idem, 36).

Portanto, devemos realçar que o conceito de centralismo democrático torna-se de fundamental importância na teoria marxista. Talvez, este seja um dos pontos que melhor representam a estrutura leninista de partido e, também como já enfatizado, torna-se, conseqüentemente, um ponto nevrálgico de inúmeras polêmicas, justamente em face do delineamento da linha política mais adequada de que todos deveriam acatar no tocante da tática e da estratégia. Ainda, quanto às críticas de um centralismo democrático desmedido pelos PC's, devemos novamente ponderar, uma vez que elas foram elaboradas pela teoria leninista num momento histórico, ou seja, a construção do marxismo-leninismo respondeu aos impulsos da história: “todos os textos de Lênin sobre o partido [...] são extremamente específicos, na medida em que abordem as específicas tarefas organizativas impostas pela

---

<sup>14</sup> Rosa Luxemburgo era uma eminente crítica do ultracentralismo leninista, e em seu texto, *Questões de organização da social-democracia Russa* (1979, p. 37), divergia: “a concepção que se exprime [...] é a dum centralismo implacável; o seu princípio vital exige, por um lado, que as falanges organizadas de revolucionários confessos e ativos saiam e se separem resolutamente do meio que os rodeia e que, ainda que não organizados, não deixa de ser revolucionário; defende-se aí, por outro lado, uma disciplina rígida e a intervenção direta, decisiva e determinante da instância central em todos os assuntos das organizações locais do Partido. [...] Segundo a tese de Lênin, o Comitê Central tem, por exemplo, o direito de organizar todos os comitês locais do partido [...]. O Comitê central é verdadeiramente o núcleo ativo do Partido, e todos os outros grupos não passam de órgãos executivos”.



situação política do momento” (Idem, 18). No que tange às críticas de certos exageros do centralismo democrático, temos, no entanto, um conceito bem mais apurado de Gramsci, desenvolvido num momento posterior, corroborando para o escopo teórico desta tese:

A “organização” só pode ser a do centralismo democrático que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modelo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comandado pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia [...] nos partidos que representam grupos subalternos, o elemento da estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas em relação às outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes. [...] oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações: ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam, como uma necessidade prática e “indutiva”, e não como resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). [...] ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados (GRAMSCI, 2007, p. 92).

Conforme já enfatizado, a respeito do pensamento político de Lênin e do modelo de construção partidária, embora o *Que Fazer?* possa ser considerado uma obra básica para o entendimento de partido, não abarca o todo do pensamento leninista, uma vez que este texto fora escrito em 1902. Devemos grifar que Lênin procurou dar sucessivas respostas aos acontecimentos em curso na Rússia até a tomada do poder definitiva pelo soviets, em 1917; portanto, não pode-se engessar o pensamento leninista. No entanto, para efeito desta tese os elementos necessários para o entendimento partidário, os quais foram aplicados pelos demais partidos marxista, já encontravam-se presente nesta obra. Contudo, segundo Johnstone (1985, p.120), “é necessário lembrar que, sobretudo até 1914, a atividade principal de Lênin fora dirigida [...] mais no sentido do desenvolvimento na Rússia de uma revolução democrático-burguesa do que uma revolução socialista”. Ainda, a grande inflexão do pensamento dar-se-ia

---

<sup>15</sup> Comitê Central.

como reflexo do advento da I Guerra Mundial e, obviamente, dos próprios caminhos trilhados pela socialdemocracia russa a partir dos ventos liberalizantes de 1905<sup>16</sup>.

Assim sendo, sem pretender dar conta de toda a extensa obra de Lênin convém registrar alguns elementos que melhor caracterizaram além do modelo de partido adotado, a evolução do pensamento teórico do autor no que concerne a tomada de poder pelos bolcheviques que servirão de inspiração para o marxismo internacional. No que tange a este ponto de inflexão, não podemos deixar de salientar as *Teses de Abril*<sup>17</sup>, de 1917, escritas no texto, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução* (1979f), no qual Lênin lança o seu famoso argumento - *todo o poder aos soviets!*:

Enquanto estivermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, defendendo ao mesmo tempo a necessidade de que todo poder de Estado passe para os Sovietes de deputados operários, a fim de que, sobre a base da experiência, as massas se libertem dos seus erros (Idem, p. 14).

Neste ponto podemos verificar toda a genialidade política de Lenin, pois recuperando as referências marxianas da Comuna de Paris, traz as seguintes características para a realidade da Rússia do período: “do ponto de vista da experiência concreta da revolução russa, sua originalidade consistiu em identificar nos conselhos (soviets) de trabalhadores, camponeses e soldados [...] o núcleo de estruturação do novo poder de tipo comunal” (FERNANDES, 2000, p. 183). Tais proposições e a palavra de ordem – *todo o poder ao soviets* - foram incorporados programaticamente pelo partido bolchevique, sendo coroado com a vitória da Revolução de Outubro. Mais adiante, após a Revolução de Outubro, Lênin escreve, em 1920, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1978), apresentado às vésperas da realização do 2º Congresso da Internacional Comunista. Nesta obra, além de uma resposta aos desvios

---

<sup>16</sup> Segundo Lênin, em, *Cartas de Longe* (1979e, p. 3-4): “A burguesia não foi capaz de adiar muito a crise revolucionária gerada pela guerra. A crise cresce com força irresistível em todos os países, começando pela Alemanha [...]. É natural que na Rússia czarista, onde a desorganização era a mais monstruosa e onde o proletariado é o mais revolucionário (não devido às qualidades particulares, mas devido às tradições vivas do ‘ano cinco’), a crise revolucionária eclodisse mais cedo que em qualquer outro lado. Esta crise foi acelerada por uma série de derrotas gravíssimas infligidas à Rússia e aos seus aliados. As derrotas desorganizaram todo o antigo mecanismo governamental e todo o antigo regime, provocaram o ódio de todas as classes da população contra eles, exasperaram o exército e destruíram em grande medida o seu velho corpo de comando de caráter aristocrático-fossilizado e burocrático excepcionalmente corrupto”.

<sup>17</sup> As Teses de Abril caracterizavam a Rússia numa fase de transição entre a Revolução Burguesa – fevereiro – e a proletária, que viria no momento em que os soviets resolvessem assumir todo o poder. Lenin preconizava a destruição do governo provisório, o desmantelamento do exército, a nacionalização das terras e dos bancos, o controle da produção pelos operários, o armamento geral do povo e uma nova Internacional. A tática dos bolcheviques consistiria em ganhar os soviets para estas posições. Forjava-se a palavra de ordem: todo o poder aos soviets, considerados órgãos do poder operário e camponês. Os bolcheviques eram um partido pequeno, mas teriam, a partir de abril, uma linha política coerente. (AARÃO REIS FILHO, 1985, p. 51).

esquerdizantes dos PC's, também, exemplificava como lição, aos outros países do mundo, acerca do sucesso da transformação revolucionária conquistada pela Rússia, inspirando, portanto, o movimento operário em suas organizações: “Os operários evoluídos de todos os países já compreenderam isso [...]. Daí a ‘significação’ internacional (no sentido estrito da palavra) do Poder Soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques” (Idem, p. 10). Já, neste texto, exprime-se claramente a concentração de poder em torno do partido comunista:

A correlação entre chefes, partido, classes e massa e, ao mesmo tempo, atitude da ditadura do proletariado e de seu partido [...] apresenta-se entre nós, atualmente, da seguinte forma: a ditadura é exercida pelo Proletariado organizado nos Sovietes e dirigido pelo Partido Comunista Bolchevique [...]. Receamos ampliar excessivamente o Partido porque os arrivistas e aventureiros, que nada merecem além de ser fuzilados, tendem inevitavelmente a infiltrar-se no partido governante. [...] Nenhuma questão importante, política ou de organização, é resolvida por qualquer instituição estatal de nossa República sem as diretrizes do Comitê Central do Partido (Idem, 45-47).

Neste trecho da obra, Lênin tentava responder acerca da necessidade dos partidos comunistas atuarem nos sindicatos reacionários. O que torna-se importante reter para esta tese são os seguintes aspectos: 1) primeiramente, conforme já realçado, a concentração de poderes e atribuição dada ao partido comunista na figura do Comitê Central; 2) o explícito receio de Lênin com o assalto do partido por oportunistas, e; 3) a ditadura do proletariado como um conceito extremamente “adjetivado”. Tais aspectos apontados, realmente, se mostraram um grande problema, não somente para a URSS, como também, para os demais partidos marxista-leninistas que seguiram o mesmo modelo partidário a partir da III Internacional. Quanto à ditadura do proletariado Lênin apresentava as seguintes considerações:

Para fazer frente a isso, para permitir que o proletariado exerça acertado, eficaz e vitoriosamente sua função **organizadora** (que é sua função **principal**<sup>18</sup>), são necessários uma centralização e uma disciplina severíssimas no partido político do proletariado. A ditadura do proletariado é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da antiga sociedade. [...] Sem partido férreo e temperado na luta, sem um partido que goze da confiança de tudo que exista de honrado dentro da classe, sem um partido que saiba tomar o pulso do estado de espírito das massas e influir nele é impossível levar a cabo com êxito essa luta (Idem, p.41-42).

---

<sup>18</sup> Grifos do autor.

Como podemos observar, a ditadura do proletariado atinge um grau ideologizado, ou seja, torna-se um ápice na luta de classe; sendo que, neste patamar chega-se somente através da direção do partido. Em síntese, é necessário, portanto, uma fé na revolução, assim como, uma total **disciplina** do militante para com o partido e a causa a ser cumprida; neste ponto instalam-se os seguintes dilemas para quem adere (e aplica) os princípios do centralismo democrático dos PC's: 1.a) aceitar a infalibilidade do partido (que nunca erra) e sempre aponta como um sendero seguro na luta contra a burguesia, *versus*, 1.b) a compreensão da falibilidade do militante, que precisa ser testado a todo o momento e posto a prova através da disciplinas severíssimas do partido; 2.a) quando uma linha tático-estratégica falha, a culpa é de todos que não souberam aplicá-la de maneira precisa, *versus* 2.b) quando uma política conquista a consecução correta o mérito é dos dirigentes que souberem conduzir o partido; e, 3.a) o militante deve ter a sua vida/interesses particulares minimizados, o foco é a luta coletiva pelo socialismo, *versus*, 3.b) quando não consegue cumprir uma tarefa, por mais difícil que seja, a culpa é do seu *ethos* pequeno burguês, ainda interiorizado. Vejamos dois trechos que atestam esse foco: 1) quando Lênin pergunta “como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua **fidelidade** à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício” (Idem, p 14); mais adiante, 2) enfatiza que “é necessário saber fazer todas as espécies de **sacrifícios** e transpor os maiores obstáculos para realizar uma propaganda e uma agitação sistemática, pertinaz, perseverante e paciente” (Idem, 54). Ou seja, o objetivo é o exercício contínuo do militante nas hostes partidárias, a fim dele tornar-se um revolucionário temperado na luta de classe – com sacrifícios, fidelidade e disciplina; como exemplos a serem seguidos - os guias: Marx, Lenin e Stalin.

Retomando o conceito polissêmico de ditadura do proletariado, tão largamente referido e associado a Marx pelos partidos marxista-leninistas, devemos fazer uma ressalva e uma melhor interpretação conceitual. Thamy Progrebinschi em sua obra, *O enigma do político: Marx contra a política moderna* (2009), sublinha que o próprio Marx jamais definiu com clareza o conceito de ditadura do proletariado, assim como, a própria expressão foi empregada apenas poucas vezes em sua obra. Em síntese: “Marx lança mão da expressão ‘ditadura do proletariado’ só ao descrever o momento do processo revolucionário no qual o proletariado toma o poder”, ou seja, como uma passagem (Idem, 94). De acordo com Progrebinschi, o grande enigma consiste em compreender o real significado desse momento no contexto do desaparecimento do Estado. A partir deste argumento, ligando a citação anterior, a incongruência ocorre quando Lênin concebe ditadura do proletariado como uma

forma de Estado em definitivo, de acordo com a própria autora “o problema da leitura de Lênin [...] consiste em confundir comunidade com ditadura do proletariado, além de achar que nesta a ‘maquinaria estatal’ ainda deve ser preservada momentaneamente para o próprio proletariado” (Idem, p.180). Assim, podemos dizer que tais afirmativas leninianas, ou melhor dizendo, “ajustes” da teoria, serviram de argumentos para o engessamento do aparelho estatal soviético. Aproveitando o “legado” de Lênin acerca da ditadura do proletariado, Stalin resumiria: “A ditadura do proletariado consiste nas diretivas do Partido, mais o cumprimento dessas diretivas pelas organizações de massas, mais a sua colocação na prática pela população” (STALIN, 1977 apud FERNANDES, 2000, p. 192).

Reiterando, quanto à bolchevização da teoria de Lênin, esta encontra o seu foco irradiador a partir da III Internacional, que nasce, entre outras razões, do próprio colapso da II Internacional e do apoio dos socialdemocratas a I Guerra Mundial, e; mais importante, como desdobramento do sucesso da Revolução de Outubro, implicando a Lênin esboçar um novo tipo de partido em escala internacional (JOHNSTONE, 1988, p. 41). Para o conceito de Bolchevização constrói-se o seguinte argumento, nas palavras de eminentes integrantes da III Internacional:

Por bolchevização, entendemos a assimilação por parte dos partidos, daquilo que de significativo, de internacional, existe no bolchevismo, a que se referia o companheiro Lênin em Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Por bolchevização dos partidos, entendemos [...] a pertinência e qualquer manobra estratégica na luta contra o inimigo, Bolchevização significa firme vontade de lutar pela hegemonia do proletariado, significa ódio ardente à burguesia, aos líderes contra-revolucionários da social democracia, ao centrismo e aos centristas, aos semicentristas e pacifistas, a todos os abortos da ideologia burguesa. Bolchevização é a criação de uma organização compacta, monolítica e fortemente centralizada, que supera amigavelmente as divergências em suas filas, como nos ensinou o companheiro Lênin. Bolchevização é marxismo em ação, é dedicação à ideia da ditadura do proletariado à ideia do Leninismo (ZINOVIEVI, 1924 apud HÁJEK, 1988, p. 198).

Esta citação nós dá a explicação e a ideia exata do conceito de bolchevização aplicada pela III Internacional Comunista. Obviamente, após a morte de Lênin, o conceito adquire uma áurea de guia e modelo único para a ação política, sendo o mesmo supervalorizado por Stalin aplicando não somente a III Internacional, como também, a teoria leninista de partido, criando nas palavras de Hájek (Idem, p. 218) uma situação paradoxal: “o regime interno da Internacional Comunista, que fazia referência à ideia leniniana, segundo a qual não há práxis revolucionária sem teoria, limitava ao mínimo a possibilidade de um pensamento político”.

Nas palavras do próprio Hobsbawm (1979 apud AGOSTI, 1988a, p. 139), “a genialidade e profundidade da estratégia de Lênin e o êxito alcançado pelos bolcheviques em 1917 atuaram como freio para os subseqüentes desenvolvimentos teóricos”. Portanto, não era de se surpreender que a construção leniniana de partido fosse ser engessada pela nova IC (Internacional Comunista), se tornando - ao invés de ser uma teoria para a ação aplicada a cada realidade -, na verdade um dogma político leninista. Neste processo, ao longo da década de 20 e 30, qualquer influxo teórico era secundarizado, empobrecendo, por ora, o pensamento marxista. Sem pretendermos polemizar, podemos verificar que as novas discussões teóricas provinham de eminentes dissidentes do regime, entre esses, Trotsky; assim como, emanavam da lucidez teórica de Gramsci, que encontrava-se encarcerado (idem, p. 145). No tocante a estes dois autores, torna-se importante o registro do impulso teórico dos mesmos, os quais serão valorizados com maior ênfase somente na segunda metade do século XX; e, no caso do Brasil, apenas teremos uma recepção tardia destes autores no último quarto de século, mais especificamente, Gramsci na seara do PCB.

Sumarizando as discussões expostas referente aos textos de Lênin, podemos afirmar, em linhas gerais, que o seu pensamento teórico sobre partido foi um constructo baseado na análise empírica da realidade, através de um processo evolutivo; desde um texto inicial como *Que fazer?* no qual implicava a construção de um partido de vanguarda em face do déficit organizativo do POSDR; passando por uma tomada de posição revolucionária com total poder aos soviets em, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*; até cristalizar-se já no formato conhecido da URSS, com a concentração de poderes pelo C.C. em, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Ressalvamos, contudo, que a obra do autor é vastíssima porém, consideramos que estas três obras capturam o “essencial” do pensamento de Lênin. Entretanto, no que concerne aos influxos teóricos recebidos pelos partidos marxistas, Cerroni (1982) pondera mais incisivamente, como já delineado anteriormente, que não fora somente a influência do pensamento de Lênin sobre a obra de Marx o fator determinante para a consolidação do modelo aplicado pelos partidos marxista-leninistas, mas também, obviamente, o modelo partidário difundido por Stalin; acarretando, portanto, aos partidos comunistas o somatório destes dois modelos justapostos na sua configuração: 1) **o partido de Lênin**: neste modelo “Lênin atribui ao movimento do proletariado uma tarefa absolutamente inédita na história do movimento operário”, ou seja, a vanguarda sendo protagonista da história (Idem, p. 41) e, por fim, 2) **o partido de Stalin**: no qual, segundo Cerroni, Stalin “acrescentou um elemento teórico deformante, que elaborava o modelo do partido sem uma avaliação das condições históricas suficiente para impô-lo a todo o movimento comunista,

independentemente das específicas condições históricas nacionais” (Idem, 43). Como consequência, este modelo justaposto fora imposto aos demais partidos comunistas; tornando, obviamente, o PCB e o PCdoB caudatários também desta síntese partidária. Ainda quanto ao partido de Stalin, vejamos o que o mesmo estabelece:

O partido comunista da União Soviética será a força guia e dirigente da sociedade soviética, o núcleo do seu sistema político e de todas as organizações estatais e sociais... O Partido Comunista determinará a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade e as linhas de política interna e externa da URSS, dirigirá a atividade criadora do povo soviético e dará um caráter planejado e científico à luta deste pela vitória do comunismo (STALIN, 1977 apud FERNANDES, 2000, p. 192).

Retomando, quanto à obra de Lênin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1978), esta serve de inspiração, também, para outra questão importante para os partidos marxista-leninistas: os conceitos de estratégia e tática, amplamente delineados nesta obra na medida em que se tentava demonstrar quais eram os reais inimigos da classe e como foi a condução tática para o sucesso da empreitada revolucionária. A respeito deste tema, citamos o didático livro de Marta Harnecker, *Estratégia e tática* (2003), baseado na análise dos textos de Lênin e nas suas tomadas de posição de acordo com o curso da luta empreendida pelos bolcheviques, e que apresenta os seguintes conceitos: 1) “a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo” (Idem, p. 80); e, 2) “a tática deve se adaptar a diversas situações. Cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação” (Idem, p. 134). Devemos salientar que, tanto a tática, quanto a estratégia, poderão ser de curto e longo prazo, respeitando as condições e os limites objetivos onde se dará a luta em curso. Nas palavras de Florestan Fernandes: “o partido revolucionário precisa comportar-se como uma vanguarda consciente, responsável e corajosa: cabe-lhe montar a tática e escolher as palavras de ordem ajustadas a cada situação” (1978, p.38).

Dando continuidade a esta argumentação e na tentativa de esclarecer as noções de estratégia e tática frequentemente adaptadas pelos PC’s em seus programas e diretrizes políticas, citamos o texto de Stalin, *A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos*, (1989), em que tece considerações a respeito da distinção destes dois elementos que se combinam mutuamente num processo de luta política. Tais argumentações e definições realizadas por Stalin tornam-se importantes por motivos óbvios, uma vez que este foi o

principal dirigente do PCUS, sendo que sua palavra era a grande definidora das verdades para a grande maioria da seara marxista na primeira metade do século XX; portanto, uma das principais referências teóricas utilizadas por um longuíssimo tempo pelos comunistas no Brasil. Ainda, a concepção de Stalin torna-se importante, também, pelo caráter instrumental das suas explicações, de acordo com suas palavras: “O plano estratégico é o plano da organização do golpe decisivo” (Idem, p.21), ou seja, a transformação revolucionária através da tomada do Estado burguês. Quanto à tática, Stalin infere que esta é uma parte integrante da estratégia, conforme segue: “A missão mais importante da tática consiste em determinar os caminhos e os meios, as formas e os métodos de luta, que correspondam do melhor modo à situação concreta existente em determinado momento e que preparem de modo mais seguro os êxitos estratégicos” (Idem, p.23). Dando continuidade aos argumentos de Harnecker (2003):

A estratégia política implica um conhecimento das leis que regulam a luta de classes, de como uma classe se situa em relação a outras dependendo do grau de desenvolvimento do movimento revolucionário. Aproveitando esse conhecimento objetivo, o estrategista político é capaz de prever o curso que a luta de classes possivelmente adotará, podendo, assim determinar qual o caminho a seguir para que essa luta consiga conquistar mais plenamente seus objetivos. Essa previsão é o fator subjetivo que intervém na direção estratégica. Nem sempre ele é aplicado ao pé da letra; a realidade é muito complexa e mutante; nela intervém, como um dos fatores difíceis de se prever, a estratégia do inimigo (Idem, p. 82).

A partir do exposto, a autora enfatiza que as formas de lutas a serem implementadas, primeiramente, devem ser criteriosamente analisadas na correlação de forças em que será empreendida a luta. Ainda, salienta que a correlação de forças não é estática, uma vez que a mesma vai depender dos avanços e recuos no transcurso do processo de transformação revolucionária que se pretender; podendo a mesma ser modificada na medida em que a revolução avança, demonstrando, assim, o sucesso de um polo político ou o fracasso de outro. Igualmente, realça que é no curso da luta a ser implementada que serão definidos os inimigos da classe; assim como, os seus verdadeiros aliados - podendo estes ser verificados 1) nas adesões conquistadas pela política considerada como a mais avançada ou, 2) pelas defecções ocorridas para o campo do oponente. Para tanto, de acordo com apontamentos de Harnecker, podemos elaborar o seguinte quadro síntese das tarefas necessárias tanto pela estratégia, quanto pela tática, a fim de dar o curso necessário à ação política:



**QUADRO 2: TAREFAS DA ESTRATÉGIA E DA TÁTICA**

<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>TÁTICA</b>
1) Definir corretamente os inimigos da revolução, tanto os inimigos estratégicos, quanto os imediatos.	1) As formas de organização que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar
2) Determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus aliados.	2) As formas e os métodos de luta a serem empregados
3) Construir o exército político revolucionário, isto é, articular essa aliança, ou aglomerado, ou bloco de forças	3) A forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas.
4) Determinar a via mais provável do desenvolvimento da revolução	4) As formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas

Criado partir de: HARNECKER, 2003, p. 85-86 e 139-140

Retomando o objeto desta tese, tais elaborações acerca de tática e de estratégia serão extremamente relevantes, pois proporcionarão uma análise mais acurada da linha política adotada, tanto pelo PCB, quanto pelo PCdoB nos diferentes percursos da sua luta empreendida. Quanto ao uso destes conceitos, realçamos que, devemos fazer algumas observações elucidativas: 1) Tanto estratégia, quanto a tática são previsões baseado no estudo da realidade projetando um porvir, esperando enquadrar politicamente a conjuntura de modo a extrair elementos que apontem o direcionamento político. Tais fatores implicam que os partidos comunistas façam, com um espaçamento de tempo regular, congressos partidários a fim de elaborar a linha tático-estratégica. 2) Nestes sentido, conforme referido, devemos salientar que estas posições táticas e estratégicas, concebidas cientificamente a partir de uma análise da realidade, se materializam nos programas partidários e teses congressuais, servindo assim, de instrumentos para o trabalho político dos dirigentes e das massas, os quais o partido pretende galvanizar para as suas hostes<sup>19</sup>. 3) Ainda, embora extremamente elucidativos os exemplos apresentados por Harnecker baseados, principalmente, nas obras de Lênin, devemos, no entanto, ponderar e trazê-los para a realidade brasileira; com o intuito, justamente, de avaliar e interpretar as tomadas de posição dos PC's em suas diferentes diretrizes políticas à luz da política nacional. 4) Da mesma forma, devemos estar atento que a existência do partido, segundo a concepção marxista-leninista, serve como instrumento para uma transformação política esperada: a luta de classe; o que implica, portanto, em

<sup>19</sup> Quanto ao programa partidário, Cerroni, enfatiza o seguinte argumento: “[...] o programa deve funcionar como um programa vivo e operativo que capta a essencialidade da transformação prática e, por isso, também da organização. Por dois diferentes aspectos, tende assim a declinar, tanto por motivos ‘práticos’ como por motivos ‘teóricos’, a necessidade da cisão-contraposição entre o mundo das ideias e o mundo das ações, entre a teoria e a prática: a máquina política deve funcionar como se fosse as pernas do programa, enquanto o programa teórico-político não pode ser outra coisa que uma cabeça que se dá às pernas. Caso contrário, a prática política decai a mera força e a teoria política se volatiliza em mero doutrinário. (CERRONI, 1982, p. 36)

ponderarmos e não cairmos em leituras reificadas acerca da aplicação generalizada do conceito de estratégia e tática sem a análise acurada do meio.

Fechando esta unidade, a respeito da concepção de partido marxista-leninista enfocada neste item da tese, veremos que estes conceitos instrumentalizarão a análise quando tratarmos, mais adiante, do próprio “fim” do PCB e o seu abandono do modelo de estruturação leninista de partido; e, no caso do PCdoB, a reafirmação da concepção leninista partidária. Assim, com o intuito de compreender os PC’s dentro desta concepção partidária, torna-se importante retermos os seguintes aspectos apontados nesta unidade: 1) dinâmica de partido de vanguarda – dependendo da correlação de forças – clandestino e altamente profissionalizado; 2) a existência de um centralismo democrático coeso e acatado por todo o corpo partidário, justamente, com o intuito de dar o rumo da direção partidária a ser seguida e 3) a noção da tática e da estratégia cientificamente estudado e aplicado pela política dos PC’s, em consonância com a conjuntura política brasileira.

### **1.3- PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL: DISCUSSÕES CONCEITUAIS ACERCA DA QUESTÃO NACIONAL E DO INTERNACIONAL**

Neste subtítulo nos deteremos, mais especificamente, sobre as discussões acerca da influência do caráter nacional e internacional na dinâmica partidária do PCB, e como esta dualidade procurou ser respondida por este partido ao longo da sua trajetória, até a sua primeira cisão. Não procuraremos esmiuçar a respeito da historicidade cronológica do PCB, uma vez que, tanto a academia, quanto a literatura, já apresentou uma vastíssima obra sobre o tema. Portanto, a discussão reside na interpretação conceitual de determinados elementos que foram responsáveis por mudanças táticas, influenciando, conseqüentemente, a perspectiva estratégica partidária. No foco desta interpretação, buscaremos trabalhar com a dualidade do nacional e internacional, que forneceram argumentos interpretativos para a consecução da linha tático-estratégica partidária.

No tocante ao surgimento do Partido Comunista no Brasil, este surge como reflexo das lutas surgidas no país no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre grupos socialistas dispersos e elementos do anarco-sindicalismo, muito fortes no período. Também, é relevante destacar a força motriz e a influência impulsionadora da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, como exemplo para a consecução de um partido com caráter comunista na cena política brasileira, sendo este fundado em 1922. Quanto a esta *bricolage* entre referenciais teóricos distintos e experiências militantes em frentes diferenciadas, foi uma

situação análoga a outros países do mundo; pois, o bolchevismo se mostrou mais apto a abrigar a ânsia militante do período, justamente em face do sucesso da Revolução de Outubro. Evento extremamente determinante, uma vez que, tanto os anarquistas, quanto os socialdemocratas da II Internacional, não conseguiram dar respostas objetivas de transformação, perdendo, por conseguinte, o seu espaço político para os bolcheviques. (AGOSTI, 1988b, P. 72-73).

Quanto ao marco de formação do PC nacional, primeiramente, torna-se relevante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de **Partido Comunista do Brasil** e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições da sigla **PCB**. Convém registrar que no imediato à fundação do PCB, foram enviados a Moscou emissários para solicitar inclusão partidária na III Internacional Comunista - não obtendo o reconhecimento de pronto, justamente por esse caráter egresso do anarquismo, ainda, difuso. No entanto, em 1924 o PCB conseguiu o seu ingresso no V Congresso da IC. (DEL ROYO, 2002). Sendo que, é a partir da VI Conferência da IC, com discussões deliberadas para a América Latina, que o PCB assume, de fato, a linha política do Comintern, aplicada nas suas teses a partir do III Congresso do PCB, em 1928.

Neste ínterim, há o advento do ingresso de Prestes e seus tenentes no PCB, fato este que dará uma coloração um tanto mais militarista no nascente partido. Segundo Leôncio Rodrigues no texto, *O PCB: Os dirigentes e a organização* (1996, p. 371), “a adesão de Prestes teve consequências profundas para o futuro do PCB. Com ele, vieram os militares que posteriormente assumiriam posições de comando no Partido, produzindo essa mistura de stalinismo e tenentismo que caracterizou o PCB nos anos subsequentes”. Nos anos 30, é criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), fazendo com que este conjunto de lutas políticas e adesões, na década de 30, refletissem de forma positiva na ampliação da base partidária, assim como, na sua rede de influência: “Com Prestes e os militares, e a formação da Aliança Nacional Libertadora, o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à *intelligentsia* e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio” (Idem, p. 371). Podemos enfatizar que este processo de incorporação dos militares ao PCB trouxe uma caracterização *sui generis* à agremiação partidária, uma vez que este partido deixava de ter uma forte expressão na classe operária - como era o seu intuito, de acordo com o corolário do marxismo-leninismo – tornando-se em um partido com nítida expressão militarista nacionalista. Essa configuração carregava para dentro do partido, obviamente, as discussões candentes dos militares tenentistas e com isto, a sobrevalorização do caráter nacional incluso no discurso do PCB: associando o nacional ao conceito de

moderno e o progresso necessário à sociedade brasileira (WERNECK VIANNA, 1988). Quanto a esta caracterização *sui generis* do PCB, pode-se dizer que havia uma (re)interpretação à brasileira dos dilemas inconclusos da III Internacional:

Cada partido comunista (é) o produto único de um encontro específico entre dois contextos historicamente concretos: o movimento comunista internacional, por lado, e o sistema político nacional, por outro. Nesse sentido, a homogeneidade da Internacional Comunista como instituição e como estratégias mundiais têm de ser continuamente ameaçadas pelas diversidades nacionais: a unidade, portanto, é ao mesmo tempo uma afirmação teórica de princípio, que preside a lógica do empreendimento, e o resultado de uma contínua prática que tem em vista reduzir o que há de nacional em cada partido a nada mais do que um resíduo inevitável (KRIEGEL, 1978 apud AGOSTI, 1988a, p. 114-115).

Ainda, no tocante aos desdobramentos da ANL, Rodrigues (Idem, p. 396) enfatiza que o seu êxito inicial corroborou para o seguinte desenvolvimento no campo programático do PCB: 1) “a ANL significou a união política da *intelligentsia* de esquerda com a oficialidade nacionalista”; e, 2) “através da Internacional Comunista, ofereceu um sistema de interpretação da realidade brasileira [...] convincente para a jovem oficialidade”. Porém, sem entrarmos em considerações específicas das mobilizações de meados da década de 30 (ALN e Integralistas), tal ascenso implicou, obviamente, em uma onda repressiva, através da luta anti-comunista implementada de imediato por Vargas em seu governo, principalmente a partir do Estado Novo, na qual os comunistas foram amplamente e sistematicamente perseguidos, presos e, no caso dos estrangeiros, deportados. Neste período, o partido mergulhou numa dura clandestinidade, necessitando reorganizar o seu Comitê Central e, neste processo de refluxo, implementando uma política na luta em favor da redemocratização e contra o fascismo, assim como, pela anistia política, pois eminentes comunistas durante o Estado Novo encontravam-se presos, inclusive Prestes.

Em 1939 eclode a II Guerra Mundial, e o mundo divide-se entre aliados do anti-nazismo e o eixo capitaneado pela Alemanha de Hitler. No tocante ao plano nacional, o partido neste período encontrava-se destroçado, fruto da polícia política de Vargas; no entanto, um grupo disperso de comunista emerge. Em meados de 1943 é reorganizado o PCB através de uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que ficou conhecido como Conferência da Mantiqueira. Nesta conferência, Prestes é guindado a Secretário Geral do Comitê Central, mesmo estando preso. Entre as diretrizes políticas deste novo C.C.

destacava-se à afirmação de uma ampla união nacional na luta contra o nazi-fascismo (AARÃO REIS FILHO, 2002b, p.70).

O Brasil, durante o transcurso da guerra opta pelo apoio aos aliados, indo lutar no *front* de batalha na Europa, com apoio do PCB. Mais adiante, como já enfatizado, com o término da II Grande Guerra, em 1945, duas forças emergem como potências: de um lado, os Estados Unidos como a grande potência capitalista, na qual o Brasil se atrelará mais incisivamente em sua política externa; de outro lado, a URSS surge ao mundo como a potência do Leste europeu e como a grande vencedora do conflito, pois foi através da força do exército vermelho que se iniciou o recuo das tropas nazistas na Europa. Obviamente, estes desdobramentos influenciaram e tiveram grande repercussão no seio do marxismo internacional, uma vez que Stalin irrompe como o grande guia na luta contra o nazismo.

Ainda, quanto aos desdobramentos do fim do Estado Novo, no imediato ao término da II Grande Guerra, sem pretender entrar nas discussões pormenorizadas, podemos dizer, entre outras razões, que algumas consequências dos fatos internacionais contribuíram para o desfecho final do governo Vargas. Assim, com o fim do Estado Novo, em 1945, o PCB é legalizado e o partido toma um novo impulso, uma vez que, nas primeiras eleições do período de redemocratização, o partido constituiu uma expressiva bancada de comunistas eleitos<sup>20</sup>.

Mesmo com o avanço expressivo do PCB, no imediato da redemocratização do período Vargas, havia uma dualidade ainda não equalizada pelo partido, a discussão candente entre o nacional e o internacional. Sendo que esta sempre foi uma questão complicada na literatura comunista do PCB, pelos seguintes aspectos: 1) por um lado, este partido era tributário de todo o arcabouço teórico da III Internacional sendo regido por métodos leninistas de partido e, também, era tributário da política do PCUS, aplicada para todos os outros países ao redor do mundo. Porém, 2) por outro lado, não podemos desconsiderar o peso deste partido enraizado na cultura brasileira, como reflexo não somente no campo antropológico, mas, obviamente, sofrendo os reflexos da própria política nacional e dos tenentes, assim como, das sucessivas perseguições, prisões, ditaduras, etc. Tal *bricolage*, acarretará ao PCB ser, ao mesmo tempo, fiador de um partido com matriz internacional e, igualmente, tendo, nas brechas da (i)legalidade, que dar resposta para o curso da política nacional; sendo que, esta

---

<sup>20</sup> Segundo Aarão Reis Filho (2002b, p. 73): “Os resultados positivos vieram com as eleições nacionais, em dezembro daquele ano: o candidato apoiado pelos comunistas, Yedo Fiúza, praticamente desconhecido antes de ser lançado, apenas um mês antes das eleições, foi sufragado com cerca de 10% dos votos válidos em escala nacional. A proporção seria muito mais alta se se considerassem apenas os grandes centros urbanos, onde, efetivamente, foi possível ao partido realizar campanha eleitoral. Além disso, os comunistas elegeram 14 deputados para a Assembleia Constituinte e consagraram Luiz Carlos Prestes, eleito senador pelo Distrito Federal e deputado por mais três estados”.

questão nacional e internacional ligar-se-á, necessariamente, com a questão da linha tático-estratégica a ser implementada.

Ainda, sobre os condicionantes desta questão, mais especificamente o nacional *versus* o internacional, é dito que grande parte dos autores oscilam ora para uma vertente historiográfica-política dando peso sobremaneira a para a questão internacional, ora para as questões nacionais, atrelando a esta ênfase, os dilemas sobre reforma, ditaduras, luta pela liberdade e democracia. Devemos, no entanto, ponderar a este respeito e seguir algumas indicações profícuas a respeito de buscar uma categoria mediana, ou seja, compreendendo a existência real deste caráter dual (embora, muitas vezes, tenso) no seio do marxismo brasileiro. Também, no tocante ao modelo da estratégia partidária que implica na opção entre revolução ou reforma, devemos dialogar a partir desta análise intermediária, justamente, como reflexo desse filtro interpretativo entre o nacional e o internacional.

No tocante a estes limites interpretativos, ou melhor dizendo, na ampliação de conceitos sobre as características intrínsecas do PCB, podemos citar o texto de Leôncio Rodrigues (1996), como exemplo da utilização desta categoria de interpretação intermediária, balizando a influência do nacional e do internacional. Assim sendo, de acordo com a leitura do texto de Rodrigues e sem generalizações grosseiras, podemos inferir a priori, que este “*mix*” do PCB deu-se, primeiramente, pelo próprio caráter ontológico do partido: organização partidária que visava à transformação revolucionária com adesão à Internacional Comunista. No entanto, consideramos que este partido marxista-leninista anti-sistémico, que tinha como sua função principal o aniquilamento da sociedade burguesa sofria, também, os revezes da política nacional. Ou seja, dependia da correlação de forças do próprio partido com o *establishment* no Brasil, e no plano internacional, com a acomodação de forças, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria. Nas palavras de Rodrigues:

Este dilema “reforma ou revolução”, conjugado à contradição “nacionalismo” vs. “internacionalismo proletário”, dificulta a elaboração de uma linha política mais adequada ao meio brasileiro. Embora, paradoxalmente, esta mistura de nacionalismo e “internacionalismo”, de reformismo e revolucionarismo, consiga atrair para o PCB segmentos diferentes da população orientados por motivações variadas, ela mantém o Partido num estado de constante tensão interna e tem permanecido na raiz das sucessivas crises e cisões que marcaram a vida do PC no Brasil (IDEM, p. 443).

No que se refere às discussões sobre o caráter transformação de classe no Brasil: 1) se revolução, ou 2) se através da via pacífica, não houve unanimidade na seara marxista brasileira, assim como, no debate sobre a questão nacional e internacional no ambiente

partidário, sendo este tema combustível para mais cisões e rusgas no campo marxista. Tais dicotomias estarão no centro das discussões sobre o modelo estratégico a ser seguido pelo PCB. Sobre essa questão específica, como já enfatizado, se assenta o peso da influência externa, no qual, desde a década 20, se evidencia uma forte imposição do Comintern aos partidos comunistas da América Latina, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, como podemos ver no trecho a seguir:

No que toca à América Latina, as teses do VI Congresso estabelecem que “os comunistas devem tomar a parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde esse movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os PCs não têm de se subordinar, sob hipótese nenhuma, a seus aliados temporários”(ZAIDAN, 1991, p. 96).

Grosso modo, podemos afirmar, então, que o nacional e o internacional, serão questões justapostas e oscilantes ao longo da trajetória do PCB. Ainda, no que tange a estas discussões, elas sofrerão influências de acordo com as mudanças política ocorridas no Brasil. Nesta perspectiva, como já citamos, após o fim da ditadura Vargas e com o advento da legalidade, o PCB tentou insistentemente construir uma política concernente com a democracia em vigor, pregando, assim, uma acomodação do partido ao *status quo*, porém com a cassação do partido, em 1947, tal política se desfaz drasticamente<sup>21</sup>. Assim sendo, no imediato à cassação do mandato do partido, este volta-se para uma via revolucionária mais esquerdizante, que ficou conhecida através do Manifesto de Agosto, conduzido pela tática de Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Este manifesto trará subsídios às diretrizes políticas do IV Congresso do PCB, no qual enfatizava que a independência nacional se daria com a derrubada do governo feudal-burguês, através de uma estratégia insurrecional de libertação, democrático e popular.<sup>22</sup> Torna-se importante realçar que neste IV Congresso reativava-se e dava-se destaque para o conceito de feudalidade do Brasil. Nas palavras de Prestes (S/D, p. 375): “As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalista [...]. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso,

<sup>21</sup> “Com a eclosão da Guerra Fria, em 1947, os governos latino-americanos adotaram políticas anticomunistas, frequentemente para ganharem o apoio dos Estados Unidos; e conseqüentemente, todas as nações, exceto três (Argentina, México e Uruguai), que tinham reconhecidos a União Soviética, romperam relações com ela” (CHILCOTE, 1982, p. 281).

<sup>22</sup> Nas palavras de Rodrigues, dando relevo, também, à questão nacional (1996, p. 415-416): “A linha do Manifesto de Agosto foi em grande parte uma consequência de transformações que ocorreram na política internacional, com o início da “guerra fria” [...] Entretanto, embora os fatores externos pareçam dominantes, pode-se entender a política inaugurada com o Manifesto de Agosto como uma resposta desesperada do Partido a um conjunto de medidas repressivas adotadas pelo governo Dutra”.

comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo<sup>23</sup>”.

Devemos destacar que a questão do feudal na acepção marxista foi um tema muito caro para a esquerda no Brasil, provocando verdadeira celeuma a respeito das discussões sobre o caráter dos modos de produção no Brasil e, portanto, dando subsídios acerca do caráter da luta a ser empreendida. Sobre este enfoque, Carlo Alberto Dória em seu texto, *O Dual, o Feudal e o Etapismo na teoria da Revolução Brasileira* (2007), lança um olhar pertinente sobre a existência (ou não) do modo de produção feudal no Brasil, bem como os desdobramentos intelectuais que a academia desenvolveu sobre o tema à luz da teoria marxista, que ainda era incipiente até a década de 50; e, como foco principal no seu texto, a leitura e o uso que a corrente marxista dominante (PCB) fez sobre o mesmo. De acordo com o autor, parte da literatura dividia-se no seguinte enfoque: 1) através das generalizações sobre o caráter feudal ou semifeudal do Brasil; ou 2) mais sofisticadamente, - por um lado, atribuindo características capitalistas em regiões mais industrializadas do Brasil e, por outro lado, características feudais e semifeudais nos rincões mais atrasados. Assim sendo, segundo Dória, tais argumentos eram instrumentalizados nas próprias discussões programáticas do PCB, com o intuito deste partido se apoiar e justificar a sua teoria revolucionária imediata ou *sine die*. Partindo destas interpretações, podemos dizer; portanto, que a direção do partido, mais precisamente na palavra do seu guia principal, fazia um “ajuste forçado” ao conceito feudal do Brasil, a fim de apontar uma estratégia revolucionária de condução ao socialismo. No entanto, após a morte de Vargas, iniciava-se mutações no pensamento da linha tático-estratégico:

[...] após a morte de Vargas, arrastado pelas manifestações, é que o PCB começa então a experimentar mutações importantíssimas, mas sem alterar a estrutura do pensamento anterior: a) pressionada pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram à ver a sua frente, a possibilidade de participarem da formação de uma coalizão democrática, bem diversa da FDLN; e passaram a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares (SANTOS, 1991, p. 138).

---

<sup>23</sup> Podemos dizer que a questão conceitual do Feudal ou semifeudal brasileiro foram se esvanecendo como tema de discussão nas ciências humanas. Ainda, um dos primeiros autores que tentaram definitivamente sepultar este conceito foi Raymundo Faoro na sua obra clássica, *Os Donos do Poder* (1958), em que a partir de um enfoque não marxista e sim weberiano, desconstrói os pressupostos da questão do feudalismo no Brasil. No entanto, devemos ponderar que esta obra de Faoro não foi bem recebida no imediato à sua primeira publicação, justamente pelas inovações intelectuais, principalmente, pela utilização dos pressupostos weberianos, ainda estranhos no Brasil naquele momento; sendo definitivamente consagrado pela academia a partir da década de 70.



Quanto às discussões a respeito deste caráter ambivalente da linha política do PCB, ou nas palavras de Leôncio Rodrigues (1996, p. 443), deste zigzague político, enfatizamos que este vai-e-vem persistirá e terá outros desdobramentos ainda na década de 50. Sendo que, a grande ruptura dos comunistas, inicia-se justamente com o aprofundamento das questões democráticas e com o advento da **Declaração de Março de 1958**, que se cristalizará no **V Congresso de 1960**.

Porém, antes de aprofundarmos acerca da Declaração de Março e do V Congresso, devemos abrir um parêntese de fundo internacionalista de peso e que se não foi o motivo principal, ajudou a galvanizar uma grande fissura no marxismo brasileiro. Stalin morre em 1953 e em 1956 realiza-se o XX Congresso do PCUS, no qual houve as denúncias dos crimes atribuídos a Stalin. Tal fato acarretaria, obviamente, o processo de “desestalinização” do PCUS, com a emergência de Kruchev à direção<sup>24</sup>. Entretanto, devemos considerar que este era um assunto delicadíssimo para o PCB, pois mexia na questão dos guias geniais, da direção que nunca errava e, principalmente, com a própria crítica à direção no uso dos seus métodos stalinistas. Diógenes Arruda, segundo homem do PCB depois de Prestes, chefiava a delegação brasileira e resolve, após o congresso, ir à China maoísta, na expectativa de ganhar tempo, a fim de dissipar as discussões mais acaloradas (AARÃO REIS FILHO, 2002b, p.83). Tal ação não apresenta efeito desejado, pois as altercações no seio partidário eclodem com grande força, fazendo com que Prestes tenha que lançar mão da chamada “carta rocha” a fim de ajustar os ânimos dentro do partido<sup>25</sup>. Como desdobramento dos fatos, a correlação de forças dentro do Comitê Central modifica-se: Prestes se mantém, por motivos óbvios, pois era o grande cavaleiro da esperança e continuava como o grande farol do marxismo no Brasil, mas a direção próxima a Prestes, nas figuras de João Amazonas e Diógenes Arruda, começam a cair em isolamento, desbotando, assim, o seu papel diretivo; pois, atribuíam a estes, a culpa dos desmandos e desacertos da linha política do Partido, uma vez que Prestes estava na mais absoluta clandestinidade, fato este que o inocentava<sup>26</sup> (CHILCOTE, 1982, p. 296).

---

<sup>24</sup> “Representantes de 18 partidos latino-americanos, inclusive do PCB, compareceram ao Congresso em 1956, assistindo aos ataques contra o ‘culto da personalidade’. Foram aconselhados, então, a adotar a nova doutrina da ‘coexistência pacífica’. Juntamente com outros partidos latino-americanos, o PCB enviou uma delegação às cerimônias de comemorações dos 40º aniversário da revolução russa; nesta ocasião foram orientados para enfatizar o nacionalismo e estimular os não comunistas a liderar o movimento de libertação nacional” (CHILCOTE, 1982, p. 285).

<sup>25</sup> “Citando Lênin, (o partido comunista não é um clube de debates), o velho líder elogiava a discussão, mas advertia que ela deveria respeitar três princípios: não atacar a URSS e seu partido, o PCUS; não atacar a doutrina de Marx e a teoria revolucionária do proletariado; não atacar o PCB e seus próprios princípios” (AARÃO REIS FILHO, 2002b, p. 84).

<sup>26</sup> Torna-se importante registrar que Prestes estava na clandestinidade desde 1948, logo após a cassação de seu mandato, até 1958, ocasião em que seu pedido de prisão preventiva foi revogado. Também, convém realçar que,

Após um ano transcorrido e com longas polêmicas nos órgãos de imprensa oficiais do partido, é realizada uma reunião plenária, na qual foram destituídos do Presidíum do Comitê Central: Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas e Sérgio Holmos, e, nos seus lugares ficaram Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Marighella. Ou seja, muda a correlação de forças interna do Comitê Central, e com isto “o núcleo dirigente em ascensão adotará uma nova política ambígua em muitos pontos, mas guardando pertinência com a situação do país, e com ela procurará dar maior eficácia à ação do partido” (SANTOS, 1991, p. 155). Com esta mudança interna do C.C., começa haver uma nova “renovação” teórica dos pecebistas, como verifica-se pelo artigo de Carlos Marighella nas páginas da *Voz Operária*, citado por Santos, dando novamente fôlego para a questão nacional:

Reconhecendo o nacionalismo como “eixo efetivo da vida política brasileira”; sob variadas formas, espelho de uma nova disposição de forças em toda a sociedade, “fator nacional”, “complexo de contradições” – a novidade era a sua contagiante influência sobre todos os setores da população (partidos, parlamento, forças armadas, etc.), polarizando a vida política do país (MARIGHELLA apud SANTOS, 1991, p. 152).

Grosso modo, percebemos que a Declaração de Março fora caudatária da conjunção de todas estas mudanças ocorridas, tanto em âmbito nacional, quanto no plano internacional, provocadas pelos ventos da desestalinização. Sendo que, da síntese dessas contradições, reproduziu-se uma nova composição do Comitê Central; ou seja, a Declaração de Março vinha impregnada pelas novas diretrizes partidárias. Entretanto, é importante registrar que esta nova diretriz mantinha o viés etapista da política do PCB, todavia, mudava o seu enfoque de correlação de forças, pois associava-se numa clara aliança com a burguesia nacional, atribuindo a este estrato social um papel preponderante na luta política, pois consideravam-na como força revolucionária, acreditando que ela tivesse este aporte principalmente na luta contra o imperialismo e a favor do desenvolvimento econômico nacional. Tais premissas modificavam, portanto, o caráter estratégico da revolução brasileira, que de acordo com as Declarações de Março: “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática<sup>27</sup>” (CARONE, 1982b, p.184).

Assim, para a consecução etapista da revolução nacional, neste momento, se daria novamente dentro do jogo democrático. Realçamos que o PCB manteve o conceito de

---

nesse ano, o PCB passou a viver uma “semilegalidade” durante o governo de Juscelino Kubitschek, fato este que proporcionou, entre outros motivos, os condicionantes para a virada política na segunda metade de década de 50 (PANDOLDI, 2007, p. 233).

“feudalismo à brasileira”; sendo que, nesta fase ativa-se o caráter democrático, visando uma transformação passiva. Nas palavras de Werneck Vianna (1988, p.21): “A questão nacional, eixo de uma estratégia revolucionária insurrecional no Manifesto de Agosto, transita com a frente única nacionalista para uma concepção de reforma”. Assim, com esta nova abordagem programática, o PCB esperava contar também com o apoio decisivo dos setores mais avançados da burguesia nacionalista em aliança com o proletariado, através de uma tática de Frente Única que tinha como intuito construir “amplas coligações eleitorais, que levem a vitória os nacionalistas e democratas” (CARONE, 1982b, p.184-194). Assim, conforme já realçado, a Declaração de Março, de 1958, modificou o curso da luta política do PCB, servindo de subsídios programáticos para o V Congresso do PCB, em 1960. De acordo com os textos analisados sobre a dualidade do nacional e do internacional na concepção do PCB, construímos o seguinte quadro síntese do período:

**QUADRO 3: SÍNTESE DO PERÍODO**

<b>Acontecimentos Internacionais</b>	<b>Política Nacional</b>	<b>Política Comunista Internacional</b>	<b>Política do PCB</b>	<b>Comparação das Políticas Comunistas Internacionais com as Políticas do PCB</b>
XIX Congresso do partido Soviético, 1952	Ilegalidade do PCB a partir do Governo Dutra, em 1947. Segundo governo Vargas, a partir de 1950.	Buscar a direção dos movimentos de libertação nacionalista; antimperialismo.	Busca de governo democrático de libertação nacional; luta contra o “imperialismo norte-americano”.	A mesma
IV Congresso do PCB, 1954	A mesma	A mesma	<u>Estratégia da revolução:</u> Insurrecional de libertação, democrático e popular. <u>Tática:</u> Frente Democrática de Libertação Nacional	A mesma
XX Congresso do partido soviético, 1956	Morte de Vargas em 1954, influenciando na linha tático-estratégica. Em 1956, posse Juscelino Kubitschek	Campanha antistalinista contra o “culto da personalidade” e pela “coexistência pacífica”.	Debate aberto, de outubro de 1956 a abril de 1957; coexistência adotada em março de 1958	A mesma
V Congresso do PCB, 1960	A mesma	A mesma	<u>Estratégia da revolução:</u> antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. <u>Tática:</u> Frente Única.	A mesma

Criado a partir: CHILCOTE, 1982, p.283-284

Portanto, podemos sumarizar que até a década de 50, o PCB permaneceu com uma diretriz perfeitamente alinhada a política soviética; sendo que, a conjuntura nacional servia como um filtro para um cotejo da linha tático-estratégica partidária a ser seguida; buscando, assim, ora um equilíbrio sob as diretrizes internacionais, ora realçando aspectos da conjuntura

<sup>27</sup> Grifo nosso.

nacional no programa partidário - dualidade esta nem sempre harmoniosa entre bases e direções. Rodrigues (1996, p.437-438) a respeito desta situação faz os seguintes apontamentos: 1) “Embora o marxismo permanecesse sempre como pano de fundo, a partir de 1934, o nacionalismo vem a constituir um ingrediente fundamental da ideologia partidária”; e, 2) “o outro componente da ideologia do PCB que, paradoxalmente, conviveu com seu nacionalismo, foi o ‘internacionalismo proletário’, consubstanciado na fidelidade a URSS e ao PC Soviético”. Tais características, já sublinhadas, trarão reflexos à política partidária do PCB e, conseqüentemente, criando fato político para fomentar a sua cisão, no imediato ao V Congresso. No entanto, mesmo com este constante dualidade, no início da década de 60, as teses do PCB colam taticamente na política do governo João Goulart e as suas Reformas de Base, numa aliança pacífica com a burguesia nacional, ratificando a premissa máxima da Declaração de Março<sup>28</sup>.

Ainda, no tocante ao ambiente interno partidário, o V Congresso sacralizaria, de fato, a derrota do antigo núcleo stalinista, emergindo uma nova elite dirigente no seio do PCB, mantendo-se Prestes como o grande líder. Obviamente que do lado da cisão oponente, que originou o PCdoB, estes, por sua vez, acusam a nova elite do PCB de revisionismo e traição do partido e do legado original do marxismo-leninismo, estabelecendo-se uma luta entre as duas searas, desaguando na oficialização do PCdoB. Destacamos que o PCB passa a se chamar, a partir do V Congresso, Partido Comunista Brasileiro, com o intuito de pleitear a sua legalização eleitoral. Já a cisão oponente – PCdoB - mantém o nome original Partido Comunista do Brasil. De acordo com a cisão oponente:

Na realidade, essa alteração tem sentido mais grave – procura-se registrar um novo partido, com programa e estatutos que nada tem a ver com o verdadeiro Partido Comunista. O que os comunistas desejam e a classe operária e o povo aspiram é a legalização do seu velho e tradicional Partido que durante mais de 39 anos luta pela democracia, pela libertação nacional, pelo bem-estar dos trabalhadores e por transformações revolucionárias na sociedade brasileira, tendo em vista alcançar o socialismo e o comunismo. A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições. [...] Assim

<sup>28</sup> <sup>28</sup> Não obstante na literatura política e historiográfica, a partir de 1960, seja realçado o caráter pacífico do PCB, como reflexo programático do V Congresso, devemos fazer algumas ponderações: 1) ao entrar em uma organização comunistas, que implicava o rompimento com o *establishment*, estava implícito o risco de ser preso, torturado e morto, caso o regime democrático fosse rompido, conforme período Vargas; e, posteriormente, ditadura militar; e, 2) Embora dita pacifista, a resolução política do V Congresso, apontava, também, para uma possível eventualidade de luta armada: “Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada” (CARONE, 1982b, p. 221-222).

pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido. (EM DEFESA DO PARTIDO (CARTA DOS 100), 2000, p. 25).

Oficialmente, em fevereiro de 1962, numa Conferência Nacional Extraordinária é (re)organizado o PCdoB<sup>29</sup>. Temos assim, a partir deste momento, no seio da esquerda brasileira dois partidos comunistas consolidados. Diferentemente do que é dito por grande parte da literatura que atribui e qualifica o PCdoB como um “simples racha” sessentista do PCB, no mesmo plano que as demais dissidências surgidas no período, através da influência cubana, percebemos que o PCdoB é um elo de ligação, ou seja, um continuador do IV Congresso do PCB, uma vez que mantém a mesma linha tático-estratégica deste congresso e o modelo de revolução de libertação nacional no Brasil pregando a luta por um governo popular e revolucionário. Em síntese, a palavra de ordem do PCB era as reformas *versus* as do PCdoB revolução popular. Desta forma, podemos verificar que a razão da secção dos comunistas é de fundo teórico no que concerne a linha tático-estratégica, assim como, derivada dos acontecimentos do movimento comunista internacional; os quais galvanizaram secções não somente no Brasil, como também fomentou dissidências entre outros países comunistas da esfera de influencia da União Soviética. Assim sendo, não é de estranharmos que o PCdoB, em suas relações externas, oportunamente, construiu a sua política internacional com a China, uma vez que não obtendo o respaldo e o reconhecimento do PCUS, este optou por sacralizar o PCB, pois mantinha a mesma linha política pacífica da União Soviética<sup>30</sup>.

Ainda, quanto a estes diferentes filtros interpretativos, que focavam o nacional e o internacional, percebemos a partir desta analogia e que na síntese destes, parece existir um terceiro filtro bem mais suave (mas não inerte), que seria o filtro produzido a partir das contradições internas do núcleo dirigente. Ou seja, o olhar da própria elite partidária e a percepção desta acerca da linha política mais adequada a ser seguida; não que esta fosse uma diretriz descontextualizada da dualidade nacional *versus* internacional, mas devemos realçar que ela poderia ir ao encontro (ou de encontro) das decisões da coalizão majoritária, liderada por Prestes, que dirigia o Comitê Central. Neste sentido, torna-se mais nítida a compreensão da cisão do grupo capitaneado por João Amazonas, Grabois, Pomar e Arruda, (re)criando o

<sup>29</sup> De acordo com os seus documentos partidários, o PCdoB enfatiza que eles **reorganizaram** politicamente o verdadeiro partido comunista na seara brasileira – PCdoB – em 1962. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000 (2000).

<sup>30</sup> No tocante ao conflito Sino-Soviético, no qual o alinhamento do marxismo internacional cindiu-se entre os dois países – União Soviética e China – em meados da década de 60, podemos dizer, em linhas gerais, que ocorreram pelos seguintes motivos: 1) discussões acerca do caráter excessivamente pacifista da União Soviética; 2) divergência sobre a questão dos mísseis em Cuba; 3) Fim da ajuda econômica da URSS à China e 4) Críticas, por parte da China, da exposição exagerada dos crimes de Stalin (CHILCOTE, 1982, p. 295).

PCdoB: antiga elite dirigente esvanecida pelas rugas internas; assim como, esclarece a consolidação de Prestes em consonância com a nova elite emergente do PCB. Desta forma, podemos realçar que, além das questões teóricas e programáticas a serem seguidas mediante a conjunta nacional e internacional, também pesou a correlação de forças dos próprios personagens e a interpretação destes no que se refere às diretrizes marxistas à luz dos fatos ocorridos no Brasil.

Embora haja conhecimento que existam divergências historiográficas e, principalmente, ideológicas neste campo partidário pelo fato de buscar identificar qual partido é o racha e qual é a raiz do autêntico partido de 1922, convém, no entanto, identificar que ambos são frutos de uma mesma matriz. Partindo desta afirmação, sugerimos que em virtude dos acontecimentos 1) nacionais, 2) internacionais e 3) das contradições internas diluídas (ou ativas) neste ambiente de disputa foi proporcionado, portanto, a secção dos comunistas brasileiros. Obviamente, que no transcurso da cisão, o grande peso da intelectualidade fechou com o PCB, entre outras razões, também como uma forma de se desvincular do “trauma” do período stalinista; tal vinculação ao PCB desdobrará numa profusão de trabalhos na seara acadêmica qualificando, por conseguinte, o PCB como o real partido da classe operária, fundado em 1922, e relegando ao PCdoB, a categoria de racha do histórico partido. Ainda, buscando ampliar a discussão sugerimos que ao invés de procurarmos decifrar tautologicamente qual é o real partido de 1922, torna-se mais profícuo capturar como se processou o clímax político tanto nacional, quanto internacional, que fez irromper na seara comunista do Brasil a existência de dois PC’s, sendo ambos reconhecidos no plano internacional e disputando “apaixonadamente” o mesmo legado. Ademais, contribuindo para análise, convém compreender, principalmente, esta ruptura a partir das contradições internas do grupo dirigente e das concepções específicas de partido de natureza marxista-leninista regido pelo centralismo democrático, no qual quem vence a disputa, obviamente, é a maioria (capitaneada pelo CC), tendo que necessariamente a minoria acatar, ou no caso de divergências explícitas, serem resolvidas por sanções, expulsões e, finalmente, cisões. Retomando o conceito de centralismo democrático da unidade anterior aplicado nesta situação, segundo Cánepa:

Considerando o princípio da submissão da minoria às decisões da maioria (princípio fundamental para o centralismo democrático, uma vez que os casos de unanimidade não são assim tão frequentes), podemos admitir: 1º) que exista sempre uma certa dificuldade, por parte da minoria, em aceitar as decisões tomadas pela maioria; e 2º) que esta aceitação torna-se muito mais difícil quando a ela se vincula a “convicção” de que a perspectiva

eventualmente derrotada, sendo também fruto de uma reflexão “científica”, possa ser, na realidade, a mais correta ( CÁNEPA, 1988, p. 65).

Fechando esta unidade, o que torna-se importante reter, é que a questão nacional até o limiar do Golpe Militar foi uma faca de dois gumes: 1) se por um lado, o nacional ativou uma maior mobilização militante e o adensamento do PCB em diversas frentes de lutas; 2) por outro, foi o responsável por uma política de atrelamento à burguesia nacional, acreditando que esta tinha um potencial revolucionário, que se mostrou falha taticamente com o advento da ditadura. Ainda, no tocante a questão internacional, percebemos que esta deu o tônus necessário para a política do PCB, ou seja, o internacional funcionava como uma moldura no qual o PCB “adequava” a sua política de acordo com o momento histórico e conjuntural do Brasil. Tais ambiguidades, ou seja dualidade, estarão no cerne da própria caracterização da estratégia final para o Brasil: se por revolução ou se via pacífica; com isto, desencadeando uma secção na seara do velho tronco comunista. Assim sendo, tais dilemas alimentarão discussões e acusações mútuas que vão de reformismo e revolucionário, stalinista e traidores, sendo que, tais disputas serão mantidas ao longo do percurso político pelo PCB e PCdoB, como poderemos verificar no capítulo seguinte. Sendo que estas questões interpretativas serão acionadas, principalmente, nos anos 80, quando tratarmos a respeito da *Perestroika* e, depois, com a “revanche” amarga do PCdoB, em face da queda do muro de Berlim e o derradeiro desfecho do colapso do socialismo com o fim da União Soviética.

## **CAP 2 – OS COMUNISTAS BRASILEIROS NA SUA ÚLTIMA CLANDESTINIDADE**

O segundo capítulo possui entre os seus objetivos, principalmente, examinar o caminho dos PC's logo após a sua primeira fissura, em 1962, assim como, as diretrizes políticas destes durante o governo João Goulart no seu “conturbado” mandato baseado na política de *Reforma de Base*. Posteriormente, abordaremos as discussões dos rumos tomados pelos PC's após o golpe militar de 1964, uma vez que, como é sabido, aprofundaram-se as discussões acerca da linha tático-estratégica na seara dos comunistas. Ainda, corroborando com as discussões sobre a linha política dos PC's, torna-se condição *sine qua non*, estudarmos as diretrizes do movimento comunista internacional, com o intuito de delinear a influência destas na seara da esquerda nacional, uma vez que os acontecimentos internacionais serviam, via de regra, como exemplo para o curso da luta a ser seguida.

Em um segundo momento, abordaremos a dinâmica política dos comunistas após o processo de luta armada, na virada dos anos 60 para os 70: suas concepções políticas, lutas e fracassos. Tal enfoque contribuirá para o exame do redirecionamento tático dos PC's nos anos 70 dentro da seara democrática. No tocante ao plano internacional, abordaremos os reflexos do processo final da *détente* dos anos 70, a retomada da Guerra Fria; assim como, o adensamento dos problemas econômicos no modelo socialista e os seus reflexos imediatos no curso do comunismo internacional.

### **2.1- O GOVERNO JANGO E OS ANTECEDENTES DO GOLPE MILITAR**

O período de início dos anos 60, mais precisamente, a gestão do governo João Goulart, foi um momento de grandes turbulências no cenário político nacional. Antes dele, após o Governo de Juscelino Kubitschek, quem assume o mandato de presidente do Brasil é Jânio Quadros, eleito em 1961 pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL e que, mesmo em um curto espaço de tempo, mostrou-se extremamente polêmico e contraditório, culminando com sua renúncia do cargo em 1961. Neste momento, o seu vice-presidente, João Goulart, que foi eleito por uma coligação capitaneada pelo PTB, encontrava-se em missão diplomática na China comunista. Torna-se pertinente enfatizar que Goulart fora ministro do Trabalho no período Getúlio Vargas (década de 50) e, aproveitando a oportunidade da renúncia do cargo,



os militares tentam impugnar a sua ascensão ao cargo presidencial, entre outras razões, justamente pelas reservas e ligações deste com a plêiade do trabalhismo.

Obviamente, que este fato não iria passar despercebido, sendo encarado como um golpismo orquestrado pelas forças armadas. Neste ínterim, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul pelo PTB e cunhado de João Goulart, clama por uma grande campanha em favor da legalidade política, a fim de garantir a posse de Jango. Para tanto, consegue amplo apoio da população no Rio Grande do Sul, construindo um amplo arco em favor da posse de Goulart, inclusive com o endosso do III Exército no RS. As forças militares golpistas recuam, mas articulam com dirigentes civis outra via de acesso de Goulart ao poder: o parlamentarismo. Ou seja, para Goulart aceitar as condições de retorno ao país e assumir a sua vaga de presidente do Brasil, era necessário dividir o seu “poder” com um governo parlamentarista. Assim sendo, condições aceitas de ambas as partes e, principalmente, com o intuito de diluir o poder Goulart, assume como primeiro ministro, Tancredo Neves. Segundo Argelina Figueiredo:

A solução parlamentarista foi o resultado do sucesso de uma ampla coalização formada em torno de dois objetivos básicos: primeiro, impedir o golpe tentado pelos ministros militares de Quadros, e, segundo, garantir o arcabouço institucional vigente. [...] Em consequência, uma solução de compromisso foi alcançada: a posse de Goulart ficava garantida, mas sob um regime que restringia os poderes presidenciais. Essa solução provisória conseguiu impedir o golpe, mas também, frustrou as expectativas dos grupos nacionalistas e de esquerda em relação às reformas socioeconômicas (FIGUEIREDO, 1993, p. 51).

Não obstante a articulação golpista de 1961, que impôs o governo de Goulart com o parlamentarismo, é realizado um plebiscito para definir a forma de governo do Brasil, em janeiro de 1963. O resultado dá ampla vitória para o presidencialismo, podendo assim, Jango assumir plenamente como presidente do Brasil e, tocar as tão “afamadas” *Reformas de Base*, as quais seriam:

As “reformas de base”, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas bancárias, fiscal, urbana, agrária e universitária -, bem como, mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como, a **legalização do Partido Comunista**<sup>31</sup>. Incluía, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. Embora concebidas como partes de um programa global, a reforma agrária e

---

<sup>31</sup> Grifo nosso.

as medidas dirigidas para aumentar o controle estatal sobre o investimento estrangeiro tornaram-se objetos de iniciativas de políticas públicas e polarizaram a luta política. (IDEM, p. 66)

Como é sabido, estas reformas tornar-se-iam o grande ponto de ruptura e instabilidade do governo de Jango. Ainda, devemos realçar que tais demandas contemplavam os anseios do espectro nacionalista e da esquerda moderada que apoiava Goulart, os quais citamos: o PTB, PCB, Ligas Camponesas, entidades sindicais, UNE; ou seja, um grupo eclético, mas sem, digamos, “densidade” política. Neste espectro se acentuava um jogo de forças que tensionava o governo entre esquerda e direita; assim como, na própria estrutura política (executivo-legislativo) que compunha o aparato institucional, dando, neste momento, uma nítida moldura de um sistema político caracterizado como pluralismo polarizado (SARTORI, 1982): pois, tínhamos uma grande fragmentação no sistema partidário, ativado por uma carga ideológica muito distante entre eles, ocasionando assim, uma fragilidade e pouca coesão no centro político capitaneado pelo PTB.

Neste processo em curso, o delineamento das *Reformas de Base* favorecia ao PCB, fazendo com que os comunistas endossassem plenamente o governo de Jango, buscando legitimá-lo com o intuito de granjear futuramente a tão sonhada legalização partidária. Sendo assim, Segatto aponta na sua obra, *Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB – 1954-1964* (1995) que neste período os comunistas do PCB aprofundaram a sua política de alianças com o PTB apoiando o governo do presidente, assim como, buscaram influenciar politicamente. No entanto, segundo Segatto (1995), embora o PCB aderisse ao programa político de Goulart, internamente havia um tensionamento no *locus* partidário, oscilando entre a reforma e a revolução: 1) por um lado, pleno apoio nas reformas de base; e, 2) por outro lado, buscavam imprimir, na medida do possível, um caráter mais aguerrido na sua política, apoiando toda a sorte de manifestações, forçando, assim, uma radicalização que não era compatível dentro do limite da política de Jango. Estas oscilações custariam caro, pois o governo de Goulart não tinha a estrutura e amparo necessário para suportar tamanhas pressões e, ao mesmo tempo, tanto oposição quanto esquerda, não conseguiam compreender os frágeis limites institucionais do presidente.

Especificamente quanto à oposição, esta se organizava de modo a desestabilizar o governo presidencial, buscando a todo o momento tensioná-lo, impedindo a viabilização de arranjo institucional para um governo equilibrado desde o momento inicial do veto presidencial, culminando num progressivo e cumulativo isolamento de Goulart. Assim, tínhamos a seguinte dinâmica: 1) de um lado, “os grupos esquerdistas e pró-reformas

buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia [...] aceitavam o jogo democrático somente quando fosse compatível com a reforma radical” (FIGUEIREDO, 1993, p. 202); e, 2) por outro lado, “a direita [...] sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados “ (IDEM, p. 202). Em síntese, segundo Figueiredo, nenhum deles aceitava, de fato, a incerteza inerente às regras democráticas.

No que tange ao papel do PCdoB, este partido conforme já realçado, imprimirá um caráter totalmente contrário às *Reformas de Base* e a política do governo Goulart, ou seja, servindo como um contraponto programático das teses do PCB. Em seu Manifesto Programa, marcando a (re)organização partidária em 18 de fevereiro de 1962, caracterizava o governo Goulart com as seguintes definições:

Há os que falam em reformas e, até mesmo, em Reformas de Base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como, a reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, essas reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma forma ou outra, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação dessa natureza, que iria contrariar seus próprios interesses. Os projetos de reforma agrária das classes dominantes são meros paliativos que visam a fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária baseada no latifúndio e não atendem ao desejo de posse da terra da esmagadora maioria dos camponeses. As glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas aos latifundiários por elevadíssimos preços. Em últimas instâncias, o próprio povo é que teria de pagar as indenizações exigidas. (MANIFESTO PROGRAMA, 2000, p. 36-37).

Quanto ao trecho acima, verificamos que esta agremiação se distinguia com muita intensidade da política do PCB. Ainda, é relevante enfatizar que um dos pontos nodais das *Reformas de Base* era a questão agrária. Este ponto tornava-se, no curso da política do período, o grande Calcanhar de Aquiles, tensionando, portanto, o governo Goulart em seu grau máximo: “Goulart argumentou que a solução do problema agrário por meio do funcionamento de mecanismos democráticos e legais estava sendo dificultado pela guerra de retórica entre a esquerda e a direita” (FIGUEIREDO, 1993, p. 72). Embora o PCB fosse o fiador das políticas de Goulart, internamente, conforme já enfatizado, havia também uma disputa em sua seara política, justamente por esse excessivo atrelamento da política pecebista ao aparelho estatal do governo. Como reflexo desta adesão exacerbada, Segatto (1995) aponta que neste momento, ocorria o apogeu da inserção do PCB na política nacional, mesmo

semiclandestino, inclusive participando das eleições, pois conseguia burlar a sua ilegalidade elegendo candidatos dentro de outros partidos mais progressistas. Desta feita, a política do período oscilava: 1) do ponto de vista das instituições políticas, parafraseando Argelina Figueiredo (1993), entre *democracia e reforma*; e, 2) do ponto de vista do PCB, referindo-se a Segatto (1995), entre *reforma e revolução*.

No tocante ao espectro das forças de esquerda, devemos enfatizar que o PCB não se encontrava sozinho. Ainda, convém grifar que em seu cerne, ambos os PC's não demonstravam uma diferença estratégica palpável: transição ao socialismo em duas etapas, primeiro nacional e democrático e depois socialista – onde o centro da discussão estava no agente revolucionário optado pelo PCB: a burguesia; – enquanto o PCdoB insistia na via insurrecional proletário-camponês. Também, além do PCB, outras forças emergiam no cenário: POLOP, de caráter socialista, em 1961; e, a Ação Popular, com um perfil de esquerda humanista cristã, em virtude de sua origem na juventude católica, em 1963. Não obstante, a pulverização da esquerda no período, ainda havia os reflexos do conflito sino-soviético e Revolução Cubana, em 1959, corroborando assim, na conjuntura internacional das lutas do período.

Ainda, no tocante ao atrelamento e exemplo das lutas internacionais, torna-se importante salientar que o PCdoB não se alinhou ao PCCh no imediato a sua (re)organização partidária, pois no início da sua vida legal apoiava a URSS em seu Manifesto Programa: “a União Soviética marcha para o comunismo” (MANIFESTO-PROGRAMA, 2000, p. 41). Neste sentido, reafirmamos que, embora a fissura do bloco soviético na década de 50 produzisse rachaduras visíveis no comunismo internacional, vide conflito sino-soviético, este não foi o motor único da fissura dos comunistas brasileiros. A desincompatibilização com a URSS ocorrerá de fato, quando o “PCUS publicou no *Pravda*, em 14 de julho de 1963, uma carta-aberta acusando o PC da China de fomentar a divisão dos comunistas no mundo, citou o caso do Brasil como exemplo, mencionando explicitamente os nomes de João Amazonas e Grabois” (RUY, 2010, p. 113). Obviamente que tal declaração não iria passar despercebida pelo crivo do PCdoB, gerando o documento *Resposta a Krushev*:

Somente se pode compreender os ataques do Comitê Central do PCUS como um esforço para alentar a combatida corrente reformista chefiada por Prestes, que levou o movimento comunista brasileiro à divisão, e apresentar os camaradas chineses como responsáveis pelas cisões que verificaram nos partido comunistas [...]. Por isso não podemos aceitar a conta daqueles que, na direção do maior país socialista, renegam as gloriosas tradições do bolchevismo e apoiam abertamente os revisionistas em todas as partes do

mundo. [...] Ao apoiar e incentivar a corrente reformista de Prestes, Kruschew e o Comitê Central do PCUS, colocaram-se objetivamente contra o movimento revolucionária em nosso país (RESPOSTA A KRUSCHEV, 2000, p. 46).

Com tais declarações acusatórias, as rusgas de ambas as partes, institucionalizavam-se, também, no plano internacional. Assim sendo, sobrava para o PCdoB o seu alinhamento de forças com os comunistas do PCCh. Tal atrelamento avançará, principalmente quando o PCdoB fora considerado pelos chineses como “partido irmão”, nomeando-o como o seu principal interlocutor no Brasil. A partir de 1963, iniciou-se o envio de militantes do PCdoB para visitas frequentes a China, para o desenvolvimento de treinamento e trocas de experiências no plano militar. Conforme reafirma Aarão Reis Filho: “em 1963, é que os comunistas do novo PCdoB iriam romper publicamente com os comunistas soviéticos e a compor o recém-criado movimento marxista-leninista sob a liderança maoísta”. (1991, p. 125-126). Ainda, no tocante ao início da influência maoísta no Brasil, esta se dá, principalmente, pelo seguinte aspecto: “o maoísmo, como alternativa política, começava a criticar cada vez mais abertamente o chamado “revisionismo” soviético, associando-o à socialdemocracia e indicando a necessidade de sua exclusão do movimento comunista internacional” (IDEM, p. 126).

Quanto ao plano nacional, não obstante as turbulências em curso, Goulart insistia pelo aprofundamento das reformas. É catalizador o emblemático comício de 13 de março de 1964, quando Goulart conclamava e “pedia urgência para a mudança da ‘arcaica’ Constituição, insistindo que ela ‘não mais correspondia às aspirações do povo [...] porque legaliza(va) uma estrutura econômica obsoleta, injusta e desumana” (FIGUEIREDO, 1993, p. 181). Ainda, ganhou contornos políticos a famosa rebelião dos marinheiros, no qual Goulart endossou os revoltosos, causando transtornos à alta cúpula militar: “o tratamento que o governo deu a esse acontecimento foi mais um estímulo à ação dos militares” (IDEM, p. 184). Quanto ao PCB, em meio a toda essa conjuntura e agitação na seara nacional, aproveitava, a seu modo, para galvanizar apoio político para as suas hostes partidária, assim como, relatar um clima de muita tranquilidade entre as forças militares.

As forças armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição das Forças Armadas, particularmente do Exército. No exército brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe falando, só fui para a Escola Militar porque era o único lugar onde poderia

estudar engenharia [...]. O quer dizer, a pequena burguesia mais pobre, justamente ia para a escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas do nosso povo [...] Temos em nossa direção numerosos ex-policiais, o que causa surpresa com que eles compreendam melhor esta especificidade no caráter das forças armadas brasileiras, lhes pergunto: diga uma coisa, lá no país de vocês, seria possível um antigo oficial do Exército acabar secretário-geral do Partido Comunista? Eles consideram isto impossível, mas no Brasil é possível, dado o caráter democrático das Forças Armadas (NOVOS RUMOS, 1964 apud GORENDER, 1987, p. 53).

Grande engano de Prestes, pois a oposição junto às forças armadas, já estava em franca campanha para abalar de vez o governo de João Goulart. Para este aspecto é pertinente apontar o clássico estudo de Dreifuss, *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe* (1981), no qual enfatiza como uma elite internacional associada à elite nacional compôs um verdadeiro bloco hegemônico com o intuito de buscar atingir o poder. Neste sentido, destaca a criação do IPES-IBAD, cujo objetivo era “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (IDEM, p.161). Buscando atingir os seus objetivos, estes órgãos citados procuravam ter relações com a Escola Superior de Guerra (ESG). Desta forma, cristalizavam-se as forças de oposição contra o governo Goulart: empresários, elite externa, forças armadas e coalizão política oponente; para finalizar, bastava trazer o povo para junto da oposição, evitando a repetição do malogrado golpe de 1961. Para tanto, neste turbulento março de 1964, marcado pelo medo do perigo vermelho, as forças opositoras organizaram junto com o alto clero, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, consolidando os condicionantes para o golpe, junto com os seus principais atores; sendo que o povo, ou seja, a classe média, agora, apoiava o golpe, - diferentemente da fracassada estratégia golpista de 1961, abortada pela campanha da legalidade.

Em 31 de março de 1964 encerrou-se um ciclo no Brasil, instalava-se um Golpe Militar, representando a reação das forças conservadoras composta pelos setores do empresariado-nacional e internacional, em conjunto com setores da classe média, sendo capitaneadas essas forças pelos militares, com a finalidade de contraporem o caráter populista-reformista da coalizão que girava em torno do PTB de João Goulart. De acordo com a aferição de Dreifuss (1981), o golpe não foi um ato abrupto, mas sim um movimento gestado durante um longo tempo, por este bloco, com a finalidade de tomada do Estado.

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista [...] quando os interesses

multinacionais e associados notaram a dificuldade crescente em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios (DREIFUSS, 1981, p.106-107)

Quanto à apreciação por parte da esquerda efetivamente participante, temos a seguinte constatação de Jacob Gorender, personagem de proa do Comitê Central do PCB no período:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. [...] Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no dia 1º de abril, já no dia 3, a operação Brother Sam era desativada no Caribe, os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo (GORENDER, 1987, P. 67).

Como podemos observar o golpe de 1964 encerra um ciclo extremamente complexo da política nacional, tanto em face das disputas que polarizavam o cenário institucional, quanto em face do acirramento das disputas no seio da esquerda, principalmente PCB – que oscilava entre reforma e revolução - *versus* PCdoB – totalmente antirreforma. Ainda, os eventos de 1964 não desferiram “apenas” um golpe na democracia brasileira, mas também soterrou o projeto político do PCB que endossava as *Reformas de Base* e todo o delineamento político a partir de uma revolução pacífica, tão divulgada pelo PCUS; erodindo, assim, todo um trabalho político. Quanto ao PCdoB, crítico de todo o processo, afirmava neste momento, estar certo da linha política construída, buscando no período seguinte, capitalizar os malogros do PCB através de um acirramento de uma diretriz que seria considerada por eles como a mais acertada.

## **2.2 - PCB: OPÇÃO PELA LUTA ARMADA OU REFORMA - O EXEMPLO CUBANO**

Podemos dizer que o Golpe Militar de 1964 serviu como divisor de águas para a esquerda brasileira. O PCB, neste momento, ainda o maior partido de esquerda nacional, se viu atacado em toda a sua estrutura orgânica, assim como, a sua linha política passaria a ser questionada no imediato ao golpe. No tocante ao questionamento da linha política, devemos lembrar que no curso da luta no período Goulart, este já era objeto de disputa interna, sendo

acionada mais incisivamente, portanto, com o advento do golpe militar. Ou seja, a unidade na ação da linha política, delineada por uma comissão indicada pelo Comitê Central e aclamada no V Congresso do partido, se mostrava mais explicitamente em suas contradições internas; no entanto, como procede a todos os partidos marxista-leninistas, não podiam, ainda, os opositores, contraporem veementemente o centralismo democrático.

Neste primeiro momento, o grosso da militância encontrava-se aparvalhada, em síntese, pegos desprevenidos e mais preocupados em salvaguardar as suas próprias vidas da repressão que rapidamente se abateu sobre a esquerda e, principalmente, o PCB. Os tão propalados dispositivos legais de defesa e de resistência do governo Goulart não apareceram, da mesma forma o PCB não tinha nenhum projeto de resistência para romper com o cerco da iminente ditadura, sobrando assim, para a militância, um cenário onde literalmente a ordem era se virar por si só. Obviamente, que no rol dos culpados pela dissonância do projeto do PCB estava à figura de Prestes, seu secretário geral, mais ainda pelo fato de que novamente esqueceu, assim como no Estado Novo de Vargas, suas cadernetas no endereço em que morava, servindo como munição para repressão listar e processar os militantes do PCB nos inquéritos políticos militares. Quanto a *meu culpa* de Prestes:

Eu tenho a responsabilidade política no golpe de 64, mas não tenho responsabilidade pessoal. O golpe teve causas objetivas. Não foram nossos erros que o determinaram. Nossos erros podem, sim, tê-lo facilitado. O problema todo é que houve companheiros que fizeram confusão a esse respeito e apresentaram nossos erros como causa do golpe (MORAES e VIANA, 1982, p. 170-171).

Neste período, a partir de 1964, o PCB iria, de fato, entrar na dicotomia ente a reforma ou revolução, ou seja, se permaneceria com a sua linha política tida como reformista (V Congresso) ou entraria definitivamente na seara da revolução. Essa discussão estava no cerne do alinhamento com a Internacional Comunista que definia a diretriz política de Frente Única para os países latino-americanos, e asiáticos, caracterizando-os como países atrasados e ainda com resquícios feudais, para tanto, justificava-se a necessidade desta revolução em duas etapas. Assim sendo, uma via mais radical romperia com a dinâmica definida pelos cânones do marxismo internacional, batendo de frente com o PCUS. Era preciso, pois, abafar qualquer tentativa mais rebelde no seio do PCB. Porém, os ventos cubanos começavam a soprar no Brasil, a despeito da direção dos comunistas. Torna-se importante frisar que, justamente, em função dessa linha política pacifista, o PCB nunca fora um entusiasta do advento da Revolução Cubana, como afirma Emir Sader:



O PCB tratou de passar em branco as duas crises em que o grupo de Fidel Castro se opôs ao monopólio organizativo que velhos burocratas do antigo Partido Socialista Popular (comunistas) tratavam de impor ao processo de unificação partidária dos três grupos que havia participado ativamente na luta contra o regime de Batista. O PCB tampouco procurou ser parte das duras polêmicas entre a direção cubana e PCs da América Latina sobre as vias de luta pelo poder, catalisadas pela oposição “via reformista/ via revolucionária”. (IDEM, 1991, p. 175).

Obviamente, que o PCB, como caudatário da influência da URSS e a sua propalada via pacífica, demonstra uma falta de ênfase para com a revolução cubana; dando mais destaque, justamente, aos aspectos da luta anti-imperialismo e anti-latifúndio tocada pelos revolucionários cubanos, buscando, assim, uma comparação “forçada” ao programa do V Congresso - porém, sempre cínicos, os comunistas do PCB procuravam relativizar e diminuir o aspecto da insurreição e passagem direta ao socialismo (IDEM, 1991). Em síntese, mediante a conjuntura brasileira, a direção do PCB estava muito mais disposta a reerguer o partido e a buscar culpados pelo fracasso, do que compreender o processo cubano; ou seja, Cuba era uma influência geograficamente ainda muito distante. Sendo assim, passado o primeiro susto, os comunistas começam a lentamente a reconstruir o PCB com o intuito de reinseri-lo na seara da política nacional.

Quanto ao cenário político, devemos enfatizar que, embora os militares no Brasil tenham infringido uma ditadura militar, mantiveram, ainda que aparentemente, certa “normalidade” nas instituições democrática, quais sejam: partidos políticos e eleições regulares, ainda que rudimentares e com cassações. Tal fórmula orquestrada pelos militares ficaria às claras com a institucionalização do AI-2, que extinguiu de vez com os partidos políticos, criando apenas duas agremiações legais dentro de um regime bipartidário controlado pela ditadura militar. Havia, então: 1) por parte da oposição consentida, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro; e, 2) por parte da situação, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Porém, devemos enfatizar que ser oposição durante a ditadura militar apresentava sérios riscos, pois grande parte dos deputados do antigo PTB de Goulart foi cassada, não podendo, assim, migrar para o MDB. (KINZO, 1988).

Este aspecto peculiar da ditadura militar brasileira se tornava muito importante, pois seria neste cenário de oposição consentida que o PCB tentou reorganizar o seu caminho. Conforme nos assegura Maria Dalva Kinzo na obra, *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1988), o PCB será uma das primeiras organizações políticas que apoiaram o MDB desde o seu nascedouro, em 1965, através da dupla militância – a legal no MDB e a

ilegal no PCB: sendo que, como era de se esperar, tinham pouco poder de influência no início de sua trajetória. Embora com o seu limitado tónus dentro do MDB, os comunistas começavam a gestar dentro desta agremiação política legal, a continuidade da tática de Frente Única, agora na esperança de se unirem aos democratas mais avançados.

No entanto, a parcela mais exaltada e que já estavam desde meados do Governo Goulart buscando um caminho mais aguerrido e revolucionário, começava a ser voz dissonante, agora nitidamente audível, contrapondo-se às diretrizes políticas continuístas ao Congresso. Entre as primeiras vozes que despontava surge a figura de Carlos Marighella, personagem de importância do Comitê Central e ex-deputado constituinte do partido em 1947; porém, ainda cioso e respeitoso das diretrizes do CC que ele compunha<sup>32</sup>. Não obstante, as fagulhas começavam a ser acesas, principalmente, com o advento da eleição de 1966, a qual iria eleger os senadores, deputados federais e deputados estaduais do período, - grande parte da militância comunista se rebela e não concorda entrar no “*jogo da ditadura*”, assim definidos por eles: impasse complicado para o PCB. Torna-se pertinente enfatizar que conforme o PCB ia se enquadrando nos processos políticos previamente conduzidos pela ditadura, mais uma parcela de militantes, especialmente as novas adesões partidárias no pós 64, ia se distanciando da linha tática de Frente Única do PCB; e, por outro lado, aumentava a procura por novos exemplos de luta a fim de se romper com a diretriz partidária vigente e trilhar outra via de luta contra a ditadura militar. Um dos grandes faróis tornar-se-ia a revolução cubana.

Assim sendo, se antes Cuba, para os comunistas do PCB, parecia ser um lugar tão distante e com características tão distintas da natureza brasileira, agora, neste momento, parcela da esquerda brasileira buscava semelhanças justamente com o intuito de endossar o exemplo a ser seguido da revolução cubana. Nesse meio tempo, chegavam clandestinamente às obras de Che Guevara, *A Guerra de Guerrilhas* (1980), e, principalmente, o livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1967), exemplificando o modelo cubano, servindo como verdadeiros manuais para a consecução da luta revolucionária. Portanto, nesse contexto, a situação brasileira servia de cenário. Estas publicações eram apresentadas como receituário para romper com o imobilismo do PCB, em outras palavras, se não houvesse as condições

---

<sup>32</sup> Jacob Gorender (1987, p. 94-95) demonstra os caminhos da militância de Marighella e, conseqüentemente, o afastamento da direção do PCB, de acordo com as obras escritas por Marighella no pós-64: Primeiramente, “*Por que resisti prisão*” começou a circular no segundo semestre de 1965 [...] Parece correto presumir que os dezesseis primeiros capítulos foram redigidos antes da reunião de maio do Comitê Central, ao passo que os dois últimos registram reflexões suscitadas pela reunião. [...] *A crise brasileira*, principal escrito de 1966, dá um passo à frente. Mas ainda se conserva longe do militarismo agudo e da negação do princípio do partido de vanguarda”.

objetivas para a revolução, ela seria construída, mesmo acima do aparato do PCB e com o risco de rompimento partidário. (SADER, 1991, P. 172). Podemos dizer que esses livros fizeram a “cabeça” de uma nova geração que aderiu à luta política no curso do pós-64. Ainda, torna-se importante registrar que esses novos personagens, embora inseridos no PCB, não tinham experiência de militância nas lutas pelas *Reformas de Base*, no período do governo Goulart; fato este que os tornavam mais descompromissados com o modelo imprimido pelo CC (V Congresso). Contudo, precisamos ponderar tal afirmativa, pois embora fosse uma nova geração de militantes que surgia na seara comunista, estes tornavam-se, também, caudatários das discussões já candentes no seio do PCB, vide Marighella e outras figuras de destaque na hoste comunista. Quanto ao grande atrativo da Revolução Cubana, Sader explicita-os nos seguintes tópicos:

- 1) Em primeiro lugar, ela representou a atualização da revolução para esquerda brasileira, um fenômeno até então corporificado pela revolução soviética, com todas as suas implicações;
- 2) Outro elemento que passou a caracterizar a Revolução Cubana foi a legitimação da heterodoxia política e ideológica;
- 3) O anti-imperialismo e o anticapitalismo se articulam na Revolução Cubana na medida da integração estrutural da burguesia cubana com os EUA e com o imediato reconhecimento desse país como potência imperialista e capitalista;
- 4) A estratégia de poder que marcou a revolução Cubana foi a guerra de guerrilha baseada no campo, a partir de onde foi se organizando um exército revolucionário que, posteriormente, foi ocupando geograficamente o país em direção à capital;
- 5) Desde o seu início, a revolução Cubana incorporou a dimensão da solidariedade internacional como um dos aspectos essenciais e sua formação ideológica e ação política;
- 6) Outra face desse aspecto ideológico estava reservado para o plano moral: a ética da dedicação revolucionária, o sacrifício da própria vida, a militância revolucionária identificada com a sua própria vida;
- 7) Outro aspecto dessa mesma característica marcante da revolução Cubana é a ênfase no papel da vanguarda e, em geral, nos chamados aspectos subjetivos dos processos históricos (IDEM, p. 167-171).

Quanto ao aspecto da Revolução Cubana no plano do marxismo internacional, embora Cuba rompesse com os ditames da URSS pela via armada para se chegar ao socialismo, por outro lado, ao assumir o socialismo, adotava o aparato da sociedade planificada apregoada pela União Soviética, portanto, por vias transversas e não muito retilíneas, chegando-se aos propósitos dos comunistas russos. Devemos enfatizar que Cuba tornava-se um grande ponto nodal na atenuada guerra fria, pois aproximava dos EUA um país socialista, conforme é dito,

no quintal do Tio Sam<sup>33</sup>. Ainda, torna-se importante frisar, dentre os tópicos apontados por Sader, à característica de solidariedade internacional. Neste aspecto, a ilha cubana servia como uma verdadeira escola de guerrilha recebendo e fomentando toda uma gama de revolucionários internacionais, principalmente latinos, dispostos a treinar e exportar o modelo guerrilheiro castro-guevarista para os seus países de origens; sendo assim, “essa solidariedade recebeu sua chancela teórica sob a rubrica do “internacionalismo proletário” do marxismo-leninismo, apregoado pela URSS e os regimes do Leste europeu” (IDEM, p. 170).

Ainda, quanto à solidariedade internacional destaca-se o advento da OLAS (Organização de Solidariedade Latino-americana), em 1967, que reuniu agremiações de esquerda revolucionária de várias partes da América Latina. Segundo Marcelo Ridenti (2002, p. 237), cinco organizações nacionais foram convidadas, entre essas: 1) POLOP; 2) AP; 3) MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário); 4) PCdoB, que foi em seguida “excluído por ‘deixar de cumprir os deveres de solidariedade com a revolução cubana’ – um editorial do jornal do partido posicionava-se a favor da China e contra Cuba, [...] além de outras divergências não explícitas” (IDEM, p. 237); e, finalmente, 5) o PCB que oficialmente não compareceu. Não obstante o veto do PCB, Carlos Marighella vai a Cuba, fato este que consumou a sua expulsão da seara do partido comunista; no entanto, as suas certezas já estavam consolidadas. Segundo Jacob Gorender: “Durante a permanência na Ilha, seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas” (GORENDER, 1987, p. 95).

Obviamente, que tais atitudes não irão passar incólume ao PCB:

Ao mesmo tempo, fatos nocivos evidenciaram-se na medida em que aprofundou a luta interna. Nos últimos meses, alguns membros do Comitê Central enveredaram pelo caminho do fracionismo e da violação das normas partidárias. O mesmo aconteceu com certos dirigentes intermediários, notadamente em São Paulo, Estado do Rio e da Guanabara. Em setembro de 1967, o Comitê Central realizou uma reunião extraordinária, a fim de apreciar esses fatos e adotar as medidas disciplinares pertinentes. Deu poderes à Comissão Executiva para adotar outras providências que se fizessem necessárias, a fim de pôr termo à atividade fracionista. Em cumprimento dessa tarefa, a Comissão Executiva interveio nos Comitês Estaduais de São Paulo e do estado do Rio e do Comitê Metropolitano de Brasília, e designou delegações para esses três Comitês com a missão e ali normalizar a atividade partidária (CARONE, 1982b, p.57).

---

<sup>33</sup> Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2002b, p. 209); “O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, embora totalmente autônomo em relação à política do Estado soviético, acabou reforçando seu prestígio, sobretudo depois de 1961, quando Cuba aderiu formalmente ao campo socialista. Aqueles barbudos não eram muito confiáveis, mas podiam se tornar uma peça importante no cenário das relações e dos conflitos internacionais”.

Com a oposição ao Comitê Central assolando a seara do PCB, os dirigentes buscavam ganhar tempo: tirar de circulação eminentes militantes que pudessem por em risco a linha política do partido e, no caso extremo, a sumária expulsão com todos os adjetivos contrarrevolucionários atribuídos aos militantes discordantes, acusando-os pela formação de grupelhos, frações e atuarem contra o real partido representante da classe operária. Em tempo, demarcava-se um processo de ruptura latente, em que muitas dissidências estaduais já começavam a fazer recrutamento de militantes diretamente para as mesmas e não mais para o PCB: era o início da diáspora e o nascimento de uma nova esquerda no Brasil.

### **2.2.1 - A LINHA TÁTICO-ESTRATÉGICA DO PCB VERSUS AS SUAS DISSIDÊNCIAS.**

O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro estava marcado para 1964, com o intuito de buscar uma readequação da linha tático-estratégica do PCB aos acontecimentos de 1963, ou seja, a grande proximidade do PCB com as instâncias do governo Goulart e as suas *Reformas de Base*. Obviamente, que os acontecimentos abortaram este congresso, ocorrendo a sua realização somente no ano de 1967 em outra conjuntura, totalmente clandestina e com grandes adversidades, pois a polícia política estava no encalço dos militantes comunistas. Além das adversidades ocasionadas pela clandestinidade, como referido, havia fissuras, agora bem visíveis, que rachavam de cima a baixo o PCB, ou seja, da base a direção partidária. Tais abalos faziam com que o CC imputasse fortemente as regras de obediência ao centralismo democrático; no entanto, eram insuficientes para abrandar os ânimos dos militantes mais exaltados.

Com o intuito de tirar de circulação, ou mesmo mudar de Estado os dirigentes contrários à linha política do partido, o CC deslocava-os para outras regiões do Brasil com o objetivo de puni-los; tal atitude tem efeito contrário, pois dará mais combustível para o incêndio, uma vez que estes dirigentes ativariam bases em todo o Brasil. O Comitê Central ia perdendo a sua unidade, aliás, a unidade era, segundo os seus adversários, apenas aparente visando a legitimação das teses no VI Congresso do partido. Além desses fatos, pesava a grande derrota sofrida com o golpe de 1964, que encontrava-se ainda latente, além da necessidade de ter bodes expiatórios, os quais, agora neste momento, seriam os que tivessem posição contrária a maioria do CC. Não obstante às manobras da direção, a oposição ia se estruturando em todo os Brasil, surgindo a denominada *Corrente Revolucionária*: “De início

agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella” (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 47).

No tocante às teses do VI Congresso, mesmo vivendo em uma ditadura militar, a linha tático-estratégico do partido não foi modificada: revolução por etapas - nacional e democrático, com a tática de Frente Única. Quanto à Frente Única, esta pretendia reunir uma ampla coalizão de militantes e progressistas nacionais democráticos dentro do MDB, com o intuito de promover uma ampla frente legal para combater a ditadura. Nas palavras de Gorender (1987, p. 90): “Como perspectiva de luta, propunham as Teses a derrota da ditadura militar através das alianças com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”.

Tais diretrizes são radicalmente rechaçadas por grande parte da militância. Os debates em torno da tese iam atestando a perda da coesão interna do PCB, várias sessões estaduais aprovavam teses radicalmente contrárias. Assim o CC foi perdendo por maioria em diversos Estados, entre os quais destacam-se: Rio Grande do Sul, que tinha a presença de Jacob Gorender; e, São Paulo, dirigido por Marighella, ainda soma-se as derrotas sofridas no Rio de Janeiro e Guanabara. Segundo Gorender, “sob o controle de Prestes e Dias, a Comissão executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espíritos democráticos. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências” (IDEM, p. 91). Como era de se esperar a situação ficaria sombria para os descontentes, pois além do enalce da repressão, ainda ousavam ir contra as diretrizes do CC.

A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: Os companheiros dissidentes – falou o secretário geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes já expostos a sol e a chuva, mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjará, sem a amarga ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia?(IDEM, p. 92).

Devemos ainda enfatizar que, a além desses quadros mais experientes e temperados ao jogo do Comitê Central havia, também, uma nova geração de militantes que afluíam às organizações de esquerda no caudal dos movimentos de massas na luta contra a ditadura. No tocante aos movimentos contestatórios, a segunda metade dos anos 60 se tornara fértil, com sucessivas passeatas e greves operárias que retornavam ao cenário político; assim como, os

estudantes se organizavam nas suas entidades estudantis e com palavras de ordem para vencer a ditadura, ou seja, a contestação multiplicava-se e ia além das pernas do então “combalido” PCB. Mesmo com o volume das manifestações de massas e o fluxo de novos militantes que buscavam uma maior radicalização do PCB em suas teses, a disputa estava encerrada. Como é sabido, em qualquer partido marxista-leninista a tese enviada para o Congresso sempre, via de regra, é a tese aprovada, por mais oposição que houvesse, - quem vencia era a coalizão majoritária que dominava o Comitê Central, neste momento, mais uma vez endossada por Prestes. Aos opositores, sobrava o óbvio: a expulsão.

Em face da exclusão dos oponentes da tese de 1967, os dissidentes buscaram se articular visando uma unidade a fim de novamente – como o PCdoB, em 1962 - reconstruir um partido realmente revolucionário. Porém, as adversidades tornavam muito mais difíceis a unidade, pois a repressão estava em seu encalce, ou seja, além das divergências teóricas e programáticas a unidade era prejudicada pela repressão que começava a atingir como mais eficiência os dirigentes comunistas. A unidade não vicejou, fazendo com que a partir de cada dissidência regional surgisse uma organização própria, segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 49): “As dissidências se pulverizavam. Com acordo demasiadamente genéricos e dirigentes muitos jovens e inexperientes não formaram lastro suficiente para estruturar uma organização partidária nacional”. Dos frutos da Corrente Revolucionária surge o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), acrescentando a letra R com o objetivo de demonstrar um continuísmo com o projeto abandonado pelo PCB: à revolução socialista. O PCBR teria destaque no conjunto das lutas no Rio de Janeiro e no Nordeste (DELLA VECHIA, 2005). No tocante ao alinhamento internacional, “o PCBR adotou uma posição de independência e de solidariedade a todos os países socialistas. A crítica às teses pacifistas dos partidos comunistas pró-soviéticos não se traduziu em anti-sovietismo” (GORENDER, 1987, p. 103).

Quanto à secção do partido em São Paulo, esta era capitaneada pela figura de Carlos Marighella que já se encontrava em total oposição ao CC, desde a sua ida a Cuba. De imediato, passam a adotar o nome de Agrupamento Comunista de São Paulo, depois se chamando de ALN (Aliança Libertadora Nacional). Em face da ida de Marighella a Cuba, a ALN não segue a caracterização de partido, tal e qual o PCBR, pelo contrário, adquire um caráter quase anarco-comunista baseando-se nas ações armadas com o intuito de desenvolver a revolução, ou seja, não havia o centralismo democrático, pois possuía vários comandos visando à luta armada real. Também, mudou o enfoque do campo primordial da luta, deixando de seguir os cânones do castro-guevarismo com a guerrilha a partir do foco no campo, o foquismo, mas sim, incorporando numa primeira etapa, a tática de guerrilha urbana, para

depois enquadrar a passagem para o campo como área estratégica através de uma coluna guerrilheira. Tal linha política se cristalizará na elaboração por Marighella do *Mine manual guerrilheiro urbano* (1969), traduzido para vários países. Torna-se importante registrar que mesmo incorporando algumas mudanças da linha cubana, a ALN era a organização oficial e legitimada pela alta hierarquia militar de Cuba, enviando, já no imediato ao VI Congresso do PCB, os primeiros militantes dissidentes para treinarem guerrilha em Cuba (GORENDER, 1987).

Das outras dissidências que não fizeram parte da Corrente destaca-se, pelo vulto que tomou no momento da luta armada, a DI-GB - Dissidência da Guanabara. Esta ganhou expressão com as lutas estudantis do período, mas não logrou unificar as dissidências do PCB. Esta organização rompe com o CC já em 1966, em face das eleições deste ano e do apoio do PCB ao MDB. Ou seja, embora filha legítima do velho partido comunista, não espera as resoluções da VI Congresso do PCB, em 1967, buscando imprimir uma característica própria no curso da luta política. Segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 50), a DI-GB “tentou adquirir um perfil próprio, afirmar uma alternativa entre os que preconizavam ações armadas imediatas (ALN) e os que defendiam a construção prévia de um partido de novo tipo (PCBR)”. No entanto, os caminhos levariam a DI-GB pelas mesmas trilhas da luta armada a partir do AI-5, já que esta era visão do período, apostando no foquismo cubano como tática de luta.

Convém registrar que para a esquerda houve dois golpes: 1) o primeiro, de 1964, que durou até 13 de dezembro de 1968 com a institucionalização do AI-5; e, 2) depois o segundo golpe promovido pelo AI-5 pela Junta Militar, segundo as organizações de esquerda, sendo conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Com o AI-5, acabavam as esperanças de algumas parcelas da esquerda que ainda buscavam uma articulação com as entidades legais ou semiclandestinas visando construir uma política de massa, pois, com o AI-5, a ditadura apresentava toda a sua força, através da estruturação do aparelho repressivo, portanto, dando pouco espaço para as lutas nas instâncias legais. Ao mesmo tempo, parte da esquerda possuía uma visão “ingênua”, achando que o AI-5 seria o estopim que ascenderia um barril de pólvora e que colocaria em cheque a ditadura; pois, acreditavam que com o aprofundamento da luta armada, as massas iriam se levantar e aderir à luta, - ledó e cruel engano, uma vez que as organizações, longe de ganharem as massas, ficaram ainda mais isoladas no seu cerco clandestino (IDEM, p. 69).

Ainda, torna-se importante ressaltar que, além dessas organizações egressas do PCB, surgiram diversas organizações armadas de cunho militaristas como desdobramentos das



fissuras no seio das outras organizações de esquerdas que surgiram no início dos anos 60, destacando entre outras, a POLOP, que deu origem a COLINA (Comando de Libertação Nacional) e VPR (Vanguarda Armada Revolucionária), de caráter bem mais militar. Estas organizações em conjunto com os egressos do PCB mergulharam, de fato, na luta armada. DIGB passa, a partir de 1969, a adotar o nome de MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), em homenagem ao dia do assassinato de Che Guevara. Tal organização, em conjunto com a ALN, realizou em 1969, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick: fustigavam com vara curta o imperialismo e acabariam pagando um preço alto. Em síntese, o modelo original do foquismo cubano reelaborava-se; pois, o recriavam em formas diferenciadas de luta, produzindo assim, um tensionamento com a ditadura num grau máximo, parafraseando o título do livro de Jacob Gorender, seria um *Combate nas Trevas*, uma vez que a luta fora muito desigual: 1) De um lado, havia as organizações de esquerda, mas ainda inexperientes e com jovens militantes mal saídos das lutas do mítico ano de 1968, estimulados em seus ideais revolucionários pelo exemplo foquista cubano; e, 2) de outro lado, as forças do aparelho repressivo que souberam, em pouco tempo, se estruturar para combater enfaticamente esquerda radicalizada.

Não obstante ao processo da luta armada, o PCB tentava participar do curso da luta legal através do MDB, reativando bases e buscando se inserir nas eleições de 1970. Obviamente, que tal fato não passava despercebido pelo crivo da repressão; no entanto, o alvo principal da ditadura era abater as organizações armadas que se dedicavam a tentativa de organizar a guerrilha urbana. Assim sendo, aproveitando essa brecha, a direção do PCB buscava reconstruir o partido mesmo sob a mira de revólver da ditadura, visando, assim, construir novas alternativas de lutas. Tais tentativas de inserção legal faziam com que o PCB perdesse mais ainda o seu atrativo para a juventude radicalizada, que preferia o caminho da luta armada, que tinha objetivo de, justamente, se distanciar do estigma que assolava o PCB: imobilista e reformista.

Também, a reconstrução no seio da classe trabalhadora, que seria a classe por natureza do partido comunista, tornava-se difícil em face do aparelho repressivo. Ou seja, a esquerda encontrava-se sob a mira do revólver, acuada pela ditadura militar, sobrando assim, pouco poder de manobra. Nas palavras de Marco Aurélio Santana, em seu livro, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (2001):

As tentativas de prosseguimento da luta sindical esbarravam nos limites estreitos da ditadura militar. Até os eventos de cunhos officiosos, organizados

por lideranças pouco combativas, podiam ser palco de ações e violências policiais. Assim, os militantes sindicais trabalhavam em um território extremamente minado (IDEM, p. 175).

Quanto às tentativas da esquerda armada, em meados de 1970, é organizada a Frente Revolucionária, que seria uma união informal dos vários grupos armados visando trocas logísticas com o intuito de efetivar operações armadas. Esta frente operacionalizou, também, o sequestro do embaixador alemão Von Holleben, com o intuito de trocar presos políticos, em junho de 1970, tal ação fora capitaneada pela VPR e pela ALN. A VPR iria fazer mais um sequestro, no final de 1970, coordenado pelo capitão Carlos Lamarca, esta ação foi o *canto dos cisnes* das operações armadas, pois a partir desse momento, a repressão atua com intensidade nas organizações que se dedicaram à luta armada, ou seja, quem ousasse lutar contra a ditadura, poderia ser “condenado à morte” e tornar-se desaparecido político. Seria uma nova derrota, conforme Daniel Aarão Reis (1990, p. 73): “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”. Assim, os comunistas se deparavam em poucos anos com a sua segunda derrota, sobravam sonhos, mas faltavam condições objetivas e físicas para operacionalizar uma virada política.

### **2.3 – PCdoB: A CONCEPÇÃO CHINESA - GUERRA POPULAR PROLONGADA.**

O PCdoB, diferentemente do seu rival, começava já a partir do golpe a definir uma linha política de enfrentamento com a ditadura militar, no entanto, em virtude do seu tamanho reduzido, o seu poder de fogo era pequeno, quando comparado com os comunistas do PCB. Conforme já enfatizado, desde antes de 1963, alinhavam-se em sua política com o PCCh, diferenciado radicalmente da proposta pacifista dos seu coirmão, ou seja, rival. Portanto, a partir de 1964, as teses revolucionárias de inspiração chinesa caem perfeitamente como uma luva para o PCdoB. Em 1966, o PCdoB realiza a sua 6ª Conferência, onde aprovavam o documento, *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonista* (2000). A linha política tinha nítida inspiração chinesa, conforme trecho abaixo:

A guerra popular é o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que paulatinamente vai se estendendo até abarcar a esmagadora maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes

centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica determinante. As forças armadas populares, inicialmente débeis, crescem e tornam-se fortes e superiores às do adversário. Por mais dificuldades que defrontem, por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo. Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade.

A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal dos choques armados é o interior do país e que a luta será dura e prolongada. (IDEM, p. 112)

Torna-se importante registrarmos algumas observações em face da linha política do PCdoB: 1) primeiramente, os comunistas dessa agremiação absorviam a linha tático-estratégica de concepção chinesa – Guerra Popular Prolongada, segundo os cânones do maoísmo; 2) a questão da tática de guerrilha nada tinha em comum com o foquismo cubano, pelo contrário, o PCdoB rechaçava-os, justamente pela insistência de que o protagonismo da direção da luta era dado pelo partido, segundo o modelo leninista, diferentemente do que pensavam grupelhos armados que buscavam formar um foco de luta; e, 3) o palco principal de luta era o campo, que deveria cercar a cidades.

Neste momento, estava em evidência a figura de Mao Tse Tung e o seu modelo de revolução, servindo de inspiração para a esquerda dissidente do aparato soviético, era o **Maoísmo** tomando conta, sendo para muitos uma nova etapa do pensamento marxista: Marx, Lênin, Stalin e Mao. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 107), a fim de se compreender o estudo do maoísmo devemos, primeiramente, considerá-lo “como estratégia revolucionária para a tomada do poder na China, e nesse sentido foi caracterizado como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas chinesas”; e, posteriormente, “o maoísmo surgirá como uma proposta original de construção do socialismo na China, convertendo-se, mais ou menos rapidamente, e novamente, em modelo revolucionário mundial” (Idem, p.107). Sendo que, justamente em virtude de como procedeu à revolução chinesa, o foco se dá no campo a partir de uma estratégia de revolução prolongada, no que no maoísmo o personagem principal era o camponês.

[...] o maoísmo se caracteriza pela valorização do camponês, não só como ator principal na luta pela “tomada do poder”, mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX. (IDEM, 113).

O PCdoB absorve as teses maoísta como um contraponto às teses reformistas do PCUS. Com o intuito de melhorar as bases teóricas e militares, envia ao longo da década de 60, algumas dezenas de militantes para treinamento na China, com o intuito de se formarem, de acordo com a linha política do PCCh. A partir de 1966, o PCdoB constituiu uma comissão política supersecreta que começa a elaborar os planos para a constituição de uma guerrilha aos moldes chineses no norte de Tocantins e sul do Pará, na região do Araguaia. Para tanto, começaram a deslocar para a área alguns militantes, muito vagarosamente, com o intuito de, num primeiro momento, viverem como lavradores na região, com objetivo era ganhar a confiança, e, posteriormente, desenvolver uma luta política com a finalidade de futuramente desenvolver a guerrilha rural, num processo longo, sigiloso e com um acompanhamento minucioso de poucas figuras do Comitê Central, devendo preservar ao máximo a constituição do palco da luta camponesa principal.

Ao mesmo tempo, como um segundo plano, buscavam nas cidades, construir e influenciar o quadro de uma política de massas nas várias instâncias de luta em que se constituía a oposição à ditadura militar. Obviamente, o MDB não era saudado como objetivo tático, pois era a seara do PCB. Segundo Gorender (1987, p. 207), “nas cidades – consideradas cenário de segunda ordem -, o PCdoB se dedicou ao proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaços, o que não atraiu a atenção dos órgãos da repressão policial”. Sendo que, tal linha política geraria secções na seara do PCdoB. Militantes mais afoitos ao papel da luta armada e com o intuito de seguir as outras organizações que se dedicavam às armas concluíam que o PCdoB estava, igualmente ao PCB, imobilista e burocrático. Estes militantes geraram novas cisões, surgindo assim, o PCR (Partido Comunista Revolucionário), em 1966, - que acreditava que o foco da luta deveria ser no Nordeste; e, em outras regiões, principalmente em São Paulo, surge o PCdoB-Ala Vermelha, em 1967 - que adotam o nome de Ala Vermelha e passam a efetivar ações armadas. Podemos dizer que essas cisões foram erros de cronogramas, uma vez que o PCdoB já preparava o processo de luta armada no campo, fato este que não podia ser externalizado por causa da feroz repressão.

Por outro lado, a linha política do PCdoB baseada neste posicionamento, galvanizava dois expressivos contingentes de militantes para a sua hoste. O primeiro é uma fração de militantes do PCB da Guanabara que sai desta agremiação, capitaneado por Jover Telles – eminente dirigente do PCB-PCBR e agora incluso no PCdoB – segundo Jacob Gorender (1987), este dirigente quando compôs a direção do PCB, já estava fechado com a cúpula do PCdoB, de modo que esperou o partido se formatar e crescer para fortalecer um racha.

(IDEM, 1987). Torna-se importante frisar que a imersão total na senda armada se dá no curso do ano de 1969, conforme pode ser visto no documento, *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*:

A luta armada em que se empenhará o povo brasileiro terá um profundo conteúdo popular, englobando as mais amplas massas da população. O fato de ser o Brasil um país dependente e de a terra estar monopolizada por uma pequena minoria de latifundiários imprime à revolução um caráter nacional e democrático, o que permite a mobilização de imensas forças sociais para derrubar o atual regime reacionário. As classes dominantes não podem resolver a contradição entre o rápido aumento da população e a carência, sempre maior, de empregos, de meios de educação e de assistência. Tampouco podem evitar o contraste cada vez mais chocante entre o Brasil das grandes cidades e o Brasil do interior<sup>34</sup> (DOCUMENTOS HISTÓRICOS PCdoB, 1969).

Podemos verificar que, segundo o documento do PCdoB, eles continuavam com a sua linha tático-estratégica em duas etapas – nacional e democrática, depois socialista, porém, dando todo o empenho da luta para a questão de guerra popular prolongada, de acordo com o maoísmo. Com esta linha política dava-se totalmente o endosso para o preparo da luta política no campo, palco principal da luta guerrilheira. Porém, sempre buscando uma diferenciação com o foquismo, ou seja, não pretendia criar um foco de luta a exemplo do castro-guevarismo, pois conforme consta no Documento (IDEM): “A concepção do “foco” nega a necessidade do Partido, contrapõe a guerrilha ao Partido e defende que o grupo armado é a vanguarda política da revolução. É, pois, grandemente nociva”. Ou seja, fazendo jus a sua origem III internacionalista, o partido era o ente que dirigia a revolução, e não pequenos grupos armados.

Quanto ao outro grupo que adere ao PCdoB, este era um expressivo contingente da AP (Ação Popular), que no curso da luta política dos anos 60 começava a sofrer uma “depuração” dos seus princípios cristãos, que buscava construir um novo “homem” e uma nova “sociedade”, através de um processo peculiar de tornar-se marxista via o maoísmo. Obviamente, que o processo, tanto de tornar-se marxista, quanto maoísta e, mais adiante, aderir ao PCdoB, não foi um ato simples, muito pelo contrário, foi um processo altamente belicoso, no qual, além da depuração teórica, houve, também, uma defecção dos seus militantes que não concordavam com esse delineamento político. No entanto, devemos endossar que o maoísmo galvanizava uma parcela muito grande da esquerda no período e,

---

<sup>34</sup> [http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=3844](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=3844). Acesso em 31 de janeiro de 2012.

principalmente, após a denominada *Revolução Cultural* impulsionada por Mao Tse Tung, a partir de 1966. Segundo Ridenti (2002, p. 261):

O sacrifício pessoal do militante intelectualizado para reeducar-se no meio do povo – conforme a proposta da *revolução cultural* – lembrava o sacrifício cristão. O igualitarismo maoísta, em busca de eliminar a distância e a diferença entre o trabalho intelectual e trabalho manual, remetia involuntariamente ao cristianismo, ao despojamento franciscano, à comunhão com o povo de Deus.

Ainda, quanto a AP devemos enfatizar que este processo de eliminar a distância entre o trabalho manual e o trabalho intelectual implicava no denominado se “*Inserir na Produção*”. Este processo tinha dois aspectos: 1) primeiramente, tirava o militante do seu meio pequeno burguês, muitas vezes universitário, e introduzia-o no chão de fábrica com o intuito dele viver, realmente, como um operário, a fim de construir o real partido do proletariado, no seio da classe operária; e, 2) em segundo lugar, em face da repressão, os militantes entravam na clandestinidade – trocavam de nome, de Estado, de profissão – e se inseriam na produção como outros personagens, tornavam-se “invisíveis”, e longe do enalço da repressão. Todo o embasamento da passagem da AP ao maoísmo fora lastreado por estadias de dirigentes da AP na China, assim como, os militantes do PCdoB, no período da *Revolução Cultural*. Mesmo assim, torna-se importante frisar que o único partido reconhecido como partido irmão do PCCh era o PCdoB, portanto, nada mais conveniente que os chineses forçassem uma aproximação “natural” entre os apistas e os pcedobistas; porém, muitas discussões aconteceriam até as duas organizações se fundirem. Marcelo Ridenti pormenoriza as divergências entre as duas organizações:

as divergências, que divide em: *divergências ideológicas* [...]: caracterização do pensamento de Mao como uma nova etapa na teoria revolucionária, tese adotada pela AP a partir de 1968, que não era aceita nestes termos pelo PCdoB<sup>35</sup>; além de diferenças em relação à avaliação do legado de Stalin e da III Internacional, defendido incondicionalmente pelo PCdoB, não pela AP); *divergências políticas* (sobre o caráter da sociedade e da revolução brasileira: para o PCdoB, a sociedade seria “semicolonial e semifeudal”, exigindo uma revolução nacional e democrática, enquanto a AP via o “caráter capitalista da sociedade brasileira como seu traço mais relevante”, o que levaria o *Programa Básico* de 1971 a formular um tópico sobre “revolução ininterrupta por etapas”, procurando fugir da dicotomia entre as teses da revolução socialista imediata e aquelas da revolução nacional e democrática, ao propor a etapa da revolução “nacional, democrática e popular”, em transição para o socialismo); *divergências orgânicas* (sobre o

---

<sup>35</sup> Grifo nosso.

processo de fusão entre as duas organizações – o PCdoB insistiria na proposta de os militantes da AP se desligarem da organização e ingressarem individualmente no PCdoB), entre outras divergências secundárias, como as dissonâncias na tática e na concepção de implementação da guerra popular prolongada (PEREIRA, 1990 apud RIDENTI, 2002, 249).

Citação longa, porém extremamente importante, no qual destacam-se os seguintes aspectos: 1), o PCdoB aproveitava o legado de Mao Tse Tung, sua concepção tática de guerra popular prolongada e as diretrizes do PCCh, mas não abria mão do marxismo-leninismo segundo os cânones da III Internacional; ou seja, mesmo utilizando da linha maoísta *ipsis literis*, não consideravam o pensamento de Mao como uma nova etapa da teoria revolucionária, mesmo que a *práxis* e os documentos demonstrassem o contrário<sup>36</sup>; 2) segundo, em relação a continuidade da compreensão do conceito da sociedade brasileira de semicolonial e semifeudal, como já vimos, implicava necessariamente na revolução em duas etapas; e, 3) finalmente, havia a divergência entre formarem um partido novo ou entrarem, de fato, no PCdoB, pois isto, os dirigentes comunistas não abririam mão. Segundo eles, o PCdoB era o autêntico partido de 1922, ou seja, não poderiam abrir mão da continuidade histórica e do legado do nome, objeto de disputa de vida ou morte com o seu oponente PCB. Porém, o curso da discussão teórica foi abortado novamente, em face da clandestinidade e da polícia política, tornando-se mais difícil aprofundarem as discussões.

Ainda, torna-se importante destacar este processo de discussão não somente para elucidar algumas concepções do PCdoB, mas também, com o intuito de grifar este legado da AP no seio comunista. Em tempo, o PCdoB ainda era, neste período, um partido diminuto – partido de quadro leninista, pequena vanguarda, com muitos de seus militantes sendo deslocados para a região do Araguaia, - quanto a AP, podemos dizer que era uma organização de massa, pois dirigiu a UNE (União Nacional dos Estudantes) ao longo dos anos 60 durante os congressos clandestinos. Neste ponto reside a complexidade da discussão teórica, que fez com que uma organização de massas abrisse mão da sua sigla, seu legado e se incorporasse em outro partido. Obviamente, que houve uma secção da AP, com a maioria se incorporando ao PCdoB e a minoria permanecendo nela. Igualmente, devemos considerar a seguinte situação, se a repressão dificultava o diálogo, - pois não se faz plenária na clandestinidade - por outro lado, acreditamos que a Guerrilha do Araguaia fomentou o consenso e precipitou a

---

<sup>36</sup> Segundo Daniel Aarão Reis (1991, p. 131): “[...] ao longo dos anos 70, o maoísmo, pelo menos formalmente, alcançaria o apogeu, do ponto de vista de sua influência no PCdoB. Com efeito, a leitura da *Classe Operária*, órgão oficial deste partido, evidencia uma crescente exaltação à China Popular e a Mao Zedong, beirando o incondicionalismo em relação a tudo que dissesse respeito às realizações e propostas revolucionárias dos comunistas chineses”.

ida ao PCdoB; em virtude que, a despeito das demais organizações armadas do período, o PCdoB foi a única organização que deflagrou a guerrilha no campo, fato este que por si só, já galvanizava muitos aderentes a seara comunista. Debates teóricos a parte, a partir da formalização da incorporação da AP pelo PCdoB, no início de 1973, o novo Comitê Central passava a contar com cerca da metade dos membros originários da extinta organização (ARANTES e LIMA, 1984). Relevante destacar tal fato, uma vez que o PCdoB já iniciara a luta na região do Araguaia.

### **2.3.1 – GUERRILHA DO ARAGUAIA: O EPÍLOGO DO MAOÍSMO**

A região do Araguaia, no norte de Tocantins e sul do Pará, fora a região escolhida pela direção PCdoB para ser o palco da luta estratégica do PCdoB. Era uma região de complicado acesso, no meio da Floresta Amazônica, o que tornava ainda mais difícil para os militantes serem descobertos neste local. Ainda, era uma região composta por um movimento contínuo de trabalhadores rurais, zona de grilagem de terra e conflitos agrários, com um grande atraso, tanto econômico, quanto cultural, em relação aos grandes centros urbanos. Ou seja, seria a região ideal para fomentar um conflito e buscar uma insurreição armada (PORTELA, 1980).

Os militantes do PCdoB começaram a ser deslocados muito calmamente já no ano de 1966, a partir da discussão e aprovação dos documentos da 6ª Conferência. Alguns militantes chegavam diretamente do exterior, de cursos militares realizados na China. Foram formados três destacamentos: A, B e C, com o intuito de receber os militantes que lá chegavam. Destaca-se que, no curso da luta política no Brasil e com o aprofundamento dos instrumentos coercitivos da ditadura militar (AI-5), o Araguaia se tornava um refúgio, quase que natural. Pois, com os militantes cassados nas cidades e as cidades cercadas, sobrava pouco espaço para continuar a luta no meio urbano. O partido não impunha aos militantes a ida para o Araguaia, mas expunha-lhes os documentos partidários, colocando a par e ofertando, literalmente, um novo campo de luta, enfatizando que era uma ida sem volta, pois precisavam manter segredo da região aonde iria se deflagrada a luta (Idem, 1980).

A partir de 1969, principalmente, as lideranças estudantis mais “queimadas” pela repressão são deslocadas para a região. Um trabalho duro e árduo, tanto no trajeto, quanto pela adaptação na região. Os militantes comunistas tinham as seguintes atribuições: 1) legais: se passar por moradores da região como novos posseiros, onde criava-se uma pequena comunidade de moradores egressos do centro do país, chamados pelos moradores da região



como paulistas; e, 2) ilegais: treinar militarmente na região (floresta amazônica) e tentar construir um trabalho político junto aos moradores da região. Ou seja, de acordo com as máximas do maoísmo, deveriam viver como os agricultores, sofrer como os agricultores, sentir como agricultores, para que os mesmo se sentissem iguais aos paulistas e, assim, garantir o avanço político no curso da luta que pretendiam desenrolar. Seguindo as máximas do exemplo do Maoísmo chinês:

[...] a perspectiva de guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões “fronteiriças”, de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto às massas como um peixe na água) (AARÃO REIS FILHO, 1991, p. 116).

Obviamente, que a adaptação na região era extremamente penosa, para a maioria de jovens estudantes universitários, totalmente deslocados do seu meio urbano. No entanto, eles iam a duras penas, conquistando o respeito dos moradores da região do Araguaia, já que muitos faziam uso da sua profissão de origem nos meio rural como médicos, enfermeiro e professor, além de serem “formalmente” agricultores, criando assim, de certa forma, uma simpatia junto aos moradores da região. A região do Araguaia, antes do foco da luta, segundo as estimativas do PCdoB, chegou a ter em torno em torno de 69 militantes distribuídos nas três regiões:

Três bases foram constituídas: o Destacamento A, próximo a São João do Araguaia; o destacamento B, às margens do rio gameleira, entre Palestina do Pará e São Geraldo; e o Destacamento C, pouco abaixo de São Geraldo. Além dos três destacamentos (o objetivo inicial era que cada um constasse com 23 guerrilheiros), havia ainda a Comissão Militar, que se estabeleceu próxima a Metade, povoado do município de São Domingo, acima da aldeia dos índios suruús (CAMPOS FILHO, 2010, p. 135).

Em abril de 1972 começava a chegar à região as forças militares com o intuito de desarmar os guerrilheiros do PCdoB. Até hoje, a forma como os militares chegaram à região é objeto de polêmica na seara do PCdoB, suspeitava-se de traição de militantes do partido. Não obstante às informações reveladas, chegava à região um exército muito mal preparado, ainda sem noção de como agir num conflito no meio da floresta amazônica; sendo que, quanto aos militantes comunistas, estes estavam regularmente treinados e adaptados à região. Assim sendo, por mais poderio militar que as tropas das forças armadas tivessem, não foi possível efetivar, neste primeiro momento, uma boa incursão ao local da guerrilha. Os guerrilheiros,

mesmo que de maneira rudimentar, se prepararam adequadamente, criando silos no meio da floresta para esconderem a sua produção agrícola, visando alimentá-los no período da guerra; assim como, buscavam conquistar uma singela base de apoio junto à população da região que, embora não se incorporasse a luta, em suas esperanças, criariam o amparo necessário para escondê-los da polícia.

Porém, as forças guerrilheiras eram muito menores que o poderio militar das forças armadas e, embora não logrando vencê-los e aniquilá-los numa primeira investida, conseguiram capturar alguns militantes e extrair sob tortura algumas informações preciosas que pudessem revelar como a guerrilha estava estruturada, assim como, elucidar quais eram os propósitos do PCdoB. A partir dessa primeira etapa, os militares passaram a investir pesadamente contra a guerrilha do PCdoB, estudando a região, mandando investigadores disfarçados como compradores de terras, etc.; em síntese, mapeando a região. Quanto aos militantes do PCdoB, após o fracasso da primeira investida militar, retornam às suas casas, acreditando que tinham, mesmo que singelamente, vencido uma primeira etapa na luta contra a ditadura brasileira. Embora com mortes, prisões e perdas materiais, procuram se articular com a população da região, tentando criar uma unidade com os agricultores, conforme documento produzido, *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (2000):

O Interior somente poderá sair da situação atual quando fizer uma revolução popular que liberte o Brasil de todos os obstáculos de seu progresso e se crie um governo realmente do povo. Então mudará para sempre a vida do país. Os camponeses terão direito a terra, os operários lograrão trabalho e melhores condições de vida, os jovens poderão adquirir instrução, todos os brasileiros gozarão de plena liberdade. O Brasil avançara para um futuro melhor. E o interior conhecerá dias de prosperidade e bem-estar geral (IDEM, p. 197-198).

Com o objetivo de buscar adesão dos moradores da região, a Comissão Militar do PCdoB na região elabora os 27 pontos da ULPD (União pela liberdade e pelos Direitos do Povo), tais pontos eram reflexos dos anseios da própria população que fora traduzido pelo PCdoB com o intuito de angariar adesão e simpatia dos moradores da região, conforme o texto: “É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A revolução abrirá o caminho para uma nova vida” (IDEM, 2000, p. 201). Porém, as expectativas dos militantes comunistas naufragam, pois a repressão desenvolve uma segunda investida em 1973, soterrando qualquer expectativa: “O desenvolvimento da luta

inverteu a situação. Aumentou a eficiência do exército, enquanto os guerrilheiros, separados das massas camponesas, tinham baixas irreparáveis e viam dramaticamente reduzidos o potencial de combate”. (GORENDER, 1987, p. 211). Considera-se que neste ponto foi uma das grandes falhas dos PCdoB:

Somente quando foram descobertos, os revolucionários redigiram um programa – “União pela liberdade e pelos direitos do povo” – e o distribuíram entre a população local. De uma hora para a outra, o partido pedia à população que pegasse em armas contra o Exército, que mandara centenas de homens para o local. O programa não conseguiu o objetivo de agregar a população e dar início à guerra popular prolongada (SALES, 2007a, p. 173).

Em meados de 1973, reinicia os confrontos. De início, o contato com a cidade é cortada, ou seja, a ligação entre a região de confronto e São Paulo – onde estava o Comitê Central é seccionado pelos militares através da prisão e assassinato de militantes na cidade, o elo político da guerrilha com a cidade (partido) fora interrompido. A região ficara conflagrada, encurralada pelo exército, ninguém saía da região, a ditadura, neste momento, não queria presos políticos vivos na região, pois não admitia que a Guerrilha do Araguaia fosse exposta na imprensa, era necessário não somente sufocar a guerrilha, mas sim aniquilá-la fisicamente, com o desaparecimento sumário dos seus militantes (GASPARI, 2002). No centro do país, nenhuma nota na imprensa, afinal, a imprensa estava severamente censurada, e com isso, a guerrilha não existia, mas agonizava no norte do país.

Considera-se como sendo uma das últimas grandes lutas na região o final do ano de 1973, justamente no momento em que a comissão política tentava se reorganizar, sendo dizimada pelo exército, que estava a sua espreita. Com poucos militantes na região, aquele que era para ser o sendero da revolução popular prolongada aos moldes chineses, se definhava. Faltavam armas, apoio, militantes, e àqueles ainda resistentes, iam sendo sumariamente aprisionados, torturados e assassinados. A guerrilha definhava. Quanto à população da região, esta fora igualmente vítima dos militares, pois com o intuito de localizar os militantes, prenderam praticamente toda a população dos pequenos povoados, torturando-os com o intuito de fazê-los fornecer informações sobre os paulistas. A guerrilha formalmente foi considerada extinta pelas forças armadas no ano de 1975: O resultado final foi de aproximadamente 76 mortos, sendo 59 militantes do partido e 17 recrutados na região (SALES, 2007a, p. 174).

O PCdoB, num primeiro momento, buscava não revelar o fracasso da guerrilha, pois representava o desacerto da linha política do PCdoB, uma vez que a Guerrilha do Araguaia era planejada para desferir a guerra popular prolongada, mas que acabava reproduzindo a tática foquista guevarista, segundo Gorender: “Ou seja, nenhum trabalho político prévio, início de luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc.” (IDEM, p.211). Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (1991, p. 131):

O estudo atento dos Escritos Militares de Mao Zedong não ajudaria a chamada ‘esquerda armada’ a escapar do mais delirante vanguardismo, em cujas malhas seria rapidamente destroçada em luta desigual com a polícia política, sem apoio da população [...]. Contrariando ensinamentos do maoísmo, sempre foram ‘peixe fora da água’ (AARÃO REIS FILHO, 1991, p. 131).

Ainda, precisamos contextualizar as críticas, pois embora evidenciando elementos de foquismo na Guerrilha do Araguaia, contrastando com os objetivos de guerra popular prolongada, era fato, os militares chegaram à região de maneira abrupta, pegando desprevenidos os militantes no curso de preparação da luta, pois, segundo eles, esta estaria longe de eclodir. Contudo, quanto ao fato do PCdoB tentar encobrir o fracasso da Guerrilha do Araguaia, salienta-se que, somente “em abril de 1976 a direção do PCdoB admitiu publicamente um ‘temporário’ retrocesso na guerrilha” (SALES, 2007a, p. 174). A Guerrilha do Araguaia ainda renderia uma série de debates dentro da direção partidária: 1) de um lado, ressaltava-se o Relatório de Ângelo Arroyo<sup>37</sup>, sobrevivente da Guerrilha, trazendo para discussão o seu relatório procurando enfatizar um balanço positivo; e, 2) de outro lado, da seara oponente, tinha a figura de Pedro Pomar enfatizando que tinha sido uma derrota estratégica, política e militar (SALES, 2007a, p. 174). Destaca-se que, em setembro de 1976, “a Comissão Executiva aprovou um documentos intitulado *Gloriosa Jornada de Luta*, que comunica o término da guerrilha sob a forma de dispersão temporária dos combatentes e não do seu aniquilamento” (GORENDER, 1987, P. 212). A discussão final iria ser determinada por uma reunião que seria feita pelo Comitê Central em dezembro de 1976.

Portanto, até essa data, a guerrilha ainda era um debate inconcluso. Segundo as críticas de Gorender (IDEM, p. 212), nesta reunião de dezembro, venceu a tese de Pedro Pomar que apresentava os seguintes aspectos: 1) “a necessidade de reconhecer a derrota completa do objetivo de desencadeamento da guerra popular”; e, finalmente e mais demolidor 2) “o erro

<sup>37</sup> [http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=873](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873). Relatório Ângelo Arroyo. In.: Documentos partidários. Acesso em 31 de janeiro de 2012.

principal da subordinação do papel do partido. Bastaria mais um avanço da análise para que Pomar caracterizasse a inspiração foquista do plano aplicado pelo PCdoB”. Porém, as aplicações políticas destas resoluções não puderam vicejar – os caminhos foram outros, pois a polícia política obteve informação sobre a realização de uma reunião do CC, logrando, assim, capturar a cúpula do PCdoB. A casa foi localizada e a ditadura conseguiu prender a direção do PCdoB, alguns são assassinados sumariamente no local pela polícia. Nesta reunião morreram alguns dirigentes que tinham estado no Araguaia, entre esses, Ângelo Arroyo. Com a assassinato desses dirigentes se consumou, definitivamente, para a ditadura, a questão do Araguaia, pois conseguiram prender e, agora, assassinar os últimos dirigentes vivos da guerrilha. O Araguaia, realmente, tinha tido um ponto final. Tal ocorrência passara para a história como a Chacina da Lapa.

Quanto ao PCdoB, com a prisão de alguns dirigentes e assassinato de outros, inclusive de Pedro Pomar, a direção comunista no exílio na Albânia, capitaneado por João Amazonas, resolveu “arquivar” as discussões sobre o caráter da luta e das derrotas sobre o Araguaia, prevalecendo, assim, a tese impressa nas denominadas *Gloriosa Jornada de Lutas*; aos divergentes sobrava a exclusão do partido sob o estigma de traidores: “Já veterano nas manobras da luta interna, Amazonas consolidou sua maioria e obrigou numerosos dirigentes e militantes em divergência a se excluïrem do Partido” (IDEM, p. 213). A questão do Araguaia, para o PCdoB, também, estava concluída.

## **2.4 – O AJUSTE DA LINHA TÁTICO-ESTRATÉGICA DOS PC’S NA VIRADA DOS ANOS 1970**

Com o fim do ciclo de luta armada no Brasil, os militantes da esquerda que não estavam presos, precisavam repensar as suas formas de lutas, ou seja, a questão era como agir politicamente na reconstrução das suas organizações. Importante frisar que, mesmo em meio a mortes, exílios, prisão, o PCB continuava com a sua linha política inclusa no MDB, tentando, mesmo que infimamente, constituir-se como uma unidade de luta contra a ditadura. Quanto às outras parcelas da esquerda, sobrava pouca opção de luta e, tentavam a seu modo, reconstruir um trabalho clandestino nas organizações de bases, buscando reativá-las, ou, inclusive, com muito receio, seguir o exemplo do PCB ingressando no MDB, - embora não confiassem na linha política da oposição legal.

Porém, devemos fazer algumas ressalvas, pois a partir de 1970 entrava no MDB uma nova parcela de deputados eleitos, mais aguerridos, sendo encarados pela imprensa como os “autênticos”, pelo tom da luta, proporcionando, assim, um viés mais de partido de oposição ao MDB. No entanto, devemos, obviamente, suavizar este tom, pois ser oposição, mesmo legal no MDB, tinha um ônus: assinar ficha em certas regiões do país em um partido de oposição implicava necessariamente ser perseguido, investigado pela polícia, preterido em nomeação de concurso público, além de uma série de outras medidas coercitivas que os arenistas buscassem lograr. Assim sendo, o campo de oposição do MDB dava-se nos grandes centros urbanos, principalmente, na região sul-sudeste, em que o grande embate procedia nas eleições do período.

Durante as eleições de 1966 e 1970, respectivamente, os pleitos que visavam eleger deputados estaduais, deputados federais e senadores, eram dominados pela ARENA, que venceu estas disputas, em parte, pela ampla campanha da esquerda pelo voto nulo (MOREIRA ALVES, 1984). Mas, nas eleições de 1974 a situação começaria a mudar, pois a ditadura, acreditando que venceria mais uma vez as eleições, decide abrir o debate para a campanha com o intuito de legitimar-se perante a opinião pública; assim sendo, acontece à volta dos primeiros debates pela televisão. No entanto, a oposição criava uma campanha diferenciada, cuja propaganda pela televisão foi elaborada pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa), que contava com eminentes pesquisadores, via de regra, professores sumariamente aposentados das universidades pelo governo militar (KINZO, 1988). Nestas campanhas, os temas procuravam relacionar a questão da ditadura ao custo de vida, repressão, etc. A propaganda cai perfeitamente para o MDB, proporcionando em algumas regiões, vitórias para esta agremiação. Em tempo, torna-se importante frisar que, como não tinha eleições para governadores, a campanha para senador assumia o tônus e a dramaticidade de uma campanha majoritária.

Com a aceitação por parte da ditadura da vitória parcial do MDB em algumas regiões, em 1974, estas vitórias seriam, portanto, a senha para a esquerda de que estava ocorrendo um iminente processo de liberalização do regime, mesmo que muitíssimo bem controlado. Era o que bastava para o PCB acreditar que a sua linha tática era a mais acertada, considerando-se assim, o porta voz da vitória do MDB. Ainda, com a avalanche de votos recebidos pelo MDB, a esquerda armada que se recompunha, saindo da prisão, realizava uma autocrítica da luta armada, buscando, assim, se reconectar com a sociedade através da senda que começava a galvanizar o apoio popular: os processos eleitorais. Talvez, um dos fatos mais singulares da ditadura brasileira foi que, com o intuito de manter certa naturalidade do processo político,

mantiveram eleições regulares, tal e qual o calendário no período multipartidário anterior. Tal situação, além de causar uma distinção às demais ditaduras do Cone Sul, dava, na medida do possível, um lastro legal para a articulação subterrânea da esquerda inclusa dentro do MDB: Assim sendo, neste período, tínhamos declaradamente a dupla militância: a legal - dentro do MDB e a ilegal – nas organizações de esquerda que compunha a agremiação emedebista (FIGUEIREDO, 2009).

Relevante destacar que, em 1974, quem assumiu a presidência foi o General Geisel, prometendo uma distensão lenta, segura e gradual. Porém, para efetivar o processo de transição para a democracia no Brasil, algumas cabeças precisavam ser cortadas: os comunistas. Pois, a ditadura, a fim de tentar efetivar a transição, precisava buscar alguns resguardos legais e, principalmente, ter sob controle os seus possíveis e futuros oponentes. Assim sendo, era inadmissível aceitar que os partidos comunistas estivessem inclusos dentro do MDB e gozando de certa autonomia para se organizarem. Ainda, devemos registrar que a partir de 1974 o MDB torna-se, de fato, um guarda-chuva político para as organizações de esquerda do período que buscavam burlar a ditadura e eleger representantes dentro do MDB: elegiam como se fosse “simples” candidatos do MDB, mas na verdade respondiam às diretrizes das organizações de esquerda tornando, assim, o MDB um verdadeiro biombo político. (KINZO, 1988; MOTTA, 2007). Assim, após o fracasso da Araguaia, até o PCdoB afluía ao caudal do MDB.

Neste processo, a ditadura, busca coibir um possível poderio dos comunistas num próximo período democrático. Com isso, a repressão lança uma sentença: acabar de vez com os comunistas – PCB e PCdoB, cortando a sua cabeça, ou seja, extirpando o Comitê Central de ambos os partidos. Em 1975, ainda buscando colher os louros das eleições de 1974, o PCB se viu caçado, - relembramos que, primeiramente, a ditadura caçou com ferocidade os seus oponentes armados que os enfrentavam mais acirradamente, deixando, assim, para uma segunda etapa, o aniquilamento da organização comunista considerada mais “branda”, - esta segunda etapa, fora a denominada Operação Radar, que prendeu e assassinou grande parte do CC do PCB, os que conseguiram escapar tiveram, necessariamente, que se exilar na Europa (PANDOLFI, 1995). Quanto ao PCdoB, esta organização já estava jurada de morte em face do Araguaia, consolidando-se, portanto, ambas justificativas, conforme já relatado, em 1976, com a repressão invadindo a reunião do CC originando Chacina da Lapa (GORENDER, 1987). Embora com uma suave abertura no processo rumo à democratização; porém, sobrava pouco lastro de ação para a direção partidária comunista.

Em síntese, a ditadura abria as portas, mas necessariamente a direção dos PC's deveria ser cortada, pois o objetivo era deixar os partidos sem uma estrutura articulada, ou seja, sem direção organizativa consolidada, de modo a deixá-los sem poder de ação, buscando, assim, confundir o plano de ação dos militantes que estavam dispersos pelo país. Sentença acertada, pois ambos os PC's ficaram sem direção efetiva neste período – segunda metade da década de 70. Quanto ao PCB, parte da sua direção se espalhou pela Europa, Prestes, que já tinha saído do Brasil em 1971, em face do acirramento da ditadura no período Médici, encontrava-se na URSS desde então; portanto, os soviéticos, neste momento, não serviam apenas como esteio teórico, mas também como exílio para os militantes comunistas do PCB que lá encontravam-se exilados. No tocante ao PCdoB, ao longo da década de 70, começava a ocorrer uma aproximação deste partido com a Albânia, pequeno país montanhês encravado nos Balcãs, que também não era alinhado ao PCUS. João Amazonas, dirigente máximo pecedobista encontrava-se neste país desde a segunda metade dos anos 70, após o colapso da Guerrilha do Araguaia.

Ainda, precisamos realçar que algumas parcelas das corporações militares tinham interesse de uma volta segura aos quartéis. Para tanto, buscavam promover uma distensão do aparelho coercitivo da ditadura militar – em tempo, a aniquilação dos oponentes era em **caráter seletivo**, visando o CC dos partidos comunistas. Porém, os dispositivos militares falhavam, como exemplo paradigmático temos o assassinato de Vladimir Herzog, que mantinha ligações com o PCB, em 1975; e, posteriormente, em 1976, a morte do operário, Manoel Fiel Filho. Esses assassinatos, mesmo vivendo sob o regime da ditadura, gerariam uma série de manifestações. Como resposta, o presidente Geisel demite o Comandante do II Exército, o General Ednardo D'Ávila Mello. Era a senha que os meios de comunicação, sociedade civil, MDB e organizações de esquerda precisavam para efetivar um processo de construção de uma distensão, nas brechas do aparelho repressivo, visando, assim uma possível futura volta à democracia no Brasil.

Embora com a repressão existente, conforme salientado, a sociedade civil começara também, modestamente, a se reorganizar nas sucessivas lutas – tímidas, ainda num primeiro momento – na segunda metade dos anos 70. Sendo que, realçamos que o foco da disputa se daria, realmente, nas eleições de 1978, a qual funcionava como se fosse uma verdadeira disputa plebiscitária: MDB *versus* ARENA. Ainda, além de extinguir a direção dos PC's, a ditadura ainda editava uma série de medidas como o fito de buscar contornar a situação do caráter plebiscitário que estava tornando forma nas eleições, principalmente, no sul-sudeste. Tais atitudes, longe de proporcionar à ditadura uma vitória nas urnas, pelo contrário,



reforçava o caráter plebiscitário, proporcionando, assim, algumas vitórias reais ao MDB. (LAMOUNIER, 1987; MENEGHELLO, 1989).

Retomando, quanto às organizações de esquerda que conseguiram, de certa maneira, burlar a mira da ditadura militar e se reorganizar politicamente, mesmo na mais difícil clandestinidade, temos o exemplo do MR-8, que conseguiu transferir parte de sua direção para o Chile, no período do governo Allende, realizando um Congresso clandestino. Neste Congresso definiam o fim das atividades armadas, visavam à reconstrução partidária e, principalmente, a reinserção no curso político do Brasil. Conforme já enfatizado, da mesma forma o PCdoB, que mesmo não fazendo uma autocrítica da via armada, utilizava-se como tática política o caminho eleitoral, via MDB. Em 1978, elegia-se pelo MDB o comunista do PCdoB, Aurélio Peres, ou seja, ventos liberalizantes traziam para junto da seara emedebistas antigos rivais (FIGUEIREDO, 2009).

Quanto ao PCB, elegiam em diversas regiões do Brasil deputados federais, deputados estaduais, nas eleições de 1978. Obviamente, que a conjuntura repressiva se encontrava mais branda, proporcionando uma primeira mesclagem dos comunistas nas instâncias do MDB, ainda que de uma forma extremamente cuidadosa, com receio de um possível recuo por parte da ditadura e, conseqüentemente, de um novo arrefecimento da corporação militar sobre os comunistas. Ainda, torna-se importante registrar que o PCB, justamente pela chacina promovida pela ditadura militar na segunda metade da década de 70, no imediato à campanha eleitoral de 1974, encontrava-se quase que disperso em suas várias unidades pelo Brasil, sem uma direção que funcionasse de fato como CC. Quanto à direção partidária, esta também encontrava-se dispersa no exterior, ou seja, o PCB ia cultivando as suas vitórias no MDB em face do esforço hercúleo dos militantes dispersos e acudados que ficaram no Brasil; é importante registrar que, embora dispersos a linha tático-estratégica do VI congresso servia como bússola, qual seja: revolução em duas etapas – nacional e democrática e a tática de Frente Única. Assim, neste período, o MDB servia perfeitamente aos propósitos dos comunistas. No entanto, destaca-se que os pecebistas faziam uma flexão tática: “o argumento democrático se desvencilha da sua subordinação à questão nacional, estabelecendo-se a conquista das liberdades democráticas como ‘forma superior de luta’” (CARVALHO, 2007, p. 275).

Quanto aos militantes do PCdoB, conforme já enfatizado, parte da direção sobrevivente encontrava-se encarcerada, enquanto outra a outra parte, estava no exterior, na Albânia, capitaneados por João Amazonas. Quanto ao resto do partido, estes, também, encontravam-se dispersos, ceifado pela falta de unidade com o Comitê Central. Neste interim,

é importante registrarmos uma mudança na orientação política internacional do PCdoB: se antes o maoísmo chinês era o grande baluarte e exemplo para os comunistas desta agremiação, a partir de 1978 a linha política do PCdoB se atrela ao PTA – Partido do Trabalho da Albânia, enquanto que o modelo chinês é colocado de lado em uma rápida mudança de posição. Em 1979, na Albânia, é realizada a VII Conferência do PCdoB, cujo alinhamento internacional, enfatizava o seguinte informe, conforme documento intitulado, *Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil*:

Prosseguir no combate ao revisionismo contemporâneo em todas as suas modalidades, em particular ao revisionismo soviético e ao **revisionismo chinês**<sup>38</sup>. Aprofundar o estudo das causas do seu surgimento, das diferentes formas de que se reveste para enganar os trabalhadores e as massas populares, do seu caráter contra-revolucionário.

Denunciar o chamado pensamento Tsetung como antimarxista-leninista. As obras e a atuação de Tsetung opõem-se à doutrina revolucionária da classe operária e aos objetivos que persegue o socialismo científico. O combate ao maoísmo é inseparável da luta pela assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e deve contribuir para expurgar da nossa consciência e da nossa atividade qualquer influência negativa dessa tendência revisionista (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 2000, p. 266).

Conforme podemos observar no trecho acima citado, neste momento, o PCCh tornava-se um partido revisionista contrário a luta do marxismo em curso. Devemos considerar que esta drástica mudança política tinha como foco, entre os outros motivos, o redirecionamento da política internacional chinesa. Devemos enfatizar que este redirecionamento internacional do PCdoB, era em reflexo dos acontecimentos da política chinesa ao longo da década de 70, em face da aproximação do EUA com a China, e, segundo Vizontini (2000, p. 215) esta diplomacia do Pingue-Pongue configurou-se com a estruturação do eixo Washington-Beijing e o ingresso da China Popular no Conselho de Segurança da ONU, no lugar de Taiwan. Ainda, de acordo com o documento partidário citado, estava em jogo, também, o apoio da China aos EUA contra o Vietnã (IDEM, p. 265): “Manifestar o mais enérgico repúdio à agressão da China contra o Vietnã – por seus propósitos nitidamente social-imperialistas”. Assim sendo, neste momento, findava a relação do PCdoB com a China e elegia-se o modelo albanês como um novo guia: “defender a Albânia socialista como o farol do socialismo na Europa e no mundo” (IDEM, p. 265).

---

<sup>38</sup> Grifo nosso.

## 2.5 – A URSS E O FINAL DA DÉTENTE.

Torna-se importante realçar que esta inflexão política da China era tributária da secção do comunismo internacional desde meados da década de 60. Conforme já enfatizado, “em 1961 efetivava-se a ruptura da URSS com a Albânia e, em 1963, com a RP da China. Assim, desaparecia o *campo socialista*, restando em seu lugar um *campo soviético*” (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 266). Mais adiante, outras dissidências insurgiram-se no antigo bloco socialista, a Tchécoslováquia com a Primavera de Praga, em 1967-68; a qual, no entanto, sofrera no imediato, a invasão das tropas soviéticas pelo Pacto de Varsóvia sob as ordens de Brejnev, então dirigente da URSS, após a deposição de Krushev, em 1964<sup>39</sup>.

No tocante à aliança sino-americana, a China via-se em um grande isolamento; assim sendo, precisava de aliados que auxiliassem na sua segurança e no seu desenvolvimento, que passavam a ser prioritários e, enquanto isso, os EUA, procuravam encontrar uma saída honrosa para o Vietnã. Desta forma, Nixon, presidente americano, visitou a capital chinesa, celebrando uma aliança voltada primordialmente para a contenção do Vietnã do Norte (IDEM, p. 268). Ocorria, assim, o fomento de uma multipolaridade, onde outros países ganham, também, expressão: aumento do poderio da Europa Ocidental e do Japão, neste momento, já recuperados da II Guerra Mundial.

A aliança sino-americana, sem dúvida, alterou o equilíbrio estratégico mundial. No lugar de uma confrontação bipolar regulada, onde os demais países desenhavam um papel limitado, surgiu um cenário onde uma terceira potência, a China, já era capaz de alterar o jogo internacional, tornando mais complexo. (VIZETINI, 2000, p. 215).

Ainda, convém realçar que após do fracasso dos EUA no Vietnã a política externa americana se viu afetada com a denominada *Síndrome do Vietnã*, fato este que os mantinham relativamente retraídos em suas relações internacionais. Isto posto, aproveitando a oportunidade e fomentado pela URSS, o terceiro mundo se viu na década de 70 num ápice de período revolucionário. Na América Central, o impulso era dado por Cuba, principalmente, treinando militantes latinos nas táticas de guerrilhas, fomentando assim, na segunda metade da década de 70, a guerrilha nicaraguense, com sucesso, e a inconclusa revolução de El Salvador. Na África, as colônias aproveitavam os ventos liberalizantes do período, vide

---

<sup>39</sup> Segundo Aarão Reis Filho (2002a, p. 210-211) “O golpe que o derrubou foi dado, em outubro de 1964, em duas reuniões sucessivas: primeiro, o Presidium ampliado do Partido Comunista votou a deposição. Depois, a plenária do Comitê Central confirmou a decisão. A relação de desvios apontada, e depois publicada, era

Revolução dos Cravos em Portugal, e lutando por sua independência, transformavam-se em alinhados do bloco socialista, como por exemplo, Angola. Na Ásia, após o sucesso do Vietnã, ocorria a revolução no Camboja. Neste contexto: “Moscou passa potencializar esses processos de ruptura na periferia terceiro-mundista e estabelecer com os novos regimes uma série de pontos de apoio, às costas de seus adversários norte-americanos e chineses” (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 274). Por outro lado, visando conter um processo de esquerdização no Cone Sul, os EUA fomentavam as ditaduras militares; caía, assim, ao poder dos militares na década de 70, o Chile, Uruguai e a Argentina. Neste contexto, é importante frisar que, tais ditaduras não visavam apenas aos planos políticos americanos, mas como era esperado, pautavam por mudanças no modelo de acumulação produtiva, tanto na ampla abertura ao capital estrangeiro quanto na concentração de renda (IDEM, p. 286).

Além desse processo de multilateralidade, haveria neste período, o início de um severo processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Devemos considerar, primeiramente, que este processo fora ativado a partir da crise do petróleo, em 1973, situação em que os países árabes exportadores aumentaram sobremaneira o valor do barril do petróleo quebrando, portanto, com o equilíbrio de países ascendentes que não tinham reservas petrolíferas, entre esses, Japão e Europa Ocidental. Logo, começaria haver uma corrida no processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho, a fim de que esses países não perdessem a sua hegemonia conquistada (obviamente, que os EUA teriam larga vantagem). Assim sendo, justamente pelo aumento da matriz energética, buscavam o fomento da mudança de tecnologia na produção, e agora, corria-se rumo à revolução técnica-científica-informacional<sup>40</sup>. Quanto à URSS, ainda “era preciso introduzir os pontos de vistas do consumo e do consumidor, imaginar toda uma série de incentivos materiais, inclusive para a criação e a aplicação de novas tecnologias” (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 217).

Porém, o fim da *détente* chegaria, de fato, com o término do governo Carter nos EUA. A direita americana consegue se recuperar e impulsiona novamente uma reação conservadora; agora, neste momento, plenamente recuperados do trauma gerado pela desonrosa perda militar no Vietnã. Assim, encerra-se um período marcado pelo início do governo Reagan e a nova

---

esmagadora [...]. Krushev denunciou a manobra, chegou mesmo a insultar os camaradas, mas em vão, a articulação desta vez tinha sido muito bem preparada, não foi possível reverter o quadro”.

<sup>40</sup> Sobre o meio técnico-científico-informacional, Milton Santos em sua obra, *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* (2006, p. 238) enfatiza que, “neste período, os objetivos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação [...] Estamos diante da produção de algo novo a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional”.

elite dirigente elabora uma Nova Guerra Fria. Os princípios desta política seriam, em linhas gerais:

Os Estados Unidos desencadeiam uma corrida armamentista convencional e estratégia – cujo ponto máximo é a militarização do espaço pela IDS, ou projeto “guerra nas estrelas” – que os põem em superioridade estratégica relativamente à URSS e abala economia soviética; a URSS, debilitada pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e seus aliados, vê-se obrigada a limitar seu apoio às revoluções do terceiro Mundo, como contrapartida para uma redução da pressão militar norte-americana contra si; dessa forma, Washington e seus aliados mais militarizados (como Israel, Paquistão e África do Sul) poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior.

Paralelamente buscariam controlar seus aliados-rivais economicamente bem-sucedidos (Europa e Japão), dividindo com eles o fardo dos gastos armamentistas e afastando-os da vantajosa cooperação econômica com a URSS e Europa Oriental (daí a luta contra a construção do gasoduto Sibéria-Europa e a venda de tecnologia avançada aos países socialistas); finalmente, os EUA tentariam abrir os países socialistas à penetração econômica ocidental, o que aumentaria o controle sobre a política do bloco soviético e forneceria alternativas financeiras e comerciais para a super-reação da estagnação do sistema capitalista (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 291).

Por outro lado, se os EUA reestruturava-se tanto no plano econômico, quanto no político, a URSS pisava com passos firmes para um processo contínuo de decomposição a médio prazo. Devemos ressaltar que na URSS houve um processo denso de urbanização após a II Guerra Mundial: “Em termos proporcionais, cerca de 66% da população total vivia em cidades no início dos anos 80 [...]. No mesmo período, as cidades de mais de 1 milhão de habitantes evoluíram de 3 para 23, concentrando 25 % da população total”(AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 220). Ainda, essa população na cidade envelhecia, pois com a melhora da qualidade de vida no pós-guerra, aumentava, por conseguinte, a expectativa de vida. Mas, outros problemas punham em cheque esse processo de urbanização e expansão da sociedade de maneira desenfreada – as mudanças no mundo do trabalho que afetariam a economia soviética, e que agora, não era mais eminentemente rural e jovem. Não obstante, às mudanças de paradigmas, os dirigentes soviéticos insistiriam na indústria pesada e na defesa, configurando como prioridade, os planos e as metas irrealistas de produção (IDEM, p. 217). Em face desses atrasos e da falta de qualidade de serviços urbanos, a URSS na virada dos anos 70 para 80 seria celeiro para muitas discussões, porém, sem a elaboração de um foco único.

Para alguns, superar a situação desastrosa da agricultura, condição indispensável para qualquer avanço substantivo, demandava um programa

radical de reorganização da produção. Outros enfatizavam a questão da mão-de-obra. Não era mais possível esperar o crescimento pela adição extensiva de trabalhadores, a democracia já o permitia, principalmente na federação russa. O aumento da produção agora dependia da elevação da produtividade. Modificar os padrões: em vez de metas quantitativas, critérios qualitativos. Outros falavam na necessidade de atenuar o fardo insustentável dos gastos militares. Alterar as prioridades que seguiam privilegiando os dinossauros comedores de ferros e de aço. Ou ainda, diminuir os colossais desperdícios, inevitáveis enquanto se pretendesse reger uma economia cada vez mais diversificada a partir do centro e do alto, sem consideração pelas particularidades locais e regionais. Os mecanismos próprios de mercado, ainda que controlados e regulados, tinham de ter seu lugar reconhecido para que as opções de investimentos pudessem ter uma sanção objetiva (IDEM, p. 225).

Corroborando com estes problemas estruturais concernentes à URSS, no plano político, conforme já enfatizado, voltava a ser ativada por uma nova ofensiva dos EUA. Nesta conjuntura adversa, somava-se a ascensão da política conservadora de Margareth Thatcher e de João Paulo II, um Papa radicalmente anticomunista. Formava-se, assim, capitaneado pelos EUA, uma frente contra o denominado eixo do mal (comunistas) – e uma Nova Guerra Fria recomeçaria. Em tempo, era necessário aos EUA correr atrás do prejuízo da década de 70 e do golpe do Vietnã, pois, a direita americana cobrava o seu quinhão, já que não aceitava ceder mais espaço para a expansão das revoluções socialistas ao redor do mundo. No tocante a este aspecto, devemos destacar que um dos pontos nevrálgicos que realmente puseram fim a *détente*, foi a revolução no Afeganistão, em que a URSS resolvera investir apoiando a facção moderada; contrapondo esta facção, americanos em conjunto com a China, Paquistão, Egito e Arábia Saudita, transformaria o Afeganistão no Vietnã soviético. Segundo Aarão Reis Filho (2002a, p. 226):

Aquilo fora planejado para ser algo semelhante ao que ocorrera na Tchecoslováquia, em 1968, mas em ponto menor. Pois se transformara numa questão internacional, ensejando protestos acirrados e boicotes olímpicos, que toldaram os Jogos de Moscou, um desastre. E o pior é que os afegãos, auxiliados pelas potências capitalistas, estavam transformado um operação policial-militar, prevista para uma curta duração, num guerra de guerrilhas longa e desgastante. Já se começara a falar que o Afeganistão seria o Vietnã da União Soviética.

Grosso modo, novamente o mundo se dividia insuflado por uma Nova Guerra Fria. Os EUA tinham a tecnologia, o capital e o apoio logístico; já, a URSS deveria correr e buscar superar-se no início da década de 80; sendo que seria muito difícil para os soviéticos buscarem a paridade militar com os americanos e crescer economicamente; além do mais,

outras demandas sociais viriam, abalando, ainda mais, as suas estruturas políticas. Novamente o Estado soviético seria sitiado. Estaria, neste momento, a população disposta a correr em sua defesa, assim como no período de reconstrução pós II Guerra Mundial? O PCUS teria um centro único a fim de buscar uma resposta na chefia do Estado? Brejnev definhava-se; haveria, por conseguinte, um novo dirigente que eclipsaria, a seu modo, a população soviética ao estilo de Lenin e Stalin, conclamando-a para uma nova virada? No plano internacional, quem seriam os apoiadores da URSS? Os partidos comunistas internacionais, assim como no período de Stalin, continuariam indo ao encontro do PCUS? Havia, ainda, espaço para ideologias num mundo em vias de globalização? Independentemente das repostas, uma coisa era certa, obviamente o mundo mudou, e entre essas mudanças destacava-se, neste contexto, a secção do bloco comunista, pois houvera uma desagregação radical no monólito comunista. Se antes o centro difusor era impulsionado por um polo único – URSS, neste momento, a China auxiliava na erosão do campo soviético, além disso existia também a Albânia. Da mesma forma, entre erros e acertos, diversos países do Terceiro Mundo reivindicavam-se como socialistas, fato este que corroborava para um futuro desfalecimento da economia soviética, vide a declarada ajuda financeira a Cuba. O gigante soviético precisaria ser muito forte: novos abalos se aprofundariam na década de 80.

## 2.5 - CONCLUSÃO

Ao nos reportarmos sobre PCB e PCdoB no período entre 1962 e 1979, percebemos que estes anos foram extremamente turbulentos, tanto pelos acontecimentos no Brasil, quanto pelas mudanças internacionais ocorridas que os influenciaram. Conforme exposto, o fato que definitivamente sepultou a linha política do PCB foi o golpe militar brasileiro, em 1964. Este contexto convulsionou toda a esquerda nacional e serviu como estopim, principalmente, para diversas secções na seara pecebista. Quanto ao PCdoB, mesmo crítico do governo institucionalmente eleito de João Goulart, se viu, igualmente ao seu rival, tragados pelos ventos turbulentos da ditadura militar.

Desta forma, longe de trazer uma unidade na adversidade, o golpe militar fomentou fissuras ainda mais radicais nas hostes comunistas, justamente pelas expectativas geradas sobre a condução da linha tático-estratégica por parte da direção. Empurrados pelos eventos internos (nacionais) e buscando nos modelos externos uma linha política apropriada os PC's (bases e direção) divergiam nas suas conduções políticas: 1) PCB, ratificando o viés pacifista

da URSS endossava uma Frente Única junto ao MDB, agremiação política de oposição legal na ditadura; e, 2) quanto ao PCdoB, alinhava-se ao PCCH através de um encaminhamento da política maoísta revolucionário no campo. Obviamente, que tais linhas políticas não trouxeram, também, consenso para dentro destas agremiações partidárias, gerando, por conseguinte, secções e novas recomposições partidárias.

Quanto ao PCB, ocorre toda uma série de dissidência, as quais visavam imprimir uma perspectiva de luta mais aguerrida, via de regra, de acordo com o modelo cubano; ou seja, luta armada através do exemplo de um foco castro-guevarista. Tal perspectiva política fomentou, assim, toda uma grande gama de dissidência que se disseminou no cenário político nacional; porém, não conseguiram construir uma unidade, principalmente, em face da perseguição do período e das severas condições impostas pela clandestinidade. O exemplo cubano não vicejou, pois a repressão foi implacável. No tocante ao PCdoB, buscou construir uma alternativa guerrilheira no norte do país, a Guerrilha do Araguaia, seguindo o exemplo de guerra popular prolongada; porém, também fracassou, transformando o que deveria ser uma guerrilha maoísta, em algo com o perfil mais próximo do foco guevarista que tanto o PCdoB repudiava. Porém, diferentemente das dissidências do PCB que não lograram continuidade, com exceção do MR-8, o PCdoB cresceu numericamente com a incorporação da AP às suas hostes políticas, dando a esse partido uma sobrevida.

Embora os exemplos internacionais tenham servido de moldura para a luta política, o cenário brasileiro foi extremamente cruel para a esquerda brasileira, infligindo aos comunistas uma segunda derrota. Assim sendo, devemos ratificar que eles conseguiram somente se reconstruir, mesmo que fragilmente, na virada da década de 70, a partir das brechas legais que a ditadura militar condicionava, ou seja, na dupla militância – legal (MDB) e ilegal (PC's). Contudo, a ditadura não estava disposta a aceitar a ascensão dos PC's, para tanto, assassinou parte do Comitê Central de ambos os partidos, forçando, quem restava vivo, a se exilar politicamente no exterior – PCB na Europa e URSS, vide Prestes; e, PCdoB, na Albânia. Obviamente, que tal apoio político era reflexo do alinhamento desses partidos na seara internacional.

Quanto ao PCdoB, depois do atrelamento a China, partia no final da década de 70 ao vínculo do modelo albanês. Porém, assim como no cenário nacional, a esquerda estava dispersa, reconstruindo-se fragilmente sob as asas do MDB; também, no plano internacional, a esquerda estava fracionada. A URSS não era mais o único farol do socialismo, além da já apontada Albânia, agora a China estava se edificando com o apoio do EUA; sendo que, neste momento, buscava impor-se como uma potência internacional, construída a partir da aliança



sino-americana. Tais condicionantes apontariam o percurso da esquerda no final da década de 70. Ainda, outro fato muito definido era a rápida mudança dos paradigmas na economia e no mundo do trabalho e, ao mesmo, o já observável atraso da URSS no plano técnico-científico-informacional.

Ainda, no plano internacional, ocorreria novamente o retorno de uma Nova Guerra Fria. Ou seja, diferentes fatores dificultariam a busca de uma defesa da URSS no cenário político Internacional. Tais fatores, evidenciados no plano internacional, mais especificamente os concernentes a URSS, serão de fundamental importância para podermos compreender o capítulo seguinte, no qual a *Perestroika*, seria a saída soviética para a crise política. Sendo que esta medida, também, terá grande repercussão no cenário dos PC's nacionais, obviamente, com grande ênfase no seu partido alinhado: o PCB. Encerrando esta unidade, o que importa reter é que as concepções internacionais serviram como modelo político na busca de uma saída dos PC's à ditadura militar. Devemos destacar, ainda, que o golpe militar e a influência internacional fomentaram secções internas na seara da esquerda nacional; sendo que, estas mesmas secções serão ativadas em um próximo momento, acionadas, principalmente, com a perspectiva do retorno da democracia no Brasil.

## **PARTE 2 – AS METAMORFOSES NO COMUNISMO SOVIÉTICO E A RECEPÇÃO NOS PC's BRASILEIROS**

## CAP. 3 – OS PCS E A NOVA REPÚBLICA

Este capítulo possui entre os seus objetivos, principalmente, examinar como se processou a crise do Leste europeu ao longo da década 80, fato este que deu suporte para a elaboração política da *Glasnost* e da *Perestroika* por Mikhail Gorbachev. Nesta perspectiva, cumpre estudar como foi a recepção do advento da *Perestroika* pelos PC's no Brasil, identificado, assim, o apoio por parte do PCB e, conseqüentemente, as críticas elaboradas pelo seu rival, PCdoB. Ainda, no plano nacional, torna-se condição *sine qua non* estudar, também, a conjuntura política da abertura democrática, impulsionada pela tutela da ditadura militar. Sendo assim, o estudo dos PC's incorporarão dois aspectos de análise: no plano internacional, visando o estudo da desagregação do aparato soviético, suas respostas políticas e os reflexos nas diretrizes programáticas do PCB e PCdoB; ao mesmo tempo, no plano interno, busca-se o estudo do processo de transição pelo alto pactuado pela ditadura militar; bem como, as alianças estabelecidas pelos comunistas nesta Nova República, tanto no plano institucional, quando sindical.

Em um segundo momento, analisaremos, especificamente, estas alianças elaboradas pelos comunistas na conjuntura política do final dos anos 80, principalmente, a eleição presidencial de 1989. Tal estudo irá identificar como se processou as coligações dos comunistas neste momento político, e assim, a materialização das diretrizes programáticas dos PC's no curso da política brasileira.

### 3.1 – DÉCADA DE 80 A CRISE DO LESTE EUROPEU: *PERESTROIKA* E *GLASNOST*

O início da crise gerada na URSS na década de 70 refletiu-se com intensidade na década de 80, em face da estagnação econômica do período e por encontrar-se assolada por uma Nova Guerra Fria impulsionada pelos EUA. No tocante à crise financeira, precisamos contextualizá-la com mais especificidade, justamente, com o intuito de verificarmos como a tentativa de reelaboração política da *Perestroika* foi tributária deste processo de contração da economia do Leste, ou seja, provocada pelo período de estagnação da era Brejnev. Algumas perguntas ficam candentes, pois, como uma nação que emergiu como a segunda grande potência mundial no fim da II grande guerra, entrava num período de refluxo? Como uma

nação que buscava paridade nuclear e espacial com os EUA, sofria um processo de estagnação econômica? Como um país tão rico em petróleo não aproveitava o *boom* do setor com o aumento dos preços na década de 70?

Começamos enfatizando justamente este último aspecto, pois o petróleo longe de ser uma solução para o desenvolvimento, acabou proporcionando, pelo contrário, um fator de subserviência econômica. Pois, o aumento do preço de petróleo deu lastro e proporcionou o aumento de divisas internas na ordem de bilhões de dólares à URSS; porém, por outro lado, estabeleceu uma troca desigual com a venda de insumos primários (petróleo) por produtos manufaturados e com melhores tecnologias - produtos estes que a URSS estava a alguns passos atrás em termos de produção, quando comparados com os países do capitalismo avançado, principalmente, os EUA. Também, a partir do fluxo de dólares que jorrava com o petróleo, a URSS buscava suprir alguns déficits na sua produção de grãos, buscando, assim, abastecer-se a partir do comércio externo<sup>41</sup>. Tal estrutura não avança, pois os seus planos quinquenais irreais há muitos anos não conseguiam se adequar, ocasionado, portanto, “um enorme volume de exportação de petróleo, gás, matérias-primas e metais preciosos, que na década de 80 representavam 90% das exportações soviéticas para o mundo capitalista, com o petróleo e o gás respondendo, sozinhos, por dois terços dessas exportações” (CASTELLS, 1999b, 41). Em síntese, os dirigentes do período Brejnev acreditavam que as compras e trocas comerciais com o Ocidente eram muito mais simples do que desenferujar a velha maquinaria de guerra soviética; uma vez que, o verniz petrificado dos planos quinquenais, atrofiados pelo tempo, já não conseguiam mais dar o tônus para a URSS competir com o Ocidente. Sendo que, o pior ainda estaria por vir, pois este processo contínuo de trocas econômicas com o Ocidente iria ser cobrado por um preço muito caro.

O problema do “socialismo realmente existente” na Europa era que, ao contrário da URSS do entreguerras, praticamente fora da economia mundial e, portanto, imune à Grande Depressão, agora o socialismo estava cada vez mais envolvido nela, e portanto, não imune aos choques da década de 1970. [...] O “socialismo real”, porém, agora enfrentava não apenas seus próprios problemas sistêmicos insolúveis, mas também, os de uma economia mundial mutante e problemática, na qual se achava cada vez mais integrado (HOBSBAWN, 2008, p. 458).

---

<sup>41</sup> Para ter uma ideia das dificuldades encontrada pela URSS para conseguir cumprir os seus planos quinquenais na agricultura, Alec Nove (1989, p. 142) exemplifica laconicamente as contradições: “os planejadores têm dificuldades em relacionar a produção e a alocação às necessidades extremamente variadas da agricultura em país tão vasto. Inevitavelmente, a tarefa se torna fragmentada: assim, a produção de fertilizantes é decidida num departamento que não é o que cuida dos sacos, transporte, armazenamento e máquinas de espalhar fertilizante, com a consequência óbvia de que os fertilizantes ficam a céu aberto nos pátios das estradas de ferro. Existem muitas outras ‘faltas’: estradas asfaltadas, matéria-prima para embalagens, telheiros”.

Conforme já realçado no capítulo anterior, o atraso tecnológico era um dos grandes vilões do processo de estagnação econômica soviética. No entanto, devemos enfatizar que este processo se bifurcava nos seguintes atrasos: 1) excessiva ênfase no setor primário extrativista *versus* atrasos em novas tecnologias; sendo que, este atraso ligar-se-á ao 2) excessivo apego aos modelos dos planos quinquenais *versus* descompasso nítido do setor secundário com as suas industriais e métodos de trabalhos superados, ainda fortemente atrelados ao padrão fordista. Igualmente, devemos considerar que neste momento o mundo corria em passos céleres não somente na busca de uma nova reestruturação produtiva do mundo do trabalho, mas também ocorria toda uma mudança no mundo digital em que a informação tornava-se moeda de troca muito cara<sup>42</sup>. Em síntese, como superar essas dicotomias? Quanto à grande virada no mundo informacional, como gerir o atraso soviético? Sabemos que a URSS tinha um grande avanço na área tecnológica, vide corrida espacial; no entanto, estas novas tecnologias não eram difundidas para as empresas soviéticas e a população. Devemos grifar que grande parte das novas tecnologias era blindada pelo aparato militar, ou seja, as empresas soviéticas e os serviços ficavam aquém do mundo técnico-científico-informacional. Assim, como competir com os demais países do bloco capitalista? Buscando construir distinção entre o sistema capitalista e socialista no campo da informática, Ernest Mandel (1989, p. 27) enfatiza:

[...] as principais dificuldades são socioeconômicas e sociopolíticas. O emprego generalizado do computador implica a transparência e a difusão sem entraves das informações, o que é garantido no seio das empresas capitalistas pela propriedade privada. [...] No seio da econômica soviética, dado o interesse material dos burocratas em obter o máximo de recursos para objetivos do plano, tão reduzidos quanto possível, não somente não está assegurada a transparência das informações entre as empresas e as instâncias superiores como ela está praticamente excluída.

Corroborando com o que foi explicitado, Manuel Castells em sua obra, *A era da Informação: economia, sociedade e cultura* (1999b), constrói a sua hipótese principal “que a turbulenta crise que abalou os alicerces da economia e sociedade soviéticas de meados dos anos 70 em diante, constituiu a expressão da incapacidade estrutural do estatismo [...] de

---

<sup>42</sup> Quanto a estes aspectos, Manuel Castell (1999a, p. 55) enfatiza: “A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e a adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada. [...] Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção”.

assegurar a transição para a sociedade da informação<sup>43</sup>” (Idem, p. 26). De acordo com este enfoque, realça que este atraso fora condicionado, justamente, pelo ambiente hostil internacional, fato este que gerou uma nação em constante estado de sítio, ou seja, uma sociedade que erigiu-se extremamente preocupada em suprir as carências produzidas pelas guerras: “a economia soviética desenvolveu-se em regime de autarquia [...] em ambiente hostil que gerou no país uma mentalidade de estado de sítio. O comércio foi reduzido a itens essenciais, sempre condicionado, no tocante as importações, a questões de segurança nacional”.(Idem, p. 36). Neste sentido, os planos quinquenais visavam equalizar os déficits emergenciais e dotar a indústria comunista de plena capacidade para fazer frente aos seus oponentes; sendo que, a indústria bélica, justificavelmente, tornava-se um dos grandes sumidouros de recursos estatais. Logo, não seria de estranhar que grande parte dos recursos financeiros e da melhor cepa dos recursos humanos, fossem destinados a suprir o aparelho militar visando à defesa do estado sitiado. Assim, a revolução técnico-científico-informacional deveria estar sob o controle estrito do aparato militar, utilizado desta forma com intuito específico de defesa contra o seu oponente principal nesta Nova Guerra Fria.

Na década de 80, os gastos com defesa da União Soviética eram estimados em cerca de 15% do PNB, mais que o dobro do orçamento do EUA para o mesmo fim no auge do plano militar de defesa do governo Reagan. [...] Por volta de 40% de toda a produção industrial estava vinculada à defesa, e a produção de empresa cujas atividades se incluíam no âmbito do complexo militar-industrial correspondia a cerca de 70% de toda a produção industrial. [...] As empresas operantes nesse ramo de atividade concentravam o que havia de melhor entre cientistas, engenheiros e mão-de-obra qualificada, que por sua vez dispunham das melhores máquinas, bem como acesso a recursos tecnológicos. [...] Portanto, detinham a nata do potencial industrial, humano e tecnológicos da União Soviética. [...] O complexo militar-industrial agia como um buraco negro na economia soviética, absorvendo a maior parte da energia criativa da sociedade e fazendo desaparecer em um abismo de inércia invisível (Idem, p. 41-42).

Embora todos os gastos militares na área de defesa, a URSS apresentava sério déficits quando comparado com o seu oponente principal, segundo Castells, justamente, em face do aparelho coercitivo do Estado que cerceava e tornava a questão de informação como objeto de controle. Desta forma, como competir com o sistema capitalista que brindava a inovação e

---

<sup>43</sup> Segundo Castells “entende-se por estatismo um sistema social específico voltado para a maximização do poder do estado, em que a acumulação de capital e a legitimidade social estão subordinadas àquela meta precípua. O comunismo soviético (a exemplo do que ocorre em todos os sistemas comunistas) foi estruturado com o propósito de assegurar o controle total do partido sobre o Estado e do Estado sobre a sociedade, mediante o duplo comando formado por uma economia de planejamento central e uma ideologia marxista-leninista viabilizada por um aparato cultural submetido a controle rigoroso” (1999b, p. 28).

buscava através da descoberta de novas tecnologias a superação dos seus concorrentes no mercado tecnológico? Neste sentido, o autor realça que, “o isolamento internacional da economia soviética demonstrou-se funcional para o sistema à medida que possibilitou a operacionalização do plano [...] e por haver protegido a produção das pressões da concorrência internacional” (Idem, p. 40). Porém, quando a URSS se viu sob a necessidade de construir um novo impulso indutivo a partir de novas tecnologias, verificou-se, portanto, uma distância abissal dos resultados obtidos pelas indústrias do capitalismo avançado. Como superar essas contradições? Recorreu, portanto, conforme já enfatizado, há uma troca desigual e típica de economias subdesenvolvidas. Em síntese, os recursos destinados à defesa drenavam grande parte dos recursos materiais, assim como, os melhores cérebros que poderiam ser alocados para outras áreas e serviços na economia soviética. Segundo Castells, chegou um momento, em face da constatação dos próprios dirigentes soviéticos da inércia em novas tecnologias do mundo digital, que estes preferiram ao invés de impulsionar a volta da paridade dos anos 60 com os EUA de, simplesmente, contrabandear computadores do Ocidente: “deste modo, os interesses do alto comando militar do Estado soviético resultaram no paradoxo de tornar a União Soviética dependente dos Estados Unidos na área absolutamente fundamental da tecnologia da informação” (Idem, p. 50).

Buscando ampliar a análise dos motivos que levaram a estagnação da economia, faz-se mister demonstrar, também, que esta excessiva ênfase aos projetos militares e de defesa, obviamente, se refletia na insatisfação da população. Pois, em face de uma sociedade que se urbanizou e complexou, este velho modelo deixava a população em contínua apatia; uma vez que, as pessoas estavam cansadas de viverem em uma constante economia de guerra de subsistência e com consumo racionado, como por exemplo: vestuários de péssimas qualidades e as cotidianas filas de abastecimentos (Idem, p. 38). No entanto, mais do que nunca, os dirigentes insistentemente precisavam que a população auxiliasse na busca de um novo fluxo indutivo de desenvolvimento, com o intuito de objetivamente sair deste processo de estagnação. Porém, o divórcio era visível, e definitivo. Convém registrar que neste momento, a partir da década de 80, ocorria o real avanço de uma nova ideologia organizacional, tributária justamente desta revolução tecnológica em curso, impulsionada pelo modelo japonês, em que reelaboravam o valor, o tempo e a qualidade do trabalho. Assim sendo, algumas expressões ecoavam provindas do Oriente, quais sejam: qualidade total, *just in time*, flexibilização, entre outras fórmulas que ficaram conhecidas no mundo do trabalho como

método toyotista<sup>44</sup>, sendo copiadas rapidamente pelos demais países do capitalismo avançado, com o fito de não perder a concorrência no mercado econômico, ou seja, corrida difícil para a URSS. Neste contexto, Daniel Aarão Reis Filho sumariza o dilema soviético: “o aumento da produção agora dependia da elevação da produtividade. Modificar os padrões: em vez das metas quantitativas, critérios qualitativos” (2002a, p. 225). Reiterando e buscando respostas, o que motivaria os soviéticos a sair deste processo de estagnação do período de Brejnev? Que nova ideologia organizacional os motivariam? Questionamentos difíceis de serem respondidos, pois não havia nada aparentemente que motivasse a população na busca pela saída desta situação neste momento, diferentemente da I Guerra Mundial, da guerra civil e da II Guerra Mundial, situações estas extremas que impulsionavam na população um sentimento patriótico de sobrevivência e reconstrução, em face das invasões externas; agora neste período, os entulhos do aparato do Estado eram visíveis, saltavam aos olhos e a população, por conseguinte, reagia com uma inação.

Quando definitivamente contrariada, a sociedade reagia de formas diversas. Da mais elementar, e mais antiga, presente desde quando começara a implementação dos planos quinquenais, que se manifestava no desinteresse pelo trabalho formal (eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos), na falta de empenho, na negligência, no desperdício, no absenteísmo, no alcoolismo. Apelos patrióticos, campanhas agressivas, mobilização ideológica, códigos contundentes, todo o terror, nada conseguia deter a verdadeira hemorragia que sangrava a economia ano após ano. (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 221).

Grosso modo, podemos dizer que era impressionante a total apatia da população soviética quanto aos anseios de mudanças. Conforme explicitado, o absenteísmo e o alcoolismo eram um dos grandes males sociais da sociedade soviética do período, uma vez que não se vivia mais sob a tutela do período stalinista, em que se prendiam as pessoas que eram consideradas desajustadas e não solícitas ao cumprimento das metas de trabalho; sendo assim, o que poderiam fazer os dirigentes soviéticos? Vivia-se no período Brejnev, em que havia descompressão policialesca do regime, abrandamento este tributário da desestalinização

---

<sup>44</sup> Nas palavras de Castells (1999a, p. 214-215): “Uma terceira evolução diz respeito a novos métodos de gerenciamento, a maior parte deles oriunda de empresas japonesas [...]. O enorme sucesso em produtividade e competitividade obtido pelas companhias automobilísticas japonesas foi, em grande medida, atribuída a essa revolução administrativa, de forma que na literatura empresarial ‘toyotismo’ opõe-se a ‘fordismo’, como a nova fórmula de sucesso, adaptada à economia global e ao sistema produtivo flexível. [...] Alguns elementos desse modelo são bem-conhecidos [...] ‘controle de qualidade total’ dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente à zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa”.



da década de 50. Porém, devemos ponderar esta afirmativa, pois como em qualquer Estado forte, a repressão ainda funcionava de fato, só que agora, bem mais seletiva (CASTELLS, 1999b, p. 25). Dito de outra maneira, neste período havia uma repressão bem mais suave e que dava margem para estas situações de apatia para com o Estado, ou seja, eram protestos silenciosos em face do desapego e da não identificação da população com o aparato do regime soviético. Estas características aplicadas no cotidiano do trabalho geravam um total absenteísmo para com as diretrizes impostas pela burocracia soviética nos seus planos quinquenais e, neste aspecto, qualquer medida que visasse um aumento de fluxo do trabalho era desmotivada e objeto de zombaria.

Ainda, esta apatia para com o trabalho e descrédito das autoridades geravam, obviamente, um atraso e má qualidade nos produtos oferecidos à população, tornando-se assim um ciclo vicioso: desmotivação para com o trabalho que gerava pouca qualidade e quantidade de mercadorias, que gerava desestímulo de consumo e críticas à economia planificada; e que, por conseguinte, gerava desincompatibilização com os planos quinquenais e descréditos com os dirigentes. Neste momento, o marxismo-leninismo como *ethos* para um novo homem e uma nova sociedade, tornava-se apenas, para a maioria da população, objetos de museu e o referido culto à personalidade. Ainda, no tocante ao aspecto da desmotivação para com os planos do governo e a qualidade dos serviços, estes se materializavam nos seguintes resultados:

Os meios de investimentos, devido à estrutura da absorção centralizada, não apenas entram, portanto, em projetos disfuncionais e megalomaníacos, mas também fica inacabado um número crescente desses projetos. Às ruínas de indústrias e aos instrumentos de produção que parecem ser peças de museus, por falta de investimentos de reposição e modernização, junta-se um número gigantesco de ruínas de investimentos na forma de objetos de construção e de outro tipo, jamais terminados, com os quais estão salpicados os países das economias de comando baseadas na economia de guerra. E ainda por cima, essas ruínas de investimentos estão sujeitas à mesma inflação de custo de todas as demais produções, o que significa outro agravamento para o orçamento público e o volume de suas subvenções. Dessa maneira são consumidos os meios que na verdade deveriam ser empregados em investimentos produtivos. Com isso, inicia-se um movimento espiral que não apenas tem que conduzir ao colapso das finanças, senão também àquele da produção material, que se torna cada vez mais mórbida (KURZ, 1992, p. 117).

Além desses problemas, havia também outra mácula que afetava o denominado socialismo real, quais sejam: o mercado negro e as máfias. Em síntese, como buscar uma distribuição equânime de mercadorias numa sociedade planificada? Havia, por conseguinte,

os atravessadores, que formavam verdadeiras máfias na distribuição de produtos, muitas vezes desviando produtos de melhor qualidade. Ainda, era sabido pela população que os produtos de consumo com melhor acabamento, assim como, vestuários e carros, eram destinados para a elite dirigente do aparelho do Estado; logo, era “natural” que a população criasse os seus próprios mecanismos com a organização de máfias para furar esse bloqueio. Também, havia um mercado negro de trocas de produtos, conforme enfatiza Robert Kurz (1992), se trocava de tudo com o intuito de buscar suprir o que as prateleiras das lojas do Estado não conseguiam proporcionar à população, assim como, com essas trocas evitava-se, por conseguinte, ficar nas longas filas de espera em troca de produtos mais desejáveis. Kurz exemplifica demonstrando o tempo que se levava para obtenção de alguns produtos, citando o caso da sua congênera Alemanha Oriental: “O tempo de espera para um carro na RDA chegou a ser, por fim, de quinze anos a vinte anos, e para uma linha telefônica de 25 anos ou mais” (Idem, p. 125). Neste momento, fazendo analogia com a teoria marxiana, a corrupção seria a mais valia da sociedade planificada, que apresentava-se com um *continuum* que ia desde as máfias até o alto escalão do Estado; ou seja, o gigante do socialismo estava infectado por uma chaga: “o que começou como solução pragmática para contornar o problema da escassez, em uma rede de reciprocidade, acabou como um enorme sistema de intercâmbio econômico informal, cada vez mais organizado à base de pagamentos ilícitos, em dinheiro ou em espécie” (CASTELS, 1999b, p. 40). Neste caso, comparativamente, não importa identificar se a corrupção era além ou aquém da existente no sistema capitalista, mas o que ficava explícito, é que a sociedade ideal que ia construir um novo homem tinha falhado, pois a engrenagem estava viciada, ou seja, o socialismo real orientado pelas utopias de Marx e Engels transformava-se, na verdade, numa caricatura mal acabada no que tinha de pior dos seus oponentes capitalistas. Assim, resumindo o período e relacionando com o contexto da guerra fria:

Durante a era Brejnev, a crescente presença internacional da URSS e a melhoria do nível de vida da população haviam exigido um esforço adicional da economia soviética. Na segunda metade dos anos 1970, o crescimento extensivo alcançava seu limite, quando também, tinha início a Nova Guerra Fria e aprofundava-se a reestruturação das economias capitalistas avançadas, com as quais a União Soviética estabelecera vínculos importantes. A corrida armamentista e os embargos comerciais e tecnológicos atingiram duramente a URSS, onde a envelhecida liderança do grupo Brejnev (uma verdadeira gerontocracia) carecia do necessário dinamismo para responder aos novos desafios e à estagnação interna (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 306).

Algo precisava definitivamente mudar nesta velha maquinaria de guerra. O falecimento de Brejnev, em 1983, encerrava um ciclo dentro da URSS, pois com ele um velho

aparato obsoleto se esvanece, pois a sociedade e algumas parcelas da burocracia clamavam por mudança. Emerge um jovem dirigente do PCUS chamado Mikhail Gorbachev, jovem quando comparado com os longevos dirigentes anteriores. Gorbachev seria a grande novidade apresentado ao mundo para lustrar a septuagenária nação socialista<sup>45</sup>. Toma posse em 15 de março de 1985, prometendo uma série de medidas que visavam uma transformação radical, tanto quantitativa, quanto qualitativa na estrutura do Estado soviético, tais medidas ficaram conhecidas como *Perestroika*, ou seja, de acordo com a tradução: **reestruturar**. Tal mudança iria ser consubstanciada com as diretrizes marxista-leninista, visando, assim, uma melhor gestão na superação das contradições do próprio socialismo. Gorbachev em seu livro programa, *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo* (1987), conclamava a todos:

A perestroika é um processo revolucionário porque constitui um salto à frente no desenvolvimento do socialismo e na realização de suas características essenciais. Desde o início percebemos que não há tempo a perder. É muito importante não ficar tempo demais na linha de partida para recuperar o atraso, para escapar do charco do conservadorismo e romper a inércia da estagnação. Isto não pode ser feito de um modo evolucionista, através de reformas tímidas e arrastadas. Simplesmente não temos o direito de descansar por um dia sequer. Ao contrário, a cada dia temos de somar esforços, aumentar o ritmo e a intensidade (GORBACHEV, 1987, p. 54).

Acerca da *Perestroika*, torna-se importante frisar que era uma política de transformação radical na URSS, pois buscava construir um novo homem em sintonia com a perspectiva de renovação do socialismo: “a perspectiva de um socialismo renovado. Preocupado com o Homem, com o *h* sempre maiúsculo, enfatizando uma sensibilidade diferente para os tempos que se queriam novos. A sociedade à qual se queria chegar” (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 233). Ainda, torna-se importante grifar que no aparato soviético, digo, PCUS, coabitavam ortodoxos e renovadores, ou seja, era um ambiente em disputa tornando, portanto, incerto os caminhos de Gorbachev, fazendo com que este precisasse de grande apoio popular para a consecução de suas reformas. Dando continuidade à diretriz transformadora impulsionada por Gorbachev, outra palavra saltava aos olhos, tanto do Ocidente, quanto do Oriente – *Glasnost*, “tradução exata: publicidade de atos administrativos e jurídicos que devem ser de domínio público. No limite, a crítica ao segredo de Estado, o

---

<sup>45</sup> Segundo Archie Brow em seu livro, *Ascensão e queda do comunismo* (2012, p. 567) realça que Gorbachev “foi escolhido não porque era um reformista ou porque achavam que seguia uma ‘linha mais suave’, mas porque estava na posição politicamente mais forte para ser instalado no poder e era reconhecido pelo seletor ‘eleitorado’ como alguém que combinava inteligência e dinamismo. Sua relativa juventude também tornara uma vantagem, já que os funerais de Estado de líderes idosos vinham sendo constrangedoramente freqüentes”.

direito à informação. Não gratuitamente, afirmou-se o termo **transparência**” (Idem, p. 235). Em tempo, neste momento, como era de se esperar, Gorbachev tornava-se, também, uma grande figura no mundo ocidental, fazendo com que o Ocidente apontasse os seus olhos para as consequências deste processo de reestruturação capitaneado por este dirigente. Os partidos marxista-leninistas alinhados a Moscou o saudavam como o grande Messias, que iria reativar a velha chama através do exemplo dado pela pátria do socialismo. Segundo Hobsbawn (2008, p. 466) tal expectativa era efetiva, pois:

Na mente dos reformadores, *glasnost* era um programa muito mais específico que *perestroika*. Significava a introdução, ou reintrodução, de um estado constitucional e democrático baseado no império da lei e do gozo de liberdades civis como comumente entendidos. Isso implicava a separação de partido e estado, e (ao contrário de todo acontecimento desde a ascensão de Stalin) a mudança do *locus* de governo efetivo de partido para Estado. Isso, por sua vez, implicaria o fim do sistema unipartidário e do “papel condutor” do partido. Também, obviamente, significaria revivescência do soviets em todos os níveis, em forma de assembleias eleitas genuinamente representativas, que culminariam num Soviete Supremo, uma assembleia legislativa genuinamente soberana, que concederia poder a um executivo forte, mas que seria capaz de controlá-lo. Essa, pelo menos, era a teoria.

No plano das relações internacionais e buscando dialogar com os autores, precisamos situar a *Perestroika*, principalmente, como produto desta Nova Guerra Fria e da carência da URSS na área tecnológica: “Quando a corrida tecnológica do programa ‘Guerra nas Estrelas’ orientada pelos militares deixou transparecer o tão temido atraso tecnológico da URSS em relação aos EUA, o alerta do alto comando soviético [...] levaram à perestroika” (CASTELLS, 1999b, p. 51). Neste sentido, a *Perestroika*, também, representou uma desaceleração da corrida armamentista nuclear e dos apelos pela paz. Neste ponto, Gorbachev obteve uma resposta bem mais eficaz que as propostas reformadoras internas, pois “a URSS buscava evitar o desencadeamento de uma guerra, cujos contornos se esboçavam nos crescentes incidentes internacionais, e sustar uma corrida armamentista cujo ritmo e intensidade não mais podiam ser acompanhados por sua economia<sup>46</sup>” (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 307). Em síntese, no plano externo, a proposta reformista de Gorbachev surtia um efeito bem mais efetivo do que em âmbito doméstico, entre os motivos, justamente o fato da magnitude extremamente audaz das propostas da *Perestroika* que visava uma transformação radical no âmbito econômico, diplomático, militar e ideológico; porém, endossando as críticas de alguns analistas, a *Perestroika* ainda estava um pouco imprecisa e genérica, de fato, em suas

---

<sup>46</sup> Grifo nosso.

propostas (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 233). Mesmo com dificuldades objetivas e pontuais de mudanças, em seu cerne, tais medidas, procuravam recolocar a URSS no curso dos ditames do socialismo. Ainda, quanto às questões econômicas, a *Perestroika* implantou, num primeiro momento, os seguintes passos rumo a uma dinamização da economia:

- 1) Em novembro de 1986, foi aprovada uma lei sobre o trabalho individual privado. Uma primeira brecha na estatização generalizada das atividades econômicas. [...] tratava-se, na verdade, de trazer para a órbita da lei uma série de atividades já desenvolvidas no *mercado informal*;
- 2) O mesmo ocorreria com o estatuto das cooperativas, aprovado em maio de 1987. Os *kolkhozes*, [...]. Tratava-se de reformar esta situação, abrindo para o setor cooperativo um estatuto de real autonomia;
- 3) No ano seguinte, em junho, o Comitê central e o Soviete Supremo, sucessivamente, aprovaram uma lei de um outro caráter, sobre a *autonomia da empresa*. (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 236-237).

Porém, mesmo com as boas intenções de descompressão dos “entulhos” do período Brejnev e das distorções causadas pelos “traumas” do período Stalin, algumas questões tornavam-se pontos obscuros: “A União Soviética não tinha um sistema bancário e financeiro adaptados às exigências suscitadas pela reforma, nem se tratou do assunto na legislação adotada. Não houve, também, qualquer reforma geral de preços” (Idem, p. 237). Em síntese, a *Perestroika* teria algumas dificuldades de condução da sua política o que de fato, em curto período, iria ser verificável a olhos vistos; contudo, sobravam prognósticos positivos pelos reformadores soviéticos e pelos dirigentes dos PC’s ao redor do mundo, obviamente, o seu fiel Partido Comunista Brasileiro. Ainda, a *Perestroika*, também, fomentou uma maior associação ao capital estrangeiro em algumas áreas da produção, neste aspecto “a abertura econômica ao mercado capitalista mundial visava obter tecnologia e recursos para a modernização de determinados setores deficitários, mas continha, principalmente, **componentes políticos**<sup>47</sup>” (VISENTINI & PEREIRA, 2010, p. 307). Em síntese, se atrelava ainda mais incisivamente ao mercado externo, visando, assim, objetivar uma posição de barganha no mercado internacional a qualquer custo. Sendo que, novos componentes de rugas provocariam fissuras definitivas que fragilizariam o Estado soviético, justamente como reflexo do “afrouxamento” do aparelho coercitivo, quais sejam: as identidades nacionais, que serão verificadas no próximo capítulo.

---

<sup>47</sup> Grifo nosso.

### **3.2 - OS PC'S: ENTRE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E OS REFLEXOS DA PERESTROIKA**

O final dos anos 70 e início dos anos 80 encontraram os PC's num processo de reconstrução partidária, coadunados com a emergência do processo de redemocratização no Brasil. Torna-se importante frisar que o final dos anos 70, no Brasil, foi um momento impar e excepcional de mobilização no cenário político, ou seja, a sociedade civil estava, realmente, empenhada em sair do processo ditatorial e imprimir um ritmo acelerado de descompressão do regime militar. Neste sentido, destacava-se a luta em favor da anistia política, a garantia da volta dos direitos legais dos cidadãos e todo um conjunto de lutas que compuseram o cenário no final dos anos 70. Sendo que, o movimento social que deu o tônus e mudou radicalmente o curso da luta, dando ritmo e convulsão social, foi o movimento grevista do ABC paulista que, literalmente, tomou conta do cenário político. Ainda, neste processo de liberalização do regime militar, tornava-se extinta algumas medidas coercitivas que reprimiam, de fato, as manifestações, entre essas o temido AI-5. Ainda, no final do governo Geisel, ocorreu o fim deste Ato Institucional; e, na sequência, a passagem da presidência para o Gal. Figueiredo, que aprofundou o processo de abertura, ainda que casuisticamente controlada pelos militares.

Entre as medidas liberalizantes de Figueiredo, destaca-se, em 1979, a anistia política – não a ampla geral e irrestrita como queriam a esquerda e setores democráticos, mas a que garantiu a abertura das cadeias e a volta dos exilados políticos<sup>48</sup>. Também, neste mesmo ano, houve o processo de reestruturação partidária, ou seja, acabava-se com o bipartidarismo, MDB e ARENA, e instituía-se a volta de um pluripartidarismo controlado. Tal iniciativa era, obviamente, com o intuito de quebrar com o plebiscito que estava transformando as eleições no Brasil, em que a ditadura estava, a partir de 1974, perdendo definitivamente em algumas regiões do Brasil. A ditadura conduzia o curso da abertura para a democracia no Brasil, desde que a direção ficasse sob a sua tutela e, em hipótese alguma, deveria sair dos ditames regidos pela cúpula militar. Tínhamos, assim, no Brasil o processo de transição que foi caracterizado por Shaming e Mainwaring (1986) como *transição pela transação*, ou seja, um modelo de transição para a democracia em que quem dava as cartas era a ditadura, com o intuito de manter a transição do regime sob o seu pulso, cuidando, deste modo, para o poder não cair nas mãos dos oponentes do regime militar. Logo, a transição era controlada pelo militares e

cuidadosamente negociada entre os brandos do regime e moderados da oposição. Obviamente, que uma *transição por transação* oneraria seriamente o processo de democratização, pois uma abertura política neste padrão legaria, conforme seus analistas, uma sombria herança na política brasileira. Ainda, torna-se importante registrar que, um processo de transição desta natureza resguardaria os militares de um possível julgamento dos crimes cometidos pela ditadura, dando, por assim dizer, uma volta tranquila aos quartéis.

Ainda, quanto aos partidos egressos do bipartidarismo temos mais destacadamente o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), como sucedâneo histórico do MDB e o PDS (Partido Democrático Social), como herança da ARENA. Destaca-se, ainda, a emergência do PDT (Partido Democrático Trabalhista), capitaneado pelo antigo líder trabalhista Leonel Brizola, galvanizando, assim, a herança do getulismo para essa hoste partidária. Sendo que, a grande “sensação” do período seria o PT (Partido dos Trabalhadores), trazendo para a sua seara uma eclética militância, quais sejam: sindicalistas, parcelas da igreja progressistas, movimentos sociais diversos egressos da luta contra a ditadura e antigos integrantes da luta armada, que viriam a integrar este partido com a volta dos direitos civis (MENEGHELLO, 1989). Quanto ao curso político, é importante registrar que, em 1982, ocorreria uma nova eleição geral no Brasil, pleito este que elegeria os vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. Também, nesta eleição, seriam eleitos os deputados federais que elegeriam o novo presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral, em 1984. Não obstante, como era de se esperar em uma ditadura militar, o regime não iria dar o direito a legalidade aos partidos comunistas, ficando ainda, por ora, os PC’s com uma dupla militância inclusa dentro do PMDB (FIGUEIREDO, 2009).

Porém, outros problemas ainda infligiriam sensíveis problemas para os comunistas. No tocante ao PCB haveria uma nova ruptura no seio partidário, desta vez o grande líder comunista Luiz Carlos Prestes seria a figura de proa deste processo de fissura interna. Obviamente, que as divergências não se encerravam apenas em face dos problemas recentes com a redemocratização no Brasil, mas, segundo Prestes, eram sequelas, ainda, das resoluções do VI Congresso do PCB e, especificamente, no tocante a sua linha tático-estratégica: revolução em duas etapas nacional-democrática e depois socialista, sob a condução de uma Frente Única. Prestes, agora na volta do exílio, buscava obliterar esta linha política, insistindo numa tática de Frente de Esquerda, radicalmente oposto do centro programático que

---

<sup>48</sup> Convém registrar que nem todos os exilados políticos puderam voltar ao Brasil, assim como alguns presos ainda continuaram no cárcere, em face do tipo de crime cometido contra o Estado. Assim como, não houve a responsabilização dos excessos cometidos pelo aparelho militar.

compunha a direção partidária. Sendo que, não obstante a esta “puxada” à esquerda por Prestes, o que não era pouca coisa em face do peso do nome de quem capitaneava a oposição; por outro lado, havia um grupo “à direita”, que era uma parcela de militância influenciada, também, pelos ventos do exílio e que buscavam uma sintonia com o eurocomunismo, esses ficaram conhecidos como renovadores de orientação gramscianos (PANDOLFI, 1995). Logo, ocorreu o que já era esperado em qualquer partido marxista-leninista: defecções à direita e à esquerda. Ou seja, conserva-se o justo centro, dito de outra maneira, o centro programático capitaneado pela coalizão majoritária trataria de fazer o ajuste necessário coagindo o seu outrora mitificado militante a sair do partido, assim como, expulsando, por “incompatibilidade” teórica com a III internacional, a ala renovadora. Um novo Comitê Central surgiu no Brasil na volta do exílio, com a figura de Giocondo Dias como Secretário Geral; prática habitual na história do PCB, vide reconstrução do CC em 1943; e, posteriormente, em face das dramáticas rugas da década de 50 emergiu um novo CC, em 1960, como reflexo do V Congresso. Só que desta vez, diferentemente das outras reconstruções do CC, em que Prestes endossava a coalizão majoritária que galgava ao CC, agora, o próprio tornara-se a figura pária. Sendo assim, uma fissura capitaneada por tão expressivo vulto não iria passar imune na imprensa e no cenário político, pois mobilizaria uma secção à esquerda na seara do PCB, denominada desde aquele momento como Prestistas, mas que não logrou uma construção partidária efetiva (IDEM, 1995).

Sobre os renovadores cumpre explicitar que estes traziam para o PCB muitas discussões prementes na seara política internacional, principalmente acerca da distinção da democracia burguesa e da democracia socialista. Neste sentido, procuravam romper com alguns pressupostos mais ortodoxos pecebistas, assim como, a questão da revolução em duas etapas. Obviamente, que tais discussões estavam longe teoricamente do CC e do grosso da militância, não que este partido não estivesse apto para uma concepção política com um refinamento teórico mais apurado, mas outras questões irrompiam nas hostes comunistas, principalmente a cisão de Prestes. No tocante a questão teórica ganha destaque o artigo de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal* (1980). Ainda, a respeito da disputa interna, segundo Coutinho (1998, p.162), num primeiro momento os gramscianos unem-se ao CC para derrotar o ultradogmatismo de Prestes, sendo que, num segundo momento, “a direção não hesitou em transformar os ‘gramscianos’ numa pretensa ‘direita’ que deveria ser derrotada depois que a ‘esquerda’ prestista já o tivesse sido”. Convém explicitar que embora alijando da sua agremiação esta ala renovadora, o PCB logrou, oportunamente, aproveitar essas discussões teóricas nas suas proposições políticas a partir do



VII Congresso<sup>49</sup>. Sobre *A democracia como valor universal*, que vicejaria no partido ao longo da década de 80, Coutinho (1980, P. 40-41) em seu texto explicita:

De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas de renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, trata-se de conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massa, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundário e antimonopolista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política.

Já na seara do PCdoB, era também o momento de reconstrução partidária, em que o diminuto partido tentaria, definitivamente, entrar no cenário político. Porém, não era o único partido da classe operária, como gostariam que fosse, uma vez que além de disputar o legado como o legítimo partido do proletariado com o PCB, ainda, havia a grande novidade do período, o PT. Sendo que nesta conjuntura política, este tornava-se reconhecido e galvanizava o grosso da militância operária do ABC paulista, leia-se: setor mais avançado e desenvolvido do parque fabril brasileiro, ou seja, o coração da classe que os PC's gostariam sobremaneira de conduzir (SANTANA, 2001 ; MENEGHELLO, 1989). Também, além do PT, outras organizações disputavam parcelas da esquerda, entre essas o MR-8, incluso desde meados da década de 70 no MDB, agora, tal e qual os PC's, no PMDB. Ou seja, percurso complicado para os PC's, ainda mais pelo fato de viverem, ainda, num processo de semilegalidade através da dupla militância, usando, via de regra, codinomes, tornando, portanto, muito mais complicada a sua construção partidária. (FIGUEIREDO, 2009). Também, no tocante ao PCdoB, este partido vinha muito debilitado em face das perdas físicas de militantes no período da Guerrilha do Araguaia e do prejuízo causado a sua direção pelo ocorrido na Chacina da Lapa. Desta forma, este momento tornava-se impar para a reafirmação da sua política partidária e reconhecimento político no período, mesmo a duras custas. No entanto, assim como o PCB, também, haveria secção na seara pecebista: uma parcela de militantes rompe com o PCdoB e ingressa no PT e outra parcela, por motivos diversos, entre esses, ainda

---

<sup>49</sup> Como veremos adiante, a partir do VII Congresso, de certa forma, esta teoria democrática se encaixaria na linha política do PCB. Nas palavras de Pandolfi (1995, p. 224): “no VII Congresso, as teses democráticas foram incorporadas de forma ambígua, produzindo uma acomodação oportunista com as teses de inspiração opostas”.

a questão inacabada sobre o Araguaia, funda o PRC, entre os quais contavam com figuras como o ex-guerrilheiro do Araguaia, José Genuíno (SILVA, s/d; REIS, 2001 e 2007). Não obstante as fissuras do período, o PCdoB realiza, em 1983, o seu VI Congresso, no qual estabelecia a seguinte linha tático-estratégica:

o PC do Brasil estabelece sua tática que visa a fazer avançar o processo revolucionário no país, sem fugir ao curso da vida política. A derrubada do regime militar e a conquista da mais completa liberdade política é o centro da tática, a meta a ser alcançada em futuro próximo, o que corresponde ao desejo da maior parte da nação. Esse regime criou todo um sistema jurídico-institucional, antidemocrático, modelou um Estado autoritário. Isso precisa ser erradicado. Não bastam medidas corretivas superficiais ou mesmo uma adaptação da situação atual à democracia. O Brasil, face à grave crise estrutural em que se acha, necessita de outros rumos e, antes de mais nada, de um regime efetivamente democrático que permita a livre organização do povo e um amplo debate dos problemas candentes de modo a mobilizar, sem entraves, todos os setores da população, a fim de encontrar a melhor e mais justa solução desses problemas. (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 2000, p. 302)

Grosso modo, de acordo com a leitura das teses partidárias, a revolução socialista ainda estava na ordem do dia, mas em face da realidade nacional e com o fito de vencer o regime dentro da legalidade das eleições, a tática eleitoral, portanto, neste curso democrático se sobressaía. Isto posto, o PCdoB irá impulsionar toda a sua força militante no curso da luta pela redemocratização do país, com o intuito de fomentar uma ruptura com o regime militar dentro dos marcos da democracia, porém, ainda muito receoso de um possível retrocesso do regime militar. Em síntese, iriam impulsionar a sua diretriz política com grande força no pleito do período, embora ratifica-se, estando ainda dentro do PMDB em face da semiclandestinidade. Quanto ao PCB, em 1982, tentarão fazer o seu VII Congresso em São Paulo, porém abortado pela repressão em nome da Segurança Nacional; sendo que, o congresso definitivo ocorrerá somente em 1984 e será veiculado com documento cujo título expressa bem os anseios da linha política comunista, *Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PCB* (1984). Neste documento traçava as ocorrências do período recente do PCB no Brasil e apontava a seguinte linha tático-estratégica:

O caminho da revolução brasileira, orientada para o socialismo, é deste modo, democrático e nacional e o seu desenvolvimento e coroamento colocam no centro da atividade dos comunistas e da classe operária a luta pela conquista e ampliação contínua da democracia e as transformações econômico-sociais necessárias à sua conquista, consolidação e avanço, na medida em que o imperialismo e a reação interna, para garantirem sua

dominação, concentram-se principalmente na supressão ou restrição da democracia política (Idem, p. 158)

Quanto à tática:

Uma ampla e sólida frente democrática é o principal elemento capaz de levar o país à democracia. [...] uma realidade é óbvia: PMDB se fortalece como eixo partidário da frente democrática. Esta não se reduz ao maior partido oposicionista, mas o inclui obrigatoriamente. Mantendo seu caráter frentista e seu programa, ele pode impulsionar as demais forças democráticas à unidade. [...]. Enquanto se mantiver o regime, seja qual for o quadro partidário, a frente democrática estará na ordem do dia, como o compreendeu a maioria do eleitorado [...]. A margem da frente democrática e, sobretudo, contra ela, as esquerdas brasileiras não alcançarão êxito. (Idem, 172-174)

Algumas considerações se destacam nesta análise: 1) no tocante ao caráter estratégico e dando continuidade às resoluções do final da década de 70, a questão democrática se sobressaía à frente do caráter nacional e, torna-se, por assim dizer, o caráter essencial da revolução brasileira e mantinha-se ainda, portanto, a revolução em duas etapas; e, 2) quanto a questão tática, elegia o PMDB como o fiador da transição brasileiro rumo a democracia definitiva, o qual, segundo o PCB, deveria galvanizar para a sua hoste uma ampla frente democrática que colocaria definitivamente, em cheque o regime militar, distendendo progressivamente de modo seguro e sem retrocessos. Sendo que, é importante frisar que em face da dupla militância, neste momento, a linha política do PCB se confundia muito com a própria linha do PMDB, uma vez que os comunistas estavam inclusos dentro do MDB desde sua gênese, ou seja, a seara peemedebista tornava-se, pois, um ambiente natural e confortável para o desenvolvimento da sua política partidária. Porém, esta *bricolage* partidária iria pesar no período recente, quando da sua legalização partidária.

### **3.2.1 - PCB: A LEGALIDADE E A PERESTROIKA**

Neste momento de tentativa de reconstrução e reafirmação política no cenário nacional, o PCB estava incisivamente buscando uma saída negociada para a transição democrática no Brasil, com o intuito principal da sua legalização partidária, objeto este prioritário para o seu renascimento político: “queremos na legalidade um partido renovado, ativo, presente e atuante nos núcleos fundamentais da classe operária [...] capaz de elaborar suas posições e leva-las às massas e às forças aliadas com a rapidez e o dinamismo que as

novas realidades da vida do país exigem” (idem, p. 221). Assim, na busca da legalidade partidária, darão todo o empenho necessário elegendo parlamentares pelo PMDB, com o objetivo de proporcionar a fissura definitiva com o Colégio Eleitoral. Em tempo, torna-se importante enfatizar que o PMDB fizera nas eleições de 1982 uma grande vitória nas urnas, lastreando, portanto, um caminho seguro para a condução e a eleição do novo Presidente civil eleito.

No entanto, novas questões brindariam o cenário nacional no simbólico ano de 1984, pois tivemos neste ano as *Diretas Já*, emenda parlamentar apresentada pelo deputado federal peemedebista, que era na verdade do MR-8, Dante de Oliveira. Esta emenda tinha como seu objetivo a eleição direta para presidente do Brasil, marcado para o final do ano, mas para a sua efetivação deveria passar por ampla votação na Câmara Federal e Senado. A fim de realmente ser efetivada a eleição presidencial, a população participou em massa de grandes manifestações em todo território nacional, levando milhares de pessoas às ruas e praças clamando a realização das eleições diretas para Presidente. Porém, a emenda fora derrotada. As forças democráticas voltaram-se para uma costura política extremamente audaz, ou seja, trazer para junto da seara oposicionista os dissidentes do regime militar.

Neste momento, a oposição buscava, de acordo com Maquiavel, equilibrar-se entre a fortuna e *virtú* (MAQUIAVEL, 1973), grosso modo, seria a capacidade dos dirigentes oposicionistas construir as melhores estratégias, contando, também, com os bons desígnios dos acontecimentos. A oposição capitaneada pelo moderado Tancredo Neves, conseguiu trazer para a sua seara parcelas de egressos do PDS (partido de apoio da ditadura), compondo, assim, a denominada *Aliança Democrática*. Do lado oposicionista, o PDS era liderado pelo “polêmico” político paulista Paulo Maluf. O Colégio Eleitoral reúne-se em 15 de janeiro de 1985 e sacraliza a vitória de Tancredo Neves, tendo como seu vice um ex-arenista, José Sarney. No entanto, a fortuna singrava para o lado de Sarney, pois Tancredo seria impedido de assumir a presidência do Brasil, em virtude do seu agravamento de saúde, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Portanto, uma transição extremamente lenta, segura e gradual, realmente, ocorrera no Brasil, como fora definida pela cúpula militar, pois mesmo entregando a posse do Brasil para a oposição (Aliança Democrática), a vaga de presidente brasileiro seria ocupada por um notório arenista. Ainda, segundo Scott Mainwaring em sua obra, *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil* (2001), o grande ônus de uma transição elaborado pelo alto seria o desconforto de brindar o país com os outrora apoiadores da ditadura, agora, fazendo parte do atual cenário político nacional. Ainda, além deste aspecto citado, também ocorria, em face do longuíssimo processo de *transição por transação*, que a

ditadura conseguira criar um aspecto de “naturalidade”, justamente, em face da manutenção de um calendário eleitoral, o que proporcionava não somente uma volta segura da ditadura aos quartéis, mas também, essa reelaboração dos opositoristas de última hora, vide Sarney. Outro aspecto salientado por Mainwaring (2001) seria, também, a pouca apatia da população na condução política, dando, por conseguinte, a tutela do processo para a elite dirigente.

Debates teóricos à parte, o certo é que o PCB, realmente, venceu na sua tática política. Ou seja, desde 1966, buscava tensionar a ditadura e distendê-la dentro da sua brecha legal, caracterizando assim, os longuíssimos anos de dupla militância no MDB-PMDB. Chegava, portanto, a hora da legalização partidária tão sonhada. Em 1985, após a posse de Sarney, o PCB, finalmente, conseguiria a sua tão idealizada legalização partidária, possibilitando desta forma, a entrada definitiva no curso da política nacional. No entanto, a realidade mostrou-se aquém dos seus prognósticos, pois com o advento da legalização partidária e a saída do PMDB, nem todos os militantes optaram em assumir a sua real agremiação partidária de origem, preferindo permanecer no PMDB. Ainda, devemos enfatizar que ficar neste partido não fora uma regra, mas de fato, representou uma parcela muito grande da militância pecebista que preferiu, digamos, a “comodidade” de manter-se na arena peemedebista. Além do mais, como já estavam há décadas nesta dupla militância partidária, neste momento, infelizmente para o PCB, encontravam-se muito mais identificado com a seara do PMDB. De acordo com este enfoque, Célia Soibelman Melhem em sua obra, *Políticas de Botinas Amarelas: O MB-PMDB paulista de 1965 a 1988* (1998), realça as disputas no interior da máquina política, assim como as acomodações dos comunistas em São Paulo:

[...] a máquina partidária, agora razoavelmente alojada ou com interesse na administração pública do estado, permanece fiel ao candidato do partido, a quem por sinal, era tradicionalmente mais ligada, notadamente no interior. O mesmo acontece com a militância de origem comunista que em sua maioria permanece no PMDB após a legalização do PCB (e este apoia Quércia) [...] A briga por poder e cargos estava no centro dos cálculos políticos de todas as frações do partido e resultavam em rompimento na organização (IDEM, p. 209).

Ainda, quanto à citação acima devemos contextualizá-la, pois no Estado de São Paulo, o PMDB tinha ganhado as eleições de 1982, ou seja, carreava para a administração pública estadual o grosso da militância ativa de todas as facções internas do PMDB. Também, salientamos que esta incorporação de fatias expressivas da militância pecebistas para dentro do PMDB não foi uma regra, mas sim reflexo, justamente, da dupla militância partidária, o que ocasionaria, portanto, um sério déficit ao partido recém-legalizado. Ou seja, este é um dos

aspectos dos desacordos do processo de reorganização interna, mas além destes, o partido precisava manter-se ativo no pleito seguinte, de 1986, em que seria eleita uma bancada de deputados federais, os quais seriam responsáveis pela elaboração de uma Constituição Nacional. Os dirigentes do PCB acreditavam e superestimavam os votos, acreditando, que conseguiriam reverter o descenso partidário com uma votação que pudessem colocá-los novamente em evidências; porém, os resultados foram pífios<sup>50</sup>. Com os poucos resultados obtidos na eleição de 1986, parcela de militantes do PCB encontrou o caminho de retorno ao PMDB, seguindo as lideranças comunistas pragmáticas:

Alberto Goldman, a maior liderança comunista do PMDB paulista foi para a o PCB com a legalização deste. Após amargar a perda de uma eleição para deputado federal em 1986, quando obteve boa votação, mas não conseguiu eleger-se por falta de votos da legenda, retornou ao PMDB, tornando-se figura destacada do quercismo até romper com ele e ingressar no PSDB (Idem, 149).

Assim, se no espectro organizacional e institucional o PCB se esvanecia, o que dirá do cenário sindical, ambiente que deveria ser o foco da luta do partido, ou seja, dentro do seio da classe operária. Na seara sindical, conforme já referido, o PCB vinha verificando uma perda constante do seu espectro de influência a partir do nascimento do PT, fazendo com que este se tornasse e fosse reconhecido como o real partido da classe trabalhadora. Algumas questões se explicam para este grau acentuado de ascenso do PT e descenso da seara comunista; pois, os petistas vinham buscando imprimir um embate com a ditadura desde as lutas do final da década de 70, tanto no ABC paulista, quanto em outras regiões do país. O PCB não conseguia dirigir o movimento, pelo contrário, tentava correr atrás a olhos vistos, ou seja, havia um nítido divórcio entre a direção e as bases. Ainda, devemos considerar que as suas eminentes direções sindicais ainda estavam vinculados ao pré 64, período do Jango; não sabendo, ou melhor, não tendo a compreensão do processo em curso no Brasil. O PCB, com o objetivo de buscar uma unidade contra a ditadura e não comprometer o processo de redemocratização em curso optava, desde o início da década de 80, pelo seguinte argumento:

---

<sup>50</sup> De acordo com a nominata dos deputados federais eleitos em 1986, o PCB logrou fazer apenas três deputados, quais sejam: Fernando Santana (BA), Roberto Freire ( PE) e Augusto Carvalho (RJ). In.: **48º Legislatura Câmara dos Deputados**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=48&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=48&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=). Acessado em 17/02/2012.

A luta contra o arrocho, pilar da política econômica da ditadura militar, teria centralidade. O restante (“sem inserção na massa”) viria com a luta e a consolidação da democratização. Aqui, fica indicado um dos pontos que, em breve, distanciarão grandemente os comunistas desses “novos atores”. Esse etapismo propugnado pelo PCB o empurrava contra certas demandas e propostas em debate no movimento sindical (SANTANA, 2001, p. 192).

Ou seja, na expectativa de buscar suprir o restante das demandas sentidas pela classe trabalhadora, num futuro oportuno, e buscando sempre não comprometer a ordem institucional da Nova República, o PCB viu, portanto, escorrer de suas mãos a direção do movimento sindical. Quanto ao PT, constituiu a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PCB, juntamente com o PCdoB e o MR-8, compuseram a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Torna-se muito pertinente enfatizar este enfoque no mundo sindical, pois auxiliará a compreensão de como se dará o tónus e o entendimento da política em que o PCB iria atuar, a partir da posse do primeiro Presidente civil, em 1985. Em síntese, mesmo havendo sérias rugas no campo teórico e programático com o seu rival PCdoB; no entanto, quanto à seara sindical, uniram-se com o intuito de combater o emergente PT. Também, devemos destacar que esta condução no plano sindical respondia, obviamente, as diretrizes da linha tática deste partido, pois pregavam uma ampla frente democrática com o intuito de consolidar o processo de redemocratização, não podiam, portanto, em hipótese alguma, se aventurar e macular esta Nova República, tão custosamente iniciada, e ainda, em constante processo de disputas partidárias e coerções da corporação militar<sup>51</sup>.

Podemos dizer que, enquanto o PT trabalhava na lógica de enfrentamento direto com o regime a partir do centro sindical, os comunistas optam pela lógica do combater indireto, institucionalizado e tendo como centro a frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional. Na ação comunista, movimento operário e sindical deveria estar subordinado às ações da frente como um todo (IDEM, 245).

Reiterando, o PCB de acordo com essa política, liga-se no mundo do trabalho com os setores mais atrasados da luta sindical, considerados como pelegos. Ficando, assim, o PT no campo sindical, com a parcela dos militantes considerados como mais combativos. Tal bifurcação na seara sindical seria visível em curto prazo, pois se refletiria nas grandes greves da segunda metade da década de 80, em que, mais uma vez, o PT iria ratificar o seu caráter de partido de oposição contra o *status quo*. Ainda, torna-se pertinente enfatizar que em 1986 o

---

<sup>51</sup> Conforme é sabido, alguns aparelhos coercitivos de controle e informação das forças armadas foram somente desmontados durante o governo de FHC, na década de 90.

governo Sarney elabora o Plano Cruzado. Tal plano irá num curto prazo galvanizar a população brasileira, que buscava apoiar as medidas econômicas do governo; no entanto, cedo acabariam as expectativas, uma vez que, a inflação volta e os problemas de arrocho salarial se mantinham. Mudanças de rumos, mas que não alteram o PCB em seu discurso de apoio à Nova república, perdendo, obviamente, mais militantes, tanto na seara sindical, quanto partidária para o PT.

Não obstante, por mais esperanças que os comunistas tinham com a tentativa de novamente voltarem ser o Partidão, após a redemocratização, tornavam-se definitivamente, conforme Gorender (1987), apenas um nome afetivo de um passado que não existia mais. Embora com os sucessivos influxos (nacionais e internacionais), nos quais o PCB buscou equilibrar-se, o certo é que os pecebistas apresentavam um severo atraso no curso das lutas sociais no Brasil, ou seja, quem pretendia ser a cabeça dos movimentos, ficara sendo a cauda; buscando sempre dar respostas, mesmo quando as bases já se encontravam bastante distanciadas. Percebemos, assim, um severo distanciamento base-direção. Talvez por motivos da cultura política (excesso de clandestinidade que impactou maiores discussões); ou, quem sabe, em virtude da direção reiteradamente subestimar a capacidade elaborativa das bases. Tal divórcio, base-direção, se refletiria, por um lado, em uma leitura fraca da realidade; e, especificamente, por parte da direção, numa frágil aceitação da elaboração que as bases poderiam proporcionar ao partido. Obviamente, que tal descompasso acarretará um enfraquecimento ainda maior na organização partidária. Tais dilemas, base-direção, serão muito sentidos no decurso do regime militar e depois com a Nova República, justamente, pela visível perda de militantes da seara comunista, conforme já endossado, principalmente, na seara sindical: a vanguarda “lá na frente” e a direção do partido “correndo atrás”.

Tais condicionantes tornam-se muito importantes para caracterizar os percursos trilhados pelo PCB no processo que conduziu à redemocratização do Brasil, assim como, para compreender quais foram as opções políticas que estes buscaram, visando dar respostas a conjuntura do Brasil no momento. Isto posto, visando readequar-se, o PCB tentava corrigir a sua linha tático-estratégica, com o intuito de atuar, novamente, como bússola para a sua militância gerir a luta cotidiana. Chamavam um novo Congresso, em 1987, com objetivo principal de discutir o fracasso das eleições de 1986, os comunistas realizaram o seu denominado *8º Congresso Extraordinário do Partido Comunista Brasileiro* (1987). No tocante ao plano nacional, as diretrizes partidárias apontavam o seguinte delineamento da linha tático-estratégica, como poderemos verificar:



O Estado de Direito Democrático, a ser consagrado pela Constituinte, dependendo da força da pressão popular, poderá estabelecer condições mais favoráveis à erradicação da tradição elitista, autoritária e excludente de nossa sociedade; a incorporação de massas de milhões de trabalhadores ao processo político; a luta e à organização da classe operária e do PCB; as soluções positivas e reformas estruturais que beneficiem o povo e consolidem a democracia; à atuação, cada vez maior, na vida brasileira, de um bloco de forças sociais e políticas, democrático e nacional, capaz de, sob a hegemonia do proletariado, realizar a transição para o socialismo de massas e do desenvolvimento independente e democrático. (Idem, 1987, p. 35).

Como podemos verificar, a questão da revolução socialista ficava subsumida sob as discussões da questão democrática. Ou seja, a democracia e o taticismo tornava-se condição *sine qua non* para o delineamento das diretrizes políticas do PCB, pois priorizavam a tática em detrimento de apontar um outro modelo para a revolução socialista. Ainda, sob este enfoque, também, percebemos que a condução ao socialismo seria dado, via de regra, quando atingissem uma democracia verdadeira. Assim, continuavam os mesmos dilemas que assolavam o PCB, como se não bastasse às questões no equilíbrio isonômico do PCB entre o nacional e o internacional, agora, mais do que nunca, a questão da revolução ou reforma reativa-se, vide período Jango, no contexto em que, a reforma se acentuava em face dos comunistas tornarem-se o fiador da Nova República. Embora o foco deste VIII Congresso seja a questão das eleições e a reafirmação tática, as questões internacionais começavam a aportar nas resoluções congressuais, ou seja, os ventos liberalizantes provindos do Leste europeu sopravam no PCB neste Congresso. Importante grifar que, diferentemente do VII congresso em que a análise internacional era fraquíssima, e colocada literalmente no final do texto, neste, como sinal dos tempos, a questão internacional assumia uma posição de destaque:

Tendo resolvido já os problemas fundamentais da construção do socialismo e alcançado o estágio do socialismo maduro, a União Soviética empreende em nossos dias uma profunda reestruturação e modernização de seu aparelho produtivo, nas quais são as peças-chaves a descentralização da direção econômica e a acelerada utilização das novas tecnologias postas à disposição pela revolução técnico-científica. [...]

A ampla participação das massas tem garantido a essência revolucionária do processo de mudança ora em curso na União Soviética. Sob a inspiração e orientação do Partido Comunista e com uma destacada participação do seu secretário-geral, Mikhail Gorbachev, vem se desenvolvendo um notável aprofundamento da democracia socialista, visando atender às novas e crescentes necessidades e ampliar a autogestão socialista (Idem, p. 8-9).

Como podemos verificar, nestes dois trechos citados, as duas questões de maior importância na política de Moscou, a reestruturação e a transparência, tal e qual o modelo divulgado pela URSS. Assim sendo, a ideia que esta citação traduz é que a direção tinha o real entendimento do processo em curso na URSS, uma vez que muitos dirigentes do PCB tinham vivido na União Soviética no período de exílio; assim sendo, as questões trazidas do âmbito do PCUS eram extremamente bem aceitas pelo aparato dirigente do PCB, pois as consubstanciavam sem críticas neste novo modelo soviético. Ainda, podemos perceber que as discussões renovadoras travadas no XXVII Congresso do PCUS teriam um mesmo impacto das diretrizes do XX Congresso partidário, pois se o congresso de 1956 teria a capacidade de destruir com a imagem edificada de Stalin e primar pela coexistência pacífica, neste congresso recente, tinha como o seu centro, justamente, reedificar os erros dos outros congressos, buscando, assim, se purificar dos excessos de Stalin e da atrofia de Brejnev. Ainda, com o exercício de apontar os erros dos outros dirigentes e buscar reformas, a URSS fazia uma *mea culpa*, digamos, procurava examinar em que momento havia se desemparelhado com o Ocidente e, com isso, novamente, o termo stalinismo volta à tona, apregoando como se (praticamente) tudo fosse culpa da elaboração mental de Stalin (FERNANDES, 2000).

O PCB endossando essas teses tornar-se-ia, portanto, como era de se esperar, o grande divulgador das teses do PCUS, tal e qual fora após o processo do XX Congresso. Sendo que, diferente do XX Congresso que fora motivo de cisões partidárias; desta vez, as diretrizes de Moscou deram uma unidade sobremaneira aos militantes pecebista, uma vez que o PCB já estava depurado de suas dissidências, tanto à esquerda, quanto à direita. Portanto, a *Perestroika* tornar-se-ia o fio condutor da esperança e da renovação do comunismo, esperança esta em que o PCB iria se agarrar, com o objetivo de mostrar para a sociedade brasileira que poderia existir um socialismo renovado. Também, devemos perceber, de acordo com o documento partidário, que os sinais da crise sistêmica insolúvel da URSS não era, obviamente, evidenciados. Segundo o documento, havia sim atraso, mas, já tinha sido brilhantemente reorientado sob o gênio criativo de Gorbachev e com o pleno apoio da sociedade soviética, que se empenhava fortemente para modificação qualitativa do padrão de produção. A realidade na URSS, no entanto, era bem mais amarga.

Embora, alguns movimentos em dissenso embaçavam o cenário dos comunistas no Brasil, por outro lado, no plano externo, esses ventos que sopravam do Leste, traziam novidades, pois a pátria mãe do socialismo conseguia elaborar um novo modelo de reestruturação do Estado soviético. Em síntese, a *Perestroika* que aportava na agremiação comunista deslumbrava a direção partidária e a sua militância incansável. Seria, portanto, a

fórmula mágica que todos necessitavam e que demonstrariam que o socialismo continuava vivo, ou seja, demonstrava que o seu modelo de construção partidária III Internacionalista era a mais correta. Além deste novo modelo, que trazia palavras novas como *Glasnost*, também, emergia o seu grande porta voz, a figura de Gorbachev. Conforme já enfatizado, este transformava-se rapidamente em personagem da mídia, principalmente pela sua campanha de desarmamento nuclear e na luta pela paz. A direção comunista não cansaria de render saudações ao farol soviético:

Em outras palavras, na sociedade socialista – como em qualquer outro processo social – há sempre algo de novo, que nasce emerge e sinaliza para o futuro, colidindo, necessariamente, com o velho, o que representa o passado, o que não corresponde mais aos anseios de progresso. É nesta ótica que os comunistas brasileiro observam o processo em curso na URSS – a reorganização econômica (perestroika) e transparência política (glasnost) – visto, como expressão concreta desta luta nos dias hoje. (MALINA, 1988, p. 97).

Mais adiante,

A capacidade de renovação atestada recentemente pelo estado e pelo Partido soviético é, quanto a isto, ilustrativa. A perestroika e a glasnost refutam inapelavelmente as enganosas suposições daqueles que pretendiam ver na experiência soviética sinais de “exaustão”. Exatamente quando os arautos desta tese equivocada prenunciavam o “exaurimento” da experiência soviética, vem à luz, com um vigor para eles inesperado, o potencial renovador do socialismo real (Idem, p. 98-99).

Tais declarações tornam-se muito elucidativas, pois representavam o pensamento de Salomão Malina, dirigente máximo do PCB, que assumira o cargo em 1987. Ou seja, podemos observar com esta análise que a condução dos rumos tomados pela URSS era totalmente endossada pela direção do PCB, servindo, portanto, como guia para ação e discurso dos dirigentes que coadunavam com esta ideia. Assim sendo, a *Perestroika* tornar-se-ia o grande trunfo de propaganda do PCB, mesmo que em seu caráter real fosse um tanto genérica, conforme salientou Daniel Aarão Reis Filho (2002a). No entanto, o importante para os pecebistas, de fato, era o valor simbólico que eles poderiam operacionalizar, logrando, portanto, tirar proveito destes ventos trazidos pelo Leste europeu. Retomando a questão nacional do VIII Congresso, devemos grifar que o PCB pretendia manter-se vivo no cenário político brasileiro, buscando, assim, influenciar politicamente nas sucessivas eleições. Sendo que, embora com pífios resultados, continuariam apoiando os candidatos da Aliança

Democrática, como pode ser verificado nas resoluções do VIII Congresso, mesmo que para isso, perdesse quantitativamente mais militantes para a seara da esquerda.

Para os comunistas a construção da hegemonia exigia uma prática de unidade e luta no interior da frente, onde a nossa aliança principal com PMDB não pode excluir – como muitas vezes ocorreu – a disputa de influência junto às massas que por ele são hegemônicas. Esta postura, quando cristalizada na prática política do Partido no interior da frente única e dos movimentos sociais, contribuiu para que o PCB, em diversos momentos, assumisse uma posição passiva – e até omissa – perante erros e concepções das demais correntes políticas. Também podemos considerar como falhas as tentativas de reprodução mecânica da Aliança Democrática em todos os estados, sem levar em conta as realidades políticas regionais, ainda que no plano nacional o PMDB fosse o aliado principal e nosso objetivo articular a frente única (Idem, p. 65).

Em 1988, nas eleições municipais no Brasil, o PCB, via de regra, comporia o seu apoio com PMDB. Porém, em algumas capitais, entre essas, Porto Alegre e São Paulo, a direção do PCB compôs alianças com o PT, demonstrando um processo de “rebeldia” e recondução tática à esquerda. Obviamente, que haveria protestos das instâncias do CC, mas nada que desarmasse as alianças em curso no cenário nacional. Em tempo, tais eleições serão muito importantes, principalmente, pelas cidades citadas, pois nestas o PT ganharia as eleições, iniciando, portanto, neste momento, a virada política do PT no campo institucional. Justamente, com o intuito de promover a paz e a unidade partidária e, obviamente, de buscar um protagonismo perdido durante décadas, o PCB procuraria, no ano seguinte, participar das eleições presidenciais de 1989 com um candidato próprio. Roberto Freire assumirá este desígnio, momento este que, além de divulgar os seus programas concernentes à realidade brasileira, necessariamente, também, procuraria demonstrar os caminhos do novo socialismo na URSS. Mas por ora, torna-se importante reter os seguintes aspectos que fizeram com o que o PCB apresentasse um sensível descompasso com a política nacional, quais sejam: 1) repressão; 2) clandestinidade; 3) a não visibilidade do PCB em face da dupla militância MDB-PMDB; 4) disputas do CC; 5) descompasso na seara sindical; 6) excessivo atrelamento do PCB ao PMDB; 7) falta de diálogo entre direção e bases; 8) pouca renovação das lideranças partidárias; 9) transição para a democracia extremamente negociada e pactuada, descaracterizando o PCB como partido de oposição e de esquerda; e, 10) velhas práticas organizativas que castigavam os seus oponentes com expulsão, ao invés do diálogo. Sendo que, embora, a questão da *Perestroika* e da *Glasnost* ressoasse com uma grande novidade, dando lustro ao velho partido, os problemas organizacionais saltavam aos olhos, obrigando

com que, realmente, o PCB se apegasse com grande força nessas mudanças do socialismo soviético, a fim de apresentar-se como uma proposta de socialismo renovado no cenário político nacional em 1989.

### **3.2.2 – O PCdoB: A CRÍTICA À PERESTROIKA E CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO**

Com a mudança do cenário político e com a passagem do poder ao presidente civil, conforme já explicitado, os PC's puderam se legalizar. O PCdoB, no dia 23 de maio de 1985, encaminhou ao TSE o pedido de reorganização partidária. Convém registrar que, a despeito do PCB, a sigla pecedobista logrou o seu registro como reorganização partidária, uma vez que mantinha o mesmo nome do velho partido fundado em 1922, registrado como Partido Comunista do Brasil. Segundo seu dirigente máximo:

João Amazonas explicou que, na verdade, o requerido era a reorganização do Partido, registrado com o número 1.280 no dia 31 de maio de 1922 no Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro. “Não fizemos desmanche algum, para legalizar o Partido, enquanto existiu o regime militar”, disse. A emenda constitucional aprovada estabelecia o direito à fundação de partidos e o de reorganização dos que tiveram o registro eleitoral cancelado. Este detalhe permitiu aos dirigentes do PCdoB ingressar com o Programa e os Estatutos como reorganizadores do Partido (BERTOLINO, 2010, p. 213-214).

Polêmicas à parte, tal citação torna-se importante para demonstrar que a rivalidade entre os PC's, neste momento, estaria ainda mais em evidência, pois era o período em que estas organizações iriam se mostrar às claras para a sociedade. Assim sendo, para o PCdoB, era condição *sine qua non* se declararem como o autêntico partido de 1922, a fim de granjear a influência do seu partido e, desta forma, buscar uma ampliação política. No tocante ao aspecto do crescimento partidário, o PCdoB embora tivesse parlamentares, prefeitos e vereadores eleitos pelo PMDB, ainda era um partido diminuto e sem densidade, como reflexo, obviamente, dos assassinatos e da perda da militância no período da ditadura militar. Portanto, neste momento, o PCdoB irrompia no cenário político com o intuito de buscar uma institucionalização partidária, a qual fora tão cerceada durante tanto tempo. Não obstante, o processo de crescimento partidário ficava prejudicado, também, pelo grande tempo de clandestinidade, o que dificultava a visibilidade partidária perante os seus novos eleitores. Somado a essas questões, devemos registrar que o PCdoB, assim como o seu rival PCB, tinha

uma tática política parecida, fato este, que aos olhos do povo, confundia ainda mais o “novato” partido. Quanto à tática: apoio crítico a Nova República, com o intuito de auxiliá-la, compreendendo que este era um governo novo, em que tinha um campo de forças ainda sob constante disputa; portanto, acreditavam poder influenciá-la, ou melhor, deslocar a Aliança Democrática, que elegeu Sarney, para um campo de centro-esquerda.

Grosso modo, podemos dizer que esta tática ainda era tributária do VI Congresso do PCdoB, que foi realizado em 1983. Em tal diretriz, conforme já enfatizada, visava construir um amplo arco de força, com o intuito de garantir uma passagem com segurança para a democracia no Brasil. Ou seja, no campo tático, o PCdoB se confundia, em partes, com o PCB, justamente pelo apoio ao PMDB; sendo que, o PCdoB chamava de apoio crítico, diferentemente do PCB, em que um apoio era mais incisivo. Portanto, pcedobistas acreditavam, mesmo com algumas reservas, que este governo poderia obter um grande salto qualitativo com o advento Constituinte. Poderemos ver a diretriz política para este governo nas páginas do seu jornal de massa, *Tribuna da Luta Operária*, com o seguinte título, *PCdoB propõe “independência e vigilância” face ao governo*:

Sobre esta base o PCdoB, “diante do novo quadro da realidade brasileira, adota face ao governo do presidente Sarney uma posição independente (que sempre teve) e de firme contestação dos aspectos negativos da política que vem conduzindo”. O texto esclarece que os comunistas, mesmo não fazendo “oposição sistemática” visando a “desestabilização do regime” ou o “desgaste do governo”, vão deixar bem marcada sua “posição de independência e vigilância crítica” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº246, 1986).

Obviamente, que estes alinhamentos políticos e apoio crítico à Nova República irá se refletir, conseqüentemente, no campo institucional. Em 1986, ocorreriam as eleições para a escolha dos deputados federais constituintes. Tal Constituinte iria garantir, segundo os comunistas, o rompimento com os aparatos burocráticos herdados pela ditadura. O PCdoB, a fim de garantir uma boa bancada nesta campanha, estabelece a seguinte flexão tática: candidatos comunistas, tanto para deputados federais quanto para deputados estaduais, poderiam buscar se eleger ou na própria legenda do PCdoB, quando houvesse chances reais de ganhar a eleição, ou, ainda dentro do PMDB. Nesta eleição elegeu cinco deputados federais, quais sejam: Haroldo Lima (BA), Aldo Arantes (GO), Eduardo Bonfim (BA), Edmilson Valentin (RJ) e Lídice da Mara (BA). (BERTOLINO, 2010, p. 203). Conforme podemos constatar, foi uma tática acertada para o PCdoB, pois logrou eleger mais

parlamentares que o seu rival PCB. Também, devemos registrar que a ênfase no trabalho da constituinte se daria, em consonância com os ditames da cartilha de Sarney; mesmo com ressalvas, confiavam neste governo, uma vez que foi Sarney o presidente que lhes concedeu a legalização partidária.

Conforme já enfatizado, ocorreu neste contexto, o Plano Cruzado, com o PCdoB dando apoio a esta nova cartilha econômica. Porém, com o fracasso do plano econômico e com uma grande dificuldade dos parlamentares do PCdoB se imporem, ou melhor, negociar com o bloco majoritário do PMDB que compôs a Constituinte, os comunistas, portanto, optaram por uma recondução tática no plano nacional. Além do mais, no plano sindical, estavam perdendo parcelas grandes da sua militância para a hoste do PT, portanto, era preciso reequilibrar as suas forças e buscar construir uma política mais coerente com a realidade nacional, com o intuito de não definharem no cenário brasileiro, tal e qual estava ocorrendo com o PCB. Com o intuito de corrigir o seu caminho político, realizam, em 1988, o seu VII Congresso do PCdoB. O VII Congresso se apresenta com o título, *O Brasil numa encruzilhada histórica* (2000), e definiria as seguintes diretrizes táticas:

A tática do Partido é de firme oposição ao governo de José Sarney. Essa decisão foi tomada há algum tempo. Persistiremos nela. Responde ao sentimento de grande parte da população, que quer se ver livre o quanto antes de um dos mais detestados governos da República. A oposição a Sarney desdobra-se na contestação ao militarismo que o sustenta, às forças reacionárias, aos governadores estaduais que se alinham inteiramente com o Planalto. E se estende aos partidos políticos que o apoiam. O combate ao governo Sarney é fator de aproximação e ligação às massas populares, ajuda a elevar o nível de consciência política do povo que se interessa em saber como libertar-se desse governante e quais as forças em que pode confiar (Idem, p. 373)

Ou seja, constatavam que a permanência com apoio ao governo Sarney estava saindo caro ao PCdoB. Assim sendo, em face das crescentes e radicalizadas ondas de manifestação contra o atual governo, o PCdoB, neste momento, definitivamente rechaça qualquer apoio ao governo federal. Tal mudança dava-se justamente, pelas limitações que conseguiram articular na constituinte em face de um bloco conservador, o qual era galvanizado pelo PMDB e, também, não podemos esquecer, pelo fracasso dos planos econômicos. Desta forma, buscavam imprimir um caráter mais aguerrido de luta, a fim de, realmente, fazerem coro às lutas que se sucediam em todo o Brasil. Em tempo, convém lembrar: quem, realmente, galvanizou e dirigiu a luta contra a Nova República foi o PT, sendo que este partido tivera um

real crescimento partidário nas urnas, em 1986, ou seja, a linha política, conseqüentemente, se invertia; pois, faria o PT ser o aliado tático do PCdoB em sua política nacional.

Seria erro tático, no entanto, atacar em bloco o PT. Nele militam homens e mulheres progressistas, contingentes consideráveis de proletários dispostos a defender seus interesses e que se mostram subjetivamente a favor do socialismo. Não são poucos os que propugnam a unidade de ação concreta com o Partido Comunista do Brasil. Naquele partido também atuam rancorosos inimigos da unidade da classe operária e das massas populares, furiosos anticomunistas.

Em tais condições tem toda oportunidade a política de frente única para ações comuns que visem ao combate decidido às forças reacionárias de direita, que incentivem a resistência de classe à exploração capitalista. Frente única que não pode ser a simples adesão dos comunistas às organizações "aparelhadas" pelo PT. Nem a abdicação de nossa orientação independente e da atuação de nossas lideranças. Os comunistas quando atuam em organizações de massas dirigidas pelo PT não aderem, nem se acomodam à orientação petista, criticam firmemente o divisionismo, a colaboração de classes e defendem a unidade classista do proletariado e a união independente das amplas massas populares (IDEM, p. 384)

Em síntese, em face da mudança de correlação de forças na seara política nacional, o PCdoB endossava o PT, sem livrá-los das críticas, considerando-o um partido socialdemocrata, com apenas uma linha tática economicista de buscarem reformas dentro do capitalismo, dita de outra maneira, não tinha o objetivo estratégico dos PC's de construir o processo revolucionário para se chegar ao socialismo. E, mesmo com a noção dos limites petistas, no entanto, no plano tático, elegia este partido como seu aliado principal, justamente, pela capacidade deste capitanear uma Frente Ampla, agora de esquerda, que pudesse impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil, concernente com a linha tático-estratégica da seara pcedobista. Embora o apoio, como fora verificado, não poupava críticas à seara petista, enfatizando que não seria um simples apêndice petista, nem tampouco, bloco de sustentação partidária. Ou seja, nesta tática o PCdoB, mantinha a sua linha de Frente Ampla, só que agora, ao invés de uma ampla frente democrática, buscava uma tática de frente de esquerda. O PMDB, por conseguinte, é posto de lado, sendo encarado como forças conservadores que travavam o ascenso do espectro de esquerda nacional. Quanto ao aspecto de sua linha estratégica:

[...] posições estratégicas do Partido. É do nosso Programa a conquista de um regime e de um governo democrático popular, em direção ao socialismo; a liquidação da dependência e da subordinação ao capital estrangeiro imperialista; a extinção do latifúndio; o golpeamento da grande burguesia associada ao capital forâneo; a vitória da classe operária e de seus aliados



sobre as forças da reação e da dependência, visando à construção de nova vida, democrática e socialista, no Brasil. Isso faz parte da nossa luta cotidiana (Idem, p.372-373).

Desta forma, verificamos que havia uma clara recondução tática à esquerda pelo PCdoB, quanto a sua estratégia, continuava apontando na direção do socialismo. Portanto, a linha tático-estratégica continuava ocorrendo em duas etapas, tributário da III Internacional, no qual primeiro sobressaia o caráter democrático e nacional, e depois, o socialista. Sendo que, a estratégia era anti-latifundiária, anti-imperialista com ênfase na negação da aliança com a grande burguesia nacional. Estas mudanças no plano nacional iriam refletir-se nas eleições imediatas do período, pois a partir deste VII Congresso começariam apoiar o PT, através de coligações com este partido nos sucessivos pleitos que se seguiram. Destacamos, como reflexo da linha política, por exemplo, a eleição que ocorreu em 1988, para as prefeituras. Sendo que, conforme já enfatizado, o PT ganhou a eleição de São Paulo, a maior capital do Brasil, ou seja, ocorreu que ambos os PC's apoiaram a composição de forças liderada pelo PT nesta campanha eleitoral.

Ainda, devemos registrar que no campo sindical, conforme já explicitado, o PCdoB compunha, também, o mesmo bloco de força junto com o PCB e o MR-8, na denominada Unidade Sindical, que dera origem a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), em que ocorria um processo de afastamento radical do campo mais combativo encabeçado pelo PT, que originou a CUT (SANTANA, 2001). Tal alinhamento era, ainda, tributário da tática do VI Congresso que primava pela maior amplitude possível, para vencer, definitivamente, os grilhões do regime militar que ainda cerceavam os comunistas. Assim sendo, era uma tática no campo sindical, também, muito similar ao PCB, a qual fazia com que, necessariamente, ambos os partidos estivessem constantemente disputando o legado do real/antigo partido comunista. Porém, com o VII Congresso, estabelecem uma nova tática no campo sindical:

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, propugna uma ampla política de frente única. Procura a ação comum no campo sindical mas, sobretudo, na esfera política com outras correntes e organizações representativas dos setores organizados da sociedade, a fim de dar consistência a um poderoso movimento democrático e progressista capaz de derrotar os inimigos dos trabalhadores e da nossa pátria e garantir um futuro melhor para o Brasil. A frente única com o PT, visando a ações comuns concretas enquadra-se nessa orientação geral. Objetiva ampliar a luta dos trabalhadores e do povo e fazer avançar a unidade da classe operária e das massas populares. Isso ajuda as massas a comprovar na prática a justeza das posições dos comunistas (IDEM, p. 385).

Como podemos observar, com esta nova inflexão tática buscavam, por conseguinte, influenciar nos rumos do campo sindical. A CUT seria, também, o grande objeto de disputa, no qual o PCdoB iria afluir no final da década de 80, deixando, assim, o PCB com a CGT e o denominado Novo Sindicalismo de Resultados que começavam a tomar conta desta central sindical (SANTANA, 2001). Logo, de acordo com as diretrizes do VII Congresso, haveria um progressivo redirecionamento à esquerda desta seara comunista, e tais atitudes refletiriam, conseqüentemente, em um maior distanciamento do seu rival PCB. Bem como, através dessas acomodações táticas, o PCdoB pôde trilhar um caminho junto com o PT nas diversas coligações eleitorais nas décadas seguintes. Ainda, mesmo com todas as questões táticas que o diferenciavam do PCB, neste VII Congresso o que mais fortemente será sentido é a denúncia contra a *Perestroika*, ou seja, neste ponto residiam todas as divergências com o partido rival. A *Perestroika*, segundo o PCdoB, era tão somente mais uma página do revisionismo soviético que começara em 1956, com as denúncias dos crimes de Stalin. Ou seja, seriam reformas sistêmicas iniciadas por Krushev, corroboradas por Brejnev, e agora, intensificadas com Gorbachev, deixando bem claro que o dirigente soviético estava a serviço do imperialismo americano quando da efetivação do acordo de paz com os EUA.

No concernente à situação interna da União Soviética, a questão central em destaque no livro de Gorbachev é também a negação da revolução, das classes e da luta de classes. Porém, há uma nuance. O capitalismo semicamuflado dá lugar ao capitalismo às escâncaras. *Perestroika* é a condenação global das leis próprias do socialismo e a exaltação das leis objetivas do sistema capitalista reintroduzido na URSS. Na época de Krushev, passando por Brezhnev, já se faziam presentes tais leis. No curto período de Gorbachev entraram plenamente em ação a lei da mais-valia, a lei do valor, a lei da concorrência e anarquia da produção, a lei da pequena produção individual que gera, a cada minuto, a cada hora, o capitalismo em massa. A busca do lucro, que provém da mais-valia, é o objetivo fundamental. As empresas autofinanciadas baseiam-se nesse objetivo. Os kolkoses no novo regime econômico transformam-se em grandes cooperativas capitalistas e dissemina-se o livre comércio capitalista. Gorbachev fala claro (IDEM, p. 390-391).

De acordo com a citação, fraturas irreconciliáveis na seara comunista, que traziam para o PCdoB uma total incompatibilidade com o modelo de reestruturação soviética. Ainda, conforme exposto, se por um lado a esquerda internacional saudava Gorbachev como um novo e grandioso dirigente que vinha colocando nos trilhos o socialismo, o PCdoB, pelo contrário, rechaçava-o radicalmente, enfatizando, a seu turno, que isto tudo, tanto a *Perestroika* quanto a *Glasnost*, não se tratava de outra coisa, que não fosse uma grande

falácia. Pois, segundo eles, o socialismo real da URSS, longe de buscar uma resposta para uma superação qualitativa do modelo soviético, se mostrava mais incisivamente numa grande crise de paradigmas. Convém realçar que, embora o PCdoB compusesse o rol das organizações marxista-leninista, esta agremiação não se sentia atraída por estas mudanças, nem tão pouco se sentia abalada por uma possível crise maior no socialismo, conforme eles previam, uma vez que esta era apenas mais uma face do “revisionismo envergonhado, que procurava passar o contrabando burguês disfarçadamente, a revisionismo sem máscara que adere abertamente ao capitalismo - eis a trajetória dos renegados soviéticos agora adeptos da Perestroika” (Idem, p. 386).

Toda essa falsa arguição tem por fim, em última instância, justificar acordos da União Soviética com os Estados Unidos para dividir o mundo em zonas de influência entre as duas superpotências. Gorbachev declara cinicamente, em Perestroika, que o destino dos povos será "decidido conjuntamente pelos Estados Unidos e pela URSS". É incrível, mas ele asseverou que "tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos poderiam dedicar-se a grandes projetos conjuntos, reunindo esforços, recursos e potencial científico e intelectual para trabalhar no sentido de resolver os grandes problemas que afligem a Humanidade". Categoricamente, afirma não ter dúvidas de que os Estados Unidos encontrarão um modo de "redirecionar suas energias e seus capitais [...] para ajudar a resolver os problemas econômicos e sociais do mundo moderno". Gorbachev anuncia, assim, que o imperialismo deixou de ser imperialismo. Agora, passa a ser benfeitor dos povos. Com semelhantes sandices, tem em vista amainar a luta dos trabalhadores contra o imperialismo e o social-imperialismo, espalhar a ilusão de que o lobo virou cordeiro. Mas o proletariado e os povos não se deixarão enganar pelo canto de sereia desse traidor da classe operária e do socialismo (Idem, p. 390).

Ou seja, para o PCdoB, o caminho da URSS era um só: a derrocada. Não seria nada mais do que acordos entre os EUA e a URSS, conluídos estes, que encerrariam com a luta da classe operária que institucionalizou o modelo político soviético. Seria, pois, o fracasso do legado da Revolução de Outubro. Sendo que, ratificamos, o PCdoB se sentia confortável para criticá-los, pois desde 1962 denunciavam o revisionismo soviético, segundo eles, o que acontecia na União Soviética era a prova de que estavam certos. Além do mais, a URSS não era exemplo teórico e nem empírico para os camaradas do PCdoB; pois, há muitos anos, consideravam a URSS um Estado degenerado. Conforme apontamos, o grande farol do socialismo era a diminuta Albânia, já que era grande exemplo a ser seguido, pois exemplifica a luta contra o revisionismo internacional.

Não obstante os esforços da burguesia reacionária com propósito de negar o socialismo, este vive e floresce na Albânia, que resiste firmemente à pressão

imperialista-revisionista. Ali, a classe operária e seu partido de vanguarda, o PTA, dirigem com êxito a construção da nova vida de progresso, cultura, liberdade e justiça social. Toda sua atividade fecunda guia-se pela lei econômica fundamental do socialismo, assim expressa: "assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, em constante ascenso, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterrupto da produção socialista sobre a base da técnica mais elevada". [...] o partido dos comunistas albaneses, o PTA, projeta e realiza à frente do proletariado e do povo a gigantesca obra da edificação socialista, que estimula, pelo exemplo, a luta revolucionária de todos os povos. (Idem, p. 359).

Assim sendo, como não tinham nenhuma identidade com a *Perestroika* e com a *Glasnost* soviética, o PCdoB dava todo o seu endosso, portanto, neste VII Congresso para a Albânia. Ainda, quanto a *Perestroika*, os pecebistas seriam férteis em matérias contrárias na segunda metade da década de 80, ocupando assim, um grande espaço em seus editoriais. Conforme justificamos, o PCdoB viveu grande parte da sua vida ilegal e agora legal numa constante disputa de opiniões com o PCB, sendo que, muitas vezes sua linha tática se confundia com os pecebistas. Mas, neste momento, o PCdoB conseguia forjar uma linha tático-estratégica radicalmente contrária ao seu rival. Assim sendo, conseguiram mostrar mais claramente os seus projetos e o quanto estes se diferenciavam do seu rival comunista. Ainda, a *Perestroika* servia, portanto, como o grande peso nesta balança, de um lado, o PCB com total apoio; e, de outro lado, o PCdoB, radicalmente contrário. Quanto ao tema sobre *Perestroika*, este ocupará todas as páginas da principal revista teórica do PCdoB, a *Princípios*, em 1989, em que abria com um editorial cujo título já mostrava o posicionamento que PCdoB mantinha sobre o assunto, *Com a perestroika cai a máscara do regime*, conforme podemos destacar:

Apareceu no cenário político a perestroika, badalada pelo capital financeiro internacional. Daí por diante pôs-se em prática abertamente o sistema capitalista. As antigas formas de estruturação da sociedade, que vinham da época de Lênin e Stalin, já não podiam acomodar o novo conteúdo da orientação revisionista. Gorbachev encarregou-se de abrir o jogo. Passou a predominar a economia de mercado, o lucro voltou a ser o objetivo principal da produção, instalaram-se grandes indústrias do capital estrangeiro que exploram a mais-valia dos operários, o sistema de arrendamento de terras foi restaurado. Os soviets, base da organização estatal criada pelos trabalhadores, converteram-se em parlamentos do tipo burguês. E o partido comunista, totalmente desfigurado, deixou de ser a força dirigente da sociedade. (REVISTA PRINCÍPIOS, 1989, p. 4).

Neste momento, com o aprofundamento da *Perestroika* na URSS e a emergência das primeiras fissuras, o PCdoB, literalmente, ia para o ataque. Conforme já enfatizado, a *Perestroika* surgia com características genéricas, muito mais impactantes como elemento

simbólico e político, do que com as realizações, de fato, implementadas por Gorbachev. Aproveitando, portanto, desta falta de condução segura no processo da *Perestroika*, assim como, buscando antever o que poderia (ou não) acontecer com a URSS, o PCdoB partia para o confronto. Acusavam a burocracia soviética como falaciosa, subserviente do imperialismo americano e, mais enfaticamente, como traidores do legado do marxismo-leninismo, pois segundo eles, ao invés de buscar uma mudança em que o protagonista deveria ser o proletariado, transformava o imperialismo americano como o mecenas da transformação social, que desarmava a URSS e se entregava, por conseguinte, ao poderio dos EUA. Estas divergências conforme explicitado no texto, também, residia na defesa dos princípios do legado de Marx e Engels, pois de acordo com o PCdoB, nas palavras de seu principal dirigente, João Amazonas: “Nada mais resta de socialismo proletário, científico, na União Soviética. É um país capitalista como outro qualquer, uma superpotência imperialista. A perestroika é o esforço feito para consolidar o capitalismo” (Idem, p.4) Palavras extremamente ásperas e rudes para os pecebistas, mas que servem para demonstrar toda a radicalidade das opiniões divergentes entre as duas searas comunistas no Brasil. No entanto, devemos ponderar, retomando a unidade anterior, o sentido da *Perestroika*, em seu cerne, residia em reformar o socialismo dentro de um padrão competitivo com o capitalismo<sup>52</sup>.

Portanto, a sorte estava lançada para os dois PC's. Quanto ao PCB, apostando na *Perestroika* como artifício de salvação de uma insolvência partidária anunciada. Já, no tocante ao PCdoB, apostando no fracasso do novo caminho anunciado pelo Leste europeu. Ou seja, um caminho (estratégia socialista) com dois projetos diferenciados (ortodoxia pecebista ou reestruturação pecebista), quem venceria? Debates a parte no plano internacional, no entanto, no plano nacional, novas rusgas e alianças atuariam esta divergência na seara dos comunistas brasileiros: a eleição de 1989. Assim sendo, o que importa capturar deste subtítulo referente ao PCdoB são os apontamentos: 1) um apoio crítico à Nova República em um primeiro momento; 2) composição do PCdoB junto às forças mais conservadoras no cenário sindical; posteriormente com o fracasso do plano econômico e dificuldades na própria elaboração da constituição, o PCdoB 3) fara uma recondução tática à esquerda passando a compor forças com o PT; 4) tal reconversão tática, também, terá reflexo no campo sindical, vindo a compor futuramente o núcleo cutista; e, finalmente, 5) a total dissociação com o novo modelo de

---

<sup>52</sup> No tocante a esta divergência do período, convém à sugestão das seguintes leituras: 1) enfatizando a posição da *Perestroika* como retomada do capitalismo - FERNANDES, Luis. **URSS, ascensão e queda**: a econômica política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992; e, 2) no outro pólo - ZASLAVSKAIA, Tatiana. *Perestroika e socialismo*. In.: **Perestroika**: Desafios da transformação social na URSS. (org) Lenina Pomeranz. São Paulo: Edusp, 1990.

reestruturação soviético, ou seja, *Perestroika* e *Glasnost*. Ainda, realçamos que tal recondução tática será deveras enfatizada no pleito de 1989, em que seria eleito o novo presidente civil do Brasil, através do voto direto.

### **3.3 – A ELEIÇÃO DE 1989 – A NAÇÃO, OS PARTIDOS E AS ALIANÇAS DOS COMUNISTAS**

A eleição de 1989, conforme esperavam todos os partidos que participaram do pleito, seria uma nova virada política do Brasil, pois poderiam, finalmente, escolher o novo presidente civil eleito por voto direto, o que não ocorria desde a eleição de Jânio Quadros, em 1960. Ou seja, 29 anos separavam o povo brasileiro do exercício de escolher o presidente do Brasil pelo voto, pois, como é sabido, durante toda a ditadura foram os generais que se intercalaram na Presidência da República. Portanto, seria um momento de grande mobilização nacional, em que os diversos partidos buscariam compor forças visando ganhar esta eleição. Sendo que, convém registrar que neste momento haveria um segundo-turno, portanto, acreditava-se que neste segundo momento pudesse haver um amplo leque de alianças para construção de uma vitória; desta forma, os partidos jogavam todas as suas forças numa grande campanha eleitoral, buscando galvanizar eleitores e apoio.

O cenário político nacional, neste momento, estava extremamente fragmentado, era o que Sartori (1982, p.1) denominara de pluralismo polarizado, uma vez que existia um grande número de partidos, e entre eles, uma diferença ideológica muito grande, havendo, assim, pouca unidade programática. Podemos dizer que cada partido buscava construir uma campanha diferenciada com o intuito de granjear votos neste cenário de extrema disputa. Assim, entre os vários candidatos que disputaram esta eleição, destacamos pelas suas trajetórias e importância no pleito, os seguintes candidatos: 1) pelo PMDB, a decana figura de Ulysses Guimarães, o outrora senhor *Diretas Já*, que agora buscava se apresentar à sociedade demonstrando todo o seu legado político, e como fora importante o seu papel na condução do processo de redemocratização no Brasil; 2) pelo PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro), organização seccionada do PMDB durante o processo de Constituinte, apresentava como candidato um eminente político paulista, Mario Covas; 3) pelo PDT, capitaneava a figura do trabalhista gaúcho, Leonel Brizola, que fora governador do Rio Grande do Sul no período de Jango e, depois, governador do Rio de Janeiro; 4) pelo PT, como não poderia deixar de ser, despontava o seu principal líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva,

que fora deputado constituinte, em 1986; 5) pelo PDS, apresentava o polêmico Paulo Maluf; e, finalmente, 6) pelo inexpressivo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), Fernando Collor de Mello, egresso da seara arenista e, que nas últimas eleições tinha sido eleito governador de Alagoas pelo PMDB.

Quanto aos PC's, conforme já enfatizado, o PCdoB apoiaria o PT desde o primeiro momento da campanha. Em maio de 1989, lançaram uma coligação junto com o PV (Partido Verde) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro), denominado Frente Brasil Popular, fazendo com que Lula galvanizasse um amplo arco de influência na esquerda, para a corrida presidencial. Quanto ao PCB, indicam o nome de Roberto Freire com o objetivo de construir a unidade perdida no seio pecebista. Devemos registrar que, o PCB em face do processo de fragmentação que ocorria na sua seara partidária, era composto eminentemente por três clivagens internas que competiam internamente dentro do partido: 1) uma parcela mais à esquerda, que a despeito das diretrizes do CC ousara coligar-se com o PT, nas eleições municipais de 1988; 2) um centro pragmático, basicamente, como expressão dos deputados federais, capitaneados por Roberto Freire; e, 3) um grupo mais histórico e ortodoxo, ainda muito apegado às diretrizes do PCUS, no qual tinha expressão o secretário geral do PCB, Salomão Malina. O CC (Salomão Malina) do PCB estava inclinado a coligar-se com o PMDB; não concordando com tal fato, os dois outros grupos unem-se e aprovam majoritariamente a indicação de Roberto Freire para presidente. Com o centro histórico vencido, reinaria, novamente e por um pequeno período de tempo, a paz nesta seara comunista. Ainda, esta eleição, segundo os dirigentes do PCB, serviria para revelar, de maneira mais incisiva o pensamento dos pecebistas, de modo a conquistarem a fatia perdida dos eleitorados e aproveitando o ensejo, propagandear e enfatizar a importância da *Perestroika* no cenário político. Segundo Roberto Freire:

Nesse sentido é importante dizermos da nossa concepção, que é uma concepção, hoje, por exemplo, que tem a base maior, do ponto de vista teórico e até mesmo da grande discussão do socialismo no mundo, que é a *Perestroika*, que é a Glasnost, que o processo de renovação por que passam a União Soviética e o mundo socialista, a partir do Presidente Mikhail Gorbachev. Então, nesse sentido, essa discussão do novo socialismo, do socialismo do século XXI, desse socialismo moderno, renovado, isso tem algo a ver com a nossa candidatura, e que provavelmente não tem nada a ver com nenhuma das outras candidaturas de esquerda. Isso já basta para definir, talvez, a necessidade desse debate da ideia, mesmo no campo da esquerda, desse confronto de concepções – justifica exatamente as candidaturas da esquerda, entre elas a do Partido Comunista Brasileiro (FREIRE, 1989, p. 5).

Como podemos perceber, o PCB se apresentava como um partido renovado no discurso, que através das reformas realizadas por Gorbachev tinha a ousadia de se apresentar para a sociedade brasileira, dando o exemplo de um socialismo reformado e de novo tipo. A *Perestroika* e a *Glasnost*, portanto, se inseriam até no cenário político brasileiro, servindo como exemplo aos outros partidos da seara da esquerda. Ou seja, precisavam, pois, insistir nesta propaganda reestruturante do Leste europeu, pois, segundo eles, era o grande advento que traria para si o conjunto da sociedade mais avançada para as ideias do PCB. Quanto à importância da *Perestroika* para a política brasileira, no atual cenário de disputa eleitoral:

Nós falamos da União Soviética porque o mundo todo hoje fala. Todo esse processo de perestroika não é algo que apenas interesse a povo soviético, nem muito menos só à comunidade socialista. As modificações e as transformações que lá ocorrem estão tendo repercussões a nível internacional. São as relações do mundo que mudam a partir de toda uma política de paz, de desarmamento. É toda uma política de democratização. É toda uma política de reestruturação econômica, que faz com que as relações entre os povos, do ponto de vista da economia se modifiquem. [...] Então nós falamos porque não pode, quem imaginar conduzir destinos do país, como o Brasil, não levar em consideração a nova realidade da União Soviética. Então, independente de sermos comunistas, eu acho que quem vai ter que começar a falar muito da perestroika são todos esses candidatos a Presidente. (Idem, p.20).

Os apelos de Roberto Freire e a sua campanha não decolam, pois a realidade era outra, uma vez que num pluralismo altamente polarizado, a força de um partido comunista que se apresentava ora como partido da ordem, ora como partido bolchevique autêntico, ou, ora como emissário de um novo modelo de reestruturação no leste europeu não surtia efeito. Portanto, o exemplo soviético encontrava-se distante demais, por motivos exógenos, das plataformas políticas apresentadas pelos outros partidos; sendo que, estes em suas promessas de campanhas, tentavam apresentar propostas mais endógenas para solucionar os problemas brasileiros, e assim, ir ao encontro das questões mais prementes e sentidas pelos eleitores. Seguindo a indicação de Sartori, em um sistema partidário sob a influência do pluralismo polarizado são os polos opostos que acabam galvanizando a campanha: “o fato é que, [...] os espectros da opinião política estão altamente polarizados: seus polos laterais são, literalmente, dois polos extremos, e a distância entre eles cobre uma diferença máxima de opinião” (1982, p. 161). Ou seja, as clivagens que os separam são muito profundas. Exemplificando empiricamente este argumento teórico, os dois candidatos que vão para o segundo turno são o metalúrgico Luiz Inácio da Silva, assumindo uma candidatura altamente ideologizada e partidarizada, e no outro polo, o candidato anti-partido, Fernando Collor de Mello. As



fissuras, realmente, são muito profundas, pois são dois sistemas totalmente opostos: de um lado, buscando uma unidade de frente esquerda e enfatizando a necessidade da soberania nacional, encontra-se o PT; de outro lado, buscando uma abertura do Brasil ao capital estrangeiro e com isso abrindo, definitivamente, a chegada do neoliberalismo no Brasil com o inexpressivo PRN, capitaneado pelo carismático Fernando Collor.

Torna-se importante registrar que, embora existissem divergências entre as diversas agremiações partidárias, um dos pontos em que havia convergência no discurso dos vários partidos, era acerca da moralização da política (MORITZ, 1996). Assim, todos os candidatos e, principalmente Fernando Collor, se apresentavam como o grande “salvador da pátria”, ou seja, praticamente todos se autoproclamando como o personagem da história que iria moralizar a roubalheira no país, extinguindo, assim, a corrupção que tomou conta do cenário político nacional. Collor, como é sabido, era apresentado como o grande *caçador de marajás* do Estado de Alagoas, amplamente divulgado pelos canais de televisão que o apoiavam. E Lula, como era esperado, também denunciaria sistematicamente a “politicagem” que fora transformado a Nova República, buscando construir um discurso mais à esquerda. Devemos ampliar esse contexto, pois neste período, no Brasil, ocorria um total descrédito com o cenário político, associando-o com a corrupção, além disso, também, o mandando de Sarney fora débil e fraco, assim como, extremamente combatido em face dos desajustes provocados pela sequência dos fracassados planos econômicos e a conseqüente alta da inflação, assim sendo, realmente a população esperava um “salvador da pátria”.

A polarização era contundente e atingira o seu clímax nas vésperas da eleição final do segundo-turno. Não obstante o total apoio da esquerda, Collor vence o segundo turno<sup>53</sup>, usando de expedientes de denunciismo nos últimos momentos da campanha eleitoral. Desta forma, encerrava-se um ciclo na história recente do Brasil, pois com a vitória de Collor, finalmente, proporcionaria a abertura econômica do país ao neoliberalismo. No tocante à esquerda, e principalmente ao PT, seria necessária uma ampla reorganização de forças para fazer frente aos ventos liberais que soprariam no Brasil.

Ainda, buscando explicação do ocaso da eleição no Brasil, segundo Mainwaring e Torcal (2005), o resultado é típico de países frutos da Terceira Onda de Democratização, em que candidatos *outsiders* e sem partidos expressivos, galvanizam pelo carisma o resultado das eleições, demonstrando, portanto, a fraqueza institucional do sistema partidário. Nesta

---

<sup>53</sup> Collor obtém 49,94% dos votos e Lula 44,23%.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_brasileira\\_de\\_1989](http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_brasileira_de_1989). Acessado em 23/02/2012.

situação, enfatiza que candidatos carismáticos ficam acima dos partidos, capitaneando, assim, o processo eleitoral, ou seja, Fernando Collor, como exemplo paradigmático, criara um partido para a sua eleição, sob os auspícios dos meios de comunicação que o transformaram na grande figura que poderia vencer o perigo vermelho, não o perigo dos comunistas, pois estes estavam desbotados, mas o perigo da elite vermelha do ABC paulista, traduzida pelo petismo. Nesta conjuntura, era extremamente conveniente, para a elite, ter um candidato em quem eles se identificassem e pudessem confiar; Collor, portanto, assumiria esse papel e seria o grande personagem no cenário nacional, o qual eclipsou as velhas raposas do cenário político, assim como, as novas lideranças, mesmo que se utilizasse, no seu horário eleitoral, de expedientes não éticos.

Finalizando, torna-se importante registrar que a eleição final do segundo-turno fora realizado em 17 de dezembro de 1989, ou seja, durante um ano inteiro o Brasil fora convulsionado pela eleição presidencial, sendo discutidas amplamente as novas diretrizes que poderiam solucionar os problemas candentes do país. Com o país mergulhado no processo eleitoral, convém realçar que, no plano internacional, ocorreu a queda do muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989. Em síntese, são indicativos que, realmente, demonstrariam que as coisas mudariam tanto em âmbito internacional quanto nacional. No Brasil, conforme já enfatizando, a esquerda buscava reelaborar um amplo leque de forças, a fim de construir uma resistência contra a política implementada por Fernando Collor. Sendo que, no plano externo, a sequência seria muito mais dramática e inesperada, pois pegaria em cheio, não somente os países do Leste europeu, mas também, os partidos comunistas que fossem tributários do marxismo-leninismo soviético, como um caminho a ser seguido. Portanto, o PCB, não obstante ao seu fracasso nas urnas (1,06 %), ainda se veria envolvido em um grande imbróglio de proporções internacionais a ser solucionado, sendo que o tempo corria a passos céleres.

### **3.4 – CONCLUSÃO**

O período entre o crepúsculo da ditadura militar e o alvorecer da Nova República foi um período de grandes acontecimentos na seara política nacional, fatos que seriam sentidos marcadamente no plano institucional com a reconstrução partidária no Brasil. Sendo que, conforme explicitado, os PC's não puderam se legalizar, continuando a militância internamente dentro do PMDB. Tais fatos, ocasionaram grandes fragilidades para estes

partidos, os quais se verificaram, imediatamente no momento da sua legalização partidária, em face da fraca densidade de votos destes partidos, nas eleições do período, em 1986. Somase a estes fatos, que após a legalização, ambos os partidos tornaram-se fiadores da Nova República, através da Aliança Democrática, capitaneada pelo PMDB. Tal alinhamento tático, também causaria um sério ônus, além do plano institucional (eleições), mais especificamente, na seara sindical, pois neste âmbito quem galvanizava este campo de luta era o PT.

Em relação ao PCdoB, convém realçar que esta agremiação trabalhava sob um denominado “apoio crítico” ao governo Sarney, diferentemente, do apoio quase integral do PCB. Sendo que, com a mudança na conjuntura política e econômica, assim como, pelo fato do governo Sarney estar cada vez mais posicionado à direita e compondo com as forças mais conservadoras, o PCdoB, portanto, a fim de corrigir a sua linha política, realizou o seu VII Congresso. Nesse contexto, mudam a sua tática partidária, passando, agora, a apoiar o PT nas eleições vindouras, da mesma forma ocorre uma maior aproximação com a CUT, entidade dirigida pelo PT. Enfatizamos, portanto, que esta recondução tática dará um novo tônus ao PCdoB na segunda metade da década de 80, pois esta linha política lhes abriria um caminho fecundo nas coligações com o PT nas décadas seguintes; assim sendo, elegeria o PT como seu aliado tático preferencial. No tocante ao PCB, a partir do seu VIII Congresso, insistiriam com grande veemência no aprofundamento das questões democráticas para se chegar ao socialismo. E ainda, no plano institucional, continuavam apontando a importância do enlace com o PMDB em suas sucessivas campanhas políticas, cujo objetivo era buscar, através deste partido, o coroamento da sua linha tático-estratégica.

Porém, não obstante às tentativas de readequação partidária na seara nacional, a grande mudança ainda estaria por vir, pois apareciam os reflexos dos primeiros sinais da crise do Leste europeu. A União Soviética estava em grandes dificuldades para continuar gerindo o velho modelo estatista planejado, elaborado de acordo com os ditames da insurreição do Outubro Vermelho. Obviamente, que durante o processo de construção do socialismo real houve muitas distorções do legado original, a velha máquina de guerra soviética estava ficando paralisando e precisava lubrificar as engrenagens. Gorbachev surge como o *grande messias* da transformação do socialismo reedificado, com palavras novas como *Perestroika* e *Glasnost*. O PCB endossará completamente estas novas diretrizes, inclusive no seu programa eleitoral para presidente, em 1989. Já, quanto ao PCdoB, mostrara-se um crítico feroz de todo o processo de renovação do Leste europeu.

Conforme enfatizado, o ano de 1989 fora extremamente marcante, tanto no plano nacional, quanto em âmbito externo; pois, fora o ano da eleição para o primeiro presidente

eleito pós-ditadura, em que os comunistas se dividiram: PCB lançou candidatura própria e com resultados pífios; enquanto o PCdoB apoiou Lula, que foi para o segundo-turno. Porém, ratificando, no plano externo, o pior já anunciava e começava a respingar na seara nacional, mais enfaticamente no PCB: a queda do muro de Berlim.

Assim, fechando este capítulo, o que importa reter, é que embora as diferentes formas em que os PC's se apresentaram para a sociedade brasileira no plano tático, após a legalização partidária, ora similar entre eles, ora com grandes diferenças, no entanto, é no plano internacional é que se daria a real divergência dos PC's em virtude do peso da *Perestroika*. Assim sendo, a compreensão dos caminhos (e insucessos) da *Perestroika* serão de fundamental importância para o entendimento do que aconteceu com o PCB, conforme veremos no capítulo seguinte, em que examinaremos com mais acuidade acerca da queda do muro de Berlim e focaremos, principalmente, o colapso final da União Soviética e o seu reflexo no ocaso do PCB.

## CAP 4 – A Crise do Socialismo e o PCB

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separaram de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (GRAMSCI, 2007, p. 60).

Este capítulo possui entre os seus objetivos examinar como transcorreu a *débâcle* final do socialismo no Leste europeu no início da década de 90, principalmente, o colapso da URSS após o Golpe de Agosto de 1991. A partir deste fato, focaremos na recepção da queda do aparato soviético nas hostes do PCB e como foi o desdobramento imediato do colapso final do socialismo no derradeiro X Congresso partidário. Ainda, no plano nacional torna-se importante, também, analisar o início da nova ordem democrático no Brasil, a fim de identificar o alinhamento político nacional das clivagens políticas oriundas do PCB.

A partir deste enfoque, procuraremos estudar a evolução partidária dos dois partidos que se reivindicam egressos das discussões emergidas da década 90. Neste sentido, tal estudo visará identificar, num primeiro momento, a tentativa de reconstrução partidária do legado do PCB e a seu realinhamento político no campo da esquerda; assim como, a análise da política ambivalente do PPS no transcurso da década de 90 e anos 2000.

### 4.1- O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL

A URSS no final dos anos 80 estava assolada por planos econômicos que não respondiam aos anseios da população e, neste período começava a ser acossada mais incisivamente tanto no plano interno (países do Leste europeu), quanto pelos países do capitalismo avançado que tentavam tirar uma fatia do mercado em vias de abertura e potencialmente muito rico em reservas naturais. Quanto ao plano interno dois elementos ampliavam a ebulição na URSS: 1) a tentativa de descompressão dos outros países do Leste

européu, principalmente a Polónia e, mais perigoso quanto, 2) as rusgas do nacionalismo étnico dentro da URSS.

No tocante ao caos económico, conforme já realçado no capítulo anterior, as reformas promovidas por Gorbachev careciam de um projeto mais definido, uma vez que a *Perestroika* e a *Glasnost* não conseguiam responder os anseios da velha máquina de guerra socialista. Assim sendo, era preciso um redirecionamento mais contundente no qual buscassem sair de uma economia planificada e estacionada para uma economia de mercado gerida pelo Estado. No entanto, o clima político dos planos económicos propostos pela equipe de Gorbachev, longe de gerar satisfação e uma saída segura para o projeto da *Perestroika*, pelo contrário, gerava um clima ainda maior de desagregação e fracionamento da combalida URSS, pois os resultados eram pífios. De acordo com Aarão Reis Filho (2002a, p. 255): “Em 1988 a colheita de cereais foi um fracasso: 195 milhões de toneladas, quase 20% a menos do que era em 1978, dez anos antes. O racionamento de carne já atingia oito das 15 repúblicas e 26 regiões na Federação Russa”.

Neste sentido, podemos dizer que entre a falta de avanço da *Perestroika* e as liberdades da *Glasnost*, o que mais avançou, com certeza, foi a transparência. Pois, aproveitando o processo de descompressão promovido pela elite dirigente da URSS, a população não recuou e foi para o embate. Em suma, houve dois processos descontínuos: 1) a *Perestroika* que não logrou resultados económicos e regrediu; e, 2) a *Glasnost* que avançou além da conta e as forças repressivas não puderam, ou melhor, não estavam mais dispostas a reprimir, como outrora os governos opressores do passado, o que seria, portanto, um caminho sem volta. O *ethos* marxista que tanto anos fora sucessivamente construído na URSS não surtia mais efeito e, numa atitude salvacionista, a socióloga Tatiana Zaslavskaja, que compunha a equipe de Gorbachev, conclamava a fim de não esmorecer o legado socialista:

A essência social da perestroika consiste no retorno da nossa sociedade da via de degeneração estatal-monopolista, para a via leninista de construção do socialismo democrático, subordinado às necessidades do homem, à renovação e a depuração das relações sociais das deturpações e deformações que nela surgiram (1990, p. 134).

No entanto, a população soviética estava vivendo um clima desenfreado de acertos de contas, e neste (o) caso, quem iria pagar a conta? Novamente a população? A velha elite dirigente do PCUS? No tocante a elite dirigente, devemos realçar que havia uma disputa de poder na URSS, pois com o advento da *Glasnost* existia um jogo de forças não sutil, mas sim hostil, grosso modo teríamos: 1) os conservadores que não queriam as reformas e acusavam

os reformadores; no outro lado 2) havia os reformistas moderados que insistiam nas reformas de Gorbachev; e, por fim, 3) os reformistas radicais que queriam aprofundar as reformas para uma economia de mercado. No espectro desses três grupos, Manuel Castells (1999b 71-74) enfatiza que, existia, ainda, uma miríade de interesse e subgrupos que justificavam os prós e contras da *Perestroika*, desde ideólogos ortodoxos do PCUS até esboços de máfias articuladas. Porém, neste turbilhão mesmo com a paralisia da *Perestroika* e apostando nos avanços da *Glasnost*, Gorbachev anuncia a XIX Conferência Pan-Soviética do Partido Comunista, que fora realizado entre 28 de Junho e 2 de Julho de 1988. Tal conferência propunha acabar com o espólio de partido único conclamando eleições para deputados, os quais teriam como função eleger um novo *Soviete* Supremo. De acordo com Keeran e Kenni em seu livro, *O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética* (2008, p. 152), argumentavam que:

As decisões da XIX Conferência afastavam-se da prática política anterior de uma forma espantosa. Ao passo que o Partido exercia o papel dirigente na sociedade soviética e no governo, de uma penada, a XIX Conferência inverteu os papéis, declarando que o Estado, e não o Partido, devia liderar. A XIX Conferência do Partido reduzia assim drasticamente o papel do PCUS e convertia-o num partido parlamentar. Legalizava os Partidos não comunistas. Ao mesmo tempo que a importância dos PCUS se desvanecia, a recém-criada presidência executiva dava a Gorbachev uma plataforma a partir da qual governar.

Devemos realçar que “a conferência aceitou sem oposições explícitas”<sup>54</sup> o princípio de uma democratização maior, incluindo um novo legislativo e uma redução do tamanho do aparelho do partido” (BROWN, 2012, p. 598). Porém, mais uma vez houvera um erro de cálculo por parte de Gorbachev, seu próprio poder estava em disputa, sendo questionada a sua autoridade; neste sentido, dar voz a insurgentes somente iria apressar ainda mais o processo de fragmentação e, conseqüentemente, deslegitimando as reformas do plano econômico. Segundo Castell (1999b,p. 71) a “sua perestroika tornou-se, a um só tempo, radical e estagnada, porque ele acreditou sinceramente que conseguiria aperfeiçoar o sistema soviético sem antagonizar”. Em síntese, ao invés de uma unidade, o que havia era apenas forças centrífugas, cada uma puxando para um lado, num *continuum* que, neste momento, se aprofundava muito mais, pois já se falava até na volta de um capitalismo de mercado,

---

<sup>54</sup> Grifos nossos.

conforme enfatizado, entre os reformadores radicais, também chamados de restauracionistas. Nas palavras de Hobsbawm (2008, p. 468):

O país avançava para uma política eleitoral pluralista no momento mesmo em que desabou em anarquia econômica: pela primeira vez desde o início do planejamento, a Rússia em 1989 não mais tinha um Plano Quinquenal [...]. Foi uma combinação explosiva, porque solapou as rasas fundações da unidade econômica e política da URSS.

Aproveitando as brechas da descompressão da *Glasnost*, os trabalhadores empurravam a URSS também para um cerco, imprimindo lutas e greves, como por exemplo, em junho de 1989, a greve dos mineiros: alerta vermelho em grau máximo. Obviamente, que neste quadro de desagregação faltava tudo, de gêneros alimentícios a materiais de limpeza. Seguindo a trilha de uma análise marxista, poderemos dizer que a infraestrutura condicionou as mudanças objetivas na superestrutura, ou seja, a partir do caos, da desagregação econômica e da falência da força de trabalho; ruía, por conseguinte, o Estado soviético<sup>55</sup>. Assim sendo, se o Estado socialista era posto em cheque, igualmente, toda a ideologia e o arcabouço que gerou essa experiência política no século XX entrava em debate - sobravam discussões, ao mesmo tempo em que se esfumaçavam sonhos. Segundo Visentini e Pereira (2010, p. 310): “se no plano internacional a Perestroika eliminou a mentalidade de Guerra fria da maior parte da opinião pública ocidental, por outro lado introduziu um clima de desmoralização ideológica dentro da esquerda, apenas enfatizando os aspectos negativos da Revolução Soviética e do Socialismo”.

Além dos descompassos das reformas propostas, Aarão Reis Filho (2002a, p. 256) assevera que “Gorbachev, no deslanchar da perestroika, e traindo sua alma russa, subestima gravemente a chamada questão nacional, como ele próprio viria a reconhecer mais tarde”. No tocante a este assunto, devemos lembrar que a URSS era um país formado eminentemente pelas nacionalidades que a compuseram, obviamente que, majoritariamente russos<sup>56</sup>. Se nestas nacionalidades reconhecidas havia uma grande dificuldade de ter um equilíbrio equânime de recursos, o que esperar das nações consideradas de segunda ordem? Neste quesito devemos

---

<sup>55</sup> Segundo Quintaneiro em, *Um Toque de Clássicos: Marx, Weber e Durkheim*, (1996, p. 74): “O conjunto das forças produtivas e das relações de produção forma o que Marx chama de a infra-estrutura de uma sociedade que, por sua vez, é a base sobre a qual se constituem as demais instituições sociais. Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida social os homens geram também outra espécie de produtos que não têm forma material e que vêm a ser as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científicos, representações coletivas, etc. – cujo conjunto é chamado de superestrutura ou supra-estrutura”.

<sup>56</sup> De acordo com Segrillo: “A antiga URSS, na época da Perestroika, era formada por 15 repúblicas (sendo que a maior de todas, a República Socialista Federativa Soviética Rússia, comumente chamada Rússia, ocupava sozinha aproximadamente 76% do território total do país e 52 % da população”. (2000a, p. 156).



considerar que nos países eslavos o conceito de nacionalidade está condicionado a descendência familiar, ou seja, não importa o local de nascimento. Sendo assim, destaca-se a noção de pertencimento étnico, o que implicava que os documentos de identidade na URSS continham dois itens: cidadania e nacionalidade. Além disso, para deixar ainda mais contencioso o ambiente doméstico, de acordo com o censo de 1979, havia 109 grupos étnicos; sendo que, esses grupos eram divididos da seguinte maneira: nacionalidades, subnacionalidades e minorias estrangeiras (SEGRILLO, 2000a, p. 156). Segundo o referido autor, o problema das etnias foi agravado por duas políticas opostas: 1) ênfase no internacionalismo proletário que ressaltava a questão de classe e não de nação; e, por outro lado, 2) com as constituições soviéticas consolidaram a divisão territorial da URSS baseada sob princípios étnicos.

Em suma, pela consolidação das noções de territorialidades e expressão cultural que normalmente acompanham as definições de nacionalidade, o período soviético, de certa maneira, “acordou” diversas tendências nacionalistas ou étnicas que, sob o czarismo, eram inexistentes ou mantidas subjugadas (latentes) por motivos das políticas claramente imperialistas e repressivas de então (IDEM, p. 159)

Como podemos observar, a URSS soviética em meados de 1989 estava num turbilhão e na iminência tanto de um colapso econômico, quanto social; porém, os olhos do mundo ficaram atônitos com outro fenômeno, a dissolução dos países que compunham o Leste europeu. Os países socialistas europeus pró-soviéticos começaram a se desintegrar da órbita de Moscou; sendo que, estas rupturas eram reflexos de um longo processo de descontentamento com a URSS e, aproveitando os ventos liberalizantes do Leste, lograram com poucos esforços a soltura das amarras. Segundo Huntington (1994), todo esse processo de liberalização se enquadram no que ele definiu de Terceira Onda de Democratização, que nos casos dos países do Leste europeu pode ser caracterizada como efeito-demonstração, de contágio, de difusão, de emulação, de bola-de-neve, ou talvez até mesmo efeito-dominó: “ocorre num país uma demonstração bem-sucedida e isso encoraja a democratização em outros países, seja, porque eles parecem enfrentar problemas semelhantes, seja porque tal democratização sugere que isso possa ser uma cura para seus problemas” (Idem, p. 105). Ainda, enfatiza que os efeitos-demonstração foram muito mais importantes na Terceira Onda de Democratização do que nas duas primeiras, justamente pela expansão da comunicação e pela cobertura mundial da televisão. (Idem p. 106).

A bola-de-neve mais dramática ocorreu na Europa Oriental. **Depois que a União Soviética concordou**<sup>57</sup>, e talvez até mesmo encorajou a tomada de poder por não-comunistas na Polônia, em agosto de 1989, a maré da democratização tomou conta da Europa Oriental, sucessivamente na Hungria, em setembro, na Alemanha Oriental, em outubro, na Tchecoslováquia e na Bulgária, em novembro, e na Romênia, em Dezembro. [...] O impacto do efeito demonstração não dependeu significativamente da existência de condições econômicas e sociais favoráveis à democracia no país que o viveu. À medida que prosseguia o processo de bola-de-neve, o processo em si tendia a se tornar um substituto para tais condições. Isso se refletiu em sua aceleração. É como se dizia: na Polônia a democratização levou dez anos, na Hungria, dez meses, na Alemanha Oriental, dez semanas, na Tchecoslováquia dez dias, e na Romênia, dez horas (Idem, p. 108-109).

De qualquer modo, não podemos desconsiderar o interesse da URSS soviética em se ver livre, também, do pesado ônus que os países que compunham a sua área de influência afetavam na sua econômica tão combatida. Segundo Visentini e Pereira (2010, p.314) “as razões para a URSS ter permitido e mesmo auxiliado tal processo se deveram à perda de importância estratégica de seu *glacis* defensivo na era dos mísseis intercontinentais e ao elevado custo político-econômico da manutenção da maioria desses regimes”. Porém, o patrimônio do socialismo estava se desmanchando no ar, com certeza podemos dizer que a queda do muro de Berlim representou tanto o fim simbólico de um projeto, quanto o fim real de um sistema bipolar: “os eventos de 1989 colocaram em questão não apenas Yalta e Potsdam, mas também o que fora estabelecido em uma conferência anterior, a de Versalhes” (HALLIDAY, 1999, p. 274). Em suma, embora a queda do muro de Berlim não tenha sido o fato que determinou o fim da URSS, pois novos fatos iriam de encontro aos prognósticos de Gorbachev; no entanto, em termos afetivos para uma geração acostumada com o mundo bipolar e, principalmente, com o muro de Berlim, que materializava a divisão “visível” desses dois sistemas, a sua destruição representava, muitas vezes, o fim de um projeto de uma vida, uma vez que milhares de pessoas acreditavam no sistema socialista, militavam em partidos comunistas, confiavam na vitória do socialismo para o progresso da humanidade; em síntese, a destruição do muro foi, também, a destruição de seus sonhos. Neste sentido, a utopia se esvaziava e gerava, igualmente, o questionamento nos outros partidos comunistas ao redor do mundo, propiciando mazelas irreversíveis para o legado do socialismo. No final dos anos 80 e início dos anos 90, a URSS se deparava com severas fraturas e apontava para uma fragmentação do Estado soviético: 1) Em março de 1990, a Lituânia proclamou independência

---

<sup>57</sup> Grifos nossos.

do país, e óbvio, surgiram que pressões e sansões de Gorbachev – em função disso, houve um recuo. Mas, os sentimentos nacionalistas atiçavam as soberanias dos parlamentos eleitos, na seqüência a 2) Moldávia e Uzbequistão proclamaram-se em Junho de 1990; 3) a Rússia após a eleição de Yeltsin, rival de Gorbachev, proclamou sua soberania no mês de junho de 1990; 3) em julho foi a vez da Ucrânia e da Bielo-Rússia; 4) Armênia, Turquemenistão e o Tadiquistão em agosto de 1990; e, 4) o Casaquistão em outubro. Nas palavras de Aarão Reis Filho (2002a, p. 261): “em toda parte os parlamentos proclamam a soberania das nações, ou seja, a predominância de suas leis sobre as da União, um meio caminho em direção à independência” O passo seguinte, obviamente seria a independência de fato - o estopim estava acesso e prestes a explodir, o colapso era iminente.

#### 4.2 – BRASIL: UMA NOVA ORDEM NACIONAL E OS PC’S

No Brasil, o clima da eleição do primeiro presidente civil eleito demonstrava sinais desconcertantes, pois após tantos anos de luta contra a ditadura emergia na cena política como mandatário da nação uma figura comprometida com uma nova agenda política e econômica. De acordo com os prognósticos da esquerda, nos programas eleitorais de 1989, a vitória de Fernando Collor representou o enlace do Brasil com a agenda neoliberal<sup>58</sup>. O país, nos primeiros meses de seu governo, foi sacudido por mais um plano econômico, conhecido como Plano Collor, o qual tinha em seu cerne medidas para o combate da inflação e da especulação financeira. Tais medidas incluíam confisco e congelamento de dinheiro de pessoas físicas em bancos, substituição da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro, congelamento de salários e, o mais impactante para a malha econômica, o fim da proteção da produção nacional e a abertura da economia a concorrência externa. Obviamente, tais medidas tão contundentes condicionaram verdadeira mudança de paradigma no plano econômico.

Além desta questão de mudanças econômica, esse governo patinava no espectro político; pois, embora tivesse tido respaldo da elite nacional para a sua eleição, em face do

---

<sup>58</sup> Conforme podemos ver no discurso de posse de Collor: “Essas perversão das funções estatais [...] exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça.”In.: MELLO, Fernando Collor de. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 15 de março de 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-de-posse/posse-collor.pdf/view>. Acessado em 16/12/2012.

susto que uma campanha vitoriosa do Lula representaria em 1989, no plano prático não conseguia articular uma base de sustentação sólida no plano institucional a fim de lhe dar amparo político em suas medidas. Conforme realçado no capítulo anterior, Fernando Collor era egresso de um partido inexpressivo e sem representação (PRN), fato este que demonstrava, além da fragilidade do seu partido, também, a fraqueza das instituições democráticas e do pouco enraizamento dos partidos no Brasil, teoria endossada por Scott Mainwaring (2001), demonstrando o baixo nível de institucionalização partidária no início da década de 90 no Brasil.

Não obstante aos prognósticos do plano econômico fomentado pela equipe de Collor, o fracasso fora quase imediato, pois na sequência foi lançado o Plano Collor II, numa tentativa de salvar a economia e dar legitimidade ao governo. Porém, a inflação era o grande mal que assombrava o país neste processo, ou seja, a grande chaga que colocava a prova qualquer Presidente. Além do fracasso dos planos econômicos, este governo, também, fracassava no plano moral, sendo rapidamente acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, favorecimento ilícito e improbidade administrativa da máquina pública por figuras eminentes do Estado. A sombra da corrupção herdada pela ditadura e que tanto fora combatido pela esquerda no governo Sarney, se reproduzia mais incisivamente no período Collor. Neste sentido, as forças de esquerda não cessaram o ataque desde o primeiro momento de seu governo, embora ainda estivessem muito desencontradas e fragilizadas em virtude da derrota da eleição de 1989.

Neste interim, o PT era o grande partido de esquerda, pois se legitimara nas eleições de 1989 como o real partido dos trabalhadores, o verdadeiro partido da classe operária e defensor da ética. Obviamente, que as forças de esquerda iriam se aglutinar e afluir para o ataque em conjunto com o PT. Em 1990, ocorreram eleições para governadores, para senadores, para deputados federais e deputados estaduais; a oposição, em algumas regiões, atuaram unidas na plataforma capitaneada pelo PT, sob a bandeira de Frente Popular. Porém, não houve um grande ascenso nas eleições, em função da pulverização dos votos, representando, como não poderia deixar de ser, o pluralismo extremamente polarizado (SARTORI 1982). De qualquer modo, esses resultados foram muitos alvissareiros para o PT, pois conseguiu eleger 31 deputados federais, o que lhe proporcionava um grande jogo nas articulações política. No tocante aos dois partidos comunistas nas urnas tiveram a seguinte votação na Câmara dos Deputados: 1) PCB – três deputados federais, quais sejam: Augusto Carvalho (DF), Roberto Freire (PE) e Sergio Arouca (RJ); e, quanto ao PCdoB – cinco deputados, quais sejam: Jandira Fegali (RJ); Haroldo Lima (BA); Edison Silva (RS); Aldo

rabelo (SP) e Renildo Calheiros (PE)<sup>59</sup>. Quanto ao partido do presidente, um elemento se destaca, o pouco avanço dos votos do PRN neste pleito, tal votação serviria como indicação para demonstrar a pouca inserção do partido do presidente, e mais especificamente, a fragilidade da sustentação que ele teria na Câmara dos Deputados<sup>60</sup>.

Quanto aos partidos comunistas no Brasil, havia dois gradientes de preocupação: 1) no plano interno - 1.a) problemas candentes da seara política nacional; e, 1.b) a tentativa de rearticulação de forças para combater o neoliberalismo que aportava com força no Brasil; e, 2) no plano externo – 2.a) as mudanças bruscas que ocorriam no Lestes europeu, que afetava sobremaneira a política do PCB; assim como, 2.b) deixava surpreso pela rapidez dos fatos e de certa forma apreensivo o PCdoB, uma vez que o patrimônio do socialismo, como um todo, estava sendo posto em cheque, pois com a queda do muro de Berlim já havia o questionamento com a falácia do fim da história (FUKUYAMA, 1992).

Ainda, no plano nacional além das articulações para as eleições, também, pesava o reflexo do mundo sindical. Conforme já explicito no capítulo anterior, o PT galvanizava o forte do movimento sindical através da CUT, sobrando dois caminhos para os comunistas ou se alinharem ao PT ou refluir no mundo trabalho. Quanto ao PCdoB, desde o VII Congresso, elege o PT como seu aliado tático e começava o caminho em direção a CUT e, para o PCB restava começar tardiamente a desincompatibilização na sua política sindical com a CGT e outras forças do denominado sindicalismo de resultado, pois estava tendo muito prejuízo na sua agremiação em virtude do alinhamento com setores considerados mais conservados pelo universo sindical (SANTANA, 2001).

Após longo e tortuoso trajeto, os comunistas integravam-se à central sindical que estiveram perto de fundar, e que agora constituía-se no mais consolidado e duradouro projeto sindical na história do Brasil. [...] os comunistas foram atropelados pela história, “voltavam” à CUT agora sem o potencial de que dispunham antes, tanto no meio sindical como no meio político geral. Não tinham mais força para disputar a hegemonia com o PT; e no interior da CUT, como faziam em alguns sindicatos, acabam por se aliar àqueles setores considerados por eles, outrora, como social-democratas (IDEM, p. 287).

<sup>59</sup> In.:**49º Legislatura Câmara dos Deputados**. Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=49&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=49&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None). Acessado em 14/12/2012.

<sup>60</sup> Segundo Mainwaring e Torcal (2005, p.271): “No Brasil, o presidente Fernando Collor de Mello (1990-92) criou um partido com o objetivo de concorrer à presidência em 1989 e derrotou os candidatos dos partidos estabelecidos. Sete meses depois de sua posse, seu partido conquistou apenas 40 das 503 cadeiras da Câmara de Deputados nas eleições parlamentares de outubro de 1990”.

Neste processo, o PT se afirmava como o grande manancial da seara da oposição no plano nacional, procurando através do seu jeito novo de ser esquerda, o que foi definido por Benedito Tadeu Cesar como *a contemporaneidade possível* (CESAR, 2002), ser a grande referência que galvanizava as forças que tentavam ir para o embate com o governo Collor. Por outro lado, os partidos comunistas ainda encontravam-se fracos e com pouca representatividade, obviamente, como reflexo do processo de erosão e aniquilamento sistemático por parte da ditadura militar: o período era muito curto para uma recuperação de forças, seria preciso novos embates, novas disputas para poderem colocar efetivamente o partido nas ruas e nas urnas. Porém, uma sombra pairava sobre os comunistas, especialmente para o PCB: o que iria acontecer, de fato, com o Leste europeu? Ou melhor, aonde iria parar a URSS? E com estas perguntas, ainda nesse momento inconclusas e de prognósticos não tão difíceis, o PCB se debatia ensaiando mais um congresso com o intuito de buscar um norte, ou melhor, uma bússola que pudesse orientar as diretrizes partidárias neste processo de transição da ditadura para uma democracia.

#### **4.2.1 – IX CONGRESSO DO PCB: ENTRE OS REFLEXOS DA CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL**

No início de 1991 o PCB resolveu, finalmente, dar vazão aos anseios da militância, bem como conter o desgaste interno do partido que estava ocorrendo em face dos desacertos de sua política que não lograva o ascenso esperado. Após longuíssimos debates prévios nas tribunas dos jornais oficiais do partido era conclamado o IX Congresso do PCB na esperança de conter a sangria que adensava nas hostes partidária e tentar conciliar, ainda que tardiamente, o irreconciliável, ou seja, propostas diferenciadas que poderiam levar a uma modificação radical tanto na estrutura organizativa do PCB, quanto ao próprio legado do Partido Comunista Brasileiro. Ainda, convém explicitar que em face das transformações que ocorriam no Leste europeu, assim como, as transformações nos outros partidos comunistas ao redor do mundo, muitas propostas pairavam na seara comunista; devemos realçar que no plano internacional estavam, também, ocorrendo mudanças radicais nos PC's, como o PCI (Partido Comunista Italiano), partido de grande referência para o comunismo internacional que em meados do ano anterior se transformava em Partido Democrático de Esquerda.

O elemento novo que contribuiria para o aprofundamento das divergências entre as diversas forças políticas e as pressionaria a explicitarem e definirem

perfis próprios, foi a evolução do quadro internacional. A luta interna, até então contida, enquadrada e assimilada pelo aparato partidário – devido à vinculação do partido a um projeto político-ideológico representado pela URSS – entrou em processo de acirramento e colapso na proporção da evolução da crise no Leste Europeu, ou seja, da crise do projeto referencial. Por isso, o impacto sobre o PCB se daria de forma mais intensa (SILVA, 1999, p. 267)

Embora a crise do socialismo fosse o tema candente, devemos, também, salientar que estava em debate a questão nacional, como por exemplo: 1) a fraquíssima expressão do PCB na campanha de 1989; 2) a inexpressiva votação do partido nas eleições de 1990; 3) o enfraquecimento e perda da liderança dos comunistas na seara sindical para o PT; e, 4) a pouca representatividade do PCB nos movimentos sociais; fatos esses conjugados que expressavam o desacerto de suas diretrizes partidárias. Neste sentido, em meados de maio e junho de 1991, o PCB chama o seu IX Congresso.

Este Congresso foi extremamente polarizado, que representou justamente as várias correntes de opiniões internas que existia na seara do PCB. Houveram três correntes bem distintas que polarizaram o debate: Um grupo tido como mais ortodoxo, capitaneado por Oscar Niemayer, que ficou conhecido com a proposta “Fomos, somos e seremos comunistas”, o qual endossava e enfatiza a necessidade de manter as premissas básicas do marxismo-leninismo e, ainda, acreditar no socialismo e na URSS, crendo que esta ainda iria conseguir retomar o curso do socialismo no Leste europeu. De acordo com o seu documento Manifesto:

Estamos neste Congresso para defender o PCB, seu nome e seus símbolos, buscar a renovação revolucionária, torna-lo um partido combativo e um instrumento qualificado para dirigir as lutas sociais no Brasil; um partido com a mais ampla democracia e pluralidade interna e unido na ação. Aqui estamos em defesa do marxismo como princípio filosófico e metodológico dos comunistas e uma defesa do socialismo (FOMOS, SOMOS E SEREMOS COMUNISTAS, 1991, p. 02)

Este grupo marcava posição fortemente contra o grupo dirigente que compunha o CC na figura de Roberto Freire, provocam-no e enfatizavam que; “são erros demais para uma só direção – uma década de derrotas. O mais grave é que essa direção, sem uma vigorosa autocrítica busca se apegar ao poder, levantando, por oportunismo, a bandeira da chamada modernidade e renovação” (IDEM, p. 02). O grupo acusado se denominava “Socialismo e democracia”, estes eram majoritários e quem dirigia era Roberto Freire e Salomão Malina, suas teses estavam expressas no caderno de debates apresentados no jornal oficial do partido,

Voz da Unidade, com o seguinte chamamento de capa, *IX Congresso do PCB: O Brasil dos comunistas*.

A nova situação internacional vai ultrapassando a lógica da “guerra fria”. O fim da bipolaridade e o advento da distensão fortaleceram a tendência à desmilitarização, à democratização e à humanização das relações internacionais, pela incorporação dos princípios e valores universais da democracia, da liberdade, da autodeterminação e do humanismo. A soberania e a independência, a igualdade de direitos e a não-ingerência vão se tornando normas universalmente aceitas. (VOZ DA UNIDADE, Maio de 1991, P. 04).

Conforme enfatizado este grupo propunha uma transformação radical do PCB, aos moldes do PCI, visando extinguir tanto o centralismo democrático, quanto o arcabouço do socialismo que pairava sobre o PCB. E, como não poderia deixar, seus representantes enfatizavam o fracasso do socialismo real. Segundo Pandolfi (1995, p. 240) “consideravam falsa, portanto, a dicotomia entre reforma e revolução. A nova palavra de ordem era a ‘radicalidade democrática’”. Finalmente, um grupo denominado “Política de esquerda pelo novo socialismo”, que tentava conciliar os símbolos do partido, como o nome do partido, bem como, buscavam ponderar acerca dos avanços do caráter social-democrata proposto pelo grupo de Freire. Este grupo tinha um grande respaldo no Rio Grande do Sul. De acordo com o seu Documento Manifesto:

Lutaremos por objetivos democráticos-socialistas de perspectiva comunista. Destes objetivos extrairemos uma estratégia democrático-socialista, a que se vincularam as demais questões, inclusive as relativas a soberania nacional. Os movimentos imediatos são extraídos da necessidade de levar as últimas conseqüências às tarefas democráticas e progressistas e, também, da necessidade de construir desde já os objetivos e a estratégia democrática-socialista, rompendo com qualquer submissão a espontaneidade capitalista, a uma lógica meramente reformista, etapista, taticista e de pragmatismo possibilidade. (POLÍTICA DE ESQUERDA DO PELO NOVO SOCIALISMO (DECLARAÇÃO POLÍTICA), p. 04, 1991).

Conforme podemos observar, havia pontos radicalmente discordantes, principalmente entre o pólo do CC e o grupo denominado mais ortodoxo, no final da contenda houve o seguinte resultado: 1) Socialismo e democracia, 336 votos; 2) Fomos, somos e seremos comunistas, 254 votos; e, 3) Política de esquerda para o novo socialismo, 45 votos. De acordo com Pandolfi (Idem, p. 240-241): “Ao final do Congresso, em nome a ‘unidade’, os dois grupos fizeram concessões mútuas. Para não destruir o partido, conciliaram o irreconciliável. Roberto Freire e Salomão Malina foram eleitos, respectivamente, presidente e



vice-presidente do PCB”. Conforme é sabido, em qualquer partido marxista-leninista as teses apresentadas oficialmente como propostas pelo CC, via de regra, é a tese vitoriosa. Porém, em face do sério embate que comprometeria não somente a unidade do partido, mas, com certeza, a própria história do partido, foram eliminados alguns temas mais acirrados e polêmicos, como por exemplo, as propostas de mudanças de nome e símbolo do partido, os quais foram rejeitados pela maioria - conforme pode ser visto no jornal *Voz da Unidade*, sob o título de capa, *Nova Política. Novo Partido* (junho de 1991, p. 23). Encabeçando a polarização vitoriosa e tornando-se, de fato, a direção partidária, Roberto Freire enfatizava que “não podemos manter o nosso partido mumificado e prisioneiro em torno de modelos e posições que hoje estão ultrapassados. [...] Esta será a maneira com que nos poderemos, efetivamente, assegurar a existência e o futuro do partido” (IDEM, p. 23). Em face das resoluções do IX Congresso o PCB delineava a seguinte linha tático-estratégica para se chegar ao socialismo:

A democracia é a via do socialismo. Assim, concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas, também, como a via do seu desenvolvimento. Ela é muito mais que um terreno favorável à luta dos explorados e oprimidos: é a base de afirmação de sua cidadania. [...] A democracia pela qual lutamos é aquela em que a hegemonia estará colocada permanentemente em disputa. [...] Nosso projeto envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientadas ao socialismo. O socialismo não deve ser uma imposição, mas opção democrática. A democracia só se mantém e se amplia sustentada política e socialmente por uma cultura democrática fortemente enraizada na sociedade. E nem haverá cultura democrática sem democracia política (IDEM, p. 09).

Como podemos observar, na visão do PCB, a diretriz política para o socialismo passava necessariamente pelo aprofundamento da democracia, não diferindo do que fora apontado no VIII Congresso. Neste sentido, buscava aprofundar ainda mais a política do partido com a cultura política nacional, enfatizando a necessidade de buscar compreender a cultura democrática brasileira. Ainda, quanto à ênfase na questão democrática, percebemos que ela foi se delineado com grande ênfase desde a Declaração de Março de 1958, assumindo, assim, uma posição muito forte na seara política dos pecebistas. Desta forma, podemos afirmar que a cultura democrática fora diretriz extremamente consolidada na seara do PCB desde o V Congresso do partido, bem como, em todo o processo da ditadura militar e na transição

pactuada da ditadura para uma abertura democrática; colocando, portanto, em cheque a cultura terceiro internacionalista de insurreição armada para a conquista do poder<sup>61</sup>.

No tocante as ilações acerca da crise do socialismo, que tanto suscitou questões dos pecebistas antes e ao longo do Congresso, havia nas resoluções políticas uma condenação extremada, enfatizando e já prognosticando o colapso do socialismo, dando, neste sentido, todas as características negativas que poderia haver no mundo socialista, quais sejam: “ausência de democracia, liberdade, pluralismo político e pluripartidarismo, [...] limitação extrema da cidadania, planificação ultracentralizada da economia, degeneração burocrática, métodos de gestão autoritários e coercitivos e degradação teórico-político” (IDEM, p. 08). Como podemos observar, sobravam críticas e aprofundavam um distanciamento real com o legado formativo do partido, como podemos ver nas resoluções:

Põe fogo ao antigo movimento comunista internacional e enterra seus velhos dogmas, mitos e a velha cultura política terceiro-internacionalista. Os partidos comunistas e congêneres entram em crise. Muitos se vêem obrigados a alterar a estrutura, o programa e até o próprio nome, Mas também está criada uma nova situação que permite elaborar uma nova teoria da revolução e da transição socialista surgem um novo socialismo e novas formações de esquerda. (IDEM, p. 08).

Quanto a aparente unidade, podemos aferir que esta seria apenas uma questão de tempo, pois a história estava girando rapidamente, e as concessões que houveram de ambas as partes eram para manter, ainda, o partido; no entanto, aguardando o momento certo a nova maioria partidária iria capitanear mudanças - mais drásticas. Ainda, a fim de destacarmos a diferenças das posições propostas, poderemos ver nas respostas do próprio Roberto Freire (1991, p. 17), acerca do que representava a sua chegada a presidência do PCB:

Marcam a implantação definitiva do que chamamos de radicalidade democrática. É a superação pelo partido da forma mais definitiva da velha concepção da terceira Internacional – o marxismo-leninismo -, nome dado por Stalin à toda a sua estrutura e a toda organização social e econômica. Nós sepultamos a tese da ditadura do proletariado: é algo histórico que não

---

<sup>61</sup> No tocante a cultura democrática na seara do PCB, a literatura na academia é bem vasta, destacamos, por exemplo: MOURA, Milce Ferreira. **A Questão democrática da Crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987**. Mestrado em Ciência Política. UNESP, 2005. LOPES, Alba. **Sob o signo da metamorfose: As esquerdas comunistas brasileiras e a democracia (1974-1982)**. Tese de doutorado em história. UFF, 2010. ROMANO, Clayton Cardoso. **Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira**. Dissertação de mestrado em História, UNESP, 2001. LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático: O PCB na última clandestinidade (1964-1984)**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. UNICAMP, 1995.

tem mais vez em nossos tempos. Não há mais vez também para o partido único, para a estatização como via para o socialismo no campo da economia, para a planificação sem elemento de mercado. [...] Nosso documento final do Congresso pode até ter debilidades, pode não ser inteiramente correto, mas a prática vai definir o seu grau de verdade. Não tenho dúvidas de que foi um grande passo ao PCB.

O que é importante identificar com essas discussões ocorridas no IX Congresso do partido, era que o PCB estava buscando um caminho, principalmente, em face das sucessivas crises de décadas pela qual ele tinha passado e, com certeza, podemos dizer que se aprofundou mais radicalmente como o advento e perseguição da ditadura, tendo que viver na clandestinidade e abrir mão da sua visibilidade partidária pela sobrevivência física dos seus militantes. Porém, os custos foram muito altos, pois revelou um partido extremamente fraco, que tentava a duras penas buscar o seu caminho na seara política nacional, sendo que, não obstante as dificuldades objetivas nacionais, ainda, aparecia no horizonte a crise do socialismo real que tantos anos serviram de modelo para o PCB. Ou seja, era muita crise para um partido tão pequeno e que, realmente, tentava buscar um caminho que promovesse não somente o ascenso desse partido nas urnas, mas também, garantir objetivamente a sua própria sobrevivência política. Neste momento, a opção fora não renegar todo o passado socialista, mas tentar elaborar uma nova teoria e equilibrar o socialismo num fio tênue através da via democrática brasileira, o que poderia, também, apresentar um risco para o PCB, em face do descrédito dos partidos neste início da década de 90 no Brasil.

#### **4.3 – O GOLPE FINAL E O FIM DA URSS**

Quanto ao Leste europeu, como o processo centrífugo estava acelerado, com revoltas étnicas nacionais clamando pela independência, podemos dizer que era luta das partes contra o todo, ou seja, o clamor étnico servia como instrumento para insuflar revoltas e com isto forçar o Estado soviético a uma degradação. Devemos destacar que em meados de março de 1991, um plebiscito que aprovou a manutenção da federação renovada, que tinha dois eixos: 1) concederia maior autonomia às repúblicas; e, 2) repartiria o controle acionário do patrimônio da União. De acordo com Visentini e Pereira (2010, p. 314) esta estratégia se mostrou assimétrica, pois ao mesmo tempo em que pretendia equilibrar as forças centrífugas, por outro lado, desagradaram as repúblicas mais ricas. Neste sentido as rivalidades étnicas se acentuavam, pois “o que parecia ser um movimento de caráter separatista ou em defesa de

autonomia também, engajava-se na tarefa de romper com a disciplina do Estado soviético e, em última análise, livrar-se do controle exercido pelo Partido comunista” (CASTELLS, 1999b, p. 79).

Ainda, devemos destacar que as diferentes federações soviéticas tinham direito a eleger os seus presidentes, fato este que aticava ainda mais o pendor separatista. Sendo que, na Rússia era onde residiam as maiores incertezas e medos de Gorbachev, pois era a unidade da Federação que amalgamava e dava sustentação para os demais países que compunham a URSS; no entanto, a sorte não singrava a favor de Gorbachev, pois quem se elegia era Yeltsin, outrora desafeto do dirigente soviético no PCUS, nas palavras de Aarão Reis Filho (2002a, p. 264) “Yeltsin iria, naturalmente, fazer uso disto no jogo bruto pelo poder. Começou a fazer declarações de que os impostos arrecadados na Rússia pertenciam à República e não à União”; ou seja, intenção clara no sentido da dissolução da União.

A estratégia, deliberadamente traçada pelos estrategistas políticos dos movimentos democráticos e, principalmente, pelo que trabalhavam como Yeltsin, era de consolidar o poder nas instituições republicanas representativas para, em seguida, utilizar essas instituições como instrumentos de oposição contra o Estado central, reivindicando o máximo de poder possível para as repúblicas. Portanto, o que parecia ser um movimento de caráter separatista ou em defesa de autonomia também engajava-se na tarefa de romper com a disciplina do Estado soviético e, em última análise, livrar-se do controle exercido pelo Partido Comunista (CASTELLS, 1999b, p. 78-79).

Com o intuito de blindar as trincheiras, Gorbachev nomeou no início de 1991 um gabinete mais conservador, que, aparentemente, estavam dispostos a conter a onda separatista deflagrada pelas federações soviéticas; porém, o tempo político cobrava o seu preço, como conter as ondas separatistas nacionais? De acordo com Segrillo (2000a, p. 172) “estes conflitos interétnicos serviram de *conduit*, de canal de transmissão (e amplificação), para contradições (insatisfação, etc.) *provinda de outras áreas, especialmente a econômica*<sup>62</sup>” Assim sendo, segundo Segrillo, além das questões locais que proporcionavam a fragilidade da unidade do Estado soviético, ainda, contava com a eclosão de máfias providas de certas regiões étnicas, que provocavam grandes descontentamentos, como podemos ver:

Foram sendo formadas verdadeiras “máfias” de comerciantes vindos do Cáucaso (principalmente georgianos, armênios e azerbaijanos) que passaram a dominar os mercados livres de Moscou. Isso levou a população moscovita a criar uma forte “antipatia” pelas nacionalidades do Cáucaso a partir de suas

---

<sup>62</sup> Grifos do autor.

experiências com esses “especuladores” (como eram chamados). A situação piorou durante o desenrolar da Perestroika quando, além da distribuição a varejo, começaram a se formar estruturas criminosas organizadas em Moscou. Várias dessas organizações foram erigidas em bases étnicas. (IDEM, 174)

Buscando ligar as questões étnicas com o descontentamento políticos e econômicos, devemos realçar que Yeltsin além de ser extremamente bem votado na Rússia, ainda logrou fazer o prefeito de Moscou, um candidato com a mesma orientação dele e contra Gorbachev. Assim sendo, o que buscamos realçar “é que não foram as animosidades puramente étnicas no período pré-perestroika as responsáveis pela explosão da violência interétnica posteriormente, e sim as perturbações econômicas que levaram a um acirramento das tensões interétnicas” (IDEM, p. 176). Ou seja, o nacionalismo étnico fomentado por percalços econômicos da *Perestroika* serviu de combustível para justificar o embate acerca de temas e dogmas impensáveis nos períodos de Stalin e Brejnev, como o fim da hegemonia do PCUS, o novo direcionamento do modelo produtivo soviético visando um redirecionamento mais flexível, abertura ao mundo capitalista e, mais fatal, a própria independência das repúblicas soviéticas.

Em suma, consideramos que o processo de reaparecimento de fenômenos nacionalistas da URSS deve ser visto, não isolado em si mesmo, mas em coordenação com outros processos que ocorriam (principalmente na esfera econômica) e que representavam o “vaivém” do modo soviético de produção na sua complicada transição entre o capitalismo e socialismo (IDEM, 2000, p. 180).

Porém, novos percalços ainda assolavam a URSS como a tentativa de golpe em agosto contra Gorbachev. Na tentativa de passar um semblante de normalidade da situação os conservadores golpistas tentaram fazer uma “maquiagem”, como no período de Kruchev, alegando que Gorbachev estava doente e precisando de uma licença; porém, o espectro não saiu como o esperado (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 265). Aproveitando a oportunidade, Yeltsin saltou a frente e chamou pela legalidade das instituições, ou seja, o golpe “foi suplantado pelo golpe melhor articulado de Ieltsin, que assumiu o poder de fato e ignorou o plebiscito que optava pela manutenção de uma federação renovada, mesmo após ‘libertação’ de Gorbachev” (VISENTINI e PEREIRA, 2010, p. 315). Quanto aos golpistas, estes estavam fora de compasso, pois “seus líderes estavam na contramão da história, isolados e fora do seu tempo. Faziam parte de um aparato estatal burocrático ultrapassado [...]. Organizaram um golpe como se estivessem na URSS da década de 50” (RODRIGUES, 2006, p. 263). Ainda,

convém realçar as articulações com o Ocidente, que demonstraria, também, dificuldades prementes para os golpistas, nas palavras do próprio Gorbachev:

Os conspiradores cometeram um erro de cálculo em sua avaliação das novas relações entre a URSS e seus parceiros no Ocidente. Ignoraram as grandes mudanças fundamentais ocorridas nas relações internacionais de nosso país, principalmente em nossas relações com os povos dos EUA e da Europa. Talvez no início houvesse alguma hesitação ao se avaliar o golpe, mas a maioria esmagadora dos governos logo deu um firme “não” aos conspiradores e negou-lhes qualquer tipo de colaboração (1991, p. 32).

O tempo não era mais de golpes. Manuel Castells (1999b, p. 81) reitera que além desses golpistas estarem dissonantes do período histórico, ainda, contavam, que o próprio exército e KGB estava divididos: 1) A Alpha, unidade de elite da KGB, recusou-se a obedecer a ordem de atacar a Casa Branca; e, 2) as tropas paramilitares mostraram lealdades a Gorbachev e Yeltsin. Com o fracasso do golpe restauracionista conservador e com a debilidade moral dos reformadores moderados capitaneados por Gorbachev, ascende vitoriosa a ala dos reformistas radicais liderados por Yeltsin, dispostos a aprofundar as mudanças em consonância com o mundo capitalista e com os ditames do FMI. Aproveitando o ensejo, o efeito bola de neve que ocorrera com os países que compunha o bloco socialista no Leste europeu, neste momento, replicava com igual intensidade nas federações que compunham a URSS (AARÃO REIS FILHO, 2002a, p. 267).

As repúblicas federadas aproveitaram a crise para proclamar sua independência, algumas delas do patrimônio da União localizado em seu território, algumas delas lideradas por nacionalistas de direita ou de centro-direita e, outras, por comunistas desejosos de evitar a caça à bruxas desencadeada por Ieltsin. Do desmembramento da URSS surgiram novos países: Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldovia (eslavos); Estônia, Letônia, Lituânia (no Báltico); Armênia, Geórgia, Azerbaijão (no Cáucaso; Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguiztão e Tadjiquistão (na Ásia Central Muçulmana). (VISENTINI e PEREIRA, 2010, p. 315).

Na sequência dos fatos, o mundo girava muito rapidamente: 1) o partido comunista fora posto na ilegalidade; 2) o próprio Gorbachev solicitou a autodissolução do Comitê Central e demitiu-se do cargo de secretário geral; bem como, 3) a KGB fora extinta. No outro pólo, as três repúblicas eslavas – Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia, declararam extintas a URSS e fundaram a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Ainda, no dia 21 de dezembro de 1991, recebeu um comunicado dos dirigentes de 11 repúblicas que reunidas formalizaram a fundação de uma nova Comunidade. O epílogo final chegara, uma vez que restava pouca

coisa para Gorbachev, ou melhor, não restava nada, pois com a independência das federações e criações das referidas comunidades esvaziava totalmente o poder – “quatro dias depois, Gorbachev, ainda um pouco atordoado, e não conseguindo disfarçar um certo cansaço, anunciou e assinou a sua demissão. O verdadeiramente inacreditável acontecera: A União Soviética deixara de existir” (AARÃO REIS FILHO, 2002a p. 267).

Com o fim da União Soviética não desaparecera apenas uma nação, mas todo o aparato real e simbólico que ela representava, pois acabava com o mundo bipolar, bem como, com os resquícios da guerra fria – fechou-se um ciclo iniciado com a revolução socialista na Rússia sob os ditames do marxismo-leninismo e que tinha servido como modelo para as demais revoluções socialista ao redor do mundo. A revolução russa serviu de inspiração para outras levas de transformação socialistas pelos países que aderiram a este modelo, depois do Outubro Vermelho 1) houveram os países que se tornaram socialista com o advento da II Guerra Mundial; posteriormente, 2) houve a Revolução Chinesa; e, finalmente, 4) as revoluções do Terceiro Mundo (VISENTINI e PEREIRA, 2010, p. 317). Queremos destacar que em certo momento da história do século XX, o mundo se viu dividido tanto ideologicamente, quanto territorialmente, pela seara comunista, ainda mais se considerarmos a quantidade de habitantes que a China possui; além desses fatores objetivos o projeto socialista era um modelo irradiado no mundo todo, tanto pelos partidos oficiais atrelados a Moscou, vide PCB no Brasil, quanto nas demais organizações de esquerda, que embora dissidentes, mantinham-se sob a égide e perspectiva de transformação revolucionária e da luta de classes.

Retomando as questões do próprio Lênin em que ele dizia que a Rússia não estava preparada ainda para o socialismo, pois de acordo com teoria marxista, a revolução se daria nos países onde a classe operária estaria mais desenvolvida. Afirmamos que a revolução se concretizou na Rússia, vindo a consolidar-se com a URSS; sendo que, a partir do modelo original do marxismo-leninismo formatou-se num projeto um tanto diferenciado do projeto original proposto por Marx e Engels, que fora denominado de socialismo real. Não obstante, segundo Visentini e Pereira (2010, p. 319):

Mesmo com essas limitações, o socialismo e a União Soviética representavam uma ameaça para o mundo capitalista. Em primeiro lugar, é preciso notar que a Revolução Soviética constituiu a primeira ruptura bem sucedida ao sistema vigente e sua durabilidade, eficácia econômica-militar e poder de atração tiveram um forte impacto mundial. Mito ou realidade, o socialismo orientado desde Moscou perturbou a vida das sociedades e governos Ocidentais, seja como movimento político, ideologia crítica ou ameaça diplomática-militar. Era um desafio que precisava ser denegrido e

superado constantemente, tendo representado uma espécie de eixo aglutinador da vida política Ocidental e da própria história mundial.

Este turbilhão, afetaria, obviamente, os demais partidos comunistas ao redor mundo que ligavam-se a URSS e o PCUS, neste sentido, podemos dizer que o PCB sentiria gravemente os efeitos da crise do socialismo, do colapso do Leste europeu e do fim real da URSS. Sobressaia-se a pergunta: o que fazer depois de tudo aquilo? Qual o jogo político da nova ordem mundial? Como romper com os ditames do neoliberalismo que emergia como o novo paradigma econômico? O Socialismo acabou? A história acabou? Tantas perguntas, tantos dilemas, ainda mais em face da crença num projeto que acreditavam como sendo o mais acertado e que, em virtude das revoluções, contrarrevoluções, ataques, ditaduras acabaram ceifando tantas vidas. O projeto ainda persistiria? Que tipo de partido comunista deveria existir no pós URSS? Perguntas ainda sem resposta em face do calor das horas e que o PCB iria tentar responder no imediato à crise do socialismo.

#### **4.3.1 – O DERRADEIRO X CONGRESSO**

Como fim da URSS e com os acontecimentos da política nacional, o PCB resolvera proceder ao chamamento para o seu X Congresso, seria, fatalmente, o ajuste de contas dos dois polos oponentes na contenda partidária. No tocante ao plano nacional o governo Collor vinha de um vertiginoso desgaste tanto de imagem, quanto da sua política. A corrupção e inflação, conforme já realçado, a outrora chaga, do governo Sarney grassava com força o primeiro Presidente civil eleito, já se falava embrionariamente, em algumas organizações de esquerda, de um possível *impeachment* de Collor. Destacamos que uma sequencia de fato confluíam para o desgaste de Collor, entre as quais destacamos 1) recrudescimento da inflação; 2) queda de ministra da economia; 3) elevação das taxas de juros; 4) implementação de uma série de medidas para abrir o mercado aos capitais estrangeiros; 5) redução de alíquotas de importação; 6) assinatura de carta de intenção com o FMI para empréstimos; 7) continuar com as privatizações e 8) manter a recessão (com meta de crescimento zero) (SILVEIRA, 2009, p. 88-89).

Assim, o PCB precisava urgentemente discutir e elaborar posições tanto no espectro interno, quanto nos reflexos internacionais, a fim de superar a crise da sua linha política, em face dos problemas candentes da era Collor e, principalmente, em virtude que não havia mais o bloco socialista do Leste europeu; ou seja, esgotara-se os modelos. Mediante a crise que



assolava o PCB a Direção Nacional decide em reunião extraordinária realizada nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1991, dar início ao processo de constituição da nova formação política socialista, propondo o diálogo com lideranças, personalidades, forças e partidos vinculados à tradição socialista de vocação democrática<sup>63</sup>. Ainda, o fato que o PCUS estivera envolvido no golpe de Agosto contra Gorbachev serviu como estopim para acirrar disputas internas, conforme podemos verificar na edição do jornal intitulado, *Partido Novo: Rumo ao X Congresso Extraordinário do PCB*<sup>64</sup>, de outubro de 1991:

O IX Congresso, como se sabe, adotou mudanças profundas e ousadas nas concepções políticas e organizacionais do PCB. Concluído aquele momento, era de se esperar que seus desdobramentos se dessem através de um processo de implementação das decisões mais claras e imediatas e discussão, aprofundamentos e explicações das questões mais complexas e polêmicas. Previa-se um período de verdadeira maturação, em ritmo lento e gradual, sem traumas nem atropelos, até a etapa seguinte, provavelmente um novo congresso. Entretanto, alguns fatores essenciais indicaram a necessidade de aceleração desse processo e a deflagração de novo momento decisório (IDEM, p. 01)

Desta forma, visando ir ao encontro das diferentes demandas que se tornavam premente na política partidária, o PCB chamava o seu X Congresso para o início de 1992: “Na confluência destes vetores internacionais e nacionais, fica clara a urgência de romper velhas formulações para superar a crise em que se vê envolto o projeto socialista” (IDEM, p. 4). O sentimento de derrota de um projeto político estava patente neste jornal, pois além de criticar o PCUS e a “velha” fórmula partidária do PCB, ainda realçava o socialismo real como um fracasso. Nesta conjuntura, e mediante a correlação de forças que havia dentro da direção nacional, criava-se uma grave expectativa do que iria realmente acontecer com o futuro do PCB, pois a grande maioria da direção votou a favor do X Congresso, contra uma numericamente fraca minoria.

---

<sup>63</sup> Devemos registrar que embora as discussões candentes no seio do PCB, o processo de erosão e desfiliação partidária para outros correntes do campo da esquerda estava escapando das mãos da direção partidária, conforme citado por Silva (1999, p. 270): “Anteriormente a essa reunião, ainda em agosto, um grupo de 40 militantes decidiu sair e ingressar no PC do B. Entre os que mudaram de sigla, seis eram membros do Diretório Regional do Rio de Janeiro; outros seis do Diretório Municipal; e os demais pertenciam aos diretórios zonais desse município. À frente desse grupo estava Juliano Siqueira (integrante do DN)”.

<sup>64</sup> Em nota de rodapé do jornal informava o seguinte: “A ‘Voz da Unidade’ cuja última edição trouxe as resoluções do IX Congresso do PCB, somente voltará a circular após um amplo debate a ser travado no interior do Partido e com segmentos da sociedade, a respeito do tipo de periódico que é necessário, para expressar a nova política e o novo partido” (IDEM, p. 1).

A criação de um novo partido de esquerda – socialista, democrático, humanista e renovador – está no centro das discussões do Congresso Extraordinário convocado pelo Diretório Nacional do PCB para os dias 24 a 26 de Janeiro de 1992, em Brasília. A decisão foi tomada por 47 votos a favos e 17 contras, em 1º de Setembro, em Brasília, após dois dias de debates, na sequência dos acontecimentos que levaram o Partidão a condenar duramente a tentativa de golpe de Estado contra a perestroika e Mikhail Gorbachev e a apoiar a proposta de autodissolução do PCUS, cuja direção aparelho estavam profundamente comprometida com a ação golpista. (IDEM, p. 3).

Uma das inovações desse congresso era a abertura de voto para não filiado, atitude perigosa, pois poderia criar um “inchaço” não demonstrando a real estrutura organizacional partidária. Segundo o chamamento no jornal no item, Normas Congressuais, indicava o seguinte: “O X Congresso está aberto à participação, com direito a voz e voto, de todos os que lutam pelo socialismo com liberdade e democracia”<sup>65</sup> (IDEM, p. 12). Na sequência dos fatos, o grupo contrário à maioria da direção nacional e que não concordava com o desenrolar dos acontecimentos e antevendo o fim do PCB se organizaram e fizeram um documento intitulado, *Em defesa do PCB*, de 1º Setembro de 1991 e convocava para os dias 12 e 13 de outubro de 1991, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional em Defesa do PCB, para que sejam discutidas, aprovadas e implementadas medidas necessárias à preservação, à renovação e ao fortalecimento do PCB (IDEM, p. 01). Assim, após os debates passam a publicar um jornal denominado, Boletim informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB, intitulado, *O PCB continua: o socialismo vencerá*, publicado em novembro de 1991, no qual reafirmavam “a decisão dos comunistas de dar continuidade ao projeto histórico do PCB, bem como reorganizá-lo em todo o país, para que se transforme num instrumento qualificado de luta pela conquista de uma sociedade socialista no Brasil” (IDEM, p. 01).

Devemos registrar que em novembro de 1991, Roberto Freire “registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) as marcas símbolos do PCB: a foice e o martelo, o nome Partido Comunista Brasileiro, a sigla PCB e a expressão partidão” (SILVA, 1999, p. 271). Obviamente, que tal atitude inédita na seara política nacional, serviu ainda mais para acirrar os ânimos dos minoritários descontentes com os rumos do PCB. Da parte dos oponentes, “o Movimento Nacional em Defesa do PCB entrou com requerimento junto ao INPI solicitando a recusa do inusitado pedido. Na fundamentação, os signatários denunciam

---

<sup>65</sup> Sobre a forma de como foi feito o chamamento dos delegados: “De acordo com o dirigente comunista Paulo Cavalcanti, o X Congresso do PCB foi maculado por fraude. Os delegados, com direito a voz e voto, foram escolhidos nos chamados “Fóruns Socialistas”, organizados nos diversos estados com a participação de filiados e não filiados ao PCB. Esse tipo de ‘artifício’ criado pelos organizadores do evento, inédito na história do partido, não estava previsto nos estatutos” (PANDOLFI, 1995, p. 30-31).

que o assunto jamais foi discutido no Diretório Nacional” (IDEM, p. 271). Segundo Silva, foram rachados dois polos para o X Congresso, que ficaram com o nome de Renovadores Modernizantes, aqueles que defendiam mudanças dentro do PCB; e, os denominados Renovação Revolucionária, os que queriam a manutenção do PCB com a tradição Terceira Internacionalista. No número seguinte do Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB, de dezembro de 1991 realçava que:

Os militantes do Movimento Nacional de Defesa do PCB e todos aqueles que se juntaram à proposta de dar continuidade ao PCB, irão participar do X Congresso com a disposição de derrotar o liquidacionismo e manter a mística do “Partidão”, reafirmado a posição sobre a atualidade da questão comunista, não por profissão de fé, mas baseados na lógica histórica dos conflitos sociais, como resultado da luta de classes. [...] A nossa principal tarefa após o X Congresso, será reconstruir o Partido, desmontado pelo grupo liquidacionista que se apossou da direção do Partido Comunista Brasileiro. (IDEM, p. 01).

Ainda, neste mesmo boletim vinha à tona a contenda da disputa do nome e símbolo do partido: “considerando que o parlamentar Roberto João Pereira Freire, apesar de eleito pela legenda do PCB, tem o direito de criar outro partido, mas não o de tentar inviabilizar o partido que renega” (IDEM, p. 01); devemos realçar que nesta briga até o jargão “Partidão” estava disputa, expressão essa que há muito anos (ou décadas) não representava mais o verdadeiro tamanho do PCB. Com a sedimentação de dois grupos declaradamente oponentes, a contenda começou a atingir lances dramáticos, pois cada grupo se autodeclarava o sucessor legítimo da velha cepa do PCB. Este segundo grupo, diferentemente do grupo majoritário, não entendia como total fracasso o que houve com o socialismo real, mas sim que “a crise da primeira experiência socialista<sup>66</sup> não significa que foi em vão a luta de várias gerações para a construção de uma nova sociedade. Orgulhamo-nos das conquistas sociais, econômicas e culturais alcançadas [...] na URSS e em outros países do Leste europeu” (IDEM, p. 05). Ainda, apontava neste documento o resgate da via revolucionária e a negação da aludida democracia como valor universal: 1) “O PCB renovado, resgatará suas tradições revolucionária, romperá os vícios e deformações [...]. Não queremos um partido de oportunidades, mas uma organização que atuará firme na luta anticapitalista”; e, 2) criticando a decantada linha tática-estratégica do PCB, até aquele momento, enfatizavam que “a democracia que os comunistas devem aprender e valorizar, não pode ser aquela entendida, difundida e apregoada, hoje mais que ontem, como valor universal, mas sim a Democracia

---

<sup>66</sup> Grifos nossos.

Política”. Sendo que, enfatizavam que a esta Democracia Política era fruto não dos resultados do capitalismo e da ordem burguesa, mas sim das lutas populares, ou seja, demarcando radicalmente contrária a proposta até então em voga no PCB. (IDEM, p. 05). Ligando-se a questão anterior, enfatizavam que a questão democrática adquire “para nós comunistas um valor estratégico, tanto na luta anticapitalista quanto no caminho da construção e desenvolvimento da Sociedade Socialista” (IDEM, p. 05). Mas, ratificavam, com o intuito de criar distinção:

Isto não significa, em hipótese alguma, a estreita valorização absoluta de um instrumento importante neste processo: o PARLAMENTO. Entendemos a luta parlamentar como um dos caminhos possíveis na construção do Socialismo, mas não acreditamos no Socialismo apenas pela via parlamentar, pois esta não esgota a luta política. (IDEM, p. 05).

Nas vésperas do Congresso a polarização estava muito acentuada, mas devemos registrar que não dividia-se apenas entre Renovadores e Ortodoxos, mas havia, também, uma gama de discussões em todo o país que aglutinavam as discussões candentes acerca do futuro do socialismo. Óbvio, que essas duas eram as que mais polarizavam e, além do mais, enquanto centradas no Rio de Janeiro e São Paulo, ganhavam reverberação nacional. Destacamos, também, a polarização tida como intermediária no IX Congresso e, que neste momento, apresentava o Documento Manifesto, *Pela unificação das forças socialistas*, Janeiro de 1992, buscando ponderar nos seguintes pontos:

É preciso reconhecer o PCB, como herdeiro de todas as concepções que ruíram no Leste, chegou a um estágio de esgotamento histórico em que está inviabilizada a sua existência própria enquanto forma-partido e legenda. Este reconhecimento não significa recusar a totalidade do passado histórico do Partido e sua contribuição às lutas do povo brasileiro, mas sim tratar de, através de um processo crítico e autocrítico, buscar caminhos que conectem o patrimônio político, ético e moral dos comunistas, ao presente espaço real em que se movem as forças do PCB, PT e PDT é a melhor forma de contribuirmos para a construção de um novo projeto socialista e democrático. (IDEM, p. 02).

Mediante a todas as rugas e polarizações que estavam sendo apresentadas no desenrolar do segundo semestre de 1991, as sequencias dos fatos estavam já previamente anunciadas. Conforme chamamento oficial pela Direção Nacional, o X Congresso foi realizado de acordo com o esperado no mês de Janeiro, em São Paulo. Ao final daquele Congresso era declarado “extinto” o PCB. Segundo Pandolfi (1995, P. 24) “de acordo, ainda,

com os congressistas, aquela não era um ato de extinção pura e simples, mas de transformação. Isso porque o novo partido criado [...] deveria ser o herdeiro do velho PCB”. Assim sendo, encerrava-se um ciclo na história da esquerda no Brasil e iniciava-se outro com a criação no lugar do PCB o seu sucedâneo PPS, sendo que, haveria toda uma série de discussões ao longo da década de 90 acerca do legado do velho partido comunistas; espólio este, também, defendido com unhas e dentes pelo PCdoB.

#### **4.4 – PPS *VERSUS* PCB: O SURGIMENTO DE UM NOVO PARTIDO?**

O PCB ao longo da sua trajetória política viveu constantemente um período de reafirmação política, tentativa de construção partidária e luta contra o *status quo*; porém, não esperava que dentro da sua própria seara fosse ser decretado o seu fim. Conforme podemos examinar no seu trajeto político, desde as primeiras décadas do século XX houveram rugas entre as várias direções partidárias, assim como defecções à esquerda e à direita. Assim tivemos: 1) uma reconstrução do PCB em 1943, com um novo CC e Luiz Carlos Prestes endossando-o; 2) em 1960, como reflexo da Declaração de Março de 58 e com o Cavaleiro da Esperança servindo como peso, houve uma nova fissura entre os comunistas; posteriormente, 3) houveram uma série de defecções à esquerda que redundaram nas organizações que optaram pela luta armada e que foram de encontro do CC e do VI Congresso do PCB, em 1967; depois, 4) com a volta do exílio, no início dos anos 80, Luiz Carlos Prestes foi expulso; e, 5) no início da década 90, houve a formação de um novo partido abrindo mão totalmente da práxis do marxismo-leninismo.

Como podemos observar e retomando as questões do capítulo 1, houve sempre um fluxo de influência dentro da trajetória do PCB, tanto do espectro nacional, quando do raio de influência do modelo internacional, que balizaram a trajetória do PCB ao longo do seu desenvolvimento. Ao procurarmos identificar o grau dessa influência, poderemos cair num padrão de análise comparativamente perigoso, pois seriam vários elementos a serem mensurados, ainda mais em virtude da longuíssima trajetória dessa agremiação partidária. Discussões metodológicas a parte, podemos reiterar algumas elaborações que busquem elucidar o destino dos comunistas brasileiros: 1) a influência internacional servira, via de regra, como uma moldura, no qual a política do PCB, buscava traçar a linha política concernente para o Brasil; 2) os condicionantes internos e as vários percalços da democracia brasileira e as suas ditaduras, serviram como elemento cerceador da política partidária, assim como, em face das várias perseguições tiveram que buscar pontos de saída para a sua tática

política sobrevalorizando as questões democrática; e, 3) não menos importante, as próprias rugas do Comitê Central, que em virtude da interpretação particular de cada clivagem buscavam novos posicionamento para a política, muitas vezes, indo de encontro da maioria e sendo brindado com expulsão sumárias do partido.

Ainda, quanto à questão internacional, verificamos a crise dos modelos importados da Terceira Internacional na seara política pecebista. Neste sentido, percebemos que houve uma transmutação do modelo revolucionário oriental, para um modelo de transformação passiva de acordo com o modelo Ocidental proposto por Gramsci, pois na medida em que a sociedade brasileira se modernizava e os padrões tidos como pré-capitalistas ficavam sepultados em rincões do Brasil, dava origem a vitória da burguesia, contra a sociedade arcaica e tradicional, a luta insurrecional ficava cada vez mais solapada. A década de 50 viu essa divisão se bifurcar com força na seara política comunista, pois se o Manifesto de Agosto, que deu origem ao IV Congresso, primava por uma via insurrecional; já, a Declaração de Março de 1958, que deu origem ao V Congresso invertia este polo para um via mais “reformista”. Segundo Werneck Viana (1988, p. 28):

Neste Oriente à brasileira, a virtude e a importância histórica da Declaração de Março vão estar na ponta oposta – no caminho da ocidentalização da política, na valorização, não sem ambiguidade, das instituições democráticas formais, uma das bases para a abertura de uma via pacífica para a revolução brasileira.

De acordo com Werneck a questão nacional-democrática será a pedra de toque deste processo de ocidentalização da política do PCB, dando destaque para a burguesia nacional como o agente de transformação revolucionária. No entanto com ditadura militar tal argumento teórico e político se mostraram inviável, tendo os pecebistas se deslocarem da primazia da questão nacional e enfatizarem a tática política nas lutas democráticas.

O problema da disputa pela hegemonia, no contexto da luta contra o regime e do processo da transição, deveria se desfechar, pois, no terreno da democracia e, não, no da questão nacional. O alinhamento do PCB se torna plenamente Ocidental, buscando obter “vantagem” do moderno, principalmente da nova classe operária, fruto do processo de modernização da economia e do parque fabril, e dos atores sociais e políticos emergentes com a expansão do capitalismo brasileiro. (IDEM, p. 41)

Ou seja, segundo Werneck “deslocado o orientalismo de uma revolução nacional-libertadora, subordina-se o nacional à democracia” (IDEM, p. 41). Assim sendo, a questão

democrática passa a ser o bastião da tática política do PCB e o caminho “natural” com o seu aprofundamento para se chegar ao socialismo, como podemos ver nos VII e VIII Congresso partidário. Porém, na medida em que enfatizavam a questão democrática, por outro lado, também perdiam grandes parcelas da militância em face da mudança concomitante da política comunista cada vez mais atrelado ao *status quo* e a “grande política” desassociada das lutas da classe operária, que eles teriam por projeto inicial emancipar. Outra questão, além de perder militantes e perder bases sindicais, o seu partido patinava nas urnas num processo de erosão contínua e longe de um final feliz. Ainda, devemos considerar que neste processo de emergência de um novo momento vivido pelo Brasil, no limiar do fim da ditadura, novos partidos surgiam, destaca-se o PT, assim como, o PCB ainda tinha que dividir o seu quinhão entre os comunistas brasileiros com o seu rival PCdoB.

Além destas questões internas de caráter nacional, a luz no fim do túnel não apareceu, pois o que se materializou foi a crise do socialismo. Em síntese, muitas adversidades para uma agremiação tão combatida ao longo de sua existência e que no ano de seu septuagésimo aniversário foi decretada a sua extinção. Dialogando com fatos apresentados, devemos relativizar, portanto, qual o real peso da crise do socialismo no fim do PCB? Pois, conforme verificamos, esta crise do socialismo real que se desenrolou ao longo dos anos 80 e que foi tão enfaticamente debatida nas páginas dos semanários comunistas do PCB, serviu como um tiro fatal, ou melhor dizendo, como oportunidade para a coalizão majoritária liquidar a velha estrutura partidária, que não opinião destes, era entulho de um passado que fracassou. Em síntese, seguindo essa trilha, cremos, portanto, que para interpretar o termino do PCB, precisamos, também, identificar que houve um longuíssimo e desgastante processo de ditadura militar brasileira, bem como uma linha tático-estratégica que este partido se utilizou para continuar ativo na seara política nacional primando pela retomada da democracia brasileira, aliando-se taticamente ao MDB-PMDB, lhe acarretando um desgaste cumulativo ao longo do tempo.

Neste sentido, retomando questões propostas no início desta tese e que visavam equilibrar a influência do nacional e do internacional, percebemos que ao longo de todo o percurso houve seletivamente esta influência na seara pecebista. Sendo que, de acordo com o período estudado verificaremos ora uma ênfase maior com a questão nacional, noutra período ora para a questão internacional. Porém, em face do sucessivo desgaste na seara comunista o fim do socialismo real foi o tiro de misericórdia no PCB, ou seja, fora o evento necessário que o grupo majoritário precisava para tirar proveito e liquidar com o patrimônio comunista. Assim sendo, as várias questões que tanto trouxeram discussões na seara pecebista, como

reforma e revolução, nacionalismo e internacional, esgotara-se com a crise final deste modelo e como fim “oficial” do PCB: um ciclo se fechou.

Grosso modo, podemos perceber que o que foi vitorioso foi o projeto político da coalização majoritária dominante que logrou ser a maioria na Direção Nacional, bem como ter representantes em diversas instâncias partidárias e institucionais (vide Freire), que poderiam, assim, controlar tanto a máquina partidária, quanto o processo eletivo do X Congresso com a eleição de delegados<sup>67</sup>. Esta coalizão tinha como objetivo sepultar de vez qualquer passado associado à via Oriental de transformação revolucionária e aprofundar a transformação passiva de acordo com a via Ocidental. Neste sentido, expirava-se com o modelo terceiro internacionalista e todo o aparato dos modelos impostos pela seara comunista internacional, que implicava na aceitação destes modelos para a transformação necessária para se chegar ao socialismo. Assim, reiteramos que o fim objetivo da experiência do socialismo real na URSS, foi o tiro final que esta coalizão majoritária precisava para dar o fim e eliminar o polo oponente tido como ortodoxo. Conforme explicitado, realçamos que o grande dilema na seara do “velho” PCB entre reforma e revolução fora extinto dentro desta agremiação definitivamente a partir do X Congresso partidário, quando expirou qualquer traço de um passado que visava à revolução e passou a imprimir, no início da década de 90, a perspectiva reformista atrelada à questão da democracia como supremacia desta tática política para se chegar ao socialismo, de acordo com a diretriz do “novo” PPS.

Neste sentido, como ocorre em toda a tradição das organizações de esquerda, qualquer fissura, rompimento ou voz dissonante é brindado com expulsões irreconciliáveis, - com o PCB, novamente, na década de 90 iria se inscrever nesta mesma tradição, já ocorrida no início da década 60 com o PCdoB. Ficaria novamente em disputa pelo legado partidário, e a mesma perguntas sem resposta: qual é o verdadeiro partido herdeiro da velha tradição de 1922? 1) o grupo majoritário, que buscou a renovação ocidental e que nesta perspectiva depurou a via revolucionária, assim como, expirou com qualquer traço das velhas tradições e modelos; ou, 2) o grupo minoritário que se manteve unido na velha tradição comunista, buscando brigar

---

<sup>67</sup> Convém realçar que embora o velho PCB, até o IX Congresso, fosse uma organização marxista-leninista regida pela prática centralismo-democrático, neste momento, devemos aproximar à práxis partidária a interpretação de Panebianco acerca da formação de coalizões dominantes em arena partidárias: “[...] é necessário observar que tanto uma coalização dominante coesa quanto uma coalizão dominante dividida são o resultado de alianças entre grupos: o que varia é o grau de organização dos próprios grupos [...] além disso, quando se passa a examinar os grupos, facções ou tendência que sejam, descobre-se que eles também na maioria dos casos, são o resultado de alianças de grupo menores [...] o ponto importante é que, de qualquer forma, a coalizão dominante é uma aliança de alianças, uma aliança entre os grupos, que, por sua vez, são coalizões de grupos menores (PANEBIANCO, 2005, p.76).



pelo nome, símbolos e *ethos* atrelado a concepção partidária marxista-leninista. De acordo com a literatura política e historiográfica, a minoria sempre é tida como racha, mas nesse caso seria pior ainda, uma vez que Roberto Freire registrou o símbolo e a sigla do velho partido; portanto, como poderiam continuar? Ainda, sabemos que a figura jurídica “Partido” é fruto do campo ideias dos homens que tentam materializar na forma de um projeto político, assim sendo, ao registrar a sigla do PCB Roberto Freire atenta, também, contra a memória de um grupo que ainda reivindica-se comunista. Neste caso, além de ir frontalmente contra o grupo minoritário no campo político dentro das instâncias partidária, ainda, rompe com estes juridicamente e, na visão da minoria o que poderia ser pior, atenta simbolicamente contra o campo da memória coletiva na medida em que toma para si um símbolo que os mantêm unidos enquanto grupo político e que estes gostariam de dar continuidade a este projeto político; em suma, tarefa muito difícil por parte da minoria na tentativa de reconstrução partidária do PCB.

#### **4.4.1- PCB: UMA TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA**

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em época anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Conforme Halbwachs em seu livro, *A memória coletiva*, há uma diálogo entre a memória individual – lembranças anteriores e pessoais, as quais serão ativadas quando suscitadas; e, as memórias coletivas, as quais serão ativadas dependendo do grupo que estiverem inseridos. Dialogando com o autor, podemos dizer, que a história oficial é sucessora de uma memória coletiva, melhor dizendo, quando começarem haver o lapsos da memória coletiva, digo, quando a extensão da memória coletiva começar a se esfumçar ativa-se, portanto, a construção de uma história oficial. Neste sentido, a história oficial pode ser uma construção baseada num centro de tradição com o intuito de consolidar e alicerçar uma memória coletiva previamente selecionada; porém, no caso do PCB, como reconstruir essa história oficial quando ela está em disputa, inclusive juridicamente?

Conforme já realçado, podemos perceber no legado da história do PCB este formato de tradição e seleção dos fatos a serem recontados e trabalhados como se fosse uma memória oficial, nos quais apresentam várias datas cronológicas, sendo que neste momento,

no início da década 90, após a crise do Leste europeu e com a crise do socialismo, o PCB se define e no X Congresso extingue-se o nome do PCB e trocam para PPS. No entanto, um grupo reivindica-se como herdeiro do legado histórico da Terceira Internacional e, ainda, acreditando no modelo do “velho” PCB e na invencibilidade do socialismo na história, decidem brigar e refundar o Partidão sobre os escombros do X Congresso. Porém, como sabemos, a história atropelou o antigo partido, pois foram vários condicionantes históricos que definiram o esvanecimento do tão combalido partido.

Na realidade, aqueles que escrevem a história, e que registram sobretudo as mudanças, as diferenças, entendem que, para passar de um para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das quais a história não percebe senão a somatória (no sentido do cálculo integral), ou o resultado final. Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora, e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros (1990, p. 88).

Ou seja, mantendo viva a memória coletiva ainda latente e crendo cientificamente através da análise dialética da realidade, um grupo minoritário decide juridicamente ir para o embate e lutar para refundar o velho PCB, logo após a tão anunciada extinção. Registramos que, embora este grupo organizado decida refundar a antiga agremiação comunista, uma vez que não acreditavam no projeto do PPS e não o aceita como o sucedâneo histórico, havia também outras clivagens do PCB que estavam fazendo escolhas políticas diversas, ou melhor dizendo, outras opções partidárias. Conforme já citado, uma parcela de militantes sai organizadamente e filiam-se ao PCdoB, num reencontro histórico tão esperado pela agremiação peceodobista. Igualmente, no início da década de noventa e, principalmente, após o X Congresso clivagens políticas do PCB optaram pela desfiliação e afluem para o PT, o partido de esquerda mais influente do início da década e que lograra a hegemonia na seara sindical, o ambiente de disputa política tão valorizada e sonhado pelos PC's, mas que não conseguiram a inserção necessária, sendo este um dos elementos apontados como determinantes para o definhamento partidário no processo de abertura democrática. Ainda, a fim de demonstrar os motivos deste processo de desfiliação e aceitação do PT como realidade

partidária viável, transcrevemos o comunicado do expressivo e organizado grupo gaúcho justificando a filiação ao PT, na matéria intitulada, *A opção de ex-membros do PCB pelo PT*, do jornal Utopia.

A nossa opção pela filiação e militância no Partido dos Trabalhadores significa o nosso reconhecimento do PT como polo principal de organização e luta dos socialistas de caráter democrático, que, no nosso entendimento, devem buscar a unidade e a unificação na disputa plural da sociedade. O PT é a principal referência dos trabalhadores da cidade e do campo, das camadas populares e da intelectualidade, no âmbito das forças da esquerda socialista, e possui expressivo peso político, eleitoral e social que o vocaciona a ser alternativa real de poder e de luta “dos de baixo” no país. O PT construiu este acúmulo principalmente a partir de uma origem que questionou os modelos teóricos vinculados ao **socialismo real** do Leste e à **social-democracia**, o que facilitou a construção partidária com existência de pluralismo e democracia interna, bem como uma abertura teórico oxigenadora da vida partidária. Mas também porque o partido recuperou o *sentido estratégico da busca da hegemonia na ação popular e socialista, rompendo com a tradição de subordinação da esquerda à hegemonia burguesa*. O fenômeno PT, hoje, significa a possibilidade concreta e o desafio de construção de uma nova síntese partidária do socialismo, *pós-bolchevique e pós-social-democracia*<sup>68</sup>. Tudo isso faz o PT o melhor espaço para promoção de política socialista, democrática e revolucionária no Brasil (IDEM, 1992, p. 19)

Citação longa, porém, extremamente pertinente e elucidativa para verificarmos a real inserção do PT no campo da esquerda, bem como, a crítica que se estabelecia na seara política socialista acerca dos limites políticos no pós socialismo real – portanto, o PT neste período representava, para uma parcela da esquerda, a utopia possível (CESAR, 2002). Ainda, convém enfatizar que os comunistas egressos dos acontecimentos do IX e, principalmente, do X Congresso se decomporiam num emaranhado de cisões políticas, talvez, similar ao ocorrido no VI Congresso quando o grosso da militância e da minoria do CC optaram pela via insurrecional armada no combate a ditadura. Ou seja, assim como em 1967 houvera uma grande diáspora na seara do PCB originando a Nova Esquerda (SADER, 1988) e os vários grupelhos que posteriormente afluíram ao PT, neste momento, novamente uma grande diáspora ocorreria fazendo com que os pecebistas tenham que fazer novas escolhas dentro da ordem democrática burguesa no início da década de 90. Assim, estava em jogo 1) ir com a maioria para o PPS, aproveitando as oportunidades da estrutura institucional já consolidada por esta nova agremiação na “grande política” nacional do executivo-legislativo; ou, 2) ir para

---

<sup>68</sup> Grifos do autor.

o PCdoB, acreditando, ainda, na perspectiva mais ortodoxo e viável na urnas centrada sob a égide do marxismo-leninismo; ou, 3) recomeçar e reconstruir o “velho” PCB, também, dentro de uma estrutura considerada neste período como “arcaica” calcada sob a perspectiva da Terceira Internacional e com toda uma série de obstáculos legais infligido pelo PPS; ou, 4) ir para o PT, caminho mais “fácil” em virtude da grande abrangência deste partido nas urnas, assim como, a grande inserção desta agremiação nos movimentos sociais e, principalmente, sindical; ou, 5) optar por outras hostes partidária no campo da esquerda como o PSB nesse início da década de 90; ou, 6) finalmente, deixar de militar em face do descrédito com o campo partidário e a grande derrota utópica da esquerda com a queda do muro de Berlim e o fim o do socialismo real. Caminhos diversos, sonhos truncados, trajetórias refeitas, não obstante, o importante é registrarmos que embora os caminhos múltiplos que as diferentes clivagens internas oriundas do X Congressos optaram em seguir, o sentimento que os uniam era o pertencimento afetivo de uma organização que por décadas lutaram e acreditaram sendo a mais correta, tanto na luta pela democracia no Brasil, quanto na perspectiva de se chegar ao socialismo - sonho de uma etapa superior que fora sepultada com um tiro certo do X Congresso. Caminhos diversos a parte e com a estrela do PT brilhando fulgurante na década de 90; porém, registramos que havia muitas críticas do grupo minoritário sobre a agremiação petista, o que demonstrava que o PT, embora hegemonizando, não era consenso entre a esquerda, conforme vemos no trecho abaixo sob o título, *A hora da estrela*, do jornal de orientação comunista denominado Algo a Dizer, de Janeiro de 1992, assinado por Hamilton Garcia.

O PT consitui-se hoje na maior força socialista-democrática do Brasil, embora ainda seja desdenhado por lideranças como Roberto Freire, que em outubro de 1990 pronunciava-se a favor de um novo socialismo se sequer citar o petismo como movimento pioneiro neste caminho. [...] As dificuldades que os petistas têm pela frente, porém, são maiores que estas incompreensões. A herança que o marxismo dogmático legou a eles constitui um verdadeiro **karmam**<sup>69</sup>, que vai da fraca bagagem teórica até a arrogante auto-suficiência, passando pelo autorismo (IDEM, s/p. ).

Ainda, no tocante ao grupo minoritário que não logrou vencer o X Congresso e que mantiveram unidos sob a perspectiva de reconstrução partidária, enfatizamos que a luta deste foi incessante, tanto do momento da convocação do fatídico Congresso, quanto do registro do nome legal do PCB por Roberto Freire, uma vez que no imediato ao derradeiro encontro buscaram de pronto (re)organizarem o antigo partido. Porém “o novo PCB expressou a

---

<sup>69</sup> Grifos do autor.

heterogeneidade dos setores que levaram adiante o projeto de reconstrução do partido, determinada pela maior ou menor ênfase no tocante à ortodoxia marxista-leninista” (SILVA, 1999, p. 273). De acordo com o autor, “nesse processo, se mesclaram influências que iam do stalinismo ao luxemburguismo, passando por Lukács, Gramsci e o próprio Trotsky. Nesse sentido, o PCB rompeu com o monolitismo teórico-ideológico que marcou a tradição anterior” (IDEM, p. 273). Talvez, podemos dizer que esta heterogeneidade era fruto dos acúmulos teóricos existentes no Brasil e que fora represado dentro da agremiação pecebista e que, neste interim, afluía em debates; sendo que, o certo era que o novo PCB estava na busca do seu novo caminho na seara política nacional que ia além das questões dos modelos pré-concebidos que tanto tinha marcado a caminhada comunista ao longo de setenta anos de trajetória política. Também, devemos registrar que em Junho de 1992 o PCB lança o jornal oficial *Tribuna Comunista*, apresentando nesta edição as teses guias para a uma nova conferência partidária. No entanto, embora prognósticos positivos e ataques aos “oportunistas” que destruíram com os sonhos, a realização do “verdadeiro” X Congresso só viria a ocorrer no Rio de Janeiro nos dias 25/26/27 e 28 de março de 1993. Neste novo congresso partidário registramos os seguintes encaminhamentos políticos que nortearam a linha tático-estratégica do PCB, ao longo da década de 90. Quanto à estratégia:

A estratégia do Partido visa a conquistar o poder político, num movimento de massas em que a hegemonia política pertença à classe operária e aos trabalhadores do campo, a fim de provocar a ruptura do sistema vigente e abrir caminho para a implantação do modo de produção socialista (X CONGRESSO DO PCB, 1993, p. 32)

Ainda, quanto a questão estratégica retomava a questão da revolução brasileira socialista e a definia nos seguintes termos: “o processo revolucionário é democrático e socialista, com tarefas antimperialistas, antilatifundárias e antimonopolistas” (IDEM, p. 27). Ou seja, fugia da abordagem da cultura política calcada radicalmente em cima da democracia como valor universal tão em voga no PCB na década de 80 e recuperava o caráter de transformação revolucionária para se chegar ao socialismo, o que não se via enfaticamente nestes termos desde ao IV Congresso do PCB, em 1954<sup>70</sup>. Porém, não devemos vislumbrar

---

<sup>70</sup> Torna-se importante fazer uma distinção e retomar os pressupostos teóricos debatidos por Carlos Nelson Coutinho em seu livro, *Democracia como valor universal* (1980, p. 31) no qual explicita este conceito justificando a partir de uma perspectiva gramsciana: “A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massas (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) e sob a direção política do(s) partido(s) e vanguarda da classe operária. Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a

isto como um retorno ao passado, pois no plano tático, entre outras resoluções, reconhecia o jogo democrático e visava à aliança preferencialmente no plano institucional com as organizações de esquerda (PT, PCdoB, PSB e PSTU), obviamente, que fazia algumas ressalvas: “a democracia, numa sociedade hegemônica pela burguesia, tem limitações objetivas. Mesmo tendo traços políticos que interessam aos trabalhadores não é a democracia dos trabalhadores” (IDEM, p. 28). Ainda, referindo as organizações consideradas aliadas táticas vemos a exclusão, por motivos óbvios, de qualquer aliança com o PPS. Também, contrastando com os caminhos sinuosos do PCB da década de 80, o novo Congresso conclamava enfaticamente a participação ativa na CUT (IDEM, p. 34-35). Quanto à questão do legado do socialismo não titubeavam acerca da herança do socialismo real:

A crise da primeira experiência socialista não significa que foi inútil a luta de várias gerações para construção de uma nova sociedade. Orgulhamo-nos das conquistas sociais, econômicas e culturais alcançadas em tempos recorde pela primeira vez, na URSS, e em outros países do Leste europeu e do papel do socialismo nas lutas internacionais e progressistas contra o nazi-fascismo, o colonialismo, pela independência nacional e a soberanias dos povos, pela democracia e pela paz-mundial, (IDEM, p. 11).

Ainda, quanto à questão do alinhamento no plano internacional vemos um reposicionamento das questões das nações socialistas ao redor mundo, especialmente, Cuba e China, não enquanto modelos, mas sim como mantenedoras do socialismo. No plano nacional, conforme já enfatizado, o presidente civil eleito, em 1989, vinha sofrendo uma série de oposição em face da grave corrupção que grassava o seu governo, bem como a sangria da inflação - mal maior da economia brasileira - que o mesmo prometera sanar e não conseguia controlar: Collor sofre *impeachment* em 1992, assumindo o seu vice Itamar Franco. O PCB nesta nova conjuntura veta qualquer apoio ao novo presidente empossado: “Os comunistas manifestam, portanto, sua oposição ao governo Itamar, assumindo uma posição crítica e reivindicativa, que exige o resgate da dívida social, a reposição das perdas salariais, o não pagamento da dívida externa e a defesa intransigente das empresas estatais” (IDEM, p. 16). Ou seja, mantinha-se intransigente na luta contra o neoliberalismo que aportara no país com

---

dominação reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos [...] Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda” Ainda, reiterando os apontamentos de Pandolfi (1995, p.222) a partir do VII Congresso o PCB incorpora estas teses dos denominados *renovadores* do partido nas diretrizes da sua política partidária, dando o rumo do partido ao longo da década de 80; distinguido, por conseguinte, radicalmente desta minoria partidária que primava por uma via insurrecional.

Fernando Collor. Quanto à organização interna mantinham-se apegado as tradições do marxismo-leninismo, conforme podemos verificar:

O PCB é um Partido marxista-leninista por entender que o movimento comunista internacional consagrou, na expressão do marxismo-leninismo, toda esta herança de lutas e todo o pensamento acumulado por seus inúmero contribuidores. O marxismo-leninismo consagra a centralidade e a importância histórica fundamental de V.I. Lênin e mantém-se, na mais pura acepção dialética, um corpo vivo de idéias e proposições, instrumento poderoso e decisivo na construção revolucionária do socialismo (IDEM, p. 24).

Como podemos observar o “novo” PCB reivindica e legitima a sua trajetória política não abrindo mão da tradição organizativa do partido nesses mais de 70 anos. Consagrando como vitorioso o seu X Congresso, em 19/08/1993 também comemoravam junto ao TSE (por 7 votos a 0), a vitória a respeito da aprovação por unanimidade da legalização do registro do pedido provisório do PCB, dando o prazo de um ano para organizarem definitivamente o partido. De acordo com o jornal Tribuna Comunista, de setembro de 1993, apresentava o título de chamada de capa: *Renasce o PCB*. A partir das eleições seguintes, em 1994, ainda sob caráter provisório, o PCB começa a acompanhar o PT, enquanto cabeça de chapa, na denominada Frente Popular. Porém, o desajuste com a política nacional estava muito distante dos percalços do PCB, pois este partido não conseguiu mais se recuperar do ocaso sofrido ao longo da década de 80 no Brasil, bem como, da crise do socialismo do final da década e a criação do PPS em 1992 - foram golpes certos para a estrutura partidária, que condicionou uma grande sequela e percalços no processo de reconstrução partidária no início da década de 90.

Sublinhamos que seguindo a tradição dos Congressos Comunistas, em 1996, o PCB irá realizar o seu XI Congresso Nacional, como se não houvesse interrupção<sup>71</sup>; em tal encontro verificamos o rumo da política do PCB e que irá refletir ao longo da década de 90. Ainda, a política do XI Congresso não irá ter nenhuma mudança substancial do encontro anterior, sendo que, realçamos que após a ratificação do registro do PCB começaram a compor, definitivamente, coligações junto com o PT para as eleições presidenciais, fazendo parte na referida Frente Popular. Também, convém realçar que neste Congresso percebe-se uma melhor organização em face de uma reestruturação do partido no plano nacional, com unidades regionais estabelecidas e em vias de consolidação. Outro ponto que devemos colocar

---

<sup>71</sup> No momento atual o PCB encontra-se no seu XIV Congresso que foi realizado em 2009. E como símbolo dos seus noventa anos, comemorado em 2012, poderemos verificar no material publicitário e imagens anexas.

em destaque neste congresso e que demonstra uma tentativa de protagonismo do PCB no campo da esquerda, distinguindo ligeiramente da tática partidária do Congresso anterior, é o não atrelamento *ipsis literis* a qualquer programa do campo da esquerda:

Nenhum partido de esquerda pode, hoje, representar com exclusividade os setores populares. É necessário que o PCB – com responsabilidade que lhe confere sua grande experiência de luta e a confiabilidade que lhe trouxe o recente processo de renovação revolucionária – procure materializar politicamente a aliança das classes e camadas populares, através de alianças e frentes com os partidos de esquerda, sempre a base de um programa mínimo. Um programa mínimo – a ser elaborado a partir de lutas comuns e da discussão democrática entre os diversos partidos – melhorem no curto prazo as condições de vida do povo, quebrar o arcabouço institucional em que se baseia o predomínio burguês e cimentar a unidade das forças populares, com vistas aos embates futuros (XI CONGRESSO DO PCB, 1996, P. 15).

Ainda, destacamos que o PCB tinha a seguinte distinção, ou seja, dois tempos de ação que se inscrevia na: 1) Unidade Comunista – que possui “a perspectiva da futura unificação orgânica, passando pela unidade de ação no movimento de massas”, e; 2) Frente de Esquerda – que “tem como objetivo precípua a Unidade de Ação, sem pretensões de unificação, apesar de, alguns casos, poder contribuir para esta” (IDEM, p. 35). Neste sentido, enfocamos que esta unidade entre os comunistas visava o diálogo entre as organizações que se reivindicavam como marxistas na seara política nacional, conforme destacado no próprio texto: “No caso do PCdoB, por exemplo, desde 1962 não se tinha notícia de uma reunião formal entre as direções dos dois partidos” (IDEM, p. 35). Ou seja, depois de mais de 40 anos de uma luta entre rivais no campo político nacional e de acusações, do PCdoB para o PCB, de traidores do socialismo; e, no caso do PCB para o PCdoB, de desprezo pelos pecedobistas e falta de reconhecimento do mesmo como partido coirmão; neste momento, começavam a ensaiar um processo de “reencontro” tático.

Grosso modo, este Congresso foi fruto de um primeiro resgate advindo do X Congresso de 1993, bem como, o amadurecimento da reconstrução partidária do PCB, propiciando o rumo para uma política partidária ao longo da década de 90, visando uma tentativa de distinção dos outros partidos da seara da esquerda, entre esses o PCdoB, embora buscassem depurar as brigas das décadas anteriores. Assim, o que vimos no final da década de 90 foi o apoio do PCB às coligações capitaneadas pelo PT na Frente Popular, bem como a tentativa frágil de tentar eleger vereadores, deputados estaduais e federais nas chapas desta coligação; mas sem sucesso nas urnas, demonstrando assim uma incipiente correlação de força com as outras correntes da Frente Popular, principalmente, com o PT.



Destacamos que na sequencia dos fatos políticos no Brasil houve eleições gerais em 1994, com Lula na cabeça de chapa disputando a eleição presidencial sem sucesso, ganhando Fernando Henrique Cardoso, eminente sociólogo e ministro de Itamar Franco, vindo a aprofundar, ainda mais (e de vez) o espectro do neoliberalismo no Brasil com todas as privatizações de acordo com os prognósticos dos planos econômicos do Banco Mundial e FMI; obviamente, que o campo da esquerda ficou no polo oponente. Sumarizando, embora houvesse tanto apoios, quanto críticas a respeito das diretrizes políticas do primeiro mandato de FHC; no entanto, no espectro econômico Fernando Henrique logrou o sucesso necessário com o seu plano, iniciado no governo Itamar Franco; assim sendo, o plano Real, de fato, conteve a inflação e deu um incremento na economia nacional, o que fez aumentar o apoio popular pelo FHC e lhe garantiu um segundo mandando em 1998.

Nesta eleição, de 1998, o PCB estava nos auspícios do seu XII Congresso partidário, realizado neste ano e mantinham a linha tático-estratégica dos encontros anteriores compreendendo taticamente a necessidade histórica de apoiar o PT na vitória eleitoral; sendo que, conforme enfatizado no Congresso anterior, buscavam construir sempre uma distinção dos limites que havia dentro da democracia burguesa, bem como dos partidos que eles entendiam como sendo importante para a unidade de ação, porém, sem abrir mão tanto do protagonismo do PCB, quanto sem capitular nos princípios mínimos partidários e sem serem subjugado por uma Frente de Esquerda, que neste momento denominava Frente Democrática-Popular. Não obstante ao trabalho desta Frente, FHC se elege no primeiro turno, com 53,64%.<sup>72</sup>. No tocante ao PCB não elegeu nenhuma parlamentar na Câmara dos Deputados. Ainda, quanto às Resoluções do XII Congresso que endossa a linha tático-estratégica, tínhamos o seguinte encaminhamento:

O processo revolucionário brasileiro apresenta-se como de caráter socialista, baseado na contradição capital x trabalho. Logo, este processo deve ser entendido como em curso, não dividido em etapas estratégicas e baseado no acúmulo da sociedade, rumando para o momento de ruptura como sistema vigente. [...] Isto não obstante, num movimento de natureza tática, o PCB participa da Frente Democrática-Popular que aglutina as forças que representam as classes exploradas e oprimidas em sua luta contra o neoliberalismo, em defesa dos interesses nacionais e populares (IDEM, 1998, p. 27).

Sem pretender sumarizar excessivamente e abreviar acontecimentos políticos importantes, uma vez que os fatos e os eventos desta década de 90 foram muito ricos (os

---

<sup>72</sup> In.: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>.

mesmo serão abordados com maior relevo nos capítulos seguintes); no entanto cumpre registrar, para efeitos deste subtítulo, que em 2002, finalmente, Lula consegue conquistar a tão sonhada presidência do Brasil no segundo turno, na bipolarização PT *versus* PSDB, com 55,27%<sup>73</sup>. Novamente, o PCB não teve sucesso nas urnas. No tocante ao plano tático, embora conquistando esta vitória em conjunto com a Frente Popular, essa eleição de 2002 representou o último enlace do PCB com o PT no que eles chamavam de Frente de Esquerda, uma vez que de imediato começaram a apresentar críticas ao PT e migrarem para o campo político oponente de oposição ao governo Lula.

A partir das próximas eleições o PCB irá trilhar um caminho junto com as outras organizações de esquerda, denominada de Esquerda Radical (MOURA, 2011) em conjunto com partidos egressos que foram expulsos pelo PT – PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Neste sentido, estas agremiações partidárias vão para o polo oposto do PT, uma vez que consideram este partido, a partir do governo Lula, como uma organização socialdemocrata de centro-esquerda<sup>74</sup>; em face da manutenção do *establishment* e do todo o corpo burocrático do presidencialismo de coalizão existente no Brasil (ABRANCHES, 1988), arcabouço institucional este que a esquerda mais radicalizada julgava que o PT iria se desvencilhar. Como o PT, neste momento, adota uma política mais pragmática e de centro-esquerda esta parcela da esquerda começa a se organizar visando às próximas eleições a fim de marcar posição no campo político, na expectativa que julgam que o PT abandonou as suas bandeiras tradicionais de luta<sup>75</sup>. Sendo assim, o PCB em conjunto com esta Esquerda Radical, adotam posições centrifugas da seara petista, tanto plano eleitoral, quanto no âmbito sindical, também, rompendo com a CUT.

No âmbito sindical, há a emergência de novas centrais sindicais, uma vez que esta esquerda julgava que a CUT era o braço de sustentação sindical do PT e não iria dar subsídios para as lutas dos trabalhadores; criaram, por conseguinte, a Intersindical, ligada ao PCB e ao

<sup>73</sup> In.: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>.

<sup>74</sup> Quanto ao espectro ideológico esquerda-direita, a literatura política consolidou três posições, as quais Yan Carreirão (2006, p.143) explicita: “tomo como definição operacional inicial a seguinte classificação dos partidos no Brasil, no eixo direita-esquerda: 1) Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA. 2) Centro: PMDB e PSDB. 3) Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN”.

<sup>75</sup> Armando Boito Jr (2007, p. 69) sintetiza, em linhas gerais, alguma das contradições da trajetória do governo petista, que fez com que se construísse um polo de oposição firme contra o primeiro mandato de Lula: “O PT, nascido como um partido socialdemocrata de esquerda e vinculado ao movimento sindical, desde meados da década de 1990, quando o então chamado Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação programática e organizacional do Partido, vem realizando um movimento em direção à grande burguesia interna. Em sintonia com essa fração burguesa, o PT procura conter ou reverter apenas as medidas de política econômica que prejudicam essa fração da burguesia, como os juros elevados e a abertura comercial, mantendo aquelas que a

PSOL e a Conlutas, ligada ao PSTU (FIGUEIREDO, 2011). Destacamos que os campos de lutas desta esquerda não se dão apenas no campo eleitoral, mas sim em várias arenas/ambientes de lutas<sup>76</sup>, onde o plano sindical atinge grande relevo, também merece destaque os movimentos sociais diversos, entre esses o movimento estudantil, os quais combinados servem de ponto de apoio e propaganda para a construção partidária. Neste sentido, há uma multiposicionalidade militante nas várias arenas, seja sindical, eleitoral, movimento sociais que se somam; sendo que, acreditamos que em face dos sucessivos resultados eleitorais pífios, o campo eleitoral não seja, talvez, o ambiente por excelência destas agremiações partidárias, uma vez que centram força na tentativa de emergência no campo sindical, destacando o caráter classista destes partidos<sup>77</sup>. Ou seja, consideramos que arena de luta mais destacada no período do governo Lula, para esta Esquerda Radical se dá na ambiente sindical, uma vez que no plano eleitoral não conseguem resultados satisfatórios para disputar a hegemonia com a agremiação petista, bem como, alijar do poder o centro e a direita. No tocante especificamente ao PCB, desde as eleições de 1994 não houve evolução nas urnas para esta agremiação partidária até as eleições de 2002. Assim, visando às eleições seguintes e com o intuito de atualizar a linha tático-estratégica, em 2005 ocorre o XIII Congresso do PCB, no qual modificam a caracterização da revolução brasileira:

Com a resolução do XIII Congresso, o PCB rompeu com um dos elementos teóricos que mais atrasava a formulação estratégica do Partido e com uma concepção equivocada da realidade brasileira. Ao caracterizar a revolução brasileira como socialista, em função das condições objetivas do capitalismo brasileiro e da globalização, e se definir pela construção do bloco histórico do proletariado, o Partido atualizou sua estratégia em relação à contemporaneidade do capitalismo brasileiro e mundial e desatou as amarras que o prendiam a uma formulação da década de 50, quando o capitalismo brasileiro tinha outra configuração. Ao definir claramente o bloco de forças sociais da revolução, o PCB rompeu com as ilusões terceiro-mundistas e nacionais-democráticas que foram características da esquerda no passado, e

---

favorecem mesmo que em detrimento do bem-estar dos trabalhadores – reforma da previdência, flexibilização do contrato de trabalho no setor público, reforma trabalhista etc”.

<sup>76</sup> Segundo Panebianco (2005, p. 23) “ambiente é uma metáfora para indicar uma pluralidade de ambientes, de arenas na quais cada organização age quase sempre simultaneamente; arenas que geralmente são interdependentes e comunicantes entre si, mas também distintas”.

<sup>77</sup> Moura (2011) sustenta que esses partidos da Esquerda radical funcionam dentro do conceito de “partidos de chantagem”, de acordo com a teoria downsoniana, em que por meio de pressões no jogo político visam influenciar o espectro ideológico da disputa, mesmo não logrando vitória. De acordo com o próprio Downs (1999, p.148 ): “Ao analisar o nascimento de novos partidos, devemos distinguir entre dois tipos de novos partidos. O primeiro é projetado para ganhar eleições. Seus criadores sentem que ele pode se localizar de modo a representar um grande número de eleitores cujos pontos de vista não estão sendo expressos por qualquer partido existente. O segundo tipo é projetado para influenciar partidos já existentes a mudar suas políticas, ou a não muda-las; não visa primordialmente a ganhar eleições”.

definiu claramente que a burguesia nacional não pode desempenhar nenhum papel em qualquer transformação social no País.<sup>78</sup>

Ainda, torna-se importante frisar que neste XIII Congresso representou mais uma fissura na seara do PCB, pois o debate se deu muito em cima, também, da questão nacional e do governo Lula, do apoio ou não à direção petista. Neste sentido, um grupo minoritário rompe com o PCB e migra para o PCdoB, na tão acalentada reunificação comunista. Destacamos que a agremiação pcedobista apresentava uma linha tática-estratégica similar ao PCB, diferindo taticamente no apoio ao PT. Podemos ver no documento intitulado, *Movimento pela Unidade Comunista*, a justificativa desta clivagem que se seccionou do PCB e migrava para o PCdoB, no qual enfatizavam:

A ruptura com o Governo Lula; o abandono real da perspectiva de unidade dos comunistas; a aproximação com a ultra-esquerda de matriz trotskista; a negação das etapas, das alianças táticas, da importância da esfera institucional; o olhar golpista sobre processo e o movimento de massas; o total desrespeito aos padrões leninistas de organização e a visão de instituir uma organização de “poucos e bons”; tudo isso demonstra o afastamento definitivo do atual PCB do seu leito histórico (IDEM, 2005, p. 1)

Não obstante a ruptura de um grupo que ingressa no PCdoB, a direção do PCB busca neste XIII Congresso um aprofundamento da estratégia socialista para a revolução brasileira e definia, por conseguinte, o seu grupo de aliança tático para a eleição de 2006, visando contraporem o PT neste pleito. Conforme enfatizado, em conjunto com o PSTU e PSOL, compuseram a Frente de Esquerda. Embora houvesse certa similaridade na origem do PSOL e PSTU esta aliança não logrou unidade, em face das divergências programáticas dessas três agremiações e a tentativa de protagonismo do PSOL na corrida presidencial definindo a candidata a presidente, Luzia Helena e o seu vice, César Benjamim, o que de arrancada já demonstrou fissuras nesta coligação partidária, uma vez que o PSTU tentou apresentar o nome do seu presidente (José Maria) como vice da chapa. Além destas questões, no plano tático, o PSOL visava neste pleito um caráter eleitoral mais popular e democrático, divergindo do PSTU e PCB que buscavam uma propaganda classista, visando romper com o *status quo* e não crendo na via democrática burguesa como expressão da luta de classe (MOURA, 2011). Embora a candidata da Frente de Esquerda tenha chegado em 3º lugar da disputa, ela

---

<sup>78</sup> In.: <http://pcbam.blogspot.com.br/> acessado em 10/01/2013.

conseguiu apenas 6.85% dos votos<sup>79</sup>, fato este que demonstrou a falta de inserção destes partidos no campo de disputa eleitoral, não consolidando preferências no mercado político. Ainda, quanto aos eleitos por estes partidos o PSOL logrou eleger 02 deputados estaduais e 03 deputados federais, quanto ao PCB elegeu apenas 01 deputado estadual.

Fechando esta unidade, fazemos um balanço da trajetória recente partidária do PCB e sua diretriz política, mais especificamente, a tática eleitoral, percebemos que esta agremiação partidária manteve-se dentro do espectro da esquerda marxista-leninista não abrindo mão do arcabouço político herdado da sua trajetória tradicional comunista. Diferentemente de outros partidos comunistas ao redor do mundo que depuraram o marxismo-leninismo; sendo que, mesmo os que não abriram mão deste legado, muitos tentaram se enquadrarem eleitoralmente no jogo político. Ou seja, percebemos que houve uma caminhar para a esquerda, ratificando ainda mais a sua herança longeva. Quanto à disputa eleitoral não abrem mão do seu posicionamento político mesmo que isso represente para eles a perda de voto. Neste sentido, percebemos que para esta agremiação a disputa pelo campo político não se dá apenas na seara eleitoral, campo este considerado belicoso e extremamente em disputa em face de ser o meio por excelência da burguesia, procurariam, pois, dar relevo para outras formas de lutas, conjugando, portanto, o eleitoral, o sindical e os movimentos sociais, com o intuito de disputar a hegemonia do campo da esquerda e buscarem se constituir enquanto bloco histórico para efetivar a transformação revolucionária tão almeja pela agremiação pecebista. Finalizando, em face dos resultados pífios da década 90 e início dos anos 2000, avaliamos que vários elementos foram determinantes para esse esvanecimento do PCB nas urnas, ou melhor dizendo, pouco inserção do PCB na arena política, os quais citamos: 1) fim do socialismo real, que condicionou o fim do paradigma do PCB; 2) sequelas do X Congresso com a extinção partidária e, conseqüentemente, o PPS capitalizando a estrutura partidária; 3) dificuldades de legalização partidária, bem como, obstáculos para se inserirem organicamente em todo país, conforme exigência da legislação eleitoral; 4) o PT hegemonizando a esquerda na década de 90, não abrindo espaço para o crescimento de outras forças de esquerda; 5) ligando-se ao item anterior, uma política socialdemocrata de centro (PDSB) vitoriosa nas urnas, polarizando com a agremiação petista, ofuscando qualquer tentativa de construção de outra polo; e, 6) com a emergência do PT, em 2002, a ligam-se com outros partidos da Esquerda Radical, como alternativa para as eleições; porém, sem apelo convincente no mercado eleitoral.

---

<sup>79</sup> In.: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>. Acessado em 10/01/2013.

#### 4.4.2 – PPS: A AMBIVALÊNCIA DO LEGADO COMUNISTA

Quanto ao PPS, conforme explicitado, este partido logrou ficar com o arcabouço institucional tanto físico, quanto jurídico do PCB, além do mais, no imediato ao X Congresso tinha deputados federais eleitos, o que lhe condicionava um poder de barganha na arena política e a sua estrutura organizada para o bom andamento partidário na década de 90. Nesta década o PPS irá trilhar um caminho de construção partidária seguro e contínuo, se utilizando da arena eleitoral como seara por excelência da sua política partidária, fazendo parte, digamos, da grande política, caminho natural este, pois as clivagens políticas que deram origem ao PPS, naturalmente já vinham trilhando este percurso dentro do PCB insistindo por uma via calcada na *democracia como valor universal* (COUTINHO, 1980) e se utilizando da arena institucional para estabelecer essa via que eles julgavam como a mais acertada. Ou seja, caminho natural para esta clivagem fomentada ao longo da década de 80 caminhar ao encontro da socialdemocracia reformista; *ipsis literis* ao ocorrido na Europa, com os partidos comunistas que se transformaram e passaram de partido revolucionário para partidos reformistas, buscando não mais a transformação histórica para uma etapa superior, mas sim uma reforma dentro do próprio sistema capitalista.

O PPS, no imediato ao X Congresso, insere-se no jogo político brasileiro do início da década de noventa vindo a compor coalizões governamentais. Conforme já citado, em 1992, Fernando Collor sofre *impeachment*, Itamar Franco assume vindo o PPS a compor o bloco de apoio governamental, de acordo com os seus documentos: “O PPS, que apoia de imediato o novo governo, compreendendo que ele não possuía nada com o anterior, é convidado, na pessoa do deputado Roberto Freire, seu dirigente máximo nacional, a dele fazer parte, no papel de líder da bancada do governo na Câmara Federal”<sup>80</sup>. Reiterando, percebemos neste percurso, que o PPS cumpre a trajetória histórica dos partidos comunistas que foram se depurando em face do taticismo, dito de outra maneira, amainaram o ímpeto revolucionário a fim de buscar e maximizar votos fora do seu eixo principal, a classe operária. Dialogando com Przewoski, em seu livro, *Capitalismo e Socialdemocracia* (1989), acerca das escolhas dos partidos de orientação marxista nas urnas, fato este que implicaria no seguinte dilema:

Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre ser um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido (universalista, que irá abarcar todos

---

<sup>80</sup> In.: <http://portal.pps.org.br>. Acessado em 11/01/2012.

os diversos aspectos da sociedade) que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classes (IDEM, p. 125)

Pelo que podemos observar, as escolhas realizadas pelo PPS foram as que depuraram o legado do marxismo-leninismo, bem como, do seu caráter classista em prol de uma política mais ampla e abrangente que demanda-se um maior apelo desta agremiação política nas urnas. Porém, embora sendo bloco de sustentação do novo governo Itamar Franco, na eleição presidencial de 1994 irá compor forças neste pleito com o PT, mesmo com críticas, tentando construir um bloco de centro-esquerda, pois decidem “apoiar a candidatura da Frente Brasil Popular, [...] embora tendo divergências claras e explícitas quanto à estreiteza da frente política e no tocante à condução da campanha eleitoral, principalmente no grosseiro erro de subestimar e até mesmo ridicularizar o Plano Real” (ALMEIDA, 2005, p. 104-105). Tais críticas conjugado com a vitória de FHC irá definir a perspectiva política do PPS nos oito anos do governo neoliberal do PSDB. Quanto ao PPS nas urnas teremos a seguinte espectro nacional: votação na Câmara Federal, 02 deputados<sup>81</sup>, destacando que estes possuíam a trajetória política de egressos do PCB, fazendo o caminho “natural” PCB-PPS, quais sejam Augusto Carvalho (DF) e Sergio Arouca (RJ); e, no Senado, Roberto Freire elege-se pelo Estado de Pernambuco<sup>82</sup>.

Mais adiante, na tentativa de se consolidar como uma alternativa de centro-esquerda, a fim de marcar posição pontualmente com o PT e com o intuito de granjear espaço neste nicho político, o PPS começa a estabelecer diálogo com outros partidos dessa frente, visando às eleições futuras. Torna-se importante fazer uma explanação da literatura política da década 90 a fim de termos a caracterização dos partidos políticos no início desta década e identificarmos o lugar do PPS no campo da esquerda, segundo Scott Mainwaring em seu livro, *Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil* (2001) classificava os partidos brasileiros em duas categorias os partidos de *catch-all* e os partido de esquerda; sendo que, nesta primeira categoria incluía todos os principais partidos, exceto o PT. Ainda, destaca que o PT, PPS e o PCdoB divergem deste modelo *catch-all*, por estarem dentro do campo da esquerda e por apresentarem firmes lealdades no Congresso, fortes ligações nos sindicatos e movimento de massa (IDEM, p. 211).

<sup>81</sup> In.: **50° Legislatura Câmara**. Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=50&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=50&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None). Acessado em 11/01/2013.

<sup>82</sup> In.: **50° Legislatura Senado**. Disponível: <http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/LegisAnter50.shtm>. Acessado em 11/01/2013.

Em 1996, realizam o seu XI Congresso partidário (dando continuidade no sequenciamento cronológico dos congressos herdados pelos PCB), em que estabelecem a seguinte diretriz na política nacional: “Em sua Resolução Política, coloca-se no campo da oposição ao governo Fernando Henrique, mas sem abrir mão de ‘sua responsabilidade de lutar por avanços e conquistas democráticas, agora e já’” (ALMEIDA, 2005, p. 105). Também, a partir desta agenda buscam imprimir um caráter de oposição ponderada, assim como, procuram estabelecer arcos de alianças visando à eleição de 1998, mais especificamente, a presidência da República, com o intuito de atrair para o seu eixo de centro-esquerda outros setores que faziam uma oposição moderada, ou mesmo, egressos da seara do PSDB que tentavam construir o seu protagonismo o trabalho em outro espaço político. Sendo assim, a fim de coroar esta sua política, em 1998, realizam o seu XII Congresso, na qual apresentam as seguintes diretrizes:

“o PPS tem seu referencial programático e prático expresso em uma política que compreende o caminho do socialismo como conseqüência do fortalecimento e radicalização da democracia, da sua expansão a todas as esferas da vida social e da intensificação da revolução técnico-científica”, reafirma a necessidade de “uma nova agenda democrática e de se constituir um novo bloco político de centro-esquerda, capaz de “romper a lógica bipolar da política brasileira” (de um lado, forças de direita e do centro, e, do outro, a esquerda isolada), a qual “bloqueia o desenvolvimento da democracia e a realização das reformas do Estado e sociais [...] o PPS apresenta à nação a candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República”, dirigindo-se aos demais partidos “para um amplo debate”, pois um programa de novas perspectivas para o país “precisará contar com um governo que disponha de grande apoio na sociedade, isto é, um governo de ampla coalizão democrática, que expresse o acordo de todas as forças nacionais interessadas na reorientação da economia e do quadro social”<sup>83</sup> (IDEM, p. 107-108)

Conforme podemos verificar, o PPS consegue atrair para o seu polo eminentes egressos do PSDB, como o ex governador do Ceará e ex ministro de FHC, Ciro Gomes; além desta figura de peso que iria disputar a eleição à presidência pelo PPS, começam a tecer alianças visando este pleito e atraem outras figuras eminentes no plano regional, em face do desgaste fisiológico do PMDB e do atrelamento incisivo do PSDB a política neoliberal. Neste pleito de 1998, conforme já enfatizado no subtítulo anterior, FHC se reelege no primeiro turno, ficando Ciro Gomes na terceira posição com 10,97 % dos votos. Ainda, nesta eleição,

---

<sup>83</sup> Grifos do autor.



na Câmara dos Deputados, o PPS conquistou 03 parlamentares<sup>84</sup>. Como podemos observar se na disputa presidencial o PPS não granjeou a inserção necessária em face da polarização PSDB e PT, mantida da eleição de 1994. Igualmente, vemos uma pouca abrangência deste partido nas urnas para a Câmara dos Deputados, mesmo com uma flexão tática mais branda e mais acessível ao eleitorado brasileiro alicerçada nas suas diretrizes políticas.

Ainda, embora na eleição de 1998 o PPS não obteve a votação esperada, este abrandamento do caráter classista, em prol de um discurso mais popular e cidadão, focado na democracia representativa, atraiu, posteriormente, uma fatia expressiva de parlamentares eleitos, egressos de filiações partidárias diversas, no período subsequente a esta eleição. Tal amálgama de novos filiados distanciava, ainda mais, da gênese comunista, uma vez que muitos dos novos militantes/dirigentes migravam diretamente “por cima” através da via parlamentar, dito de outra forma, dirigentes partidário com cargos ou mandato que ingressavam no PPS com o anseio de uma nova seara partidária a fim de (re)construírem a sua trajetória política.

Conforme sabemos, destaca-se, exemplarmente, o caso do Rio Grande do Sul, onde o ex-governador Antônio Brito, do período de 1995 a 1999, deixou o PMDB em 2001, juntamente com o senador José Fogaça e grande elite dirigente do PMDB gaúcho e filiam-se ao PPS, com vista às eleições de 2002. Corroborando com o que foi explicitado, Jairo Nicolau (1996, p. 70) sumariza as justificativas para migração partidária, quais sejam: 1) Conflito de natureza ideológica-programática; 2) conflito de natureza pessoal; e, 3) maximização de ganhos eleitorais. Ainda, podemos realçar o impacto da adesão de Ciro Gomes, em conjunto com outros egressos da sua seara política, na mudança do perfil partidário do PPS, contrastando com que foi exposto por Mainwaring, quando comparamos a evolução deste partido na segunda metade da década de 90. Nas palavras de Ranulfo Melo (2004):

Ao que tudo indica, existe uma significativa diferenciação entre os partidos brasileiros, tal como representados na Câmara dos Deputados, quando se compara a robustez dos seus vínculos internos. PT, PCdoB e o Partido Popular Socialista (PPS) – este último até o momento em que foi galvanizado pela candidatura presidencial de Ciro Gomes<sup>85</sup> – poderiam ser tratados como os mais coesos da Câmara para o período analisado. Tais partidos são o que mais se aproximam de um partido programático idealmente concebido (IDEM, p. 120).

---

<sup>84</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acessado em 11/01/2013.

<sup>85</sup> Grifos nossos.

Assim sendo, na medida em que o PPS se abria mais incisivamente no plano eleitoral, bem como, quanto mais crescia quantitativamente, conseqüentemente, perdia o *ethos* e o antigo legado de antigo partido comunista, agora, eminentemente transmutado em um partido da ordem burguesa de centro-esquerda. Ou seja, se antes o “velho” PCB era um partido antissistema combatido e massacrado pelas diferentes ditaduras que ocorreram no Brasil, vide período Vargas e, posteriormente, ditadura militar, agora, neste momento, o seu sucedâneo (PPS) tornara-se um partido da ordem, tal e qual os partidos comunistas do capitalismo avançado em que ocorreram as mesmas mudanças em meados da década de 70 e 80. Dialogando com a literatura política acerca desse assunto, tomamos como referência a obra de Sartori (1982), no qual o autor salienta a metamorfose dos partidos comunistas:

A tese da “integração” do comunismo tem sido exposta em muitas versões. A mais ousada delas é a de que, hoje, os principais partidos comunistas europeus estão “integrados positivamente”, entendendo-se por isso que são os verdadeiros partidos/reformistas e/ou que são, pelo menos na Itália, os verdadeiros baluartes da manutenção do sistema constitucional (IDEM, p. 167).

Ou seja, seguindo esta trilha com a transformação do PCB em PPS e visando uma sedimentação partidária, de fato, em 2002 aprofundam as discussões com vistas ao pleito eleitoral que se aproxima; para tanto, no início deste ano realizam o seu XIII Congresso partidário. Nesta disputa eleitoral, polarizam novamente o PSDB, com a candidatura de Serra e pelo PT, capitaneado por Lula. O PPS tenta, novamente, se firmar como estratégia política visando abrir espaço no campo da centro-esquerda através de uma ampla coligação nacional, denominada coligação Frente Trabalhista, que incluía o PPS, PDT e PTB, porém, com poucos dividendos e ficando em 4º lugar na corrida presidência, com 11,97% dos votos<sup>86</sup>. Conforme já explicitado, Lula venceu no segundo turno, vindo o PPS a apoiar Lula em sua vitória, no segundo turno, salienta-se que esta vitória foi reflexo de uma ampla campanha de centro-esquerda com caráter bem mais ponderado<sup>87</sup>. Quanto ao plano nacional obtiveram 15 deputados federais eleitos, entre esses retorna para a Câmara dos Deputados a figura de Roberto Freire. Também, elegeram uma senadora (Patrícia Saboya Gomes, do Ceará), dois

<sup>86</sup> In.: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>. Acessado em 04/03/2013.

<sup>87</sup> Segundo Fleischer (2004, p. 273): “A direção nacional do PT decidiu abandonar o programa aprovado por um congresso em fins de 2001, e elaborou uma plataforma e estratégia de campanha ‘centrista’ para a campanha presidencial de 2002. Além de propostas ‘centrista’, o PT decidiu mover-se para o Centro na composição de sua coligação, fechando uma parceria com o Partido Liberal (PL), que escolheu o senador e empresário José Alencar (PL-MG) como vice de Lula. A campanha ‘paz e amor’ atraiu o apoio de vários empresários”.

governadores (Eduardo Braga, Amazonas e Blairo Maggi, Mato Grosso) e dois vices (Sergipe e Mato Grosso). Ainda, destaco que entre os parlamentares da Câmara dos Deputados, com exceção do caso exemplar de Roberto Freire, os outros eleitos, em sua absoluta maioria, não tinham ligação com a continuidade histórica partidária PCB-PPS, provindo em sua maioria do PMDB<sup>88</sup>, tal migração partidária reforça, por conseguinte, o afastamento deste *ethos* de partido comunista diluído pelo PPS na grande política nacional, ou seja, o velho legado comunista ficou através das reminiscências de velhos militantes que se mantiveram, ainda, reivindicando-se como sucedâneo histórico, muito embora o novo PPS guarda-se pouca coisa do antigo partido.

Dando continuidade nesta política implementada e visando demarcar posição com as forças de centro-esquerda que emergiram ao poder com a vitória de Lula, o PPS firma num primeiro momento, o compromisso de apoio ao governo petista, vindo a compor a coalizão governamental com Ciro Gomes no Ministério da Integração Nacional. Porém, começavam a trilhar um cioso afastamento da aliança petista, tentando, como sempre, imprimir um caráter distintivo na seara da centro-esquerda nacional. Em 2004, realizam o seu XIV Congresso Nacional, em que apontavam a seguinte diretriz:

o PPS agirá sempre em função de seu inalienável compromisso com a radicalidade democrática, para que se substitua a velha cultura do aparelhismo, do hegemonismo, da cooptação e da intolerância política, pela cultura do pluralismo, do respeito aos aliados, da tolerância e da prática da discussão e participação, nos marcos internos dos partidos, no governo, no parlamento e na sociedade. Por rigor de concepção, o partido privilegia projetos políticos quando direcionados à mudança processual do país e repudia aqueles vocacionados apenas para a manutenção do poder<sup>89</sup>.

Como podemos observar, o conceito da radicalidade democrática se mantém através dos canais legais da democracia representativa. Sendo que, convém registrar que a partir desse Congresso começa, de fato, o afastamento do PPS das bases do governo Lula, conforme podemos ver na resolução 001/2005: “Considerando as decisões aprovadas pelo Diretório Nacional, no dia 11 de dezembro de 2004, determinando o afastamento do partido da base do Governo Lula e a entrega dos cargos, ocupados em seu nome, na administração federal”<sup>90</sup>.

<sup>88</sup> In.: **52º Legislatura Câmara dos Deputados**. Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=52&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=52&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None).

<sup>89</sup> In.: <http://portal.pps.org.br>. Acessado em 14/01/2013.

<sup>90</sup> Resolução Política N° 001/2005.

In.: [http://www2.pps.org.br/2005/sistema/central/documentos/arquivo/8\\_res\\_001\\_2005.PDF](http://www2.pps.org.br/2005/sistema/central/documentos/arquivo/8_res_001_2005.PDF). Acessado em 15/01/2013.

Rompendo esta aliança começam a compor com o DEM e o PDSB o bloco de oposição efetivo ao governo PT.

No tocante ao legado do PCB dentro do PPS, além da manutenção da continuidade congressual (XIV Congresso), também, este partido mantém atualizado os símbolos da velha agremiação, uma vez que se reivindicam sucedâneo histórico legítimo, conforme pode ser verificado nos anexos desta tese. Neste sentido, verificamos que muitas das publicações do PPS no que tange a sua trajetória política partidária juntam, via de regra, o nome dos dois partidos PCB-PPS. Ou seja, a continuidade da disputa do legado se mantém, mesmo com diferenças profundas entre o PCB (reconstrução partidária) e o PPS; sendo que, fora os valores simbólicos que tentam demonstrar imagetivamente, no plano teórico e prático radicalmente se desassocia do legado do velho partido. Conforme podemos verificar, de acordo com a citação: “Trata-se de um Partido que representa a possibilidade de ultrapassar os velhos modelos e concretizar uma agenda democrática e humanista, politicamente progressiva, socialmente justa e ambientalista sustentável” (ALMEIDA, 2005, p.23). Ou seja, embora intitulando-se como sucedâneo histórico, sempre procuram apontar diferenças pontuais aludindo a questão da superação dos velhos modelos, velhos paradigmas, velho partido e amplitude política focado nos diversos segmentos sociais, em detrimento de um caráter classista mais combatido. Nesta perspectiva reativam e reafirmam a questão de democracia como enfoque prioritário da política do PPS, demonstrado, neste aspecto, a continuidade da linha política da clivagem interna que fomentou a construção do PPS e que já estava latente dentro do PCB, ao longo da década de 80. Quanto à questão do socialismo, ainda premente no discurso do PPS, podemos verificar no livro, *Por que PPS* (ALMEIDA, 2005):

Nós, do PPS, continuamos com o nosso orgulho de dizer: somos socialistas e, reconhecendo que outros modelos podem concorrer e apostamos nas possibilidades democráticas de um sistema de governo baseado em tais princípios e na natural alternância do poder. O socialismo implica a diversidade de caminhos, mas nenhuma deles pode prescindir da democracia e da sua ampliação por meio de instituições de autogoverno da sociedade, convalidando a ideia da esfera pública não-estatal (IDEM, p. 38-39).

Dialogando com Panebianco (2005), acerca da manutenção dos objetivos oficiais do partido (socialismo), este enfatiza que “os objetivos oficiais, para cuja obtenção a organização surgiu e que têm contribuído para forjá-la, não são abandonados nem decaem a mera ‘fachada’. Eles são ‘adaptados’ às exigências organizativas” (IDEM, p. 31). Neste sentido, Panebianco redefiniu o conceito de substituição dos fins de Michels por articulação dos fins,

em face das adaptações organizativas no ambiente/arena política: “a coerência entre os comportamentos dos partidos e os seus objetivos oficiais será constantemente reafirmada pelos líderes” (IDEM, p. 32). Ou seja, destaca que entre as estratégias consideradas mais viáveis para a obtenção dos objetivos oficiais, serão previamente selecionadas, somente àquelas compatíveis e que visem à estabilidade organizativa:

A meta originária (a revolução, o socialismo) é constantemente reafirmada porque dela depende a identidade coletiva do movimento; por outro lado, as estratégias eleitas, pragmáticas e reformistas, garantem estabilidade organizativa sem, contudo, tirar muita credibilidade da tese de que se está sempre “trabalhando” para a obtenção dos objetivos oficiais. De fato, a práxis reformista quotidiana é sempre justificada com a tese a qual as reformas não estão em contraste, mas representam uma passagem intermediária no caminho do socialismo (IDEM, p.32-33)

A partir destas perspectivas e alinhamentos políticos, reivindicando-se ainda socialista; sendo que, o PPS irá para o pleito eleitoral, em 2006, apoiando o PSDB na figura de Geraldo Alkmin, ou seja, embora se dizendo socialista e de esquerda, fazem alianças com partidos considerados de centro-direita, não obstante atualizam o seu discurso socialista para as eleições de 2006. Nesta eleição Lula consegue, novamente, a vitória no segundo turno com 48,60 % dos votos<sup>91</sup>. Quanto ao PPS, consegue eleger uma bancada de 22 deputados federais, muito embora, devemos destacar que em sua grande maioria não tenham vinculação com o “velho” PCB, tal e qual a eleição de 2002, fato este pouco debatido na seara partidária em face do sucesso obtido e da grande abrangência deste partido nas urnas<sup>92</sup>. Em síntese, o caminho de uma política mais moderada pelo PPS foi a alternativa escolhida por esta agremiação partidária e com isto conseguir uma inserção nas urnas de forma mais abrangente, quando comparada com o novo PCB (Reconstrução Partidária). De acordo com a evolução partidária do PPS, temos o seguinte quadro período:

<sup>91</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>

<sup>92</sup> Destacamos a fim de corroborar com esta questão que nas eleições municipais de 2004 o PPS comemorava os seguintes números, de acordo com as suas resoluções políticas: “A vitória de uma política, no qual faz uma avaliação preliminar das eleições municipais de outubro, onde diz que o PPS saiu do primeiro turno vitorioso, afirmação toda ela comprovada por números inquestionáveis. Aumentou o número de prefeituras em mais de 80 % - saiu de 163 em 2000 para um pouco mais 300 agora em 2004 – e incorporou ao seu patrimônio eleitoral aproximadamente 1,5 milhões de votos, pulando de 3,5 milhões em 2000 para 5 milhões no leito que ora se encerram ultrapassando os 5 % do eleitorado nacional. Elegeu ainda 313 vice-prefeitos e 2.787 vereadores, dos quais 35 nas capitais” (ALMEIDA, 2005, 118-119).

**QUADRO 04 - SÍNTESE DO PPS – EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA<sup>93</sup>**

	1994	1998	2002	2006
<b>GOVERNADOR</b>	0	0	02	02
<b>SENADO</b>	01	0	01	01
<b>CÂMARA FEDERAL</b>	02	03	15	22
<b>ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS</b>	03	20	36	30

Fechando esta unidade, como podemos observar, realmente, foram dois caminhos bem divergentes. No tocante especificamente ao PPS, este fez a clássica escolha dos partidos que outrora foram marxista-leninistas e optaram por um contorno reformista como campo de luta, mesmo com os custos político da despersonalização partidária e do legado histórico do velho partido fundado em 1922. Porém, conforme observado a manutenção natureza antissistema não representa o objetivo, prioritário, no horizonte do PPS, não sendo, portanto, objeto de disputa na sua seara interna, na qual o foco premente torna-se a evolução partidária nas urnas e a sua sedimentação institucional; tendo, neste momento analisado, contornos de partidos *cath-all*. Segundo Kirchheimer o partido *catch-all* “renuncia a los intentos de incorporar moral y espiritualmente a las masas y dirige su atención ante todo hacia el electorado; sacrifica, por tanto, uma penetración ideológica más profunda a uma irradiación más amplia y a um éxito electoral más rápido” (1980, p. 331). Assim sendo, fica registrado, portanto esta evolução partidária do campo de uma organização marxista-leninista que amainaram o seu ímpeto egresso da Terceira Internacional e que em face das adversidades e cerceamento, tanto da seara internacional, quanto nacional, optaram por este campo de luta na ordem democrática brasileira. Ainda, destaca-se que essas clivagens internas que lograram vencer o X Congresso e que conduziram para esta formação política atual, serviram, também, de berço para novas lideranças de outros partidos que afluíram para o PPS, sendo que essas tinham pouco (ou nada) relacionado com a identidade partidária anterior; fato este que causa uma característica *sui generis*, em virtude que seus documentos partidários e produção de imagem se mantenham reivindicando-se como os herdeiros legítimos do histórico partido comunista.

<sup>93</sup> FONTE: Criado a Partir de <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>; e, [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br). Acessado em 18/01/2013.

## CONCLUSÃO

Será preciso muito tempo antes que os estragos produzidos no tecido organizativo pelos anos de clandestinidade sejam cicatrizados (PANEBIANCO, 2005, p. 139).

Ao nos reportamos sobre o PCB no início da década de 90, verificamos que qualquer tentativa de explicação que destoe, ou melhor, que não atrele a explicação dos caminhos partidários sem enfatizar os eventos ocorridos no Leste europeu pecaria na avaliação. Pois, este partido herdeiro das velhas tradições bolcheviques estivera ao longo de sua existência colada à práxis terceira internacionalista, bem como, todo o arcabouço do aparato do socialismo real, que legou uma série de modelos a serem aplicados. Porém, a história não se desenrolou como o esperado para esta seara comunista, uma vez que o socialismo real ruíra com o final da URSS. Sem pretender, novamente, alinhar todos os pormenores que fizeram com que ocorresse a *débâcle* final do socialismo real, enfatizamos que uma série de elementos, que já estavam na raiz da velha nação socialista, serviu de fomento para tal destino final: modelo de produção extensiva, atrofia das funções do Estado, centralismo de partido, excesso de militarização, etc. Sendo que, devemos considerar dois elementos que destacamos ao longo deste capítulo, quais sejam: o colapso econômico e o nacionalismo exacerbado que deram o tiro de misericórdia à URSS.

Embora na sua origem, a política de Gorbachev foi ao encontro dos anseios da população soviética, e mesmo de comunistas ao redor do mundo que ansiavam por uma política de maior transparência e democracia, a *Perestroika* não logrou o resultado esperado; tendo, por um lado, um excesso de democracia e participação; e, por outro lado, um recuo da economia soviética. A população não apoiou Gorbachev em sua política equanimemente, vindo a fragmentar a sua base de apoio e emergindo novos dirigentes mais focados com as novas ordens econômicas do mercado mundial. Assim, uma nova ordem social emergia no cenário político da década de 90, sepultando sonhos geracionais. Obviamente, que neste processo de ruptura de paradigmas, também, os PC's ao redor do mundo vieram a sofrer as sequelas do fim do modelo do socialismo real. Neste sentido registramos que o PCB fora fatalmente ferido nesse processo, liquidando, por conseguinte o seu legado político com a construção em seu lugar do PPS.

Porém, fazemos algumas ressalvas acerca deste final fatalista e diretamente ligado ao PCUS-URSS, devemos ponderar em face que o PCB já vinha de uma década de derrota tanto

no plano eleitoral, quanto no plano sindical, sendo erodida as suas bases tanto à esquerda, quando à direita. Pois, nesse período, o PT conseguia galvanizar o grosso da militância sindical, campo que seria por excelência da seara comunista. Além disso, ainda pesava um excesso de atrelamento ao MDB-PMDB na transição pactuada, que fez com que perdesse diversos militantes para esta seara político. Também, destacamos que em face desse atrelamento político em conjunto com estas agremiações que compunham a Nova República, ocasionou um severo déficit do PCB nas urnas e do perfil deste como partido combatível, sendo capitalizado este elemento pelo PT. Ainda, em face de insistir nas suas diretrizes políticas em diversos congressos na perspectiva do socialismo calcado em cima de uma *democracia como valor universal*, priorizando, 1) bem mais a cultura política democrática brasileira, 2) do que uma política com características na Terceira Internacional, que visasse a luta de classes e transformação revolucionária; tornou-se, por conseguinte, também este um fator determinante deste enfraquecimento partidário.

Em síntese, destacamos que houve a existência ao longo da trajetória do PCB do equilíbrio tenso entre as características nacionais e internacionais; e que, por conseguinte, ativaram clivagens distintas. No tocante especificamente ao ocaso ocorrido com o fim do socialismo, este evento foi, de fato, o elemento determinante que faltava para a clivagem reformista sepultar o velho partido e fundar uma nova agremiação. Assim, poderemos dizer que o PPS não surge dos escombros do velho PCB, mas sim nasce fecundo destas clivagens fomentadas ao longo da década de 70 e 80, as quais ativaram este modelo impresso na democracia e na representação política como sendo a sua função partidária principal; em detrimento do trabalho focado na classe trabalhadora, movimentos sociais e sindicatos. Assim sendo, consideramos que o X Congresso que modificou a natureza do PCB para PPS foi um ajuste de contas forçado, tanto da história, quanto deste grupo majoritário que logrou vencer esta contenda e se consolidar como elite dirigente fomentando a construção do PPS.

Nesta perspectiva, a década de 90 se abre com três partidos reivindicando a legitimidade como oriundo do velho tronco de 1922. Porém, no tocante ao PCB e PPS, estas duas agremiações tiveram caminhos muito divergentes na década de 90, pois ao passo que o PCB (Reconstrução Partidária) procurou construir uma alternativa de esquerda, de fato, na seara política nacional, o PPS iria cada vez mais se enquadrando e sendo um partido da ordem institucional. Ainda, quanto a este novo PCB, percebemos um aprofundamento teórico dentro de um modelo mais ortodoxo como se fosse uma volta ao passado, ou seja, como se buscassem o elo perdido da sua velha matriz política. Neste sentido, buscariam reestruturar o partido nacionalmente, mesmo com as severas sequelas que houvera no X Congresso e com o



PPS brigando na justiça pelo seu nome jurídico. Ainda, mesmo tentando imprimir uma posição de esquerda, não logrou nenhuma inserção nas urnas, palco esse secundarizado por esta agremiação em virtude de uma construção política eleitoral pouco atraente para o eleitorado brasileiro, calcado em cima de princípios eminentemente classistas. Ao longo da década de 2000, após a eleição de Lula, o PCB irá se afastar do campo de centro-esquerda capitaneado pelo PT e irá afluir para o campo dos partidos denominado de Esquerda Radical, sem lograr, também, uma candidatura viável e com adesão do eleitorado. Destacamos o fato de não darem ênfase sobremaneira aos pleitos eleitorais, pois os consideram expressão representativa da burguesia. Assim sendo, centralizam a sua ação na tentativa de construir alternativas sindicais em conjunto com esses partidos da Esquerda Radical (PSTU e PSOL), com vistas a construir um polo oponente à política de centro-esquerda do governo Lula, na expectativa de fragilizá-lo.

No tocante ao PPS, conforme observamos este partido após o X Congresso, começou a apresentar uma opção viável na arena política, inserindo na sua agremiação, eminentes dirigentes egressos de outras instâncias partidárias. Ainda, este partido, teve um processo contínuo de crescimento nas urnas a partir de uma política mais moderada e com abrandamento do seu caráter classista. Embora reivindique a herança do velho partido comunista e em suas diretrizes políticas ainda carregam a insígnia do socialismo; porém, constatamos que no desenrolar das eleições, este partido estaria cada vez associado ao campo institucional da grande política, na perspectiva de tentarem (e conseguirem) eleger vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores. No entanto, destacamos que se este partido pretendia construir-se como uma alternativa viável de centro-esquerda, a fim de romper com a polaridade da década de 90 e 2000, do PSDB e PT, não logrou o intento, pois não conseguiu se firmar como polo político efetivo nas eleições presidenciais dos sucessivos pleitos, ficando no polo de oposição ao governo Lula junto com outros partidos do campo do centro-direita.

# CAP 5 – O PCdoB E (RE)AFIRMAÇÃO DO MARXISMO

Este capítulo possui entre os seus objetivos examinar a recepção do desfecho final da URSS pelas páginas oficiais das publicações do PCdoB e a sua interpretação política dos fatos ocorridos no Leste europeu, visando, num primeiro momento, as críticas partidárias acerca das posições da *Perestroika* e *Glasnost*; e, tardiamente, a busca de uma interpretação e um reposicionamento sobre a experiência do socialismo real para o legado das organizações comunistas. Neste sentido, visando uma readequação da sua linha tático-estratégica, examinaremos o VIII Congresso do PCdoB, em 1992, no qual buscou-se uma reorientação partidária a partir do desfecho ocorrido no Leste europeu, assim como, uma atualização dos modelos políticos internacionais, em virtude do esgotamento desses padrões internacionais. No tocante ao plano nacional, cumpre verificarmos como foi o processo da tentativa de sedimentação partidária a partir da década de 90 e o embate político do PCdoB, em face das diretrizes neoliberais da gestão de Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com os outros partidos de esquerda.

A partir deste estudo, procuraremos verificar a evolução partidária do PCdoB ao longo da década de 90 até a vitória tática da eleição de Lula. A partir da vitória petista, o estudo visará identificar a inserção do PCdoB na arena política governamental e os reflexos desta nova configuração partidária ao legado do marxismo-leninismo.

## 5.1 – A RECEPÇÃO DA CRISE DO SOCIALISMO PELO PCdoB

O PCdoB, ao longo de sua trajetória política, considerando especificamente de 1962 até o fim dos anos 80, se construiu politicamente sob a égide do confronto tanto com a URSS, quanto com o PCB, pois os consideravam como reformistas e revisionistas do socialismo e do legado da Terceira Internacional. Podemos considerar, portanto, que a sua grande tentativa de se sedimentar na arena política da esquerda brasileira foi em cima desse embate ideológico, na tentativa de provar qual era a organização mais correta de acordo com os cânones do marxismo-leninismo. Em síntese, a sua moldura política nacional e internacional fora criada pelo confronto ao seu oponente, com o intuito de granjear este espaço de disputa. Conforme verificamos, ao longo desta tese (cap. 3) o PCdoB fomentava grandes críticas acerca da

*Perestroika* e da *Glasnost*, considerando-as um retrocesso do socialismo na URSS e um golpismo da degenerada burocracia de Estado soviética em conluio com o imperialismo americano.

Embora as evidências mostrassem que a URSS estava sofrendo as sequelas de um modelo extensivo de produção estagnado, em consonâncias com os reflexos do retraimento da economia mundial nas décadas de 70 e 80; o PCdoB, por sua vez, além de enfatizar essas questões da falência do modelo econômico, não obstante, insistia que o retrocesso dava-se, sobremaneira, pelo revisionismo e, pela existência de um “corpo estranho” que tomou conta do aparato soviético desde a morte de Stalin, a partir do mandato de Kruchev. Ou seja, esse era o ponto de grande disputa do PCdoB com o PCB, pois afinal era a justificativa que endossava a sua existência e a motivação da secção dos comunistas no Brasil, o qual fomentou fissuras e antipatias durante décadas, conforme podemos verificar na sua revista teórica *Princípios*, sob o título, *O Leste europeu entre ventos e tempestades*:

É importante resgatar que a divergência em relação ao caminho de desenvolvimento dos países do "bloco soviético" no Leste, foi um dos temas centrais da "grande cisão" que se verificou no movimento comunista mundial na década de 1960, e que teve como maiores protagonistas, na época, o PC soviético, de um lado, e o PC chinês, de outro. A maioria dos partidos comunistas no mundo, na ocasião, se alinhou com o PCUS e defendeu as mudanças políticas, econômicas e ideológicas por ele encaminhadas como uma "inovação do socialismo" que enterrava os erros e desvios do passado. Já as correntes que se alinharam em torno dos partidos da China e da Albânia denunciaram o revisionismo soviético como uma capitulação diante do capitalismo internacional, que se traduzia no abandono das tarefas da transição socialista e culminaria no próprio retorno ao capitalismo. A própria separação do PCdoB e do PCB no Brasil se inseriu nesta grande polêmica mundial. Os acontecimentos do último ano no Leste europeu, ao lado de sua dimensão trágica, servem também como um teste empírico, promovido pela história, para ver qual das duas hipóteses acima conseguiu "dar conta" melhor do processo real. Que o leitor reflita e chegue às suas próprias conclusões (REVISTA PRINCÍPIOS, 1990, p. 14).

Neste sentido, dando curso aos acontecimentos, o PCdoB justificava sobremaneira a sua existência legal enquanto organização. Sendo que, convém realçar que, também, havia muitas discussões inconclusas na seara do PCdoB, uma vez que davam ênfase excessiva no enfoque do revisionismo de Kruchev, bem como de seus sucessores, mas não explicavam a contento as contradições das suas próprias diretrizes políticas ao longo de sua trajetória, pelo fato que deveria, também, haver um acerto de contas acerca dos modelos internacionais, outrora escolhidos, como por exemplo: 1) que papel ficara reservado a Mao Tse Tung e ao maoísmo? e, ligando a questão anterior acerca dos modelos, 2) qual o lugar que um pequeno

país (Albânia) poderia ocupar inspirando um modelo socialista a ser atingido? Ou seja, ao longo do processo de tentativa de sedimentação partidária, esta organização fora colando, ou melhor, justapondo situações e modelos que pudessem justificar a sua existência em confronto direto com o PCB. No entanto, ao se associar a outros modelos, com o fito de justificar-se e dar o endosso teórico, também, recaía no mesmo percurso pecebista que tinha na URSS o seu grande modelo.

Devemos grifar que embora tenha havido toda a crise do socialismo no Leste europeu, o PCdoB não era um entusiasta da queda do muro de Berlim e de toda a fragmentação que ocorrera, mesmo tendo apontado que isto poderia ocorrer. Reagiam com grande pesar, uma vez que acreditavam que a URSS tinha desperdiçado a grande experiência socialista e o legado de Marx e Lênin, em face das forças restauracionistas que tinham tomado de assalto o poder na URSS. Óbvio que toda essa discussão era extremamente polarizada, procurando rivalizar sempre com o seu oponente (PCB). Para o PCdoB, a construção do socialismo estagnou na década de 50 e precisava ser reformulada arduamente, neste sentido, a crise do modelo socialista que houvera, além de colocar como réu os revisionistas, também, tinha como objeto de culpa quem ousasse reformular as questões teóricas tidas como consagradas, nas palavras de seu principal dirigente, João Amazonas, sob o título *A teoria enriquece na luta por um mundo novo*:

É tarefa transcendental dos nossos dias reformular, em muitos aspectos, a teoria da edificação socialista, a partir do precioso material acumulado na URSS até meados da década de 1950<sup>94</sup>, e em outros países que seguiram idêntico destino. Reformular não significa invalidar a base teórica que existia. Significa atualizar criadoramente o marxismo. É o único meio de repor em seus lugares questões controvertidas ou deformadas pelos falsos socialistas. É a maneira de desfazer a confusão, de esclarecer milhões de pessoas abaladas com a destruição do socialismo na URSS e em outros lugares. É também o modo de contestar arrasadoramente a propaganda burguesa de que o marxismo já não serve para a época atual (REVISTA PRINCÍPIOS, 1990, p. 07).

Grosso modo, podemos enfatizar que o PCdoB se apegava *ipsis literis* aos velhos cânones do marxismo-leninismo, buscando extrair esses elementos como bússola a seguir na sua direção partidária. Porém, devemos relativizar a questão do tão aludido dogmatismo do PCdoB e compreender, conforme referido nos capítulos anteriores, que esta organização se construiu sob estas influências em face tanto do seu modelo genético, quanto a partir das

---

<sup>94</sup> Grifos nossos.

convergências e, principalmente, divergências ambientais que fomentaram este modelo não eclético e mais fechado, no que tange a visão teórica e a práxis organizativa interna. Ainda, devemos considerar os reflexos da dura clandestinidade imposta ao PCdoB, um fato muito relevante e que fomentou sobremaneira as características peculiares desta organização. Neste sentido, devemos destacar que o PCdoB, neste período, ainda, era dirigido por velhas lideranças comunistas egressas das lutas das primeiras décadas do século XX, que se mantinham longevos na direção partidária, vide João Amazonas, dando o norte e o curso da linha política.

Assim sendo, torna-se importante contextualizar os fluxos de militantes que ingressaram no PCdoB, a fim de caracterizar e justificar este apego aos velhos modelos da Terceira Internacional. Havia uma primeira geração fundante da (re)organização de 1962, que ingressaram, em sua maioria, das lutas da década de 30 e 40 do velho tronco comunista - esses eram dirigentes eminentemente ligados ao processo de reorganização do PCB na Comissão Provisória de 1943, que reconstruiu o partido no período Vargas. Posteriormente, nas lutas da década de 60, houve o fluxo, conforme salientado anteriormente (cap. 2), de ingressos da AP (Ação Popular), que incorporam e assimilaram todo o referencial do PCdoB, peculiarmente ingressaram no partido via maoísmo, incorporando, também, também, uma defesa intransigente de Stalin. Finalmente, no período recente (década de 80) houve a incorporação, principalmente via movimento estudantil, de uma parcela de militantes, sendo estes dirigidos pelos experientes quadros da ex-AP, o que demonstrou na prática o legado da Ação Popular para dentro do PCdoB na direção das entidades do movimento estudantil, vide UNE e UBES.

Ainda, quanto à característica “dogmática” e mais fechada do PCdoB, em face das outras organizações, destacamos, também, o apego dos modelos e ferramentas do marxismo-leninismo e do centralismo-democrático na direção partidária, sendo mantidos em suas políticas e nesses instrumentos partidários, não dando espaço, por conseguinte, para qualquer diálogo dissonante, sendo brindado qualquer elemento discordante com expulsão sumária, vide discussões inconclusas acerca do Araguaia. No que concerne ao Araguaia, devemos reforçar que esta guerrilha, bem como, a construção das figuras históricas deste partido serviram, também, como elemento aglutinador a fim de dar um tônus militante e inflamar o sendero revolucionário dentro da seara do PCdoB. Conforme já referido, segundo o PCdoB, o Araguaia fora a grande epopeia de luta erigida contra a ditadura militar (realmente foi a única organização que logrou implantar-se no meio rural); ou seja, mesmo que houvessem críticas a respeito do incipiente maoísmo que fora instalado nas selvas da Amazônia, estas críticas, com certeza, eram mitigadas nas hostes partidárias em prol do exemplo da luta a ser seguido.

Acerca das questões aludidas, devemos por em destaque dois elementos importantes que combinam-se e reforçam o *élan* partidário: 1) as figuras dos líderes históricos, neste quesito há o destaque para João Amazonas, o grande líder do PCdoB, que segundo fontes documentais deste partido, teve a capacidade de reconstruir três vezes o autêntico partido comunista – 1943 (CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória), 1962 (reorganizando o partido e dirigindo a Guerrilha do Araguaia) e 1979 (a reconstrução pós-ditadura no processo de legalização partidária); sendo que, as referências procuram tomar o cuidado para não recaírem nas antigas contradições do culto às figuras dirigentes, como os grandes guias máximos, ou seja, ponderando e evitando cair no personalismo; e, 2) o papel relevante que teve o ingresso da AP nesta agremiação comunista, pois trouxe consigo o legado geracional de um grupo que vivenciou conjuntamente a luta contra a ditadura militar, bem como, cumpre destacar que a AP possuía (em virtude da sua origem cristã) uma proposta “messiânica” de transformação revolucionária, fatos estes que agregavam uma unidade de grupo extremamente coeso dentro do PCdoB. Em síntese, são dois elementos simbólicos, mas que conjugados com a práxis marxista-leninista davam o tônus e fomentavam uma coesão ideológica nesta organização partidária; dialogando com Bourdieu (1996, p. 60): “o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo”. Assim sendo, esses elementos simbólicos proporcionavam um peso sobremaneira e que, bem recortados, reforçavam uma coesão de grupo, dando suporte, por conseguinte, na manutenção de um legado a ser defendido - não que o PCB não tivesse, mas em virtude da dupla militância (P)MDB-PCB, conforme explicitado, foi fragmentando-se e diluindo-se com o passar do tempo. Neste sentido, torna-se um pouco mais compreensível a insensibilidade por parte do PCdoB, num primeiro momento, a respeito da crise do socialismo e da defesa, tanto dos antigos referenciais, quanto das velhas lideranças do PCUS, pré Kruchev.

Em meio às discussões dos ventos que sopravam do Leste europeu, sobravam críticas, também, ao PT; em consonância com as críticas dirigidas ao PCB. Pois, se no campo internacional o socialismo real era assolado por uma crise que desmoronava as suas bases materiais, no campo ideológico também havia grandes fissuras, sobrando, também para as organizações coirmãs no plano nacional que não elaboravam programas de defesa do socialismo. Conforme endossado ao longo da tese, a moldura internacional, muitas vezes, dava o tônus da política a ser seguida, assim sendo, as críticas ao PCB era de revisionismo puro e em conluio com o sistema capitalista; e, quanto ao PT, na esperança que esta organização não granjeasse acúmulos e dividendo no período, os pecedobistas acusavam o PT

de socialdemocrata e que este partido estava a serviço de uma classe - não da classe operária, conforme pode ser verificado no artigo cujo título era, *O canto da sereia de um partido para todos*:

Francisco Weffort, ideólogo e dirigente nacional do PT, diz, sem ao menos corar: "o PT não nasce de nenhuma definição teórica, mas de uma intuição prática que se revelou teoricamente correta". E conclui que o partido deve ser "laico do ponto de vista teórico e filosófico". Esta "falta de teoria" tenta aparecer como avanço democrático. Vem associada muito particularmente ao ataque contra o socialismo científico. Com este propósito, é frequente a identificação grosseira de ciência social com fórmulas prontas e acabadas, para tudo. Mas os defensores da intuição – e da revelação talvez – não teriam o mesmo desembaraço em repetir estas comparações ao falar de física, biologia, química etc. Ou será que o homem pode conhecer a natureza e as leis do desenvolvimento da matéria, mas é impotente para pensar cientificamente sobre si mesmo e sobre a sociedade em que ele vive e constrói?(REVISTA PRINCÍPIOS, 1990, 24)

Grosso modo, se taticamente o PCdoB compreendia que no plano nacional era necessário se associar, ou melhor, se coligar ao PT; já, no tocante às diretrizes do marxismo-leninismo, não poupava críticas ao PT, em face do seu descompromisso com o legado do socialismo científico. Sobravam acusações, portanto, não somente ao PCB como partido renegado, mas também ao PT, em virtude das rugas dos últimos acontecimentos e do não comprometimento deste partido na defesa do socialismo. Neste momento, podemos dizer que a tarefa principal para as organizações de esquerdas, especialmente para o PCdoB, não era a disputa com as outras agremiações no plano político, conforme ocorrera nos primeiros momentos da Nova República a fim de granjear espaço, neste período urgia defender o conjunto do patrimônio teórico organizativo do socialismo, pois todo este referencial teórico de mais de um século poderia caminhar para o limbo da história. Ou seja, os pcedobistas tinham a necessidade imperiosa de defender os seus princípios teóricos originais que julgavam como os mais adequados, mesmo que esses fundamentos ficassem ainda apegados aos “velhos” manuais, referindo-se, muitas vezes, aos mesmos autores e as lideranças da extinta URSS (pré Kruchev).

## **5.2. – A ALBÂNIA: O ÚLTIMO FAROL DO SOCIALISMO QUE SE APAGOU**

Quanto à questão da Albânia, já fora enfatizando nos capítulos anteriores, o apego deste país como objeto e modelo de socialismo a ser atingido. Destacamos que neste cenário

no qual se fragmentavam os países que compunham o Leste europeu, a Albânia, por ser dissidente, se mantinha aparentemente intacta. No entanto, as fagulhas começavam a afetar também o diminuto país. A respeito da defesa da Albânia e do endosso das velhas figuras, podemos ver nas palavras de João Amazonas a contínua defesa, ainda na década de 90, da figura de Stalin e os seus acertos na condução correta do socialismo, identificáveis no livro, *As transformações sociais na época da revolução e do imperialismo: exame crítica da crise do socialismo* (1990), assim como, no mesmo texto, endossava o papel acertado da Albânia na condução do patrimônio socialista:

Tal panorama atual do ex-campo socialista, onde somente a Albânia mantém-se fiel às idéias revolucionárias de transformação radical da sociedade. Não obstante Gorbachov e seus partidários declararem enfaticamente que continuam socialista, socialistas “renovados”, da mesma forma que os chineses de Deng Sioping, não passam de elementos burgueses que fazem da política “a arte do possível” e realizam toda a espécie de malabarismo para enganar as massas. (AMAZONAS, 1990b, P. 11).

Conforme podemos verificar, a crítica era tanto para a URSS, quanto para todo o campo socialista, alinhado ou não com os soviéticos. Neste sentido, obviamente, sobravam críticas com igual intensidade para a China, ficando apenas a Albânia como o grande modelo a ser seguido, dito de outra maneira, como o único elo que ligava o PCdoB ao período pré Kruchev. Tais apontamentos são muitos relevantes, pois demonstravam antes da queda final da URSS, qual era o arco de alianças do PCdoB, bem como, o entendimento que esta organização tinha dos outros países que se declaravam comunistas, mesmo não sendo alinhados a Moscou. Ou seja, sobravam ainda fagulhas de discussões teóricas não resolvidas dentro do PCdoB no plano internacional, sendo ratificado como consenso apenas a ligação destes comunistas com um país com destaque ínfimo dentro do campo socialista. Ficavam, assim, algumas questões candentes, como por exemplo, por que o modelo Albanês fora o escolhido? Quais as vantagens que um país dissidente “menor” apresentaria para o PCdoB? Pensando do ponto de vista prático com tudo o que ocorreu no Leste europeu, especialmente com a URSS, um modelo de pequeno porte causaria menos impacto se ruísse do que o grande aparelho de Estado da antiga União Soviética. Assim sendo, podemos tecer a lógica da razão e proporção, pois embora houvesse uma defesa intransigente deste diminuto país, a sua falência enquanto modelo não causaria, de fato, tanto estardalhaço quanto a queda do muro de Berlim e o fim da URSS. No Brasil, a Albânia era um modelo apenas para o PCdoB. Obviamente que devemos ponderar acerca das afirmações anteriores, uma vez que a direção partidária não se



instrumentalizou deste modelo de pequena projeção visando possíveis recuos futuros desse país (pois apostava no seu sucesso), mas se apegou ao modelo deste país por razões históricas, em face das divergências com o antisovietismo e a ruptura com a grande China. De acordo com o artigo de Bernardo Jofilly, *Teimosia da Albânia: fui ver para crer*, poderemos ver o quanto este partido, ainda, acreditava no modelo albanês, mesmo com todo o processo de fragmentação que estava ocorrendo no Leste europeu, conforme citação abaixo:

[...] não existe, nem na direção do PTA, nem na base, nem nas massas trabalhadoras albanesas a menor intenção de abandonar ou "amolecer" os princípios do socialismo científico. [...] A terra de Enver Hoxha rompeu com a URSS e o seu bloco numa época em que isso implicava sacrifícios pesadíssimos e a própria expressão "viver de ervas" estava bem próxima da realidade. Sustentou a polêmica com os soviéticos ao longo de três décadas, numa atitude que muita gente achava quixotesca, já que a URSS aparecia como superpotência todo-poderosa, com uma esfera de influência que abarcava metade do planeta. Não teria qualquer sentido retroceder nessa trajetória justamente hoje, quando o colosso revisionista revela a todo mundo os seus pés de barro, a sua derrota e a sua crise mortal. As transformações em curso na Albânia são extensas e profundas, porém sempre no rumo do avanço socialista, nunca do retorno, ainda que parcial ou disfarçado, ao velho regime de exploração do homem pelo homem. Os princípios da independência nacional, da propriedade social dos meios de produção do papel dirigente da classe operária e seu partido permanecem intactos (REVISTA PRINCÍPIOS, 1990, p. 36).

Não obstante os prognósticos positivos, como sabemos, houve o fim trágico do sistema na Albânia. Sendo que, a grande discussão do fim do socialismo albanês e os seus desdobramentos deu-se, particularmente, apenas nas instâncias internas partidárias pededobistas; comparativamente, não tendo o mesmo impacto, dentro do campo da esquerda, que o fim da URSS. Ainda, ponderando a respeito da relevância da Albânia para o PCdoB, a construção da importância desse país deu-se justamente para endossar um modelo real existente e possível de socialismo no plano internacional e que servia, muitas vezes, de vitrine no acirrado campo de disputa com as outras organizações de esquerda. Também, devemos considerar, que até aquele momento, as organizações de orientação de esquerda se constituíam, via de regra, a partir deste reflexo no espelho com os outros países do mundo socialista, como se houvesse um único modelo possível. Respondendo as perguntas anteriores acerca da dimensão da crise da Albânia para o marxismo no Brasil, reiteramos que a única organização que deveria prestar contas do que ocorreu era o PCdoB, tarefa bem mais simples e singela do que as respostas que o PCB deveria apresentar, pois tinha que dar satisfação da fragmentação de uma potência que ruiu.

Corroborando com o que fora dito, convém realçar que a questão da Albânia era objeto de estudo nas instâncias militantes dentro desta organização durante décadas, bem como, os dirigentes albaneses serviam de exemplo como figuras de proa, equiparados como objeto de estudo a exemplo de Stalin, servindo, por conseguinte, como tema para ser discutido e debatido nesta seara comunista tanto como instrumento teórico, quanto exemplo prático a ser seguido. Por exemplo, citamos o Boletim de organização e educação, cujo título, *Reforçar e revolucionarizar constantemente o partido* (1990), assinado por Enver Hoxha, outrora dirigente albanês. Ainda, torna-se importante frisar que este texto é fruto do informe apresentado ao VI Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, de 1971, e que estava sendo editado, ainda, na década de 90 como modelo teórico básico de discussão nas instâncias partidárias pecedobista. Entre as suas diretrizes enfatizavam:

O nosso Partido mantém-se fiel ao princípio marxista-leninista segundo o qual, no desenvolvimento e consolidação do socialismo, o papel dirigente do Partido, longe de se enfraquecer, pelo contrário reforça-se ainda mais. Isto porque o processo de edificação socialista se alarga e se torna cada vez mais complexo. Neste processo, o papel dirigente da classe operária fortalece-se continuamente. Por outro lado, a participação das massas na edificação socialista do país, em toda a vida socialista, econômica e do estado, torna-se cada vez mais ativa. Tudo isto exige que seja elevado a um nível superior o papel dirigente, educativo, organizativo e mobilizador do Partido, que, pela sua ideologia, esclarece quais são os objetivos e a via para a sua realização (IDEM, p. 6-7)

Como podemos deferir, o modelo a ser seguido como guia era o erigido pelo partido, ainda seguindo as velhas matrizes da Terceira Internacional, ou seja, dentro das máximas aplicadas asseveravam na direção segura de que os partidos davam o curso na luta contra o capitalismo, visando a transformação socialista. Estes apontamentos ligam-se com o subtítulo anterior, no qual enfatizamos acerca do dogmatismo do PCdoB; porém, mais uma vez, relativizamos este aludido perfil dogmático desta agremiação partidária, questionando: 1) este arcaísmo prejudicou, de fato, esta organização partidária neste *débâcle* do socialismo? Ou, 2) serviu para reforçar a unidade partidária, já que se apegava aos velhos modelos, uma vez que não havia a oportunidade de discussão interna de novos modelos e teorias? Neste sentido, podemos questionar, 3) se esse dogmatismo servia como um elemento de coesão ou de coação? Obviamente, que as resposta e os reflexos deste aludido dogmatismo serão demonstrados no curso das lutas empreendidas na defesa do arcabouço do marxismo-leninismo, bem como, das sequelas provocadas pelas fissuras da crise do mundo socialista no VIII Congresso. Ainda, conforme observado, embora as peças desse quebra-cabeça

(socialismo real) fossem se desencaixando, o PCdoB apresentava-se intransigente na defesa do legado do socialismo e contra o revisionismo até chegar ao seu próprio embate final – a queda da Albânia: o último farol que se apagou (o regime comunista na Albânia finda no início de 1991).

A partir da queda da Albânia, o PCdoB muda radicalmente a sua posição acerca da caracterização desse país e a herança que deixou como legado para o mundo socialista, conforme podemos ver em entrevista de João Amazonas, no jornal, *A Classe Operária* (junho, 1991), com nota apresentando o seguinte título: *Albânia, vergonha capitulação*. De acordo com a chamada de capa pode-se inferir o teor do desgosto do velho líder comunista com o último sendero socialista (que se apagou), dando destaque para a capitulação da elite dirigente albanesa, que não souberam sustentar e manter o legado de Enver Hoxha, no triste fim que ocorreu no diminuto país.

Para o PCdoB, neste momento, foi realmente o final de um ciclo em que houve, de fato, o repensar de todo o seu arcabouço teórico e prático, acúmulos que esta organização depositou suas esperanças durante décadas. Neste sentido, cumpria para o PCdoB não apenas discutir o fim do Leste europeu, mas em virtude dos últimos acontecimentos, urgia a discussão do socialismo enquanto objeto a ser seguido, em face de todas as acusações que este modelo era vítima (fim da história/fim de paradigma), bem como, precisava ser discutido, de fato, por que o último modelo exemplar (Albânia) capitulou, ou melhor dizendo, submergiu. Nesta situação, realmente, podemos dizer que o fim da Albânia pegou o PCdoB com força (e desprevenido), uma vez que acreditavam que grande parte da explicação da crise do Leste europeu dava-se pelo revisionismo e pela emergência de forças burguesas que tomara de assalto a URSS a partir do mandato de Kruchev. Assim sendo, com o fim da Albânia outras discussões precisavam ser postas em cheque a fim de discutir a queda do socialismo como um todo, procurando explicações que coadunavam-se para todo o aparato que ruía. Para os pcedobistas era importante repensar e reelaborar a sua linha política. Neste novo momento, em que o PCdoB era pego de “surpresa”, deveria haver o debate de pontos cruciais para a continuidade partidária: 1) a discussão a respeito dos antigos modelos, bem como, a autocrítica pertinente; e, 2) a revolução socialista fracassou ou ainda haveria a perspectiva histórica futura. Ou seja, temas que atiçavam as instâncias partidárias e que fomentavam espaço de discussão dentro da agremiação política justamente em face dos anos de práxis políticas que reforçavam a reprodução desse modelo organizativo e teórico mais fechado. Estava chegando, portanto, o acerto de contas, também, dentro das hostes PCdoB, obviamente, que sem a virulência do que ocorreu dentro da organização comunista rival.

Ainda, devemos enfatizar que a Albânia caiu no início de 1991, ou seja, antes do fim da URSS, fato este que causava mais desconforto nas explicações que o PCdoB deveria propor a fim de manter acesa as discussões e o legado do socialismo, bem como, respostas que deveriam dar para justificar o fim do modelo albanês, antes do fim da URSS. Discussões candentes e que seriam objetos de disputa dentro das hostes do PCdoB, conforme identificado no VIII Congresso partidário, a ser realizado em 1992. Assim como o PCB, este VIII Congresso estava programado para 1993, mas foi adiantada a sua data, em função justamente da crise do socialismo, queda da Albânia e do fim da URSS. Assim sendo, chegamos a constatação que, por ironia do destino, o PCdoB precisou rediscutir-se teoricamente justamente pelos fatos análogos que também afetaram gravemente o seu rival; seria, portanto, uma vitória amarga do PCdoB, que embora tenha “vencido” no embate contra o revisionismo, não esperava que também seria golpeado com grande intensidade pelo que ocorreu no Leste europeu. Devemos destacar que neste momento o que estava em jogo era, de fato, a herança do marxismo-leninismo em seus fundamentos teóricos e políticos, bem como, as suas aplicações práticas organizativas.

Especificamente quanto à Albânia, constatamos que este país ruiu, mas os seus reflexos não afetaram (comparativamente) nem mais, nem menos que os outros países que igualmente caíram com o fim do bloco socialista; diferentemente dos reflexos da queda do muro de Berlim e do fim da URSS. Mas, para o pequeno PCdoB, que recentemente vinha de um processo de saída da clandestinidade e de uma tentativa incipiente de sedimentação partidária, a Albânia foi um grande choque que, de fato, balançou o partido teoricamente. No entanto, conforme referido anteriormente, por ser um país inexpressivo, o impacto dentro da dinâmica interna do PCdoB não foi móvel de ruptura de militantes, tal e qual o PCB; pelo contrário, foi o móvel que os militantes e direção lograram para, finalmente, refinar a sua política, dito de outra maneira, não seria um acerto de contas com a militância, mas sim um ajuste de contas com a história. Nas palavras de Antônio Ozai da Silva (1999, p. 276)

O anti-revisionismo do PC do B, isto é, anti-sovietismo, funcionou como um pára-raios contra a tempestade que varreu o Leste Europeu e proporcionou uma travessia menos traumática na grande onda em que afundava o socialismo real. Porém, este antídoto contra a influência burguesa e pequeno-burguesa – como é em geral caracterizada toda e qualquer crítica passível de minar a unidade do partido – não resistiu à evolução da realidade.

Portanto, o PCdoB aproveitaria estes recuos e rupturas do campo socialista, especialmente da Albânia, para chamar o corpo partidário para mais um Congresso com o foco de discutir e encadear uma linha política que visasse responder aos percursos que ocorrera com o seu partido; e, igualmente, definir uma nova diretriz nacional, dando prioridade, neste momento, para esta linha política, uma vez que com o fim do socialismo da Albânia sepultava (e sem pompa) os velhos modelos internacionais. Portanto, abria-se para o PCdoB a oportunidade política de inserir-se mais incisivamente na vida nacional, não desprezando, obviamente, os “velhos” modelos do marxismo-leninismo, ou seja, sem abrir mão das “antigas” ferramentas-chaves que há tantos anos servia de bússola para essa organização partidária: propunham mudanças, mas sempre com o olhar crítico e cioso que uma abertura excessiva pudesse comprometer a coesão e práxis partidária.

### **5.3 – O VIII CONGRESSO DO PCdoB E AS NOVAS MUDANÇAS PARTIDÁRIAS**

O VIII Congresso do PCdoB, realizado no início de 1992, foi fruto de todos esses acontecimentos internacionais que fomentaram a necessidade de rediscutirem todo o arcabouço teórico desta organização. A partir da ruína da Albânia o PCdoB sentiu, por conseguinte, a necessidade imperiosa de debater amplamente em sua organização partidária todas as (na medida do possível) discussões candentes que urgiam resoluções ao longo das últimas décadas do partido. Conforme já referido, a crise do socialismo, mais especificamente, o fim do modelo albanês foi o ajuste de contas do PCdoB com a história recente, seria o momento desta organização partidária atualizar a sua linha tático-estratégica, bem como, colocar em seu devido lugar a questão dos modelos políticos e o uso indevido de certas figuras de destaque no panteão comunista. Neste sentido, visando uma readequação da práxis com a história, o PCdoB adianta a realização do VIII Congresso para 1992 - o tempo urgia, diferentemente da falácia do fim da história, o PCdoB tinha como slogan desse Congresso: *O tempo não para, o socialismo vive*, segundo Documentos, *Informe político ao VIII Congresso*, em suas páginas iniciais sentenciava:

Quase quatro anos nos separam do VII Congresso. Estatutariamente, o próximo teria lugar em 1993. Decidimos antecipá-lo para debater os problemas novos de indiscutível importância política e ideológica que convulsionam o cenário mundial [...] A *débâcle* do socialismo na União

Soviética, no Leste europeu e também na Albânia, com a destruição de tudo o que lembrava o comunismo, acentuou a crise do socialismo. Acoplada à campanha anticomunista da burguesia reacionária, multiplicam-se os ataques dos revisionistas e oportunistas ao Partido da classe operária e ao marxismo-leninismo (2000, p. 411-412).

Conforme podemos observar a situação internacional, de fato, foi o grande móvel que motivou a realização deste Congresso. Não obstante a queda do socialismo, o PCdoB apontava que a vitória do capitalismo era relativa, pois esperavam demonstrar, futuramente, que esse sistema estava vivendo sua agonia final. Obviamente, que estas considerações de triunfo futuro do socialismo deitam suas raízes no embate clássico das organizações marxista-leninista, pois mesmo havendo a luta desigual, capitalismo *versus* socialismo, sempre procuravam apontar o fim fatalista do capitalismo e a vitória do socialismo na luta de classe. Ou seja, mesmo tendo havido a erosão política no Leste europeu, este processo político ocorreu, na visão do PCdoB, justamente em face das contradições do próprio capitalismo que apontava os seus momentos de agonia, conforme veremos na citação abaixo:

Em síntese, a situação internacional põe a descoberto a crise estrutural do sistema capitalista em escala planetária. Crise, porém, que não nega o seu desenvolvimento, ainda que bastante deformado, acarretando contrastes sociais violentos. O capitalismo-imperialismo, em sua última etapa, tenta um novo padrão de crescimento, baseado no desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e de processos de fabricação, que levam à concentração ainda maior do poder econômico. [...] Fora da disputa pela hegemonia mundial, a ex-União Soviética deixa campo livre aos monopolistas norte-americanos que buscam impor-se como única superpotência dispondo de força militar qualificada. Aproveitando-se dessa circunstância, o governo de Bush proclama a Nova Ordem de cunho imperialista. [...] A força que ostenta o capitalismo em decomposição está minada por contradições insolúveis, não tem futuro. O socialismo é a grande bandeira libertadora que os povos terão de reerguer para tornar realidade a vitória dos ideais revolucionários dos explorados e oprimidos de todo o mundo. (IDEM, p. 420).

Grosso modo, indicava ainda de forma messiânica, que o capitalismo estava em decomposição e que a única força redentora seria a alternativa socialista. Discussões ideológicas a parte, o certo é compreendermos que neste jogo de força, outrora bipolar, quem venceu, de fato, foi o capitalismo, pois logrou minar as resistências internas e externas da URSS, tanto no plano militar, quanto na corrida da revolução técnica-científica-informacional. Por outro lado, sabemos que o capitalismo, realmente, fomentava as suas próprias contradições na denominada Nova Ordem Mundial, ainda sofrendo dos reflexos da

reestruturação produtiva no mundo do trabalho e propalando um modelo de Estado mínimo (porém, coercitivamente forte) para poder se manter ativo e continuar se expandindo. Mas, mesmo havendo uma subestimação da realidade e uma superestimação das potências transformadora do socialismo, o PCdoB, por conseguinte, insistia nessa linha ideológica de defesa intransigente - o que era justamente esperado que fosse realizado por essa organização partidária, uma vez que o motivo de sua existência, de fato, era a transformação revolucionária e o fim do capitalismo. Portanto, não poderia haver outra discussão e enfoque na sua diretriz política, pois precisava dar um alento de continuidade da defesa intransigente do socialismo como a única alternativa viável para salvar o mundo da barbárie capitalista.

Também devemos grifar, que não eram somente os ventos do Leste que sopravam nas diretrizes do PCdoB, pois conforme apontado no capítulo anterior, o Brasil corria a passos céleres ao encontro dessa Nova Ordem Mundial regido por uma corrente Neoliberal, que insistia nessa política de Estado Mínimo. O PCdoB, em conjunto com as outras forças da esquerda, caminhavam com passos seguros na defesa tanto da soberania nacional, quanto da defesa dos trabalhadores no desmanche do parque fabril provocado pelo processo de reestruturação produtiva que se abateu com força no Brasil no início do governo Collor. As políticas do VIII Congresso situavam bem nitidamente este enfoque acerca das condições que o Brasil passava nesse momento, denunciando a política de Collor:

Collor empenha-se também no desmonte do Estado Nacional, enquanto órgão de soberania. Faz intensa propaganda em favor da redução das funções do Estado que, na sua versão, deveria ocupar-se principalmente do gerenciamento de serviços públicos, como a educação, a saúde, a habitação, o meio ambiente, etc. Um tipo de Estado de características coloniais. Perderia sua condição de organizador e incentivador do progresso econômico, político, social, cultural da sociedade que aspira a ser livre, independente, progressista. [...] Collor colabora ativamente com o plano imperialista. Corta verbas indispensáveis à manutenção de serviços e iniciativas ligadas à defesa nacional (IDEM, p. 424).

O PCdoB em seu informe político não poupou críticas para Fernando Collor, os pcedobista tinham como objetivo tático principal, no plano nacional, reunir forças com o fito de construir um amplo arco de alianças com o intuito de contrapor Collor, na visão destes: “‘Ou o Brasil, ou Collor’ é o dilema que se apresenta à nação” (IDEM, p. 428). Conforme sabemos e já fora referido no capítulo anterior, houve, de fato, uma grande mobilização nacional entre as forças progressistas e, principalmente, pelos partidos do campo da esquerda que construíram uma oposição real e efetiva contra Collor, o que de fato fomentou os

alicerces do seu *impeachment*. Ou seja, tática acertada pelo PCdoB neste seu congresso que propunha uma reorientação mais incisiva no plano nacional; em detrimento de um abrandamento, ou precisamente, abandono da insígnia dos modelos ideais a ser seguido no plano internacional. Ligando o plano nacional com a questão internacional, no que tange ao embate do capitalismo, definia que estava nas mãos das nações da América Latina reunir forças e aglutinar um projeto estratégico condizente para ir de encontro ao imperialismo americano e buscar uma ofensiva contra o capitalismo que chegava com grande força na América Latina lastreado através das políticas neoliberais.

Conforme já apontado, a única saída viável do continente seria o socialismo, assim sendo, era preciso definir um caminho seguro a ser seguido, mesmo com os escombros do socialismo. Desta forma, faziam uma defesa intransigente do socialismo e das práticas organizativas calcadas em cima do marxismo-leninismo, pois em hipótese alguma jogavam fora o referencial que por tantos anos balizou a linha política partidária. Neste processo de defesa do socialismo, ao mesmo tempo em que procurava se desvincular do que ocorreu no Leste europeu - provando que estavam certo, também, procuravam tecer uma nova rede de relações, ativando contatos com outras organizações comunistas e mesmo países comunistas que outrora o PCdoB considerava não alinhado.

As forças de vanguarda resistem, em condições muito difíceis. Fomos duramente atingidos. Mesmo antigas referências da luta anti-revisionista, como o PTA, capitularam, mudaram de campo. Todavia, alguns países onde a revolução triunfou, como Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e China Popular mantêm-se decididos a levar adiante a causa que defendem. Os partidos marxistas-leninistas, anti-revisionistas, prosseguem no esforço orientado para a reorganização das forças revolucionárias. E há, entre os partidos que havia adotado o revisionismo do PCUS, um empenho salutar visando a reorientar suas posições político-ideológicas. (IDEM, p. 429).

*Mutatis mutandi*, dito de outro modo, a fim de se enquadrar na ordem internacional unipolar dominado pelo imperialismo americano e na ausência de modelo e referência a seguir, o PCdoB se vê forçado a renegar a outrora pátria da resistência do socialismo (Albânia) e reativar diálogo e endossar outras nações socialista que ainda se mantinham intactas; sendo que, até antes do fim da Albânia estas nações e partidos eram considerados revisionistas. Compreensível tal atitude, uma vez que precisavam manter uma chama acesa apontado em direção do socialismo, procurando, por conseguinte, exemplificar que mesmo com alguns problemas na condução do socialismo, estas nações mantinham ativa a chama que não poderia se apagar, servindo de exemplo que o socialismo era, realmente, possível e que



seria o futuro real da humanidade, por isso era necessário a defesa dessas nações, outrora questionadas.

Nesse tom de autocrítica e readequação da práxis a teoria, bem como a “reabilitação” de nações socialistas que até bem pouco tempo eram objeto de crítica, o ajuste de contas chegava, também, na figura de Stalin: Foram necessários 36 anos, tempo que separam o XX Congresso do PCUS, de 1956, até o VIII Congresso de 1992. Conforme podemos ver nos anexos desta tese, até o VII Congresso imagem de Stalin era colocada em murais dos congressos partidários, ao lado de Marx, Engels e Lenin; porém, neste VIII foi excluído e não se fez presente. No entanto, a figura de Stalin se materializou em forma de diálogo, ao longo do ano, na tribuna de debate do jornal a Classe Operária e nas próprias resoluções partidárias deste VIII Congresso, sendo realçada essa discussão com a seguinte chamada: “Stálin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS.” (IDEM, 438). Corroborando com a tentativa de se desvincular da imagem de Stalin, mais adiante os pecebistas apontavam: “Rechamos a propaganda insidiosa da reação. Não somos stalinistas. Tampouco, somos anti-stalinistas.” (IDEM, 441). Com a tentativa de fazer uma autocrítica, sem colocar Stalin no limbo da história, uma vez que foi a figura que o PCdoB por tanto anos se guiaram, asseveravam:

Apresentando, neste Informe, os defeitos que julgamos de maior peso na atividade de Stálin, como dirigente principal do Partido, é nosso propósito relacioná-los aos fatos subseqüentes que motivaram a derrota do socialismo na URSS. Ele não é o responsável direto, imediato. Mas influenciou, indiretamente, com suas posições equivocadas e com o estancamento teórico, no desfecho da contenda anti-socialista. [...] A reação e os oportunistas atribuem a Stálin toda sorte de crimes. Falam de "modelo" stalinista, de "método" stalinista, de "concepção" stalinista, com o objetivo de desacreditar o regime soviético. Pregam o ódio ao socialismo e ao Partido na figura de Stálin, explorando aspectos parciais negativos de sua atuação revolucionária. Pretendem dividir os comunistas entre stalinistas e não-stalinistas [...] avaliamos a figura de Stálin no plano histórico. (IDEM, 441)

De acordo com o que fora exposto, esvanecia-se tanto a figura dos modelos ideais a ser seguido, quanto à figura das grandes lideranças, mesmo não tendo sido feita uma autocrítica consistente apontando os erros do próprio partido no uso dessas categorias e como foram instrumentalizados politicamente<sup>95</sup>. Obviamente, que o grosso das polêmicas deu-se

---

<sup>95</sup> Segundo Ozai da Silva (1999, p. 280) sobre o debate de Stalin: “No debate interno, esta foi uma das questões mais difíceis. A própria resolução expressa uma ambigüidade que se explica pelos valores impregnados na práxis da militância, desde a base até a cúpula – especialmente entre os mais velhos. Há uma dificuldade em romper

nas tribunas de debate e nas páginas do jornal *A classe Operária*, local onde foi oportunizado reunir comentários ao longo do ano de 1991 que norteariam, ou que dessem lastro para as resoluções do VIII Congresso. Ou seja, na medida em que a direção do PCdoB chegou a este Congresso, encontrou a sua militância afinada nas diretrizes da linha política que deveria ser encaminhado na luta a ser seguida tanto no Brasil, quanto acerca do plano internacional. No tocante ao último enfoque, visava o enlace tanto das organizações de esquerda internacionais, quanto países que se definiam como socialista, implicando, assim, na defesa intransigente do socialismo e no combate ao imperialismo.

### **5.3.1 – A (RE)AFIRMAÇÃO DO MARXISMO-LÊNINISMO E O PROGRAMA SOCIALISTA**

Podemos considerar que o VIII Congresso funcionou como se fosse uma verdadeira carta de princípio do partido, no qual ratificava as diretrizes do marxismo-leninismo como guia a ser seguido. Ao contrário do PCB, que virou PPS com os ventos do restauracionismo, o PCdoB, pelo contrário realçava o caráter ontológico da sua existência partidária, dando as justificativas acerca da continuidade da teoria marxista-leninista sem abrir mão do seu referencial consolidado durante décadas de existência. Nesse sentido, em seu texto sobravam, obviamente, críticas aos reformistas que não tiveram a capacidade de se manterem coeso na luta contra o imperialismo e que mudaram de lado transformando-se em outro partido: a luta da trincheira do PCdoB era a reafirmação do comunismo e da centelha de transformação revolucionária, mesmo que, neste período, tais pressupostos soassem anacrônicos.

Sustentamos a idéia de que o Partido Comunista, marxista-leninista, é a vanguarda dirigente da Revolução e do Estado Socialista. Sem um partido revolucionário em luta constante contra as tendências adversas ao marxismo, capaz de ultrapassar todos os obstáculos à realização de seus objetivos estratégicos e táticos, é impossível vencer a burguesia, libertar os explorados e oprimidos, firmar os alicerces da sociedade comunista. O Partido deve ser a expressão da unidade de vontade e de ação dos seus militantes, como base da unidade maior das forças que combatem a burguesia e aspiram ao progresso social [...] Insistimos na defesa do centralismo-democrático - o método marxista de organização do Partido. (IDEM, p 445.)

---

plenamente com esse passado. De qualquer forma, o partido aprovou a retirada de qualquer referência à Stálin em seus estatutos”.

Como podemos perceber o PCdoB cerrava fileira na defesa intransigente do modelo da Terceira Internacional, não abrindo mão do seu legado e se intitulando, por conseguinte, o herdeiro legítimo da luta marxista no Brasil. Porém, fazia algumas ressalvas e advertências: “Ao reafirmar posições de princípios, rejeitamos o dogmatismo, que é o oposto da doutrina sempre viva e criadora do marxismo-leninismo. Repudiamos também a estreiteza sectária que fossiliza o Partido” (IDEM, p. 445). A fim de justificar o não dogmatismo partidário, enfatizavam que tais premissas se assentavam sobre “alicerces sólidos sobre os quais se constrói a concepção proletária do mundo, revolucionária por excelência. Fundam-se na ciência social de Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e seus discípulos” (IDEM, p 445). Ou seja, podemos dizer que este Congresso veio para ratificar o que durante anos já estava consolidado dentro do PCdoB; e, que mesmo com a crise que houvera no Leste europeu, ruína da URSS e queda da Albânia não abalaram os alicerces desta agremiação política.

Novamente, retomamos algumas questões e pensamos quais os elementos que fizeram com que o PCdoB se mantivesse coeso neste debate. Reiteramos que a sua construção enquanto partido deu-se justamente em face da luta contra o revisionismo tanto do PCB, quanto da URSS; assim sendo, embora precisassem justificar e acertar algumas questões internas, principalmente a questão da Albânia, este era um problema de menor intensidade em face da necessidade que urgia da defesa do socialismo enquanto patrimônio político histórico. Igualmente, devemos considerar, neste período, que o PCdoB era uma organização pequena, dirigida por um rígido centralismo-democrático, em que era exigido dos militantes um compromisso quase abnegado na luta contra o capitalismo em todas as seus matizes. Tais elementos promoviam nas hostes pcedobistas um sentido de dever de luta contra o imperialismo que tentava se apossar do mundo decretando o fim da história. Também, para o PCdoB, era mais fácil fazer uma autocrítica singela dos erros, reafirmar que estavam certo acerca do revisionismo e reafirmar a necessidade de defender o marxismo-leninismo como se fosse a única organização legitimada para tal intento no Brasil, uma vez que o PCB estava em vias de deixar existir para virar PPS. Ainda, além dessas questões objetivas tinha as lógicas e motivações da própria militância (GAXIE, 1977); uma vez que, devemos considerar que depois de todo o investimento pessoal de anos de luta contra a ditadura militar e a insistente tentativa recente de sedimentação partidária, no alvorecer da nova república, como poderiam simplesmente deixar de militar, uma vez que esse *ethos* militante fazia parte da sua própria vida há décadas: a crise do socialismo urgia ser debatido, para o PCdoB voltar a trilhar o rumo correto em direção a sua estratégia final e a militância se “readequear” em suas tarefas táticas.

Também, podemos dialogar a esse respeito com algumas considerações feitas por Albert Hirschman em seu livro, *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados* (1973), no qual o autor tece algumas considerações a respeito de adesão quando fala sobre o grau de lealdade de alguns militantes dentro da arena partidária. O autor enfatiza que o grau de lealdade de um militante pode ser variável, mas realça que há um grupo específico de militantes/aderentes para os quais uma saída é inconcebível, tornando-se membros altamente leais; sendo assim os mesmos procuram fazer uso da sua voz como instrumento político, tentando mudar o rumo do partido quando assim acharem necessário, pois segundo Hirschman (1973, p.26) “a voz é a ação política por excelência”. Desse modo, quando não se faz o uso da saída e aciona-se a voz, operacionaliza-se, portanto, outro elemento importantíssimo da teoria de Hirschman (1973) que é a lealdade, pois em situações díspares, quando os agentes optam em usar a voz demonstram um forte sentimento de lealdade para com as organizações políticas, uma vez que “a lealdade põe de lado a saída e ativa a voz” (Idem, p.83). Logo, a lealdade é um componente muito caro neste esquema, pois demonstra o quanto os indivíduos/militantes estão realmente agregados à organização, acreditando na sua estrutura e preferindo lutar dentro dela, evitando uma saída. Ainda, outro dado importante é entender que lealdade somente existe quando há múltiplas oportunidades do indivíduo sair e ele, mesmo assim, prefere ficar e reitera o uso da voz. Dando continuidade ao enfoque deste assunto de lealdade partidária, Alessandro Pizzorno em seu artigo, *Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional*, (1988), sustenta e dá continuidade ao argumento de Hirschman (1973), dizendo que há diferentes perfis de lealdade, do que vai de um militante mais intensamente leal até outros menos leais. Para tanto, constrói os seguintes perfis:

a) os membros de baixa lealdade, para os quais a saída é praticamente sem ônus; b) os membros de “alta lealdade”, para os quais a saída é subjetivamente difícil e, portanto onerosa; esses membros ficarão presos à organização por um período um pouco maior; c) os identificadores, para os quais a saída não é concebível e com relação aos quais a barreira à saída é, tal como foi, de altura infinita. (PIZZORNO, 1988, p.369).

Neste sentido, dialogando coma teoria Hirschman (1973) e Pizzorno (1988), percebemos, no caso do PCdoB, que uma possível saída da instância partidária era obviamente possível, mas por ser uma organização mais “fechada” o custo era mais oneroso, quando comparado com o PCB, em virtude da sua dupla militância e aderência deste partido as hostes peemedebista. Ainda, retomando o que fora dito anteriormente, depois de toda a luta

empreendida as barreiras para uma possível saída ficavam de uma altura infinita, pois foram muitos anos investido num projeto político e construção partidária, seria mais conveniente ativar a voz (com parcimônia), proporcionando um novo Congresso dando voz a todo o corpo militante, com o intuito de se sentirem instrumento da construção de um projeto coletivo em comum, ativando, por conseguinte, uma lealdade necessária para a manutenção do tecido orgânico partidário. Ainda, novamente comparando com o PCB, não que nesta agremiação os militantes não tivessem o mesmo grau de lealdade partidária, mas os próprios membros/dirigentes que deveriam demonstrar um alto grau de lealdade e identificação sobremaneira para a hoste partidária foram os artifícios da fragmentação partidária, vide Roberto Freire se apossando do registro e do nome legal do PCB. Assim sendo, o PCdoB tentava galvanizar os acertos do período, enfatizando como um acúmulo teórico o que ocorreu e que o Partido, como sempre, soube não vacilar perante o imperialismo:

Passamos por duras provas sobre a vitalidade do Partido da classe operária. Saímos relativamente bem. O PCdoB suportou firmemente o vendaval do anticomunismo exacerbado com a derrocada final do socialismo na URSS e em vários países. Quando outras organizações que se diziam de esquerda abandonaram o caminho da luta por transformações profundas na sociedade brasileira e se convertiam em social-democratas envergonhados ou mesmo em liberal-burgueses, o nosso Partido, o PCdoB, não vacilou em reafirmar suas convicções revolucionárias e defender os princípios imperecíveis da doutrina de Marx, Engels, Lênin (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, VIII CONGRESSO, 2000, p.447)

Dando curso aos acontecimentos e ratificando o VIII Congresso, o PCdoB elabora o seu *Programa Socialista*, este programa tinha entre as suas máximas a mudança da caracterização da revolução brasileira, pois modificava a outrora revolução em duas etapas nacional-democrática, depois a socialista, para apenas socialista, pois consideravam que o Brasil tinha conseguido construir a transição para a sociedade capitalista. Seria, portanto, um acerto político com o seu tempo, uma vez que, não poderiam negar a evolução das forças produtivas que se tornaram pujantes, da agricultura que se mecanizou, do mundo do trabalho que se complexificou e da ligação do Brasil com o capital internacional, ou seja, as evidências do acúmulo e do desenvolvimento das forças capitalistas no Brasil eram evidentes. Assim sendo, seria uma readequação do PCdoB com a própria história do Brasil, sem o apego a modelos, ou mesmo sem a instrução de uma internacional revolucionária que sentenciasse se o Brasil era ou não ainda Feudal, bem como, se o país consolidou ou não o capitalismo; e, se era necessário ou não revolução democrática burguesa para efetivar a transição ao socialismo. Conforme já referido ao longo desta tese, desde a década de 50 efetiva-se o debate acerca dos

inconsistentes traços feudais no Brasil, vide Faoro (1958), posteriormente, com Caio Prado Junior (1987) foi se esvanecendo esses argumentos<sup>96</sup>.

Porém, para justificar a linha tático-estratégica de Guerrilha Popular Prolongada no norte do país, através de um modelo maoísta, tal e qual a libertação chinesa; e, posteriormente, endossando outras elaborações na sua linha política, o PCdoB mantinha-se firme nessa revolução em duas etapas, mas chegou o momento definitivo de suprimir esta teoria. Corroborando com o atraso teórico do PCdoB, devemos grifar que o PT nunca firmou pacto acerca dessas teses em duas etapas e que, por esse e outros motivos, se erigiu como força pujante ao longo do período (CESAR, 2002). Ao PCdoB urgia a readequação necessária para introduzir a sua política em consonância com o Brasil na década de 90, finalmente o acerto da linha tático-estratégica chegou. Sem pretender construir uma modelo ideal a ser seguido, de acordo com o *Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil* (2000), em linhas gerais, elaborava a seguinte estratégia para se chegar ao socialismo:

A construção do socialismo, visando a meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá três fases fundamentais: a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias. A primeira fase é indispensável para alcançar premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido. (IDEM, p.460-461)

Quanto à tática:

O caminho para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as idéias socialistas, para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvam o povo, sejam por motivos políticos, sejam por reivindicações econômicas e sociais (IDEM, p 471).

---

<sup>96</sup> Faz mister os comentários de José Carlos Reis (2007, p. 183-184) acerca das polêmicas travadas entre Caio Prado Junior e os PC's, na década de 60, com o intuito de realçar a defasagem teórica do PCdoB: "Para ele, os teóricos da revolução brasileira eram aprioristas e dogmáticos. [...] Em sua miopia, viram o Brasil ainda dominado pelo feudalismo. Eles teriam encontrado algumas relações de produção semelhantes à feudais e consideraram esses raro traços feudais encontrados como dominantes. Na teoria marxista formulada no anos 1920, o Brasil foi incluído entre os países coloniais, semicoloniais e dependentes, países submetidos política e

Como podemos depreender a revolução burguesa nacional e democrática saia, definitivamente, da linha tático-estratégica partidária. De acordo com os novos ditames, respeitavam a conjuntura nacional, bem como o desenvolvimento do capitalismo nacional através de uma estratégia gradualista (não etapista), em que esta construção seria erigida através de um amplo espectro de forças. Neste sentido, visavam tirar proveito dos acontecimentos políticos nacionais com o fito de romper paulatinamente com o *status quo* da ordem capitalista brasileira. Desta forma, torna-se pertinente enfatizar que o motor de transformação revolucionário se daria através do enlace e protagonismo da classe trabalhadora, ou seja, a classe que o Partido tinha como intuito a sua emancipação.

O proletário revolucionário, defensor dos ideais renovadores da sociedade, precisa lutar por sua hegemonia no processo político em curso, fortalecendo o seu partido, o PCdoB, estabelecendo alianças e desenvolvendo-se politicamente. Deve ser capaz de atrair, em cada fase do grande combate que dirige, aliados políticos ainda que vacilantes e temporários. As alianças políticas bem conduzidas ajudam a derrotar a reação. E facilitam o agrupamento de forças com projeções estratégicas (IDEM, p.471).

Nas páginas da sua revista oficial, finalmente, em face da mudança radical que esse programa propunha, começava a ser mitigada uma *mea culpa* e uma autocrítica pelos anos de práxis política arraigada a modelos, lideranças e concepções etapistas da revolução brasileira. Com o intuito de justificar esse acerto de contas, nada mais natural que a sua liderança máxima viesse a público para esclarecer e justificar os erros e acertos, João Amazonas escreve o artigo intitulado, *A transição do comunismo requer correta orientação marxista* (1995), em que apontava os seguintes delineamentos: “Podemos dizer que o nosso Programa é, de certo modo, produto da derrocada do socialismo na União Soviética” (IDEM, p. 4 ); ou seja, fazia um apanhado de toda a fissura que ocorreu no Leste europeu e o quanto o PCdoB fora, de fato, comprometido com o que aconteceu, mesmo insistindo no embate contra o revisionismo, segundo Amazonas “A derrota final do socialismo na União Soviética, no início dos anos 1990, estremeceu convicções idealistas, não dialéticas, que ainda defendíamos” (IDEM, p.4).

Assim sendo, mediante autocrítica, enfatizava que a partir da experiência da transição socialista que ocorrera na URSS, com a liderança de Lenin, poderia ser procedida, por conseguinte, algumas comparações e conclusões para o *Programa Socialista* do PCdoB, quais sejam: 1) “É inaceitável o modelo único de transição. [...] Mesmo que fosse inteiramente

---

economicamente ao imperialismo. Não sendo ainda capitalista, estariam em transição do feudalismo ao capitalismo. A etapa revolucionária seria a da revolução democrática-burguesa”.

correto, o modelo soviético não serviria a outros países”. (IDEM, p. 6); e, 2) “os prazos das diversas etapas da transição, dada a complexidade dos problemas que encerram, não podem ser de curta duração. O comunismo apressado é um equívoco” (IDEM, p. 6). Mas, procurando reafirmar insígnias do passado, no que tange uma possível comparação com a transição pacífica (PCB década de 50), Amazonas asseverava:

A transição não se confunde com o caminho pacífico, a paz das classes. É um prolongado período de luta de classes, que apresenta, no entanto, características particulares. Sempre haverá pessoas ou grupos de pessoas dispostos a criar obstáculos à marcha da construção revolucionária. Faz-se a luta direta contra tais forças. Todavia, a batalha de classes, no sentido histórico, se dará também utilizando formas e instrumentos de grande amplitude, capazes de limitar sempre mais, até liquidar, as possibilidades do desenvolvimento capitalista e de assegurar o avanço continuado e consolidado da construção socialista. Lênin dizia que “a ditadura do proletariado não significa a cessação da luta de classes, senão que sua continuação numa forma nova e com novas armas”. (IDEM, p.7)

O PCdoB mudava (mas não muito), alterava sim o necessário para readequar a sua linha tático-estratégica. Assim sendo, retirava do estoque teórico pcedobista alguns baluartes desgastados ao longo do tempo, como por exemplo: 1) enfatizando o fim dos modelos, 2) realçando a crítica aos líderes genais; e, 3) renegando a transição por etapas. Não obstante as mudanças mantinham acesa a chama em prol do socialismo, readequando as diretrizes políticas em consonâncias com a realidade, sem abrir mão dos instrumentos-chaves consagrados na sua práxis organizativa partidária, como: 1) rígido centralismo-democrático, 2) concepção partidária baseada no marxismo-leninismo; e, 3) estratégia de transição rumo ao socialismo, o objetivo principal a ser alcançado. Ou seja, princípios conceituais que enfatizavam a reafirmação das concepções de suma importância e que sustentariam ideologicamente a política do PCdoB neste início da década de 90.

#### **5.4 - AS LUTAS DA DÉCADA DE 90 E A SUA INSERÇÃO NACIONAL**

Conforme já enfatizado no capítulo anterior, após a crise do governo Collor, assume na presidência do Brasil o seu vice, Itamar Franco. A partir da posse do vice-presidente, rearticulam-se as forças de centro-direita galvanizando um novo projeto para Brasil, neste percurso Fernando Henrique Cardoso vence as eleições, em 1994, fazendo com que o Brasil seguisse mais incisivamente a política Neoliberal. Segundo Brasílio Sallum Jr (2003), a partir do grande sucesso do Plano Real, e com grande parte do Congresso Nacional comprometido



com FHC, este pode tecer um grande arco de alianças partidárias amplamente majoritárias, permitindo que esse grupo hegemônico lograsse ancorar uma nova moldura na política brasileira, ancorada no ideário econômico liberal, nas palavras de Sallun Jr:

A partir de 1995, os novos governantes trataram de eliminar os resíduos do Estado varguista e de construir novas formas de regulamentar o mercado, seguindo um sistema multifacetado de ideias, cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado. As características centrais desse ideário podem ser assim resumidas: o Estado deveria transferir quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada; teria que expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais; as finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos; haveria também restrição aos privilégios existentes entre os servidores públicos; e o país deveria intensificar sua articulação com a economia mundial, embora dando prioridade ao Mercosul e às relações com os demais países sul-americanos (IDEM, p.44).

Tarefas difíceis para o espectro de esquerda tentar vicejar neste momento, em que havia uma grande onda reversa para o campo socialista, pois tanto as ideologias, quanto os partidos de esquerdas, em alguns países, tinham deixado de existir. Portanto, o período tornava-se muito árduo para o diminuto PCdoB, os revezes neoliberal eram muito fortes e solapavam a ideologia socialista - cambiavam os símbolos, mudavam paradigmas, mas, mesmo assim, o PCdoB resistia. De acordo com o exposto, os pecedobistas lutavam na tentativa de um adensamento na seara político, conforme podemos ver no número de parlamentares na Câmara Federal, comparando com os demais partidos de oposição a FHC, tínhamos o seguinte quadro:

**Quadro 5: partidos de oposição ao 1º Governo FHC**

<b>Eleições 1994</b>					
	PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS
Governo Estadual	2	3	2	0	0
Assembléia Legislativa	92	88	32	8	3
Câmara Deputados	49	34	15	10	2
Senado	4	4	4	0	0

Fonte: Criado a partir de MORITZ, 2006, p. 27

Realçamos que na eleição de 1990, o PCdoB elegeu 5 deputados e no pleito de 1994 saltou para 10 deputados federais; no entanto, era um quadro ainda inexpressivo, em face do montante total de deputados federais dos outros partidos. Seria, portanto, uma tarefa hercúlea ao pequeno PCdoB a tentativa de sedimentação política nesse momento tão deficitário e de retraimento das concepções socialistas. Conforme já referido, desde o final da década de 80 esta agremiação compunha forças através das coligações eleitorais em conjunto com os outros partidos de esquerda, capitaneados pelo PT na denominada Frente Popular. Com essa linha tática, no plano nacional, eram depositadas todas as esperanças da tentativa do partido crescer e se sedimentar, apoiando Lula na eleição de 1994. Não obstante aos anseios pecedobistas, a onda reversa neoliberal varria a década de 90.

De acordo com a literatura acerca do período, embora o tamanho do PCdoB fosse diminuto, o seu grau de organização interna era relevante, pois demonstrava uma forte consolidação interna. Torna-se pertinente enfatizar os estudos sobre o sistema partidário brasileiro na década de 90, a fim de dialogar com a estruturação interna do PCdoB. Esses estudos demonstravam a existência de duas correntes bem divergentes: 1) a que diz que o sistema partidário brasileiro é mal estruturado, com partidos fracos e pouca institucionalização; e, a outra 2) baseada em estudos recentes, que demonstram que os partidos brasileiros apresentaram evolução do ponto de vista institucional. A respeito da primeira corrente temos, conforme já referido, o estudo de Mainwaring (2001). Contrapondo a corrente de Mainwaring destaca-se nesta linha, os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999), sobre os estudos legislativos e a fidelidade partidária, demonstrando assim, entre outras coisas, a força das instituições partidárias brasileiras.

No tocante a esses estudos recentes que contemplam e testam o grau de fortalecimento dos partidos no Brasil, alguns pesquisadores trabalham como uma série de outros indicativos, como por exemplo: 1) demonstrando a importância dos partidos para a *seleção* interna de candidatos (BRAGA, 2008), 2) apresentando elementos de *lealdades* partidárias (MARENCO DOS SANTOS, 2001) e 3) a já referida *disciplina* nas votações (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). Ainda, dialogando com a literatura, torna-se importante realçar que a força de um partido não se apresenta apenas com o seu crescimento numérico, mas espera-se, também, que além de formar preferência, seja de fato um partido relevante na arena institucional. Neste sentido, dialogamos com Sartori a respeito da noção de partidos relevantes, este autor pressupõe dois indicadores: 1) *potencial de coalizão*: são considerados relevantes os que têm forte potencial de negociação numa coalizão de governo e 2) *potencial de chantagem*: são

aqueles cuja existência refletem na tática da competição partidária (SARTORI, 1982, p.146-147).

No que tange ao PCdoB, conforme enfatizado, não obstante ao seu tamanho reduzido, segundo o conjunto de autores citadas, por ser um partido com forte componente ideológico apresentava neste período uma grande organização interna, regida pelo centralismo-democrático, o que implicava, por conseguinte, num alto grau de disciplina nas votações de seus parlamentares, bem como, apresentava uma forte lealdade partidária, não havendo migração e nem tão pouco candidatos que se elegiam pelo PCdoB sem ser previamente testado. Nas palavras de André Marengo dos Santos<sup>97</sup>:

A sedimentação de organizações partidárias aparece estar associada à sua capacidade de exercer um oligopólio sobre a oferta de representação, especialmente mediante o controle sobre as oportunidades de ingresso e mobilidade na carreira política. Neste caso, o recrutamento político adquire contornos *endógenos*, privilegiando a seleção de candidatos previamente testados em anos de dedicação e lealdade ao partido (IDEM, p.78-79).

Assim sendo, embora houvesse a fragilidade aparente e a pouca capacidade de relevância partidária do PCdoB, segundo os indicativos de Sartori (1982); por outro lado, do ponto de vista organizativo interno, demonstrava uma grande consolidação partidária, fruto do centralismo-democrático e do marxismo-leninismo. Ainda, torna-se importante fazer essa descrição da força do componente ideológico do PCdoB na década de 90, que mesmo com a ruptura do projeto socialista do Leste europeu não se fragilizou do ponto de vista orgânico, pois mantinham uma unidade interna bastante coesa, sendo demonstrado a sua lealdade e disciplina na arena legislativa, conforme pesquisas apontadas. Neste sentido o PCdoB caminhava com passos firmes na sua tentativa de sedimentação partidária, buscando formar preferência no plano institucional.

No entanto, havia dificuldades em seu horizonte, pois assim como na década de 80 ficaram a sombra do MDB-PMDB, saindo tardiamente das asas desta organização política (o que lhe proporcionou negativamente uma falta de identidade partidária no cenário político pós-redemocratização); neste momento, por ligarem-se taticamente ao PT, também, sofria o mesmo ônus, sendo encarado, muitas vezes em certas regiões, como um simples apêndice político do PT. Ou seja, enquanto o PT crescia na década 90 no plano institucional elegendo

---

<sup>97</sup> O autor ao caracterizar os partidos com alto componente de lealdade destacando o caso do PPE (Pequenos Partidos de Esquerda), incluindo entre esses, o caso exemplar do PCdoB.

vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e cacifando o nome da sua principal estrela como candidato a presidente; por outro lado, o PCdoB tinha uma tímida evolução partidária. Obviamente, que a falta de visualização partidária, comprometia a própria identidade partidária no ponto de vista eleitoral.

O PCdoB iria tentar corrigir essa rota a partir do seu IX Congresso, em 1997, nas vésperas das eleições majoritárias de 1998. Nesse Congresso, podemos destacar dois componentes que se sobressaíam: 1) a luta intransigente contra o neoliberalismo; e, 2) procuravam se inserir mais fortemente no plano institucional, visando não somente as eleições para os legislativos, mas também, as eleições para as prefeituras que se avizinhavam em 2000. No que tange ao IX Congresso, este enaltecia a história do PCdoB e, principalmente, o salto evolutivo e teórico do *Programa Socialista* do Congresso anterior, que se mantinha e era atualizada neste Congresso, o qual fora denominado *O Partido - Instrumento fundamental da transformação revolucionária* (2000). Como podemos depreender, ao partido era atribuído o instrumento da transformação que se operaria, através da linha tático-estratégica sob a insígnia: *Fortalecer o Partido para derrotar as forças da reação e do imperialismo e abrir caminho à vitória do socialismo*, nesta diretriz o partido apresentava como tarefa principal no plano internacional a luta contra o neoliberalismo e no plano nacional cerrar fileiras contra FHC.

A ofensiva do neoliberalismo, apoiada no governo FHC, constitui séria ameaça à própria existência da nação brasileira. Afeta gravemente os direitos dos trabalhadores, golpeia as conquistas democráticas. Volta-se particularmente contra a esquerda, em especial contra o Partido Comunista do Brasil. Como consequência dessa política nefasta, cresce o descontentamento entre os trabalhadores e o povo. Amplia-se a oposição ao governo vende-pátria de Fernando Henrique Cardoso. É inevitável a luta das massas por seus direitos, contra o neoliberalismo e a venda do país aos monopólios e banqueiros internacionais, pela maior democratização da vida nacional. Essa luta exige uma direção firme, capacitada política e teoricamente, a fim de orientar com justeza o movimento democrático e popular. Cabe ao Partido assumir essa tarefa (IDEM, p. 479-480).

Como podemos depreender a luta estava focado na arena nacional e o grande palco de luta seria na eleição seguinte, de 1998, na qual se elegeria o futuro presidente do Brasil. O PCdoB tenta dialogar com as forças progressistas e de oposição a FHC com o intuito de construir um amplo arco de alianças que pudessem fazer frente e tentar impedir que Fernando Henrique conseguisse lograr a sua reeleição. Visando este intento, mais uma vez, os precedobistas coligam-se com o PT, apoiando os candidatos petistas majoritários e comendo

força nas candidaturas proporcionais. Esta campanha tinha Lula como candidato a presidente e Brizola como candidato a vice-presidente. Conforme já exposto, as forças de oposição não lograram vencer as eleições. Da parte do PCdoB esta agremiação retraiu-se no quadro no plano nacional, elegendo apenas 7 deputados federais e no quadro estadual elegeu 9 deputados<sup>98</sup>.

Embora tenha havido um refluxo no plano nacional, bem como, não conseguiu a vitória tática com a eleição de Lula, o PCdoB considerou acertada a sua política centrada no combate ao neoliberalismo e na composição de força contra a política de FHC, conforme delineado no IX Congresso. Na sequência dos acontecimentos, destacamos que em 2000 ocorreriam às eleições municipais para as prefeituras e, pela primeira vez, o PCdoB iria se descolar de outras legendas mais expressivas para tentar eleger prefeito – primeiramente, ligaram-se ao MDB-PMDB; depois ao PT; e, agora, finalmente tentaria eleger os seus próprios prefeitos. Ainda, para a consecução dessa política devemos considerar o próprio processo de maturação política do PT no plano nacional e o fato desta organização, no início da década de 2000, estar muito identificada como um partido socialdemocrata de esquerda, dando brecha, portanto, para o PCdoB tentar imprimir a sua marca própria como “autêntico” partido comunista; deslocando-se, portanto, desse amálgama petista e da correlação de forças desta agremiação no espectro centro-esquerda. Assim sendo, nesta eleição o PCdoB começa a ter os seus primeiros candidatos a prefeitos, para tanto lança 26 candidatos a prefeito e 46 a vice-prefeitos; sendo que, como resultado consegue eleger somente a prefeita de Olinda, Luciana Santos. Essa vitória foi um grande feito para o partido, justamente por ser uma cidade de porte médio. Também, no tocante a bancada de vereadores teve um acréscimo de 60%, sendo eleitos 18 vereadores, em 13 capitais<sup>99</sup>. Como resultado desta eleição o PCdoB prognosticava as suas esperanças, visando à eleição futura de 2002, de acordo com a matéria da Revista Princípios intitulada, *O novo quadro político brasileiro* (2001):

Pode-se concluir do resultado de conjunto das eleições municipais deste ano que surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda, passando assim a condicionar o curso do processo

<sup>98</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acessado em 11/01/2013.

<sup>99</sup> Segundo Renato Rabelo (2009, p. 219): “O PCdoB lançou 2.070 candidatos a vereadores em 769 municípios, 46 a vice-prefeito e 26 candidatos a prefeito. Elegeu 150 vereadores, sete vice-prefeitos (sendo dois em capitais, Recife e Aracaju) e a prefeita de Olinda (PE). Foi destacada também a votação do partido em Fortaleza, onde disputou o segundo turno e firmou o deputado federal Inácio Arruda, como uma grande liderança política no Ceará. Os comunistas participaram de coligações vitoriosas em 240 municípios, podendo participar de seus governos. A bancada de vereadores cresceu 60%. Dezoito vereadores estão em 13 capitais, sendo três na capital paulista”.

político que culminará na eleição presidencial de 2002. O PSDB ficou reduzido às pequenas e médias cidades. O PFL perde duas capitais importantes: Rio de Janeiro e Recife. O PMDB, na maior parte, fica limitado aos pequenos municípios. Os partidos de esquerda, por sua vez, ganham nas grandes cidades e conquistam a maior parte do eleitorado dos centros mais importantes. Uma primeira consequência das eleições deste ano foi a demonstração do grau de desgaste do modelo neoliberal dominante. No campo governista muitas vezes já clamam por "ouvir a voz das umas", por "uma política pública e social". E ainda que a "esquerda capitalizou o descontentamento da população". Outra consequência pós-eleitoral é o acirramento da disputa pela Presidência de República em 2002. Reascende no seio da base de sustentação do governo a disputa pela hegemonia da condução do processo sucessório. Fernando Henrique e seu partido, o PSDB, buscam meios para dominar o curso da sucessão presidencial (IDEM, p. 14).

Seguindo esta lógica, para o PCdoB, o caminho estava lastreado com sucesso para o PT nas eleições de 2002, pois partiam do pressuposto que o PSDB perderia a sua base de sustentação em inúmeras cidades de porte grande e médio. Assim sendo, enfatizavam em que grau estava à correlação de forças entre o projeto da neoliberal capitaneado por FHC e o projeto de esquerda liderado pelo PT de Lula. Ainda, torna-se pertinente realçar que nesta eleição a correlação de forças nas grandes capitais deu ampla margem de vitória para a oposição, como por exemplo, cidades em que elegeram o petista Tarso Genro, em Porto Alegre; e, na maior cidade do Brasil, Marta Suplicy se elege por São Paulo. Segundo os analistas do PCdoB o atual quadro daria uma real e efetiva chance de vitória a Lula no próximo pleito. Além destes fatos relevantes no plano eleitoral, não devemos esquecer que em Porto Alegre, desde 1999, começava a ocorrer o Fórum Social Mundial, que tinham, entre os seus vários objetivos, uma alternativa ao neoliberalismo. Portanto, aglutinava-se uma oposição real a política neoliberal de FHC.

Como sabemos, no plano político internacional, o capitalismo tinha vicejado nas últimas décadas, vide crise do socialismo e fim da URSS; mas, embora os prognósticos fatalistas, no final da década de 90, no plano ideológico havia uma rearticulação de forças para embates futuros, uma vez que o neoliberalismo longe de resolver os problemas da América Latina a tornava, ainda, mais vulnerável com o desmonte de seus Estados nacionais. Neste sentido, devemos reiterar o que foi explicitado acerca da política internacional no VIII Congresso no tocante as alianças internacionais, uma vez que torna-se importante ratificar que o PCdoB sentiu a necessidade de repensar as alianças com os outros países que se denominavam de socialista, bem como, com outros partidos que se consideravam comunistas. Conforme exposto, o fato importante é a reabilitação de outrora inimigos de trincheiras acusados de revisionistas, serem, neste momento, consideradores como aliados na luta contra o

neoliberalismo. Enfatizamos que não seria a adesão novamente a modelos, mas o destaque desses países como artífices da resistência contra o imperialismo e que mesmo havendo algumas notas dissonantes tinham elementos importantíssimos que precisavam ser ativados. Segundo o PCdoB o que estava em jogo não era enfatizar as diferenças, mas os pontos em comum na defesa tanto de um projeto político que apontasse para o socialismo, quanto na denúncia da falácia do capitalismo. Entre os países reabilitados apresentavam Cuba e, mais destacadamente, o PCdoB reconstruía a partir do VIII Congresso, um novo enlace com a China. Assim sendo, neste fim de década tínhamos o seguinte delineamento partidário no plano internacional no final da década de 90:

A derrocada das experiências socialistas na ex-União Soviética e no Leste europeu recolocou para os socialistas o problema de demonstrar, na prática, a viabilidade econômica do socialismo e, mais ainda, sua superioridade. Nas mais expressivas experiências anteriores, o socialismo demonstrara poder de construir sociedades novas em ritmos acelerados. Mas, a partir de certo nível, as economias socialistas assim construídas perderam impulso, declinaram e foram ao colapso. Embora isso tenha ocorrido em processo completo, agudamente influenciado por mudanças de rumo político e ideológico, o fato é que a viabilidade e superioridade econômica do socialismo passaram a demandar respostas novas – e prática. É nesse contexto que o que se passa atualmente na China é sumamente importante. Ela continua na trilha do socialismo e sua economia apresenta desempenho excepcional. Sua contribuição e decisiva para resposta prática de como, na atual quadra mundial, e sob o signo do socialismo, pode crescer um grande país. (LIMA, 1999, p. 21).

Como podemos depreender, o PCdoB estabelecia a ligação da sua política no plano internacional e nacional, mirando resposta a um inimigo único: o neoliberalismo, que vicejou ao longo da década de 90. No que tange especificamente ao âmbito nacional, visando às eleições que se avizinhava em 2002 e respeitando os prazos Congressuais, o PCdoB chama a sua militância para X Congresso partidário, em 2001. Conforme já enfatizado os pcedobistas seguiam a trilha do *Programa Socialista*, dando ênfase sobremaneira na questão nacional, mais precisamente, na condução eleitoral que ocorreria no ano seguinte. Como podemos perceber os seus últimos dois Congressos foram nas vésperas das eleições majoritárias no Brasil, dando, por conseguinte, o indicativo da ênfase atual desses comunistas ao plano institucional, entendendo que uma possível vitória de Lula serviria como uma grande vitória tática contra o neoliberalismo e como acúmulo de força para a sua estratégia final socialista. De acordo com a linha tático-estratégica as *Teses do X Congresso* (2001), apontavam o seguinte direcionamento, quanto a estratégia:

O PCdoB tem como objetivo programático a conquista de um governo dos trabalhadores e das massas populares com a finalidade essencial de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Entretanto, o nível da batalha em curso demonstra que não se reúnem ainda as condições políticas e orgânicas para a conformação das forças sociais necessárias a esse empreendimento e, ademais, não se coloca, de imediato, a ruptura da ordem institucional predominante. O Partido compreende, no entanto, que a formação da frente antineoliberal atual e o governo que dela surgir, como está proposto, é um meio, uma forma intermediária, no curso da necessária acumulação de forças para alcançar o objetivo maior da transição ao socialismo (IDEM, p. 47).

Quanto à tática, percebemos que esta liga-se a estratégia tendo em vista a perspectiva de derrotar o neoliberalismo via quadro política eleitoral. Desta forma, destacamos: “o Partido deve se empenhar persistentemente para derrotar, nas eleições gerais de 2002, a continuidade política conduzida pelo pacto dominante, alcançando a vitória de um novo governo de reconstrução nacional, democrático, voltado para os interesses populares” (IDEM, p. 48). Nesta perspectiva centrava a sua tática com vista a “ampliar a sua participação nos parlamentos e nos governos estaduais e municipais comprometidos com a luta contra o neoliberalismo (IDEM, p. 48). Como podemos verificar, o PCdoB apostava sobremaneira na via institucional para a consecução da sua linha tático-estratégica como instrumento principal para a construção do seu objetivo futura: o socialismo. Seguindo as diretrizes do X Congresso o PCdoB iria apoiar com grande ênfase o PT nas eleições presidenciais. Nesta eleição de 2002, novamente se polarizou o PT *versus* PSDB, capitaneando cada partido um grande arco de coligações, a fim de disputar o pleito. Conforme já referido no capítulo anterior, tivemos, então, do lado do PSDB, na disputa presidencial, José Serra, e, no espectro do PT, Lula. A vitória no segundo turno das eleições foi para Lula, fazendo com que o PCdoB colhesse os louros da proximidade com o PT: foram eleitos um total de 11 deputados federais e 15 deputados estaduais<sup>100</sup>. Ainda, devemos enfatizar que além dos deputados federais eleitos, também, o PCdoB conquistou a vaga de vice-governador do Piauí.

## 5.5 – O PCdoB E OS ANOS LULA

A vitória de Lula representa a evolução do processo histórico brasileiro, com a combinação de mudança e continuidade. A nova orientação tática para esta fase esta em construção, está em desenvolvimento. Devemos ter por base a

---

<sup>100</sup> In.: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>. Acessado em 04/03/2013.



perspectiva de mudança para o novo modelo, com nitidez do objetivo a ser alcançado, flexibilidade e persistência na ação política. Por ser parte integrante do governo, o partido é responsável pela construção e consolidação do projeto alternativo, de caráter nacional, democrático e popular desenvolvimentista. Esta perspectiva é realista, visa consolidar a vitória eleitoral alcançada e lutar pela mudança necessária. (REVISTA PRINCÍPIOS, 2002/2003, p. 8).

De acordo com o editorial da Revista Princípio, sob a matéria, *Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula* (2002/2003), a vitória de Lula para presidente do país representava para a esquerda a oportunidade de barrar de vez o projeto neoliberal iniciado por Collor e aprofundado por FHC. As forças de esquerda precisavam por em prática o programa da coligação capitaneada pelo PT. No entanto, desde o início do governo Lula, conforme já exposto, tal projeto de esquerda viu-se constantemente ameaçado, justamente em virtude da velha herança deixada por FHC que amarravam o projeto desenvolvimentista, assim como, as tentativas golpistas da mídia contra a máquina partidária petista<sup>101</sup>. Portanto, o PCdoB que tinha no sucesso do governo Lula o centro de sua tática, precisava estar a postos desde as primeiras horas na defesa deste projeto que representava a coroação da sua tática política do X Congresso.

Embora o PCdoB tenha sido um aliado petista desde a década de 80 e tenha insistido na vitória de Lula como centro de sua política, no plano institucional não logrou um maior destaque na composição dos cargos distribuídos pelo governo Lula, conseguindo apenas o Ministério dos Esportes, liderado pelo comunista Agnelo Queiroz. Mas, esse pouco adensamento dos pededobistas não representou um arrefecimento da defesa intransigente do governo petista; pelo contrário, pois nos embates que houveram relacionados às denúncias de corrupção no governo do PT, o PCdoB esteve na trincheira de defesa do mesmo desde o primeiro momento. A defesa do projeto petista era condição *sine qua non* para o sucesso do próprio PCdoB, por razões óbvias, pois conforme exposto o fracasso deste governo implicaria no fracasso das teses do X Congresso. O que estava em jogo para o PCdoB, não era somente a sustentação do governo Lula, mas também, a sua reeleição no processo eleitoral vindouro, em

---

<sup>101</sup> Sobre o denominado modelo desenvolvimentista de Lula: “A visão desenvolvimentista do governo Lula combinava vários argumentos, sem refletir uma escola de pensamento econômico homogênea. Em contraponto ao caráter teórico e ideologicamente mais coeso da visão liberal, os desenvolvimentistas então adotaram uma postura mais pragmática em torno da defesa de três linhas de atuação para o governo federal. Foram elas: a adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo” (BARBOSA e SOUZA, 2010, p.69-70).

2006; pois, acreditava na transição gradualista (não em etapas) rumo ao socialismo<sup>102</sup>. Em síntese, a vitória do PT era apenas um caminho, dito de outra forma, apenas um veículo tático de adensamento das forças nacionalistas, democráticas e populares. Esperavam, portanto, que o PT rompesse definitivamente com os ditames do neoliberalismo e galvanizasse uma reconstrução nacional sob a égide de um projeto desenvolvimentista fomentado pelo Estado como polo indutor principal. De acordo com o atual Presidente do PCdoB, Renato Rabelo (2009), no documento, *Estratégia e tática do PCdoB e novo projeto para o Brasil*, que foi apresentando no 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, em 2004:

O desafio histórico do nosso partido, nas condições atuais, é relançar, vincar a corrente revolucionária fundada por Marx e desenvolvida por Lênin e outros grandes revolucionários. Um desafio gigantesco, após a derrota das primeiras experiências socialistas. Nosso êxito de sentido estratégico consiste no êxito do governo Lula na condução do nosso projeto de desenvolvimento, voltado para a soberania, a democracia, os direitos do povo. No entanto, considerando o vínculo da nossa tática com a nossa estratégia, o êxito do governo não significa o fim do nosso objetivo estratégico, mas um meio para nos aproximar do objetivo maior – a transição do capitalismo ao socialismo, nas condições do Brasil. Esse é o caminho da construção política profunda e sustentada do PCdoB, via imprescindível para seu verdadeiro fortalecimento e para o cumprimento de sua grandiosa missão histórica. (IDEM, p.267).

Conforme sabemos, o PT não logrou unidade dentro da sua própria seara, tendo defecções à esquerda nas suas hostes partidárias, que vieram a formar o PSOL, em meados do seu primeiro mandato. Não obstante as agruras vividas pelo próprio PT e os ataques da direita, o PCdoB, a seu turno se consolidava como o partido que amalgamava a unidade na ação e apoio acirrado ao governo petista. Seguindo a trilha teórica de Sartori (1982), embora o PCdoB não apresentasse uma relevância partidária consistente, em face do seu tamanho reduzido; por outro lado, na formação de coalizões de governo na Câmara dos Deputados se mostrou o artífice da unidade dos partidos que apoiavam o governo petista. Coroando esse

---

<sup>102</sup> Devemos registrar que no primeiro mandato de Lula, o seu governo estava em constante disputa entre a esquerda e a direita. Ainda, enfatizamos que, algumas parcelas da mídia, procuravam funcionar como um elemento desestabilizador do seu governo, em virtude dos escândalos do mensalão, fatos esses que visavam um futuro embate no processo eleitoral em 2006, o que se mostrou infrutífero. De acordo com Carvalho (2006, p. 10) “Em 2005, a sucessão de escândalos envolvendo políticos muito próximos ao presidente Lula decretou, de forma aparentemente inelutável, a morte política tanto do presidente quanto de seu partido. Do início a meados de 2006, no entanto, a percepção de que a população ou não se importava em demasia com as denúncias de corrupção ou aceitava a tese de que o presidente desconhecia atos ilícitos ou aéticos de ministros e outros membros de seu governo levou a uma reviravolta em que, gradual, mas rapidamente, passou-se a considerar o presidente imbatível, capaz de liquidar a eleição já no primeiro turno”.

trabalho o deputado federal pecedobista Aldo Rebelo assume a presidência na Câmara Federal, tendo destaque o seu papel de apoio intransigente ao governo federal.

Enfatizamos que, em 2004, haveria, novamente, eleição para as prefeituras. Nessas eleições municipais a disputa se daria de forma polarizada entre o projeto do PT *versus* o do PSDB. No tocante ao PCdoB, como apoiador do governo Lula, este tenta capitalizar para si a defesa do governo para seu projeto eleitoral, buscando, assim, disputar diversas prefeituras pelo Brasil com esta proposta. Nesta eleição, dando continuidade ao ascenso de 2000, o PCdoB amplia a sua votação, destaca-se a reeleição de Luciana Santos, em Olinda.<sup>103</sup> Tais resultados demonstram na prática a afirmação do PCdoB no jogo eleitoral, demonstrando, assim, um percurso real de crescimento partidário a partir de década de 2000; e, mais relevante, disputando esse espaço através da sua própria legenda, colhendo as benesses do apoio irrestrito do governo Lula.

Em 2005, nas vésperas das próximas eleições majoritárias o PCdoB realiza o seu XI Congresso. Quanto à estratégia, seguiam firmes as mesmas diretrizes com o *Programa Socialista*. Devemos realçar que para o PCdoB, a vitória do governo Lula equiparava-se como sendo um grande avanço na história do Brasil, enfatizava comparando cronologicamente com as seguintes viragens políticas no Brasil: 1º) Com a proclamação da república e abolição da escravatura, no final do séc. XIX; 2) Com a revolução de 1930, que modificou a estrutura da Velha República; e, neste atual momento, 3) com a vitória de Lula, contendo a onda neoliberal caudatária das décadas passadas. Neste *XI Congresso do PCdoB (2005)*, avançavam na interpretação acerca da importância da vitória de Lula, combinando a sua tática com a estratégia no rumo do socialismo, que neste quadro atual, segundo o PCdoB, “assume uma dimensão anticapitalista e antiimperialista de transição do capitalismo ao socialismo” (IDEM, 99). O centro da sua tática visava uma relação frentista do PCdoB com o governo Lula e que se adensavam nas seguintes tarefas táticas:

apoio e participação no governo Lula, ao lado do esforço para buscar uma nova alternativa de desenvolvimento nacional, contribuindo para forjar ampla coalizão política como esse objetivo; inserção junto ao pensamento crítico mais avançado na luta de ideias tendo em vista o convencimento e a

---

<sup>103</sup> Segundo Renato Rabelo (2009, p. 269): “O PCdoB teve 382 mil votos para prefeito na eleição anterior, agora, conquistou 889 mil. Em 2000, elegeu a prefeita de Olinda, Pernambuco, Luciana Santos; agora, além de reelegerla no primeiro turno, ainda, conquistou as prefeituras de outras nove cidades de pequeno e médio portes. No pleito passado, fez sete-vice prefeitos, sendo dois em capitais; neste, 27, sendo cinco em capitais [...] O PCdoB, [...] indica um aumento de 82,78% no número de vereadores eleitos – em 2000, foram 150, número que aumentou para 303, com a adesão de vereadores de outros partidos; agora, elegeu 273. Destes, 21 são de 16 capitais, contra 18 de 14 capitais na votação anterior”.

viabilização de um novo projeto substitutivo do neoliberalismo; e, intervenção persistente na organização e mobilização do movimento social, principalmente das camadas trabalhadoras a fim de que ocupe o seu lugar de força motriz fundamental para a concretização das mudanças de fundo (IDEM, p. 107)

Nesta visão, o PCdoB, promovia uma política frentista junto ao governo Lula e impulsionando um modelo nacional, democrática e desenvolvimentista, comprometia-se muito com este governo no plano institucional, ou seja, entre as conexões do executivo-legislativo em consonância direta com as políticas implementadas pelo governo petista: segundo o PCdoB, não seria um apoio irrestrito, mas sim um apoio crítico com o fito de demonstrarem ter um grau de independência. Ainda, quanto à mobilização da camada social e da classe trabalhadora, tal perspectiva implicava abrir as instâncias partidárias a novos filiados; nesta diretriz teria que receber para as hostes pecebobistas pessoas que tinham pouco ou nada de afinidade com o *ethos* do marxismo-leninismo: tarefa complicada aos comunistas mais arraigados nas “velhas” práticas e que teriam que dar o exemplo para essa nova massa de militantes que emergia ao PCdoB. Conforme diretivas partidárias, o PCdoB deveria aumentar o número de militantes com o intuito de se constituir numericamente num grande partido de massa; e, também, em face das limitações das regras eleitorais teria que aumentar consideravelmente a sua densidade nas eleições, com o intuito de fugir das cláusulas de barreiras eleitorais. Portanto, esse aumento substancial do número de militantes vinha ao encontro dessa tentativa de tornarem-se um grande partido, visando, assim constituir-se hegemonicamente e tentando a ocupar um lugar efetivo nas preferências dos eleitores.

Dialogamos a respeito desse adensamento do PCdoB no plano institucional em consonância com a política do governo Lula e quais as implicações que poderiam apresentar ao seu projeto estratégico. Conforme é sabido, na literatura que trata a respeito dos partidos marxista-leninistas que lograram compor coalizões de governos e fazer parte de governo socialdemocratas, via de regra, sempre houve um abrandamento do ímpeto revolucionário e uma acomodação à senda reformista, vide os partidos comunistas do capitalismo avançando na Europa. No caso do PCdoB, ao compor frente de coalizão com o governo Lula esta sua posição política implicaria num grande desafio deste partido para os anos seguintes, a fim de manterem acesa a centelha da estratégia socialista. Nesta perspectiva, podemos dizer que seria o duelo da tática contra a estratégia, dito de outra forma, o PCdoB deveria ficar atento para a sua política não cair apenas no taticismo eleitoral em detrimento de uma política mais avançando que apontasse para o rumo do socialismo, tarefa difícil para qualquer organização marxista-leninista em coalizões de governo.

Também, destacamos outro ponto que deveria ser realçado na política do PCdoB, conforme explicitado desde o VIII Congresso ao propor o *Programa Socialista*: o artífice desse projeto socialista seria o proletariado. Neste sentido, mantém-se operando dentro da CUT, com uma corrente organizada denomina CSC (Corrente Sindical Classista), com o intuito de galvanizar a classe operária para a suas hostes partidárias em consonância com a sua política. Sendo que, convém lembrar que no início da década de 80 os comunistas (PCB e PCdoB) perderam o “trem da história” ao subestimar a vanguarda do ABC paulista na construção da CUT, vindo a migrar para essa organização apenas no fim dessa década, já sob a hegemonia do PT (SANTANA, 2001). Realçamos, ainda, que com a emergência do governo Lula, as principais lideranças cutistas estavam operando em comunhão orgânica com o governo petista, amainando a luta dos trabalhadores.

Não obstante a tentativa de se sedimentarem através da CUT, obviamente que os pecedobistas iriam enfrentar dificuldades para conquistar a hegemonia junto ao proletariado, uma vez que precisava disputar espaço nesse meio tanto com a elite dirigente da CUT (organização longeva e bem consolidada pelo PT), quanto com as centrais da Esquerda Radical, Conlutas e Intersindical, - tarefa difícil para o PCdoB, não esquecendo que neste espectro ainda havia a Força Sindical (sindicalismo de resultados). Também, devemos enfatizar que nesse espaço do movimento sindical e do mundo do trabalho as organizações da Esquerda Radical, conforme explicitado no capítulo anterior, conseguiram lograr uma relativa amplitude, destacando-se como oponente efetivo ao governo petista. Neste sentido, ponderamos acerca dos limites do PCdoB no mundo sindical, em virtude do seu denominado apoio crítico ao PT, fato este que tornava mais árduo o seu protagonismo nas lutas dos trabalhadores, uma vez que o PCdoB era um frondoso braço de sustentação do governo petista; e, por conseguinte, tal processo de busca pela hegemonia no mundo sindical barrava nos limites partidários em face apoio dos comunistas ao governo Lula<sup>104</sup> (FIGUEIREDO, 2011).

Quanto ao pleito de 2006, o PCdoB insistiria na tática política de apoio irrestrito ao governo Lula, através da reeleição desse candidato. Neste pleito o PCdoB conquistou uma sensível abrangência nas urnas, demonstrando, assim, o sucesso relativo da tática eleitoral de apoio ao governo petista. Destaca-se que neste quadro consegue eleger um Senador. Quanto à evolução partidária do PCdoB, a partir da crise do socialismo, percebemos conforme os

---

<sup>104</sup> Convém explicitar que, em 2007, o PCdoB, em conjunto com outras forças de esquerda, constrói a CTB (Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil), com o intuito de se deslocar da CUT e visando construir o seu protagonismo junto ao proletariado, conforme resoluções partidárias.

resultados das eleições para Senador, Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Prefeituras e vereadores, que o seu grande ascenso se dá, de fato, no plano municipal com a eleição de um grande número de vereadores e prefeitos, vide notas anteriores.

**QUADRO 06 - SÍNTESE DO PCDOB – EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA<sup>105</sup>**

	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>GOVERNADOR</b>	0	0	0	0
<b>SENADO</b>	0	0	0	01
<b>CÂMARA FEDERAL</b>	10	07	11	13
<b>ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS</b>	08	09	15	12

Quanto à longeva questão do real partido da classe operária no Brasil e a disputa desse cetro ao longo da sua história, no aludido embate com o PCB. Percebemos, de acordo com o material partidário eleitoral recente que o PCdoB simplesmente “esqueceu” as brigas do passado. Embora pareça estanho tal afirmação, podemos ver, na prática, a forma como os pcedobistas estão construindo e (re)contando a sua história, associando a imagens de eminentes comunistas, que ficaram no PCB e nunca foram do PCdoB, como se outrora fosse da mesma organização, vide anexo com a imagem de Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighela e outros dirigentes no material partidário pcedobista, bem como, o uso dessa imagem em programas políticos eleitorais do PCdoB. Óbvio que esse uso da imagem, sem maiores explicações das contendas dos comunistas durante o século XX, levou a inúmeras discussões entre os familiares das figuras envolvidas. Mas, discussões a parte, o que fica patente nesse debate é que embora o patrimônio biográfico de certos personagens esteja conectados entre o PCB e o PCdoB; porém, no momento atual, o PCdoB está, de fato, em processo de crescimento partidário elegendo vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e até vice-governadores, e o PCB num processo inerte de refluxo partidário. Assim sendo, torna-se quase “natural”, que estas imagens estejam sendo usadas como elemento político no mercado eleitoral pcedobista, uma vez que todos, em sua origem, pertencessem ao mesmo tronco comunista. Além do mais, devemos considerar que durante décadas o PCdoB sempre, tanto em programa eleitorais, quanto em seus livros, destacava

<sup>105</sup> FONTE: Criado a partir dos dados disponibilizados pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br). Acessado em 18/01/2013.

grande espaço para a Guerrilha do Araguaia, a sua grande epopeia de luta. Agora, nesta atual etapa da luta democrática e disputando prefeituras e quem sabe, mais adiante, governos de Estado, a Guerrilha do Araguaia sai discretamente de cena, não com autocrítica, mas num processo seletivo de (re)contar a sua história oficial, no qual novos e antigos personagens midiaticamente afluem para o PCdoB, sendo aproveitado estas imagens nas eleições. (FIGUEIREDO, 2012).

Finalizando este capítulo, percebemos que o PCdoB trilha um caminho muito peculiar no campo da esquerda, tanto no plano nacional, quanto internacional. De uma pequena fração dissidente e minoritária que tenta se constituir como o (re)organizador do autêntico partido comunista no Brasil, para braço de sustentação de uma coalização de centro-esquerda capitaneada por um partido socialdemocrata. Óbvio que foram 40 anos que separam essa metamorfose do PCdoB, processo esse que viu o mundo expirar com os antigos modelos socialistas, bem como, colocar no banco dos réus antigos dirigentes do comunismo. O PCdoB a duras penas soube se readequar a este processo, mesmo passando por dificuldades graves durante a ditadura militar em que quase foi aniquilado fisicamente. O que importa reter nessas mudanças é que o PCdoB conseguiu lograr a condução tática mais apropriada para manter-se ativo na política nacional, migrando de um outrora denominado dogmatismo e ortodoxia partidária para uma concepção mais arejada e em consonância tanto com os ditames internacionais, quanto a acomodação dos pcedobistas na senda democrática da grande política brasileira.

## CONCLUSÃO

De acordo com exposto ao longo do capítulo, verificamos que o PCdoB, a partir do início da década de 90, caminhou para uma metamorfose na sua instância partidária, pois com o advento da crise do socialismo, reformulou vários dogmas consagrados durante anos pela práxis política. Ainda, neste longo percurso partidário, o PCdoB começou a década de 90 como um ferrenho opositor tanto do PCUS, quanto da URSS, tentando abrir espaço com o intuito de provar que estavam corretos na sua análise sobre a condução do socialismo e que as forças que tomaram o poder na URSS, a partir de Stalin, estavam a serviço do revisionismo do marxismo-leninismo, comprometendo, por conseguinte, a construção do socialismo de Lenin e Stalin.

Porém, com a *débâcle* do Leste europeu e o fim da URSS; e, principalmente, com o fim da Albânia, o PCdoB se viu forçado a rever os seus conceitos e repensar o seu projeto político sem abrir mão do seu paradigma socialista. Consideramos, assim, que a crise do socialismo e a queda da URSS foi uma vitória amarga para o PCdoB, pois há décadas sustentavam o seu fracasso iminente, mas tiveram, justamente por esse motivo, que se reatualizar politicamente. Objetivamente, o socialismo real acabou, mas levou junto para o banco dos réus da história todo o arcabouço do socialismo; assim sendo, os pcedobistas precisavam reunir forças numa contraofensiva que visasse defender o patrimônio histórico e teórico do marxismo-leninismo, ou seja, precisavam defender o projeto que justificava a sua existência enquanto partido.

Visando uma readequação da sua linha tático-estratégica, constroem o seu VIII Congresso com o objetivo de discutir tanto os modelos, quanto a linha política; e, também, o lugar dos guias, como por exemplo, Stalin. Conforme referido foi um acerto de contas dos pcedobistas com a história. Não obstante os diversos pontos a serem debatidos, os comunistas se mantiveram coesos, não dando margem para secções nem à direita e tão pouco à esquerda, podemos considerar que esta atitude de unidade fora fruto de uma ampla coesão partidária e de um centralismo democrático rígido que os mantiveram em sintonia no decorrer do surgimento das crises. Também, quanto às questões de modelos, embora tenham apostado em um modelo que fracassou (Albânia), por ser um país de pequena importância no campo do socialismo, tal fracasso, de fato, não representou sequelas tão graves para as instâncias pcedobista, tendo que apresentar o acerto de contas, apenas, dentro das suas hostes partidárias.

Ainda, nesse Congresso, finalmente, expirava a transição em duas etapas, erigiam o *Programa Socialista*, entendendo que a transição para o socialismo se daria de forma gradualista (não sendo pacífica e nem tão pouco por etapas). Compreendiam que o elemento indutor dessa transição seria o proletariado, dando, por conseguinte, atribuição revolucionária para esta classe. Também, mantinham que a estratégia era socialista, mas taticamente era necessário reunir um grande conjunto de forças para mudar a realidade, a conjuntura e a ideologia. Neste sentido, estavam no polo de resistência com o intuito de acumular forças para conter o principal inimigo da década de 90: o neoliberalismo. Assim sendo, precisavam combater o neoliberalismo no plano internacional; e, mais enfaticamente, no plano nacional construindo o protagonismo do Brasil e da América Latina nesse processo de luta em curso. Ainda, no tocante as suas alianças no plano internacional, expirava-se a questão dos aludidos modelos políticos internacionais; sendo que, restauravam o arco de alianças com outros



partidos comunistas internacionais e outros países que se definiam como socialistas, o importante era ter, de fato, aliados na trincheira que visassem contrapor o capitalismo e defender o paradigma socialista. Neste processo, a China, novamente, emerge como nação irmã.

A linha tático-estratégica centrava a sua força em romper com o neoliberalismo e o centro da sua tática se daria com a vitória de Lula nas eleições vindouro. Projeto tático acertado, pois Lula vence em 2002. Neste momento abre-se um novo projeto para o Brasil, buscando romper com os liames neoliberais deixados por FHC. Porém, os limites do governo Lula ainda estavam sendo consolidados e, neste processo, o PCdoB torna-se um defensor intransigente da política capitaneado pelo núcleo petista. Tal defesa se justificava, pois desde o X Congresso; e, mais especificamente, a partir do XI Congresso, o foco tático dos pecedobistas era o sucesso do governo Lula, visando a continuidade através da reeleição em 2006.

Assim sendo, no período do primeiro mandato de Lula, os pecedobistas se comprometeram fortemente com o mandato e o seu governo, embora não tenham tido uma relevância na composição dos ministérios, com exceção do papel ocupado por Aldo Rabelo, enquanto presidente na Câmara dos Deputados. Sendo que, a pouca inserção dos comunistas nas instâncias governamentais não afetavam o comprometimento desta agremiação na defesa intransigente do PT. Neste sentido, também, devemos contextualizar a tentativa de se firmar como polo sindical, uma vez que ficavam comprimidos entre ser oposição crítica dentro da CUT e a emergência das centrais da Esquerda Radical; ou seja, campo difícil de consolidar e construir a hegemonia no seio da classe trabalhadora, de acordo com a sua linha política, que colocava como artífice central da transformação ao socialismo, o proletariado.

No tocante ao crescimento partidário, percebemos que mesmo colando-se taticamente ao sucesso do governo Lula, este projeto pecedobista teve um sucesso mais frondoso em algumas arenas eleitorais, como no campo municipal, elegendo em quantidade expressiva, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores; sendo que, nas Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados teve um impacto mais modesto, com exceção da eleição de um Senador em 2006. Ainda, quanto à composição do PCdoB, enquanto bloco de sustentação do governo federal, fazendo parte do mesmo, tal perspectiva implicaria num desafio, em longo prazo, a fim de manter atualizada a sua política revolucionária, cuidando para não caírem apenas no taticismo, deixando o socialismo como um projeto *sine die*.

Fechando esta unidade o que importa reter é que diferentemente do PCB, a crise do socialismo, queda do muro de Berlim e falência da Albânia serviu para reforçar a teoria e a

práxis do marxismo-leninismo nas instâncias do PCdoB, sob uma perspectiva renovada na década de 90. Ainda, devemos reiterar que esta organização sempre fora uma feroz crítica do denominado revisionismo soviético, ficando, assim, mais descomprometida com a crise que houver. Além do mais o seu modelo albanês, de fato, não tivera impacto dentro do campo da esquerda nacional. Assim sendo, na década 90, puderam realizar o acerto de contas da história, refinando a sua teoria, migrando de um modelo mais ortodoxo para uma linha teórica mais eclética e sem ficarem presos a modelos e referenciais teóricos. Finalizando, o reflexo da crise do socialismo, de fato, serviu para reafirmarem, através do seu rígido centralismo democrático, os princípios do marxismo-leninismo, visando, de acordo com os pecebistas, um processo futuro de ruptura com o capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colapso incrivelmente rápido dos sistemas econômico-político do “socialismo real” que ocorreu na Europa entre 1989 e 1991 pode induzir a considerar o “fim do comunismo” como o aspecto notável deste fim de século. Alguns até mesmo defenderam, um tanto insistentemente, que o fim do comunismo foi equivalente ao “fim da história”. Ainda assim, alguém poderia perguntar se o atestado de óbito do comunismo não foi dado muito apressadamente. [...] Afinal, nós não devemos esquecer que cerca da metade da raça humana vive na Ásia sob regimes que alegam serem comunistas, e não admitem em princípio outras formas de ideologia ou organização política; que apesar das profecias de seu iminente colapso, Cuba tem sobrevivido durante mais de trinta anos a um sufocante bloqueio econômico; que em mais de um país da Europa Oriental os assim chamados partidos pós-comunistas estão participando plenamente, ou mesmo liderando, coalizões em governos livremente eleitos [...] (AGOSTI, 2003, p. 11-12).

Ao nos depararmos com a crise do socialismo e estudarmos os reflexos que este evento causou nos partidos comunistas no Brasil, constatamos que este fato onerou sérios desdobramentos para a vida política destes partidos. Sendo que, precisamos enfatizar que o PCB e o PCdoB sentiram de maneira muito diferenciada estes percalços ocorridos no Leste europeu em sua seara política. Neste sentido, realçamos que esse reflexo foi mais contundente no PCB, justamente pelo seu atrelamento incisivo ao PCUS e a URSS, do que ao PCdoB, que era seu crítico há várias décadas.

No tocante especificamente ao PCB, devemos registrar que esse partido, durante toda a sua existência, considerando o período de 1922 e 1992, funcionou com um triplo filtro na sua política: 1) os reflexos dos modelos internacionais (III Internacional); 2) impacto dos desdobramentos políticos na seara brasileira; e, 3) as divergências e contradições ativadas pela sua elite partidária. Quanto à discussão do peso da questão nacional e internacional nas instâncias partidárias, percebemos ao longo desta tese, que o modelo internacional servia como uma moldura, na qual as diretrizes nacionais deveriam se adaptar, muito embora, nem sempre houve um cotejo equilibrado, pois dependendo da conjuntura, ora sobressaía-se a questão internacional com as diretrizes da Internacional Comunista; ora havia uma maior ênfase à questão nacional, em face das respostas que o PCB precisava dar no curso da política brasileira. Nestas mudanças de enfoque, muitas rugas eram ativadas na hoste partidária, causando defecções ao longo da trajetória política, uma vez que tais diretrizes e influências, também, implicavam nos desdobramentos da elaboração acerca da transição ao socialismo no Brasil, se através de via revolucionária, ou, se reformista.

Neste processo de ajuste contínuo da política internacional e da nacional, percebemos que em virtude dessas contradições, houve a grande secção dos comunistas no Brasil no início dos anos 60, com a maioria da direção partidária tentando uma legalização através do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em face das resoluções do V Congresso do PCB, primando por uma práxis mais democrática e em consonância com a política nacional. E, por parte da fração minoritária, buscariam a (re)organização do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) mantendo a continuidade política e teórica ligadas ao IV Congresso. Não obstante as rugas na seara nacional, essas duas clivagens receberam o respaldo internacional como sendo o legítimo partido comunista no Brasil, obviamente, que o PCB foi endossado pela URSS, em virtude da congruência das suas posições política com o PCUS e os desígnios de Kruchev; e, no tocante à fração cindida, posteriormente, constroem o seu enlace com o PCCH.

Essas diferenças foram sendo ativadas mais incisivamente ao longo da trajetória desses dois PC's, com sucessivas divergências e acusações mútuas de reformistas e stalinistas. Além desses reflexos do plano internacional, devemos realçar que no âmbito nacional houve a ditadura militar, evento de grande impacto na vida dos PC's, uma vez que essas organizações ficaram sob a mira da ditadura, pois o comunismo, para os militares, era um “grande mal” e precisava ser combatido. Buscando construir uma saída ao impasse da ditadura, ainda sob a influência da moldura internacional, essas organizações tentaram construir novas formas de lutas, mesmo com o regime militar cerceando a sua política e visando o aniquilamento desses dois partidos. Quanto ao PCB, iria manter a sua política frentista, agora no MDB, visando construir um amplo arco de aliança para enfrentar a ditadura nas brechas da legalidade. No tocante ao PCdoB, não acreditando nas instâncias legais que a ditadura oferecia, se lançaria numa incipiente guerrilha maoísta nas selvas da Amazônia, com o intuito de construir uma guerra popular prolongada, nos moldes proposto pelo PCCH.

A luta armada não lograra o sucesso esperado, para nenhuma organização que tentou está estratégia para romper com o cerco da ditadura e construir o socialismo. No entanto, pelas vias legais, o MDB estava se construindo como alternativa viável de luta nos anos 70, transformando os pleitos eleitorais num verdadeiro plebiscito. Como a estratégia armada não logrou resultado, as organizações sobreviventes fluem ao MDB como veículo tático para a condução da sua linha política, com o fito de eleger vereadores, deputados estaduais e deputados federais, buscando, assim, burlar a ditadura e procurar distender o regime nos marcos da legalidade. O PCdoB, assim como outras organizações, se utilizaria desta tática na virada dos anos 70 para os anos 80; mas, ficando, ainda, severamente clandestino dentro desta agremiação partidária.

No final dos anos 70, há uma sensível abertura política com o General Geisel, e, mais enfaticamente, como o General Figueiredo, proporcionando através de algumas medidas, o abrandamento do regime militar. Entre essas medidas estavam uma anistia política, o retorno dos exilados políticos, o fim do AI-5, a volta do pluripartidarismo; porém, sem a legalidade dos PC's. Convém realçar que os PC's continuavam inclusos dentro das hostes do PMDB, sucedâneo histórico do MDB. Ainda, enfatizamos que neste período emergia o PT, galvanizando para esta agremiação o grosso da vanguarda do ABC paulista, da igreja progressista e dos movimentos sociais. Torna-se importante este registro, pois a emergência da agremiação petista iria implicar, em médio prazo, um desfocamento da imagem dos PC's como o real partido da classe trabalhadora no Brasil; ficando identificado, de fato, como partido de oposição o PT. Neste transcurso, com o processo de transição de ditadura para a democracia e a posse do primeiro presidente civil, finalmente, os PC's conseguiam a sua tão sonhada legalização partidária, mas encontravam o seu terreno já dominado, justamente, pelo PT. Além da emergência deste partido no plano nacional, que lhes causavam um sério dissabor, ainda tinham que dividir o legado do autêntico partido comunista entre si: PCB e PCdoB. Sem contar que novos ventos sopravam do Leste europeu, atijando mais essas rugas não resolvidas.

No plano internacional, a URSS sofria um processo de retraimento da sua economia, pois não conseguia migrar de um modelo de produção extensiva para um modelo mais enxuto, baseado na qualidade da produção e não na quantidade, assim como, a sua economia estava muito focada na indústria bélica, deixando em segundo plano a satisfação da população com o setor de serviços. Tais condicionantes, associados a uma reestruturação da economia no mundo do trabalho, assim como, a emergência de uma rápida revolução técnica-científica-informacional, mostraram seriamente as debilidades do Estado soviético. Desta forma, os dirigentes soviéticos precisavam urgentemente dar respostas para resolver esses impasses, ainda mais, contando que o mundo novamente estava vivendo uma Nova Guerra Fria. Gorbachev surge neste cenário justamente com este intuito, visando construir novas políticas que pretendessem resolver estes infortúnios da sociedade soviética, para tanto lançou a política da *Perestroika* e da *Glasnost*, com o objetivo de buscar saídas concernentes, bem como, o apoio da população.

Obviamente, que o PCB seria o arauto de defesa dessa nova linha política emanada de Moscou, buscando através das suas diretrizes darem todo o endosso e apoio da *Perestroika*. Conforme podemos ver ao longo desta tese, até mesmo nas eleições presidenciais, em 1989, por parte do PCB, as transformações de Gorbachev foram ventiladas como projetos políticos

viáveis a serem aplicados. Devemos realçar esta flexão do PCB nesse processo, uma vez que este partido saia muito debilitado do período da ditadura militar, justamente pelos diversos infortúnios em sua seara: 1) perseguição sistemática, 2) a erosão de seus militantes para outros partidos mais combativos via movimento sindical; e, 3) a perda de militantes para o próprio PMDB. Em síntese, o fato do PCB ter insistido sobremaneira numa transição pactuada da ditadura, através de uma teoria democrática, insistindo no PMDB (pós-legalização) como o seu veículo tático mais apropriado, assim como, o seu apoio firme a Nova República, ocasionou, por conseguinte, um sério ônus a essa organização. Da mesma forma, houve uma perda sistemática da identidade desse partido como polo de oposição e berço de luta da classe trabalhadora. Reiterando, em face do arbítrio da ditadura e por “aceitarem” o ritmo impresso pelo regime militar através de uma transição lenta, segura e gradual, o PCB viu escorrer de suas mãos o protagonismo como vanguarda da classe que procuravam um dia emancipar.

Assim sendo, buscaria nos modelos políticos internacionais, mais especificamente, com a *Perestroika* e a *Glasnost*, a fórmula que faltava para, novamente, ajustar a sua política nacional, ou seja, seria a política internacional, mais uma vez, quem daria o tônus de uma tentativa de sobrevida ao PCB. Porém, os fatos não se processaram como esperavam, pois as contradições e dificuldades do Leste europeu se aprofundaram num ritmo muito rápido. O PCB tentou dar respostas, discutir e encaminhar para o debate, mas os acontecimentos do Leste europeu foram muito céleres; e, no ano que completaria 70 anos, foi formalmente extinto por uma coalizão majoritária que decide extingui-lo e fundar o PPS. Obviamente que, do lado da fração minoritária, estes decidem refundar o combalido partido (PCB) ao longo da década de 90. Neste curso, no decorrer da década de 90 o Brasil contou com 03 partidos disputando o legado do autêntico partido de 1922. No tocante ao PPS, percebemos que este era fruto das clivagens internas reformistas que foram fomentadas ao longo da década de 80, através da teoria política denominada, *Democracia como valor universal*; ou seja, se instrumentalizaram politicamente desta teoria com o intuito de justificar a senda reformista nas instâncias partidárias pecebistas e, depois oportunamente, lograr fundar um novo partido. Neste sentido, podemos dizer que o PPS, fora fruto dessa elite dirigente que viveu grande parte da sua vida política em comunhão orgânica com o MDB-PMDB e que foram construindo uma concepção política reformista ao longo do seu processo de maturação. Grifamos que ao mesmo tempo em que havia a emergência dessa práxis reformista, se esvanecia os referenciais teóricos da III Internacional e o arcabouço do socialismo real; findando, definitivamente, com o colapso do socialismo.

Quanto ao PCB (Reconstrução Partidária), na década de 90, tentaram reerguer o seu partido dos escombros, lembramos que no processo de secção partidária, Roberto Freire registrou legalmente o nome do PCB, sobrando além do patrimônio político ainda o nome legal como objeto de disputa. Não obstante os ventos adversos, uma parcela aguerrida busca na justiça reaver a antiga legenda e reconstroem o antigo partido, obviamente, sem sucesso, ficando esta organização, num primeiro momento, taticamente ao lado do PT nos processos eleitorais; e, posteriormente, com a vitória de Lula, ao lado da denominada Esquerda Radical. Noutro polo, o seu rival PPS iria trilhar um caminho seguro e contínuo na “grande política” brasileira, num primeiro momento, ainda tentando manter um perfil de partido de esquerda, com coesão partidária, lealdades das suas direções nas votações e discussões internas. Porém, posteriormente, buscariam um processo de amplitude política no final dos anos 90 e absorvem egressos de outros partidos, modificando, assim, totalmente o perfil e o seu *ethos* partidário, ficando muito mais identificado, em face da construção de suas alianças, com as organizações de centro. Ainda, registra-se que após a vitória de Lula o PPS iria, justamente, migrar para o polo oponente ao petismo, alinhando-se, doravante, aos partidos que aplicaram o modelo neoliberal nos anos 90.

Assim sendo, podemos ver claramente que para o PCB, os reflexos da crise do socialismo serviu como se fosse, realmente, a “gota d’água” que faltava para a coalizão majoritária lograr vencer o processo de disputa interna e impor uma derrota a fração minoritária. Desta forma, podemos afirmar que a crise do socialismo não se explica como um evento único para a extinção do PCB e a sua transmutação em PPS, pois a crise do socialismo serviu como o catalizador final desse processo de erosão que já ocorria, em longo prazo, dentro da arena política pecebista. Assim sendo, reafirmamos que o PCB em face dos infortúnios sofridos ao longo da ditadura, bem como, por insistir em uma diretriz política mais branda ocasionou um processo contínuo de desgaste e que foi abalado seriamente com o advento da crise do socialismo, queda do muro de Berlim e fim da URSS. Com a crise do socialismo, realmente, acabou os modelos, dando lastro, portanto, para a viragem política da coalizão majoritária na seara pecebista.

Quanto ao PCdoB, em face de ser um grande crítico desse processo que havia no Leste europeu; e, por considerar o PCB e o PCUS partidos revisionista, não se viu, num primeiro momento, seriamente afetado pela crise do socialismo. Pois, segundo as acusações nas suas páginas teóricas, o que estava ocorrendo é que havia incrustrado, dentro do aparato do PCUS, uma burguesia disfarçada, de acordo com os pecebistas, em conluio com o imperialismo americano. Porém, a crise do socialismo acabou afetando também os seus modelos, pois a

Albânia caiu no início de 1991, antes da queda total da URSS. Como explicar, agora, que o seu modelo não vicejou. Obviamente, que o reflexo da queda do modelo albanês representava pouco em face da ruína de todo o aparato do Leste europeu. Assim sendo, precisavam apenas justificar-se para as suas próprias hostes internas, diferentemente do PCB que precisava dar satisfação de um colosso que ruiu. Da mesma forma que ocorrera com o PCB, a crise do socialismo, fim da URSS e queda da Albânia foi a oportunidade que o PCdoB logrou para refinar a sua política interna, mas sem os tensionamentos que houve no PCB, pois estavam muito atrelados a um modelo rígido de centralismo democrático, bem como, ainda apegado aos velhos modelos e guias pré-Kruchev. Assim sendo, bastava uma autocrítica sensível dos seus principais dirigentes para, neste momento, voltarem-se mais incisivamente para a política nacional. Sublinha-se, que desde o seu VII Congresso, procuravam construir uma alternativa de oposição a Nova República, buscando uma ligação com o PT no plano tático, com o objetivo de se deslocar do PMDB e visando se inserir afirmativamente na esquerda nacional, diferentemente do PCB.

Desta forma, a partir do advento da crise do socialismo, também, para o PCdoB expirava a vinculação aos modelos, bem como, o apego incontestado aos guias de outrora, ligados ao PCUS (pré-Kruchev). Neste momento, reequilibram-se teoricamente a luz dos anos 90, compreendendo, finalmente, que o Brasil não fora, ou não apresentava resquícios feudais, buscando, assim, não mais uma transição em etapas, mas sim um *Programa Socialista* para a revolução brasileira. Além desta flexão da sua política, a partir do IX Congresso iriam tentar buscar o protagonismo, mais fortemente na arena institucional, visando, assim, eleger prefeitos: com sucesso. Convém realçar que lançam como foco principal da sua linha política a tentativa de barrar o plano neoliberal no cenário nacional. Com esta diretriz enfatizavam que uma vitória de Lula seria tática, pois acreditavam conseguir romper este modelo neoliberal de FHC, assim sendo, esperavam que fosse erigido pelo PT um governo popular, democrático e desenvolvimentista, tendo como polo indutor o Estado.

De acordo com os acontecimentos, o PCdoB, assim como o PCB, conseguiram lograr o seu objetivo tático elegendo Lula. Mas diferentemente do PCB que vai para o polo de oposição, os pcedobistas tornam-se a organização de apoio irrestrito da agremiação petista. Além do mais, começavam a compor o governo junto a Lula, tarefa difícil e delicada, uma vez que teriam necessariamente que manter sempre acesa a chama da estratégia final, e abrandar o viés tático para não caírem numa política reformista. Assim sendo, a fim de ativar esta centelha elegerem como protagonista desse processo de transformação o proletariado. No



entanto, no plano sindical atuam através da CUT, esbarrando nos limites que o seu partido (e obviamente a própria CUT) estarem muito identificado com o governo petista.

Consideramos, portanto, que a discussão e os reflexos da política nacional e internacional, realmente, serviram de combustível na seara dos partidos comunistas no Brasil, sendo ativada em forma de resposta de acordo com os desdobramentos de cada período. Registramos que um estudo dos PC's no Brasil sem o destaque dos cerceamentos e dos reflexos provocados pela ditadura militar provocaria um erro de análise; destacamos, portanto, a importância da compreensão da forma como se deu o processo de transição para a democracia no Brasil, pois, com certeza, este processo refletiu muito no tecido orgânico de ambos os PC's: 1) quanto ao PCB, fomentou um abrandamento do seu ímpeto revolucionário e uma bricolagem como o MDB-PMDB; e, 2) quanto ao PCdoB, em face da severa repressão que sofrera e do seu aludido dogmatismo, mesmo tendo havido no Brasil uma transição longa e pactuada, se mantiveram mais coesos em sua unidade política, em virtude do enfretamento e da dura clandestinidade imposto pelo regime militar. Tais sequelas reverberariam, posteriormente, no processo de abertura democrática com o advento da Nova República; sendo que realçamos, o fim da URSS foi o elemento determinante que faltava para a ruptura definitiva tanto com os modelos internacionais, quanto com a forma de organização dos PC's na arena nacional.

Fechando esta análise, cumpre, portanto, destacarmos a importância de identificarmos as várias condicionantes tanto formativas, quanto ambientais que fomentaram a constituição e o desenvolvimento do PCB, do PPS e do PCdoB ao longo de sua trajetória política, balizando as condicionantes nacional e internacional. No que tange, especificamente, ao que aconteceu com os PC's pós-crise do socialismo, não se trata de encontrar quem venceu, ou quem feneceu, bem como, ainda insistentemente procurar qual o autêntico partido comunista; talvez, o saldo positivo que ficou desta pesquisa, entre outros, é compreendermos que ao longo da trajetória dos PC's houve, em alguns momentos, acertos táticos que lograram dar uma melhor saída ao processo de redemocratização em conjunto com o diálogo que havia entre as diretrizes internacionais. Também, a partir dos resultados desta tese, podemos sugerir outros temas a serem trabalhados, por exemplo, comparar a forma de transição para democracia no Cone Sul (Brasil, Uruguai e Chile), e o impacto nos partidos comunistas, dialogando com a crise do socialismo, a fim de mensurarmos comparativamente, de fato, o real peso da *débâcle* do socialismo para os organizações comunistas, uma vez que em cada país, os PC's se institucionalizaram de modo diferenciado em suas arenas locais pós redemocratização e pós crise do Leste europeu.

## REFERÊNCIAS:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **URSS: O socialismo real (1921-1964)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_, Daniel. **Rússia (1917-1921): Anos Vermelhos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_, Daniel. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_, Daniel. **História do Marxismo no Brasil**. V 1. O Impacto das Revoluções. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_, Daniel. **Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_, Daniel. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In **História do Marxismo no Brasil**. V 5 (Org) RIDENTI, Marcelo & AARAO REIS FILHO, Daniel (org).. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002b.

\_\_\_\_\_, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (Org). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (org). **O Século XX**. V. II: O tempo das crises – O tempo das crises – revoluções, fascismo e guerras. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000a

\_\_\_\_\_, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (org). **O Século XX**. V. III: O tempo das dúvidas – do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000b.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **DADOS** Vol. 31(1), 1988.

AGOSTI, Aldo. O mundo da Terceira Internacional: os “estados-maiores. In.: **História do marxismo**. Vol. VI. O Marxismo na época da terceira internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. (Org.) HOBBSAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a.

\_\_\_\_\_, Aldo. As correntes constitutivas do movimento comunista internacional. In.: **História do marxismo**. Vol. VI. O Marxismo na época da terceira internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. (Org.) HOBBSAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b.

\_\_\_\_\_, Aldo. Balanço dos comunismos europeus. In.: **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.** Org.: MAZZEO, Carlos Antônio & LAGOA, Maria Izabel. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

ALMEIDA, Francisco Inácio. **Por que o PPS?** Cadernos de trabalho nº 1. Brasília. Ed. Fundação Astrogildo Pereira, 2005.

AMAZONAS, João. **30 de anos de confronto ideológicos.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990.

\_\_\_\_\_, João. **As transformações sociais na época da revolução e do imperialismo: Exame crítico do socialismo.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990b.

ANDERSON, Perry. **A crise do marxismo:** Introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDERSON, Perry. **Marxismo Ocidental:** nas trilhas do materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANTES, Aldo & LIMA, Haroldo. **História da ação popular da JUC ao PC do B.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

ARANTES, Maria Auxiliadora. **Pacto (revelado):** psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Ed. Escuta, 1999.

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudanças de regime político: O caso brasileiro. In.: **Revista de Sociologia e Política.** Nº 17: 11-31 NOV. 2001.

BAHRO, Rudolf. **A alternativa para uma crítica do socialismo real.** Rio de Janeiro; Paz e terra, 1980.

BARBOSA, Nelson & SOUZA, José Antônio Pereira de. (2010) A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda, in: **Brasil: entre o Passado e o Futuro.** Org. SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977

BERTOLINO, Osvaldo. 1985-2002 – Crescimento, luta social e participação institucional. In.: **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** Org.: RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.

BLACKBURN, Robin. **Depois da queda:** O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, **28**, jun. 2007;

BORTOT, José & GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão!** Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Ed. Libreto, 2008.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas. Ed. Papiros, 1996.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. **Organizações Partidárias e Seleção de Candidatos no estado de São Paulo**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 14, 2008.

BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. 1966-1974 – Guerrilha do Araguaia, a história que não acabou. In.: **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. Org.: RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. O partido político operário: Marx e Lênin. In.: **Textos para Discussão**. Programa de Mestrado em Ciência Política. UFRGS, 1988.

CARDOSO, Ruth. Sociedade em Movimento: novos atores dialogam com o Estado. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 32. Junho 1991.

CARREIRAO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**. vol.12, n.1. 2006.

CARONE, Edgar. **O P.C.B (1922-1943) Volume II**. São Paulo: Ed. Difel, 1982a.

\_\_\_\_\_, Edgar. **O P.C.B (1943-1964) Volume II**. São Paulo: Ed. Difel, 1982b.

\_\_\_\_\_, Edgar. **O P.C.B (1964-1982) Volume III**. São Paulo: Ed. Difel, 1982c.

\_\_\_\_\_, Edgar. **Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ed. Difel, 1984.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Da morte política à consagração: indagações sobre o significado da reeleição de Lula. **Novos estudos - CEBRAP**. Nº 76, 2006.

CARVALHO, Maria Alice Resende. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p.261- 282.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V3. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT**: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS, 2002.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

COHEN, Vera Regina de Aquino. As origens da revolução/1905-14: a Rússia pré-revolucionária. In.: **A revolução Soviética/1905-45: O socialismo num só país**. (org.): VIZENTINI, Paulo Fagundes. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ed. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_, Carlos Nelson, In: As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. **Presença**, nº 8, 1986.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. Havana: Casa de Las Américas, 1967.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In.: **História do marxismo no Brasil**. Vol. V. Partidos e organizações dos anos 20 ao 60. (Org.) RIDENTI, Marcelo & AARAO REIS FILHO, Daniel. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. UFRGS. 2005.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria**. Dissertação de mestrado em História. UFRGS, 2002.

DORIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução Brasileira. In **História do Marxismo no Brasil**. V 3. Teorias e Interpretações. (Org) MORAES, João Quartim. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

DOWNS, Antony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado: ação, política e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro** Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

FERNANDES, Florestan. **Lênin: política**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_, Florestan. Apresentação. In.: **Que Fazer?. LÊNIN Vladimir Ilitch**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_, Florestan. **Coleção Grandes cientistas sociais. Marx**. São Paulo: Ática, 1987.

FERNANDES, Luis. **URSS, ascensão e queda: a econômica política das relações da União Soviética com o mundo capitalista**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992

\_\_\_\_\_, Luis. **O Enigma do Socialismo real**: Um balanço crítico das principais teorias marxista e Ocidentais. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2000.

FERREIRA, Denise. **Oposição e transição democrática**: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982. Dissertação de Mestrado PPGCP. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?**: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_, Argelina & LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FIGUEIREDO, César Alessandro S. **A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS**. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. UFRGS. 2009.

\_\_\_\_\_, César Alessandro S. **Partidos comunistas no Brasil: respostas para o mundo do trabalho após a crise do leste europeu**. In: III Seminário Nacional Sociologia Política, Curitiba. GT 10 Trabalho e Sindicalismo: Questões Sociológicas Atuais, 2011.

\_\_\_\_\_, César Alessandro S. **A invenção da memória: a disputa do PCB e PCDOB pelo legado do comunismo no brasil**. In.: III Encontro Internacional de Ciências Sociais: crise e emergência de novas dinâmicas sociais, Pelotas. GT Memória, Imaginário, Patrimônio e Políticas Públicas, 2012.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos no Brasil**. VII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In.: Fleischer, David (org). **Da distensão à abertura**: as Eleições de 1982. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_, David. Os partidos políticos. In.: **Sistema político brasileiro**: um introdução. São Paulo: Editora Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

FREIRE, Roberto. **O que pensam os presidentiáveis**. São Paulo. Editora Harbra, 1989.

\_\_\_\_\_, Roberto. **O que mudou no PCB?**. Brasília: Novos Rumos, 1991.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In R. Moraes et al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAXIE, Daniel. **Économie des partis et Rétributions du militantisme**. In. Revue Française de Science Politique. Vol 27, nº 2, fev. 1977,

GUEVARA, Ernesto Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

GETZLER, Israel. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In.: **História do marxismo**. Vol. V. O Marxismo na época da terceira internacional: a Revolução de Outubro/ o austromarxismo. (Org.) HOBBSAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo**. São Paulo: Best Seller, 1987.

\_\_\_\_\_, Mikhail. **O Golpe de Agosto: A verdade e as lições**. São Paulo: Best Seller, 1991.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

HÁJEK, Milos. A bolchevização dos partidos comunistas. In.: **História do marxismo**. Vol. VI. O Marxismo na época da terceira internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. (Org.) HOBBSAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 1990.

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. In.: **Lua Nova**. Nro. 58-2003.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS/FAP, 1999.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2003.

HIRSCHMAN, Alberto. **Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados**. Imprensa. São Paulo: Perspectiva, 1973.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**. Vol. V. O Marxismo na época da terceira internacional: a Revolução de Outubro/ o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_, Eric. **História do marxismo**. Vol. VI. O Marxismo na época da terceira internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_, Eric. **História do marxismo**. Vol. VII. O Marxismo na época da terceira internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_, Adeus a tudo aquilo. In.: **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** (Org.) BLACKBURN, Robin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_, Eric. **A era dos extremos: O Breve século XX.** São Paulo: Cia da Letras, 2008.

HOXHA, Enver. **Reforçar e revolucionarizar constantemente o partido.** Boletim de organização e educação – nº 21. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1990.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX.** São Paulo: Ed. Ática, 1994.

JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In.: **História do marxismo.** Vol. V. O Marxismo na época da terceira internacional: a Revolução de Outubro/ o austromarxismo. (Org.) HOBSBAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido Leninista de vanguarda. In.: **História do marxismo.** Vol. VI. O Marxismo na época da terceira internacional: Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. (Org.) HOBSBAWM, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. **How parties organize: change and adaptaion in party organizations in western democracies.** Londres: Dage Publications, 1994.

KECK, Margaret. **PT: a lógica da diferença:** São Paulo. Ática, 1991.

KEERAN, Roger e KENNY, Thomas. **O socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética.** Lisboa, Editora Avante, 2008.

KINZO, Maria D`Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979.** São Paulo: Editora Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_, Maria D`Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em Perspectiva.** 14 (4). 2001.

\_\_\_\_\_, Maria D`Alva Gil. Partidos, eleições e democracia no pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 19. N. 54. Fevereiro/2004.

KIRCHHEIMER, Otto: “El camino hacia el partido de todo el mundo”. LENK, Kurt – NEUMAN, Franz (eds.), **Teoría y Sociología críticas de los partidos políticos.** Editorial Anagrama: Barcelona, 1980

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: a derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** São Paulo: Paz e terra, 1992.

LAMOUNIER, Bolivar. Perspectiva da consolidação democrática: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N 4. Vol. 2. Junho. 1987.



\_\_\_\_\_, Bolívar. **Partidos e utopias: O Brasil no limiar dos anos 90.** São Paulo: Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrático: O caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo.** São Paulo: Ed. Símbolo. 1978.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas.** Vol. I São Paulo: Alfa-Omega, 1979a.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas.** Vol. II São Paulo: Alfa-Omega, 1979b.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. Que Fazer? In.: **Obras Escolhidas.** Vol. I São Paulo: Alfa-Omega, 1979c.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. As tarefas imediatas do poder soviético. In.: **Obras Escolhidas.** Vol. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979d.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. Cartas de Longe. In.: **Obras Escolhidas.** Vol. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979e.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. Sobre a tarefa do proletariado na presente revolução. In.: **Obras Escolhidas.** Vol. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979f.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. Duas táticas da social democracia. In.: **Estratégia e Tática.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

LIMA, Haroldo. **Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil: PCdoB.** Salvador: Ed. Maria Quitéria, 1985.

\_\_\_\_\_, Haroldo. A propósito do socialismo na China. In.: **China: 50 anos de república popular.** Org.: LIMA, Haroldo; Pereira, Duarte & Cabral, Severino. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1999.

LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático: O PCB na última clandestinidade (1964-1984).** Dissertação de mestrado em Ciência Política. UNICAMP, 1995.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

LOPES, Alba. **Sob o signo da metamorfose: As esquerdas comunistas brasileiras e a democracia (1974-1982).** Tese de doutorado em história. UFF, 2010.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. Questões de organização da social-democracia Russa. In.: **Centralismo Democrático.** Lisboa: Ed. Centelha, 1979.

MADEIRA, Rafael. **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Tese de Doutorado. PPGCP. UFRGS. 2006.

MAGRI, Lúcio. Problemas de la teoria marxista del partido revolucionário. In.: **Teoria marxista del partido político**. México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.

MANDELL, Ernest. **Além da Perestroika**: A era e o despertar do povo soviético. São Paulo: Busca Vida, 1989.

MALINA, Salomão. O significado da revolução de outubro. **Socialismo e Democracia**. Ano IV/ nro. 13, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**: Escritos políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil**: Tendências e Descompassos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 45, 2001.

\_\_\_\_\_, André. Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In.: **A democracia Brasileira** : Balanço e perspectivas para o século 21. Org. Melo Carlos e Sáez, Manuel. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos**. Junho de 1969. Mimeo.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_, Scott & TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**. Campinas. Vol. XI. N.2. Outubro/2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas. In.: **Obras escolhidas**. V 1. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1961.

MELHEM, Célia Soilbelmann. **Políticas de botinas amarelas**: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec. 1998.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar**: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MENEGUELLO, Raquel. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

\_\_\_\_\_, Raquel. **Partidos e governos no Brasil Contemporâneo** (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e Táticas da revolução Brasileira. Prestes versus o comitê central do PCB.** Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. UNICAMP. 2002.

MICHELS, Robert. **Os Partidos políticos.** São Paulo: Editora Senzala, 1960.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In.: **Revolução e Democracia (1964-...).** Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MORAES, João Quartim. **História do Marxismo no Brasil.** V 3. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

MORAES, Denis e VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas,** Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Editora Vozes. 2 Edição, 1984.

MORITZ, Maria Lucia Rodrigues de Freitas. **A nação moralizada: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFRG. 1996.

\_\_\_\_\_, Maria Lucia Rodrigues de Freitas. **Vozes da Oposição: Os partidos de esquerda e o 1º governo Fernando Henrique (1995-1999).** Tese de doutorado em Ciência Política. UFRGS, 2006.

MOURA, Milce Ferreira. **A Questão democrática da Crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. UNESP, 2005.

MOURA, Pablo Tiago Correia de. **As razões da esquerda radical – PCB, PSTU e PSOL: Estrutura organizativa e objetivos políticos.** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. UFRN, 2011.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NOVE, Alec. **A economia do socialismo possível.** São Paulo: Ed. Ática, 1989.

O'DONNELL & SHMITTER. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões.** São Paulo: Vértice, 1988.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

\_\_\_\_\_, Dulce. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. In.: **Revolução e Democracia (1964-...).** Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in time**: history, institutions and social analysis, Princeton: University Press. 2004.

PIZZORNO. Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In.: Foxley, A . (et alli). **Desenvolvimento e política**. São Paulo: Vértice. 1988.

POLLAK. Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Vol2. N.3. Rio de Janeiro. Vértice. 1989.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

PRESTES, Luis Carlos. O problema da terra e a constituinte de 1946. In.: **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Vitória, S/D.

PROGREBINSCH, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUARTIM DE MORAES, João. **História do Marxismo no Brasil**. V 3. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

QUINTANEIRO. Tânia. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx, Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996.

RABELO, Renato. **Ideias e Rumos**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2009.

REIS, Eliana Tavares. **Juventude, intelectualidade e política**: espaços e atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70. Reis, Eliana Tavares. Dissertação de Mestrado PPGCP, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. **Contestação, engajamento e militância** : da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado PPGCP. UFRGS. 2007.

REIS, José Carlos. Caio Prado Jr. Versus PCB: A revolução brasileira (1966). In.: **Nacionalismo e Reformismo**: 1945-1964. Org. FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. A ruptura revolucionária na Rússia/1914-21. In.: **A revolução Soviética/1905-45**: O socialismo num só país. (org.): VIZENTINI, Paulo Fagundes. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1989.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In.: RIDENTI, Marcelo & AARAO REIS FILHO, Daniel (org). **História do Marxismo no Brasil**. V 5. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

RIDENTI, Marcelo & AARAO REIS FILHO, Daniel (org). **História do Marxismo no Brasil**. V 5. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. Boito Jr.. Armando (org). **Sindicalismo nos anos 80**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1990.

\_\_\_\_\_, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In.: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil Republicano. 3. V Sociedade Política (1930-1964). (Org.)FAUSTO, Boris. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP. 2002.

RODRIGUES, Robério Paulino. **O colapso da URSS**: O estudo das causas. Tese de doutorado em História Econômica. USP, 2006.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Da abertura à transição**: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira. Dissertação de mestrado em História, UNESP, 2001.

RUY, José Carlos. 1958-1969 – Da reorganização de 1962 à Guerrilha do Araguaia. In.: **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. (Org.) RUY, José Carlos e BUONICORE, Augusto. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 2010.

SADER, Eder. **Quando Novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In.: **História do Marxismo no Brasil**. V 1. O Impacto das Revoluções. (Org) AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PCdoB: proposta teórica e prática política – 1962 – 1976**. Dissertação de Mestrado em História. UNICAMP. 2000.

\_\_\_\_\_, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: A história do Partido Comunista do Brasil. In.: **Revolução e Democracia (1964-...)**. Org. FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007a.

\_\_\_\_\_, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e abertura: a trajetória do PCdoB da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). In.: **História**. São Paulo. V.26, n.2, 2007b.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 nº. 52 junho/2003

SALVADORI, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In.: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**. Vol. VII. O Marxismo na época da terceira internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boi Tempo, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB do anos 50. In.: **História do marxismo no Brasil**: O impacto das revoluções. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar/Brasília:UNB, 1982.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da União Soviética**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000a.

\_\_\_\_\_, Angelo. **O fim da URSS e a nova Rússia**: De Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000b.

\_\_\_\_\_, Angelo. **Herdeiros de Lênin**: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2003.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. In.: **Revista Dados**. Rio de Janeiro. V. 29. N 2. 1986.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2 Edição (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

\_\_\_\_\_, Antônio Ozaí da. Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista. **Revista Diálogos**. Maringá, v. 3, n. 1, 1999.

SILVA, Fabrício Pereira. **Utopia dividida**: Crise e extinção do PCB (1979-1992). Dissertação de Mestrado em história. UFRJ. 2005.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. **Neoliberalismo**: conceito e influência no Brasil – de Sarney a FHC. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. UFRGS. 2009.

SOUZA, Deusa Maria de. Caminhos Cruzados: **Trajatória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia**. Dissertação de Mestrado em história. UNISINOS, 2006.

STALIN, Josef. A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos. In.: **Estratégia e Tática**. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 1989.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Ed. Atlas, 1987.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. Lisboa: ed. Antídoto, 1977.

VINHAS, Moisés. **O partidão**: a luta por um partidão de massas, 1922-1944. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes & PEREIRA, Analucia. **História Mundial Contemporânea (1776-1991)**: Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: FUNAG, 2010.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O socialismo num só país**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto. 1989.

\_\_\_\_\_, Paulo Gilberto Fagundes (org). **A grande crise**: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis : Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_, Paulo Gilberto Fagundes. A guerra fria. In. **O Século XX**. II: O tempo das crises – Revoluções, fascismos e guerras. AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (org). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Ed. CERIFA, 1983.

WERNECK VIANNA, Luiz. Questão Nacional e democracia: O ocidente incompleto do PCB. **Série Estudos**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

ZADÁN, Michel. O grande tourant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). **História do Marxismo no Brasil**. V 1. O Impacto das Revoluções. (Org.) AARÃO REIS FILHO FILHO, Daniel. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

ZASLAVSKAIA, Tatiana. Perestroika e socialismo. In.: **Perestroika**: Desafios da transformação social na URSS. (org) Lenina Pomeranz. São Paulo: Edusp, 1990.

## DOCUMENTOS ANALISADOS

### 1-PCdoB

#### PCdoB – DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DA INTERNET

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos**: Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil, 1969. Disponível em: < [http://grabois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=3844](http://grabois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=3844) >. Acesso em: 31 janeiro de 2012.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos**: Relatório Ângelo Arroyo, Disponível em: [http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=873](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=873). Acesso em 31 de janeiro de 2012.

## PCdoB – DOCUMENTOS CITADOS

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: Em defesa do Partido (Carta dos 100). In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: Manifesto-Programa. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: Resposta a Kruchev. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: Proclamação da união pela liberdade e pelos direitos do Povo. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. Resoluções da VI Conferência do PCdoB. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. O Brasil numa encruzilhada histórica (VII Congresso). In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. Informe político ao VIII Congresso. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. Programa Socialista. In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. O Partido - Instrumento fundamental da transformação revolucionária (IX Congresso). In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. **Teses 10º Congresso do PCdoB**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2001.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos Históricos. **Teses 11º Congresso do PCdoB**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2005.



## **PCdoB PERÍODICOS CITADOS**

PCdoB propõe “independência e vigilância” face ao governo. **Tribuna da Luta Operária**. São Paulo. Nº 256, p. 3, 1986.

Com a perestroika cai a máscara do regime. **Revista Princípios**. São Paulo. Junho/89 N º17.

O Leste europeu entre ventos e tempestades. **Revista Princípios**. São Paulo. Junho/Julho/Agosto/90 Nº 18.

A teoria enriquece na luta por um mundo novo. **Revista Princípios**. São Paulo. Junho/Julho/Agosto/90 Nº 18.

Teimosia da Albânia: fui ver para crer. **Revista Princípios**. São Paulo. Junho/Julho/Agosto/90 Nº 18.

O canto da sereia de um partido para todos. **Revista Princípios**. São Paulo. Novembro/90 Nº19.

Albânia, vergonhosa capitulação (entrevista João Amazonas). **A Classe Operária**. São Paulo. Junho de 1991, nº 62.

A transição do comunismo requer correta orientação marxista. **Revista Princípios**. São Paulo. Novembro/Dezembro/94/Janeiro/95. Nº 39.

O novo quadro político brasileiro. **Revista Princípios**. São Paulo. Novembro/Dezembro/2000/Janeiro/2001. Nº 59.

Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula. **Revista Princípios**. São Paulo. Novembro/Dezembro/2002/Janeiro/2003. Nº 67.

## **2-PCB**

### **PCB – DOCUMENTOS CITADOS**

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PC**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1984.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **VIII Congresso (extraordinário) do partido comunista brasileiro**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

DOCUMENTO MANIFESTO. **Política de esquerda para o novo socialismo**. Rio Grande do Sul, p. 04, maio de 1991.

DOCUMENTO MANIFESTO. **Fomos, somos e seremos comunistas**. Rio de Janeiro, p. 02, maio de 1991.

DOCUMENTO MANIFESTO. **Em defesa do PCB**. Brasília, p. 01, 1º Setembro de 1991.

DOCUMENTO MANIFESTO. **Pela unificação das forças socialistas**. Rio Grande do Sul, p. 02, Janeiro de 1992.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **X Congresso do PCB**: Resoluções Políticas. Rio de Janeiro: Edição PCB, 25/26/27/28 de março de 1993.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **XI Congresso do PCB**: Resoluções Políticas. Rio de Janeiro: Edição PCB

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **XII Congresso do PCB**: Resoluções Políticas. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 1998.

DOCUMENTO MANIFESTO. **Movimento pela unidade comunista**. 2005, p.01.

## **PCB PERÍODICOS CITADOS**

IX Congresso do PCB: O Brasil dos comunistas. **VOZ DA UNIDADE**. São Paulo, p. 04, maio de 1991.

Nova Política. Novo partido. **VOZ DA UNIDADE**. São Paulo, junho de 1991.

Partido Novo: Rumo ao congresso Extraordinário do PCB. **JORNAL PARTIDO NOVO**. Outubro de 1991.

O PCB continua: O socialismo vencerá. **BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DO PCB**. Rio de Janeiro, Novembro de 1991.

O PCB continua: O socialismo vencerá. **BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DO PCB**. Rio de Janeiro, Dezembro de 1991.

A hora da estrela. **JORNAL ALGO A DIZER**. Rio de Janeiro. Nº 8. Janeiro de 1992.

## **PCB – DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DA INTERNET**

XIII Congresso do PCB. In.: <http://pcbam.blogspot.com.br/> Acessado em 10/01/2013.

## **3-PT**

### **PT PERÍODICOS CITADOS**

DOCUMENTO. A opção de ex-membros do PCB pelo PT. **JORNAL UTOPIA**. Porto Alegre. Publicação PT. Abril/maio, 1992.

### **3- PPS**

#### **PPS – DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DA INTERNET**

<http://portal.pps.org.br>. Acessado em 11/01/2012.

##### **Resolução Política PPS 001/2005.**

In.: [http://www2.pps.org.br/2005/sistema/central/documentos/arquivo/8\\_res\\_001\\_2005.PDF](http://www2.pps.org.br/2005/sistema/central/documentos/arquivo/8_res_001_2005.PDF). Acessado em 15/01/2013.

#### **SITES DE INTERNET**

<http://www.camara.gov.br> . Acessado em 17/02/2012.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_brasileira\\_de\\_1989](http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_brasileira_de_1989).  
Acessado em 23/02/2012.

##### **48º Legislatura Câmara dos Deputados.** Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=48&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=48&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=). Acessado em 17/02/2012.

##### **49º Legislatura Câmara dos Deputados.** Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=49&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=49&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None). Acessado em 14/12/2012.

##### **50º Legislatura Câmara dos Deputados.** Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=50&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=50&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None). Acessado em 11/01/2013.

##### **51º Legislatura Câmara dos Deputados.** Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=51&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=51&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None).

##### **52º Legislatura Câmara dos Deputados.** Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Lista.asp?Legislatura=52&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=52&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None).

##### **50º Legislatura Senado.** Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/LegisAnter50.shtm>. Acessado em 11/01/2013.

MELLO, Fernando Collor de. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 15 de março de 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discurso-de-posse/posse-collor.pdf/view>. Acessado em 16/12/2012.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acessado em 11/01/2013.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>. Acessado em 04/03/2013.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>. Acessado em 10/01/2013.

<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>. Acessado em 18/01/2013.

<http://www.tse.jus.br>. Acessado em 18/01/2013

## ANEXOS:

### 1 - IMAGENS – PCB

FIGURA 1 - PCB 90 anos



FONTE: In.: [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br). Acessado em 26/12/2012

### 2- IMAGENS – PPS

FIGURA 2 - PPS 90 anos



In.: [www.pps.org.br](http://www.pps.org.br). Acessado em 26/12/2012

### 3 - IMAGENS - PCdoB

FIGURA 3 - PCdoB 90 anos



FONTE: In.: [www.pcdob.org.br](http://www.pcdob.org.br) Acessado em 26/12/2012.

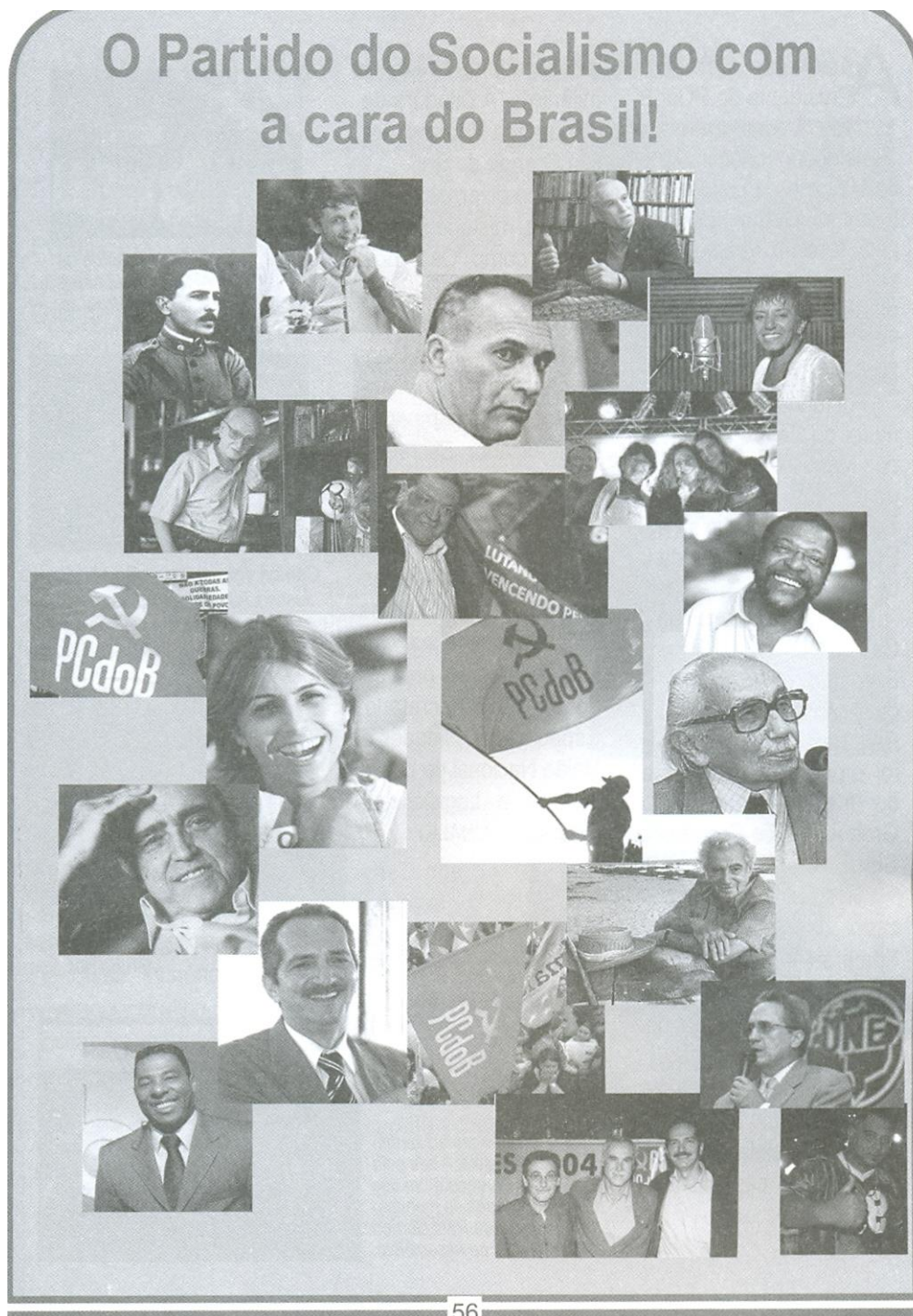
FIGURA 4 – VII CONGRESSO PCdoB



VII Congresso do PCdoB, com as imagens de Marx, Engels, Lenin e Stalin.  
FONTE: Revista Princípios, Junho/Julho/Agosto de 1990, p. 29.



FIGURA 5 – USO DE IMAGEM BIOGRÁFICA



FONTE: Documento. **Partido Comunista do Brasil: 1922-2012**. Porto Alegre, Publicação da Bancada do PCdoB/ Assembleia Legislativa do RS, 2012.